



**FACULDADE DE ARQUITECTURA**  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

**PROJECTAR COM O LUGAR**

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA QUINTA DO MONTEIRO MOR, GRANJA DE  
ALPRIATE



**Nídia Anacleto Brígida**  
(licenciada)

Projecto para obtenção de Grau de Mestre em Arquitectura

Orientador Científico: Professor Doutor Amílcar Gil e Pires

Co-orientador: Professor Doutor Paulo Pereira

Júri:

Presidente: Doutor Ricardo Silva Pinto

Vogais: Doutor Amílcar Pires

Doutor Paulo Pereira

Doutor Vítor Lopes dos Santos

Lisboa, FAUTL, Março 2013







**TÍTULO |**

PROJECTAR COM O LUGAR –  
PROPOSTA INTERVENÇÃO  
NA QUINTA DO MONTEIRO-  
MOR, GRANJA DE ALPRIATE.

**NOME |** NÍDIA ANACLETO  
BRÍGIDA

**ORIENTADOR |** PROFESSOR  
DOUTOR AMÍLCAR DE GIL  
E PIRES

**CO-ORIENTADOR |**  
PROFESSOR DOUTOR  
PAULO PEREIRA

**MESTRADO |** MESTRADO  
INTEGRADO EM  
ARQUITECTURA

**DATA |** FEVEREIRO 2013

O presente documento tem como intuito a elaboração do trabalho de Projecto Final de Mestrado para obtenção de Grau de Mestre, no âmbito do tema “*Projectar com o Lugar*” – Proposta de Intervenção na Quinta do Monteiro Mor, Granja de Alprate.

A proposta tem como objectivo central a revitalização da Quinta do Monteiro Mor em Granja de Alprate, que face ao retrato actual das infra-estruturas devolutas e de toda a conformação própria de uma quinta de recreio, é compreendido um grande valor patrimonial e arquitectónico de influência renascentista e barroca, datado do século XVII, e por isso, explícito, a necessidade de intervenção e revitalização deste lugar, dotando-o de novos usos funcionais conservando as características intrínsecas ao seu valor patrimonial e cultural.

A intervenção surge da noção de conservação do património, abordando as suas distintas disciplinas, através da tentativa de recuperação das particularidades da quinta de recreio, ao nível da requalificação e revitalização dos seus espaços exteriores, pela recuperação e reabilitação do edificado apresentado em estado de profunda degradação e pela sensível inserção de novas infra-estruturas que proporcionam respostas ao programa funcional.

Para tal, numa primeira instância, o trabalho aborda um estudo sobre a posição do Lugar em Ruína da Quinta do Monteiro Mor, na noção de conceitos como o Lugar e o Não-Lugar, referindo a fenomenologia na Arquitectura como método indispensável na percepção do Lugar. Numa aproximação tipológica, abordam-se as especificidades da quinta de recreio (Vilegiatura Portuguesa) e a presença da arquitectura renascentista nas quintas de recreio.

De seguida, o trabalho desenvolve a adaptação do projecto ao Lugar de Granja de Alprate, trabalhando diferentes escalas, entre as quais, a escala estratégica e territorial que tenta adaptar o projecto ao território de Granja de Alprate fazendo a interligação com a ribeira, o aglomerado populacional mais próximo, as características do campo e do território. Passando para uma escala intermédia onde se valoriza as pré-existências da própria quinta, integrando novas estruturas como resposta a um novo programa adaptado às condições do lugar. Por último, adopta-se uma escala mais aproximada, que actua no particular mostrando o detalhe de um todo que exige coerência entre as diversas escalas.

Como princípio gerador do todo, o presente trabalho tenta agarrar as especificidades de uma quinta de recreio, dotando o espaço de vivência e carácter, criando um lugar com sentido onde enalteça o espírito do lugar.

**Palavras-chave:** Lugar, Fenomenologia, Memória, Tempo, Ruína, Património, Reabilitação.

## TITLE |

## PROJECTAR COM O LUGAR

PROPOSTA INTERVENÇÃO  
NA QUINTA DO MONTEIRO-  
MOR, GRANJA DE  
ALPRIATE.

This document is the final draft of the thesis for the Master Degree in Architecture, under the theme *Projecting Intervention in Quinta do Monteiro-Mor, Granja de Alpriate*.

The main issue of this thesis is the repurpose project for the Quinta do Monteiro-Mor, in Granja de Alpriate. Nowadays, the Quinta is in ruins, as well as its surroundings, where once stood what is called in Portuguese, “quinta de recreio” (a farm with all its assets) dating from the seventeenth century. Therefore, an explicit intervention and rehabilitation of this place is needed, giving it new functions and retaining the intrinsic characteristics of their cultural and heritage value.

The intervention arises from the notion of heritage conservation, addressing their distinct disciplines, by trying to recover the particularities of the renaissance, and considering the level of redevelopment and revitalization of their outdoor spaces, as well as the recovery and rehabilitation of its buildings, which show a state of deep degradation. The project will aim at the sensitive insertion of new infrastructures that provide answers to the new functional program.

This paper discusses the inception of this particular Place as a ruin, using concepts such as Place and Non-Place, mainly referring to the phenomenology in architecture as an invaluable method of evaluation of the the sense of the place itself. In a typological approach, we discuss the specifics of the Quinta (Portuguese *Vilegiatura*) and its history within the overall typology of Late-Renaissance *quintas*.

Subsequently, the work develops a project to adapt the Granja de Alpriate, working with different scales, including the strategic territorial scale, settling a natural connection with the river, as well as with its nearest population cluster, studying the characteristics of field and territory. An intermediate scale will reflect the heritage values, repurposing new structures in response to a new program tailored to the conditions of the place. Finally, adopting a shorter scale, the thesis will show the smaller details through which the consistency between the various scales is ensured.

As a generative principle, this paper attempts to grasp the specifics of a Quinta de Recreio, offering living space and character, and creating inner conditions to exalt the spirit of the place.

Keywords: Place, Phenomenology, Memory, Time, Ruin, Heritage, Rehabilitation.

Agradeço profundamente a todos os que me apoiaram, pois sem eles a realização deste trabalho não seria possível.

Agradeço sobretudo á minha família, à minha mãe por todo o apoio emocional e pela confiança que em mim depositou, ao meu pai pela incansável ajuda e preocupação, à minha irmã pelas palavras assertivas, ao meu namorado por me apoiar nos momentos mais difíceis e por me ter dado a confiança que precisava.

Um muito obrigado ao meu orientador pelo grande apoio que me prestou, pelo empenho e dedicação que demonstrou e pela sempre disponibilidade quando precisei.

À professora Ana Guerreiro pelas palavras assertivas, e pela grande ajuda na representação do trabalho.

Ao Professor Paulo Pereira pela preciosa ajuda e interesse demonstrado pelo meu trabalho.

Um especial agradecimento ao departamento do património de Vila Franca de Xira, e ao departamento de Urbanismo, pela facilidade com que me disponibilizaram toda a informação que possuíam. Pois se não fosse pela boa vontade de algumas pessoas ainda hoje estaria à espera de uma resposta vinda da Camara Municipal de Vila Franca de Xira, e este trabalho poderia não existir.



|  |     |
|--|-----|
| RESUMO.....  | I   |
| ABSTRACT.....  | II  |
| AGRADECIMENTOS.....  | III |
| ÍNDICE .....   | 1   |
| ÍNDICE DE FIGURAS .....                                      | 3   |
| 1.INTRODUÇÃO .....   | 7   |
| 2.ESTADO DA ARTE .....                                       | 10  |
| 3."PROJECTAR COM O LUGAR".....                               | 12  |
| 3.1 DO LUGAR AO NÃO-LUGAR.....                               | 12  |
| 3.2 CONCEITO DE LUGAR.....                                   | 13  |
| 3.3 O LUGAR EM ARQUITECTURA.....                             | 16  |
| 4. A FENOMENOLOGIA DA ARQUITECTURA.....                      | 18  |
| 4.1 O MÉTODO FENOMENOLÓGICO .....                            | 19  |
| 4.2 APREENSÃO DO LUGAR.....                                  | 21  |
| 5. O LUGAR DA QUINTA DE RECREIO.....                         | 22  |
| 5.1 CARACTERÍSTICAS DA QUINTA DE RECREIO.....                | 22  |
| 5.2 INFLUÊNCIA PALLADIANA NA CONSPECÇÃO DA ARQUITECTURA..... | 24  |
| 5.2.1 NA RELAÇÃO COM A ENVOLVENTE.....                       | 25  |
| 6. QUESTÕES PATRIMONIAIS.....                                | 27  |
| 7. A QUINTA DO MONTEIRO-MOR.....                             | 29  |
| 7.1 ENQUADRAMENTO.....                                       | 29  |
| 7.2 CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL .....                      | 34  |
| 7.2.1 FREGUESIA DE VIALONGA .....                            | 34  |
| 7.2.2 EDIFICADO DO MONTEIRO-MOR.....                         | 36  |
| 7.3 ANÁLISE E LEVANTAMENTO .....                             | 41  |
| 7.3.1 EXPERIENCIA ABERTA .....                               | 41  |
| 7.3.2 ANÁLISE FORMAL, GEOMÉTRICA E ESPACIAL.....             | 44  |
| 7.3.2.1 QUINTA COM A ENVOLVENTE .....                        | 44  |
| 7.3.2.2 A CASA PRINCIPAL.....                                | 47  |
| 8. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO .....                             | 51  |

|  |    |
|--|----|
| 8.1 “PROJECTAR COM O LUGAR” DO MONTEIRO-MOR .....                | 51 |
| 8.2 AS CARACTERÍSTICAS DE UMA QUINTA DE RECREIO AO PROJECTO..... | 52 |
| 8.3 OS EIXOS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.....                       | 54 |
| 8.4 A ÁGUA: UMA “LENTE” FENOMENOLÓGICA.....                      | 56 |
| 8.5 O RECUPERAR DO ESPIRITO DO LUGAR.....                        | 57 |
| 8.6 ACERCA DA LUZ E DA SOMBRA .....                              | 58 |
| 8.7 A DISSIMULAÇÃO NA NATUREZA- PAISAGEM COMO ARQUITECTURA.....  | 59 |
| 8.8 O RITMO, REFERÊNCIAS À MÚSICA .....                          | 60 |
| 8.9 O “ENTRE”, LIGADO AO PROJECTO .....                          | 62 |
| 8.10 O DETALHE .....   | 63 |
| 8.11 A CIRCUNSTÂNCIA DO LUGAR E DA IDEIA .....                   | 64 |
| 8.13 JUSTIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA .....                             | 65 |
| 9. CONCLUSÃO.....  | 69 |
| 10. CONCEITOS – TIPO/GLOSSÁRIO .....                             | 71 |
| 12.BIBLIOGRAFIA.....   | 73 |

## ANEXOS

- I - PROPOSTA DE TEMA DE PROJECTO FINAL DE MESTRADO
- II - ANÁLISE DO LUGAR (APRESENTAÇÃO POWER POINT REALIZADA EM MARÇO 2012)
- III- FOTOGRAFIAS DE MAQUETES DE ESTUDO
- IV- DOCUMENTOS DE APOIO
- V - COMPLEMENTOS AO TRABALHO
- VI -MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA
- VII-PEÇAS DESENHADAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1: <i>Esquema mostrando o “entre” das duas polaridade, Lugar e Não-Lugar.</i> Fonte: esquema da autora.....   | 12 |
| Figura 2: <i>A poética do espaço – representação sensível. “Sinto-me bem aqui. Ao fim do dia sinto ainda o calor do sol e o vento não sopra.”</i> Fonte: desenho de autora. ....   | 20 |
| Figura 3: <i>O Sonho - representação sensível. Representação do que quero sentir quando olho através de uma janela. O sonho de uma envolvente paradisíaca.</i> Fonte: desenho de autora. ....                            | 20 |
| Figura 4: <i>Fotografias do Ninfeu da Villa Gullia de Roma,</i> fonte: en.wikiarquitectura.com. ....   | 22 |
| Figura 5 - <i>Fachada principal da Villa Godi em Lonedo di Lugo, Vicenza, de Andrea Palladio,</i> fonte: es.wikipedia.org.....   | 25 |
| Figura 6 – <i>Fachada principal do Palácio do Monteiro-Mor,</i> fonte: A casa rural nos arredores de Lisboa, João V. Caldas (cerca de 1988), 1999.....   | 25 |
| Figura 7: <i>Villa Barbaro de Andrea Palladio,</i> fonte: DGEMN/SIPA.....  | 26 |
| <b>Figura 8:</b> <i>Villa Emo de Andrea Palladio,</i> fonte: <a href="http://www.dueragni.it">http://www.dueragni.it</a> . ....  | 26 |
| Figura 9: <i>Representação do palácio mostrando suas extensões de um só pavimento em forma de galerias extensas,</i> fonte: desenho da autora. ....  | 26 |
| <b>Figura 12:</b> <i>Localização da Quinta do Monteiro-Mor – relação com o aglomerado de Granja de Alpriate e campos envolventes.</i> Fonte: departamento de urbanismo de Vila Franca de Xira, alterado pela autora..... | 29 |
| <b>Figura 13:</b> <i>Vista aérea da Quinta do Monteiro-Mor – relação com a ribeira de Alpriate e campos agrícolas.</i> Fonte: departamento de urbanismo de Vila Franca de Xira, alterado pela autora. ....               | 29 |
| <b>Figura 14:</b> <i>Vista aérea da Quinta do Monteiro-Mor com suas pré-existências.</i> Fonte: departamento de urbanismo de Vila Franca de Xira, alterado pela autora.....  | 29 |
| <b>Figura 10:</b> <i>Limite do concelho de Vila Franca de Xira com Freguesia de Vialonga – Relação com o concelho de Lisboa.</i> Fonte: departamento de urbanismo de Vila Franca de Xira, alterado pela autora. ....     | 29 |
| <b>Figura 11:</b> <i>Localização da Quinta do Monteiro-Mor – Relação com outras freguesias do concelho.</i> Fonte: departamento de urbanismo de Vila Franca de Xira, alterado pela autora. ....                          | 29 |
| Figura 15: <i>Lugar e sua hidrografia.</i> Fonte: Google maps, alterado pela autora. ....  | 30 |
| Figura 16: <i>Mapa da rede viária.</i> Fonte: Google maps, alterado pela autora.....   | 30 |
| <b>Figura 17:</b> <i>Acesso desde a Quinta até ao aglomerado de Alpriate, (4 km, 40 min a pé).</i> Fonte: Google maps, alterado pela autora. ....  | 31 |

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 18:</b> Acesso desde a Quinta até ao agregado de Granja de Alpriate, (2 km, 20 min a pé). Fonte: Google maps, alterado pela autora. ....   | 31 |
| Figura 19: acesso desde a Quinta até ao aglomerado de Vialonga, (6 km, 60 min a pé). Fonte: Google maps, alterado pela autora. ....  | 31 |
| Figura 20: Palácio do Monteiro-Mor. Pré-existência em estado de ruína. Fonte: fotografia da autora. ....   | 32 |
| Figura 21: Casa dos caseiros. Pré-existência em estado de ruína. Fonte: fotografia da autora.....  | 32 |
| Figura 22: Pilares do aqueduto setecentista. Fonte: fotografia da autora. ....   | 32 |
| Figura 23: Muro da antiga praça de touros. Fonte: fotografia da autora. ....   | 32 |
| Figura 24: Vista para sudoeste – Relação da quinta com a topografia envolvente. Fonte: fotografia de autora.....   | 33 |
| <b>Figura 25:</b> Fotografia aérea de Vialonga, com representação da via Principal que dava acesso a Lisboa, formada pela Rua Prof. Dr. Egas Moniz e pela Rua Primeiro de Maio. Fonte: Google maps, alterado pela autora. .... | 34 |
| Figura 26: Quinta do Serpa, Vialonga. Fonte: Vila Franca de Xira, Saber mais sobre... Património de Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria e Vialonga. ....  | 35 |
| Figura 27: Quinta do Monteiro-Mor, Granja de Alpriate. Fonte: A casa rural nos arredores de Lisboa, João V. Caldas (cerca de 1988), 1999.....  | 35 |
| <b>Figura 28:</b> A “ <i>casa comprida</i> ”, segundo Carlos de Azevedo. AZEVEDO, Carlos, Solares Portugueses, Lisboa, Horizonte, s.d., figs. 31, e 32: Casa da Fidalga e Casa da Rede.....                                    | 37 |
| <b>Figura 29:</b> Plantas do piso térreo e do 1º piso (em baixo) da Quinta do Monteiro-Mor, Alpriate, fonte: A casa rural nos arredores de Lisboa, João V. Caldas (cerca de 1988), 1999. ....                                  | 38 |
| Figura 30: Proposta de faseamento: A vermelho: século XVI-XVII; A azul: século XVIII, (primeira metade); A negro: século XVIII (segunda metade). Fonte: Professor doutor Paulo Pereira.....                                    | 39 |
| <b>Figura 31:</b> Planta da Bacalhoa. Coberturas e envolvente. Fonte: A casa rural nos arredores de Lisboa, João V. Caldas, 1999.....  | 40 |
| <b>Figura 42:</b> <i>transparência da ruína</i> – representação sensível. “É uma luta constante entre céu e objecto.”, fonte: desenho da autora.....   | 42 |
| Figura 44: <i>Reconstrução da escadaria principal</i> – representação sensível. “A escadaria principal impõe-se sobre o trajeto. Afirmação do monumento.”, fonte: desenho da autora. ....                                      | 42 |
| <b>Figura 45:</b> <i>Importância do detalhe</i> – representação sensível. “A transparência notada no conjunto e no detalhe.”, fonte: desenho da autora.....  | 42 |
| <b>Figura 43:</b> <i>Interpretação de si mesma</i> – representação sensível. “A interpretação da ruína tentando abstrair-me do envolvente. Como se ela vivesse por si mesma.”, fonte: desenho da autora. ....                  | 42 |



|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 46:</b> <i>Estrutura que ainda se mantém, tentando sobreviver – o ser vivo que se apropria da ruína.</i> , fonte: desenho da autora. ....  | 43 |
| Figura 48: <i>A estrutura e horizontalidade</i> – representação sensível. “O derrube acentua cada vez mais a horizontalidade. A imponência da estrutura sugere a verticalidade.”, fonte: desenho da autora. .... | 43 |
| <b>Figura 47:</b> <i>Espaço de Sombra espaço de luz abertura para o céu</i> – representação sensível. ....   | 43 |
| Figura 49: Vista aérea da Quinta com marcação de panorâmicas para a envolvente. ....   | 44 |
| Figura 50: Panorâmica A – Relação com a paisagem.....  | 44 |
| Figura 51: Panorâmica B – Relação com a paisagem. ....   | 45 |
| Figura 52: Panorâmica C – Relação com a paisagem, fonte: montagem e fotografia da autora. ....   | 45 |
| Figura 53: Panorâmica D – Relação com a paisagem, fonte: montagem e fotografia da autora. ....   | 45 |
| <b>Figura 55:</b> composição fotográfica mostrando alguns elementos que servem de limite à quinta, fonte: montagem e fotografias da autora. ....   | 46 |
| Figura 54: Relação do palácio com a envolvente, fonte: montagem e fotografia da autora. ....   | 46 |
| <b>Figura 56:</b> Planta do piso térreo do palácio – relações simétricas (eixo A), proporções (a cinza) e construções anteriores (a preto), fonte: desenho da autora. ....                                       | 47 |
| Figura 57: Alçado principal do palácio – relações simétricas e proporções, fonte: desenho da autora. ....  | 48 |
| <b>Figura 58:</b> Planta de coberturas – marcação de eixos. (reconstrução a partir da planta, levantamento de 1988), fonte: desenho da autora. ....  | 48 |
| <b>Figura 59:</b> Fotografia da fachada principal do palácio (1988) – marcação de eixos, fonte: A casa rural nos arredores de Lisboa, João V. Caldas, 1999. ....   | 48 |
| <b>Figura 60:</b> Fotografia do frontão triangular da fachada principal do palácio (1988), fonte: A casa rural nos arredores de Lisboa, João V. Caldas, 1999. ....   | 48 |
| <b>Figura 61:</b> Planta do piso térreo do palácio: relação de espaços (reconstrução espacial) – circulação ( ), vistas ( ), hierarquias ( ), fonte: desenho da autora. ....                                     | 49 |
| Figura 62: Planta de Implantação da Quinta do Monteiro-Mor – reconstituição com base na investigação histórica do Lugar, fonte: desenho da autora. ....  | 50 |
| Figura 63: Planta de Implantação, escala 1.2000, fonte: desenho da autora. ....  | 54 |
| Figura 64: Desenho de Pátio, fonte: desenho da autora. ....  | 55 |
| Figura 65: Desenho de Ninfeu, fonte: desenho da autora. ....   | 55 |
| Figura 66: Alhambra reflectida na água. Fonte: desenho da autora. ....   | 56 |

|  |    |
|--|----|
| Figura 67: Espírito do Lugar : cavalo, fonte: desenho da autora. ....  | 58 |
| Figura 68: Integração com a natureza, fonte: desenho da autora. ....   | 59 |
| <b>Figura 69:</b> uma das galerias de Sainte Marie de La Tourette, fonte:<br><a href="http://www.flickr.com/photos/chiara_facchetti/321642908/">http://www.flickr.com/photos/chiara_facchetti/321642908/</a> ..... | 61 |
| Figura 70: Pauta musical, fonte: desenho da autora. ....   | 61 |
| Figura 71: Uma das galerias do projecto, fonte: desenho da autora. ....  | 61 |
| Figura 72 e Figura 73: Exterior e interior do Museu Kolumba de Peter Zumtor. ....  | 62 |
| Figura 74: representação do “entre” no projecto, fonte: fotomontagem da autora. ....   | 63 |
| Figura 75: Aspereza da pedra. Fonte: fotografia da autora. ....  | 63 |
| Figura 85: relação do palácio com os frontões e o Rio Alpriate, fonte: desenho da autora. ....   | 67 |
| Figura 86: Organograma funcional – referindo núcleos principais, fonte: esquema da autora. ....  | 68 |
| <b>Figura 87:</b> Palimpsesto, fonte: power point “o tema da ruína na obra de Eduardo Souto Moura”,<br>fonte: apresentação de Ana Monteiro.....  | 70 |

Ao longo da história, a aparição de notáveis estruturas em mármore, betão, aço, tijolo, etc., feitas pelas diversas civilizações, parecem atribuir ao edifício condições de vida eternas, estáveis e imutáveis, dado a sua rigidez. No entanto, a vida de qualquer edifício não é fixa nem eterna. Neles são impressas marcas do tempo e, mesmo que sobrevivendo através das épocas, são obrigados a adaptar-se fora dos contextos e propósitos para que foram construídos. O estado de ruína é um estado dessa vida do edifício, e a sua presença física, a sua configuração enquanto ruína e a sua presença como coisa no mundo, geradora de uma memória, introduz-lhe uma aura, e logo uma especificidade.

É, desde logo, necessária a sua valorização e a sua adaptação a um contexto compatível à sua sobrevivência.

É, desde logo, imprescindível a sua conservação e reabilitação para que, o objecto, na sua excepcionalidade, não se perca no tempo, para que seja possível a sua contemplação e seu reconhecimento.

### OBJECTO

Este trabalho tem como objecto principal o tema de *“Projectar com o Lugar – Proposta de Intervenção na Quinta do Monteiro-Mor, Granja de Alprate”*, tanto na sua abordagem teórica com todas as suas partes de estruturação do pensamento, como também na sua definição prática projectual. A escolha deste tema assenta portanto no interesse pelo lugar histórico, que permanece com valor e potencialidade, manifestando a sua presença e o seu espírito, despertando os nossos sentidos mais imediatos, mas que se encontra em estado de ruína, prestes a ser perdido no espaço e no tempo.

Aborda-se o tema, sobre o lugar da Quinta de Monteiro Mor, que se encontra no limite para se tornar um espaço de não-identidade, um Não-Lugar referido por Marc Augé<sup>1</sup> quando o define como um espaço somente de passagem, indefinido onde o passado se confunde com o presente e o futuro.

*“O espetáculo dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído em espetáculo...”*<sup>2</sup>

E, no dizer de Eduardo Yazigi *“ o lugar não existe sem identidade, isso quer dizer, um lugar sem identidade pode ser então um não-lugar”*.<sup>3</sup>

### OBJECTIVO

Nesta sequencia o tema *“Projectar com o Lugar”* actua como ideia de reabilitação e recuperação do lugar da Quinta de Monteiro-Mor, através de:

---

<sup>1</sup> AUGÉ, Marc. *Não-Lugares : Introdução a uma antropologia da supermodernidade*, 90ª Editora, Setembro 2006.

<sup>2</sup> Idem, p.30.

<sup>3</sup> Eduardo Yazigi citado em: [observatoriogeograficoamericalatina.org](http://observatoriogeograficoamericalatina.org).

- Compreensão de conceitos cruciais dada a abordagem ao tema “Projectar com o Lugar” – Reabilitação de lugares em Ruína: Quinta do Monteiro Mor, que apoiam na essência, a elaboração de um projecto que pretende manter e reafirmar a sua identidade.
- Teorizar e fundamentar a arquitectura, para que ela transcenda a sua condição física, a sua função como mero refugio. Utilizando a linguagem escrita como expressão da intensidade da arquitectura.
- Exaltar questões como a importância do património Português que está sendo esquecido.

Ao longo do percurso académico, na Faculdade de Arquitectura de Lisboa, pude adquirir conhecimentos na temática da Reabilitação, Restauro e Conservação, através dos mais diversos projetos, intervindo em pré-existências.

A minha primeira abordagem neste paradigma ocorreu no âmbito da disciplina de Projeto no primeiro ano do Mestrado Integrado em Arquitectura e consistia num projeto apelidado **A casa das três porquinhas**. Este projeto recorria à reabilitação de várias construções em ruínas, situadas no cais do Ginjal. O pressuposto do projeto era a criação de três espaços distintos, adequados a três personagens diferentes: uma pianista, uma artista e uma bailarina, e cada espaço era associado a um material diferente: madeira, vidro, betão (respetivamente). Um dos objetivos do exercício prendia-se com a rigorosa avaliação e levantamento do pré-existente, percebendo quais as construções dignas de preservação e quais as que poderiam ser demolidas, pois encontravam-se em mau estado de conservação, e eram desprovidas de qualquer valor histórico e patrimonial. A própria diversidade dos materiais acabou por revelar uma multiplicidade de opções das quais se pode optar para reabilitar uma pré-existência, e qual será a opção mais adequada para cada tipo de condição.

No âmbito da disciplina *Conservação e Restauro*, lecionada do quarto ano, o caso de estudo inseria-se na malha edificada da Colina de Santana, em Lisboa, tratando-se, mais precisamente, do total edificado pertencente ao Hospital de Santa Marta e sua envolvente próxima. Este complexo Hospitalar foi, de origem, um antigo convento de clarissas, pelo que, devido à sua adaptação para hospital, foram-se construindo múltiplos anexos de proporções consideráveis e criando situações invasivas que danificaram o contexto patrimonial.

Nos edifícios com incidência patrimonial, deu-se protagonismo às pré-existências em relação às novas construções, corrigiram-se as suas patologias e deram-se outros usos compatíveis com a sua natureza. Enquanto isso, através das novas construções introduziram-se novos usos, e suscitou-se uma nova permeabilidade de circulação bem como a criação de novos espaços públicos qualificados.

Assim, a estratégia de restauro e conservação do património incidiu sobretudo na adaptação do conjunto edificado à malha urbana subjacente, e na criação de um Programa que exigia a unificação e contextualização de diversas funções (o que se veio a intitular **Centro Sociocultural**, abrangendo atividades inerentes à própria existência e condições humanas – Habitar, Trabalhar, Aprender, o Lazer e a Cultura), e através da adaptação desse programa ao espaço.

Um outro trabalho realizado no quarto ano no âmbito da disciplina de Tecnologias da Reabilitação, foi integrado no projeto **Renovare**. Este trabalho decorreu da participação no concurso *Pladur*, em que o objetivo era a utilização desse material (de uma forma inovadora) numa estratégia de requalificação.

O local de intervenção situava-se num ponto de descanso e de abrigo dos peregrinos do *Caminho de Santiago*. Pela importância dos elementos pré-existentes que compunham este espaço, optou-se por não os invadir, mas sim reuni-los (uma vez que pareciam desconectados uns dos outros). Esta agregação concretizou-se pelo reconhecimento do elemento *Fogo*, como elemento central, o qual, por um lado, juntava as pré-existências e, por outro, levou à implementação de uma estrutura reversível em módulos construídos em *Pladur*.

Em suma, o contacto que fui tendo com estes diversos trabalhos, de certo modo contribuiu para escolha do tema de Projeto Final de Mestrado referente ao objecto “*Projetar com o Lugar*”. Através deles, e a partir de fundamentos teóricos e práticos, surgiu a vontade de abordar assuntos tão decisivos como é o caso do direito ao Património, a sua valorização, os meios e métodos para a sua reconversão e conservação, em oposição ao subsequente abandono de bens patrimoniais que os levam, muitas vezes, a estados de absoluta Ruína.

Dada a complexidade do tema que aproxima conceitos como a Ruína e a sua identidade, o lugar e o seu reconhecimento, bem como o tempo relacionado com a memória (entre outros), faz com que este seja um dos muitos caminhos possíveis a adotar.

Assim, a consulta de documentação bibliográfica de apoio à fundamentação teórica e conceptual que aborda o tema “Projetar com o Lugar”, divide-se essencialmente em três grupos.

Um Primeiro grupo, foi dirigido à leitura e interpretação de documentos como a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*<sup>4</sup>, a *Carta de Veneza*<sup>5</sup>, a *Resolução da Assembleia da República nº 5/91*<sup>6</sup> e a *Carta de Cracóvia 2000*<sup>7</sup>, aos quais acresce a fundamental *Lei de Bases do Património Cultural*, 107/2001. Estes documentos surgem como ponto de partida na abordagem do tema, pelo valor do património arquitectónico, urbano ou paisagístico e pelo interesse crucial que é a sua conservação.

Outra obra de grande importância para a elaboração do trabalho foi o doutoramento em arquitectura com o título *Vilegiatura e Lugar na arquitectura Portuguesa*<sup>8</sup>, pela interpretação que faz ao conceito de Lugar em Arquitectura correspondendo ao modelo de referência – A *Villa*.

Ainda no primeiro grupo, as obras *Pensar com as Mãos*<sup>9</sup>, ou *Arquitectura Vivenciada*<sup>10</sup>, tiveram influência no desenvolvimentos do meu trabalho, sobretudo pela forma de ver, sentir e julgar o que queremos criar, reportando-se a temas como escala e proporção, ritmos, efeitos texturais, a importância da luz, a construção do tempo, do espaço ou a sua ausência, além de assuntos convergentes como a aplicação dos cinco sentidos à arquitectura ou o exercício de uma arquitectura por subtração, entre outros.

O segundo grupo é dedicado à análise de casos Intervencionados que de alguma forma se relacionam com o tema e/ou natureza do objecto arquitectónico em apreço. Servem, então, de exemplo a *Pousada de Viseu*<sup>11</sup>, por adoptarem estratégias pouco invasivas, guardando a memória e complexidade da estrutura que outrora pertencia a um Edifício Hospitalar da Santa Casa de Misericórdia. (ver anexo II.1 – primeira análise)

Outros casos de estudo são os projectos do *Centro de Documentação e Informação do Palácio de Belém*<sup>12</sup> e a *Casa de Baião*<sup>13</sup>, pela opção sobre a escolha estética da nova construção, que se submete à evidência do corpo contemplativo.

O cuidado exaustivo na escolha de um programa adequado para dar função a qualquer projeto é importantíssimo, mas ainda mais quando se trata de espaços com carácter patrimonial, pois,

<sup>4</sup> Carta Europeia do Património Arquitectónico. Amesterdão, Outubro de 1975.

<sup>5</sup> Carta de Veneza. *Carta Internacional sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios*.

<sup>6</sup> Carta de Cracóvia 2000. *Princípios para a conservação e o Restauro do Património construído*. Polónia, 26 de Outubro de 2000).

<sup>7</sup> Resolução da Assembleia da república nº 5/91<sup>4</sup> (Convenção para a salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa).

<sup>8</sup> PIRES, Amílcar Gil e. *Vilegiatura e Lugar na arquitectura portuguesa*. Tese de doutoramento no ramo de arquitectura, especialidade em arquitectura. Fevereiro de 2008.

<sup>9</sup> BAEZA, Campo. *Pensar com as mãos*. Editora Calendoscópio\_Edição e Artes Gráficas, Sa. Fevereiro de 2011.

<sup>10</sup> RASMUSSEN, Steen Eiler. *Arquitectura Vivenciada*. Editora MARTINS FONTES. 2008

<sup>11</sup> *Pousada de Viseu*, Portugal. Arquitectura: Gonçalo Byrne. <http://www.byrnearqu.com>, consultado em: Fevereiro 2013.

<sup>12</sup> *Centro de documentação e informação do Palácio de Belém*. Arquitectura: Carrilho da Graça Arquitectos. <http://www.archdaily.com.br>. consultado em: Fevereiro 2013.

<sup>13</sup> *Casa de Baião*. Arquitectura: Souto Moura. <http://visao.sapo.pt> consultado em: Fevereiro 2013.

programas incompatíveis que obrigam a adaptações intrusivas e irreversíveis pondo em causa a conservação dos valores da memória e dos espaços originais, ou até mesmo programas que conduzem a uma excessiva privatização do património afetando o direito de todos, ao seu usufruto, não podem ser elaborados em espaços onde os valores, a memória, o respeito e compreensão dos espaços pré-existentes, têm que prevalecer.

O terceiro grupo foi assim dedicado aos casos de estudo que se comparam ao programa Funcional do meu projeto – a saber, *Projetar com o Lugar* – por albergar, (muito sumariamente) uma estrutura clínica de medicina alternativas (essencialmente de Hidroterapia e Hipoterapia) e uma estrutura escolar alusiva a essas mesmas ciências (com espaços lúdicos abertos ao público, auditórios, espaços de formação, entre outros)

Tornou-se pertinente a análise do programa da *Remodelação e ampliação da casa das Caldeiras*, Coimbra<sup>14</sup>, por incluir a remodelação da antiga central térmica do Hospital da Universidade de Coimbra de modo a acolher o centro de estudos de fotografia da mesma. (ver anexo II – primeira análise)

Relacionado com o Hipo-tratamento, tomei por referências *O Centro Hípico da Costa do Estoril* e *O Centro Hípico de Jaguariúna*<sup>15</sup>, pela abordagem programática e pela interligação dos espaços, resultando numa perfeita ligação com a natureza. (ver anexo II – primeira análise)

Por outro lado, relacionado com o Hidro-tratamento, tomei como exemplo *as Termas de Vals*<sup>16</sup>, atendendo à conexão notória dos diversos elementos constituídos pela presença da água relacionados intimamente com um programa funcional, e pela interpretação notável que faz do *Lugar*. (ver anexo II – primeira análise)

Por fim, não posso deixar de referir outros exemplos, expressos em diferentes formas, mas que me ajudaram muito a abordar o trabalho de uma forma muito sensível e particular. Como é o caso do poema *Ruínas*<sup>17</sup>:

“ (...) E deixa sobre as ruínas crescer heras,

*Deixa-as beijar as pedras e florir!*

*Que a vida é um contínuo destruir*

(...)

*Deixa tombar meus rútilos castelos!*

*Tenho ainda mais sonhos para erguê-los*

*Mais alto do que as águias pelo ar! (...) “*

---

<sup>14</sup> *Remodelação e ampliação da casa das Caldeiras*, Coimbra. Arquitectura: João Mendes Ribeiro e Cristina Guedes.

<sup>15</sup> *O Centro Hípico de Jaguariúna*. Arquitectura: Ramos de Azevedo e Domiziano Rossi.

<sup>16</sup> *Termas de Vals*. Arquitectura: Peter Zumtor. <http://www.archdaily.com.br>. consultado em: Fevereiro 2013.

<sup>17</sup> ESPANCA, Florbela. *Ruínas*. Livro de Sórora Saudade. <http://www.citador.pt>. consultado em: Fevereiro 2013.

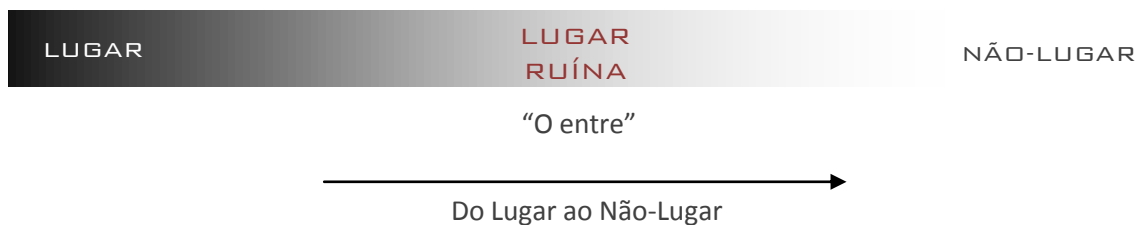
### 3. "PROJECTAR COM O LUGAR"

#### 3.1 DO LUGAR AO NÃO-LUGAR

O primeiro impacto na aproximação ao objecto de estudo para o projecto final de Mestrado - a Quinta do Monteiro-Mor, em Granja de Alpriate, foi, de facto, controversa, pois deparei-me com um lugar de considerável carácter histórico, cultural e de grande valor arquitectónico de estilo tardo-renascentista e barroco, com uma grande envolvente natural, vegetal e hídrica. Era e é, para além do mais, portador de objectos transitórios ou permanentes, que despertam o sentimento de contemplação e pertença por parte do visitante, e que o estimulam.

São, no caso, porém, de difícil reconhecimento, uma vez que a quinta se encontra descaracterizada e obscurecida, quase escondida do resto do mundo pelo seu desvalor e abandono tal é o seu teor de degradação. Da memória e do espírito do lugar é já pouco o que sobrevive. Aqui, a identidade de uma quinta de recreio é consecutivamente violada.

De uma forma imediata, arriscaria dizer que me encontro perante duas polaridades, e que me senti diante de um lugar que se metamorfoseava ao ponto de poder vir a tornar-se num "espaço vazio"<sup>18</sup>, entendendo-se este "espaço-vazio" como uma das formas do "Não-Lugar". Noutra dimensão: um espaço de transição, criando uma condição existencial em que o Lugar se afirma como o modo de "estar em" e o Não-lugar como o espaço que "*não cria nem identidade singular, nem relação, mas solidão e similitude*".<sup>19</sup>



**Figura 1:** Esquema mostrando o "entre" das duas polaridade, Lugar e Não-Lugar. Fonte: esquema da autora.

A ideia de passagem do Lugar da quinta de Monteiro-Mor para um "Não-lugar", pelo estado de contínua degradação que a quinta apresenta é clara. O "Lugar Ruína", revela o imaginário de um passado histórico, que incrementou uma vida produtiva, agora subsistindo numa aparente desordem, mas que evoca ainda o lugar e os ritmos de outrora. São estes os traços que a modernidade tende a apagar: essas marcas são hoje como que indicadores do "tempo- que-passa".<sup>20</sup>

<sup>18</sup> No sentido Demócrito do espaço, que é Espaço vazio, referido por Aristóteles

<sup>19</sup> AUGÉ, Marc. *Não-Lugar*. Op cit. p.95.

<sup>20</sup> Idem, p.66.



O lugar actualmente é um termo familiar, corrente, usado por todas as pessoas no seu mais comum quotidiano. O conceito de lugar pela língua portuguesa, consultando um dicionário de vocabulário comum, é descrito como *“Espaço ocupado ou que pode ser ocupado por um corpo, localidade, pequena povoação, sítio, etc.”*,<sup>21</sup> sendo tomado por um conceito vago e ambíguo pela generalidade.

No entanto, o conceito de Lugar tem vindo a ser abordado ao longo da história até aos dias de hoje, sendo objecto de reflexão de vários teóricos no âmbito das mais variadas disciplinas. O Lugar, em suma, é inequivocamente o objecto de estudo por parte da disciplina de teoria da Arquitectura.

Para uma correcta compreensão do Lugar da Quinta do Monteiro-Mor, sobre o tema “Projectar com o Lugar”, é fundamental a abordagem às seguintes questões: o que é o Lugar? O que o determina?

Segundo Aristóteles o conceito de Lugar (*topos*), é entendido *“como um ‘onde’, um lugar de pertença, o posicionamento adequado correspondente a qualquer elemento físico”*<sup>22</sup> referindo ainda que *“O lugar não é simplesmente um algo, mas um algo que exerceu certa influência, isto é, que afecta o corpo que está nele.”*<sup>23</sup>, introduzindo uma nova dimensão sobre conteúdos essenciais da teoria clássica do Lugar, *“Assim, o lugar não é nem o corpo (pois se o fosse não poderia haver dois corpos no mesmo lugar em diferentes momentos), nem tão pouco algo inteiramente alheio ao corpo”*<sup>24</sup> defendendo que o lugar é algo distinto dos corpos e que todo o corpo sensível está em *um* lugar.

O filósofo identifica o conceito de espaço com o de lugar, tal como Friedrich Bollnow em *Homem e Espaço*<sup>25</sup>, quando refere que espaço não é espaço abstracto, mas sim concreto, que está disponível para a acção e que pode ser compreendido como lugar, isto é: o espaço indiferenciado transforma-se em Lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.

*“Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”*<sup>26</sup>

Entendemos, assim, que a presença de um Lugar só é possível se apreendida sensorialmente pelo Homem, dotando-o de significado e valor.

*“[...]”lugar é qualquer objecto estável que capta nossa atenção”*<sup>27</sup>

<sup>21</sup> Priberam Informática S.A, *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, 2012.

<sup>22</sup> VEM, Cornelis Vande. *Space in Architecture*, 1977. [www.paisajesensorial.com](http://www.paisajesensorial.com). Consultado em Fevereiro de 2013.

<sup>23</sup> MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*, Publicações Dom Quixote Lisboa 1978.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Friedrich Bollnow, *Homem e Espaço*. Citado em: TUAN, Yi Fu. *Espaço e Lugar: A perspectiva da Experiencia*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

<sup>26</sup> TUAN, Yi Fu. *Espaço e Lugar: A perspectiva da Experiencia*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

<sup>27</sup> Idem.

Christian Norberg-Schulz descreve a estrutura do Lugar como detentora da relação entre meio envolvente e ocupação humanizada (relação entre o Homem e a Natureza), que, compreende duas componentes inter-relacionadas – “Espaço e Carácter”. O espaço assume uma organização de coordenada centrada no “EU”, baseada nos sentidos de direcção de cada um, pela aquisição da consciência do espaço na sua tridimensionalidade. O Carácter, como outra componente que determina a existência de um Lugar, é estabelecido pela identidade concreta do espaço. Este pressupõe elementos que são determinantes, como: a Luz (exercida pelas várias estações do ano e períodos do dia); a forma como os elementos constituintes do lugar assentam no chão e se elevam para o céu, a matéria, a cor, etc.<sup>28</sup>

*“A criação dum lugar pressupõe a existência dum conjunto de características físicas com uma identidade própria”<sup>29</sup>*

O Lugar da Quinta do Monteiro-Mor, tal como todos os outros Lugares, é também detentor de um conteúdo, cultural e histórico, que é reconhecido pelas vivências que proporciona e pelo carácter físico do seu espaço.<sup>30</sup> Porém, a Quinta ao estabelecer-se como “Lugar-Ruína”, vai perdendo a sua identidade e, portanto, o seu carácter.

*“Desde os tempos remotos tem-se reconhecido que diferentes lugares têm diferente carácter. Tal diferença de carácter é muitas vezes tão forte que é suficiente para determinar as propriedades básicas das imagens exteriores da maioria das pessoas presentes, fazendo-as sentir o que experimentam e que pertencem ao mesmo lugar.*

*O Genius Loci demonstrou, em muitos casos, ser bastante forte para predominar acima dos ciclos das mudanças políticas, sociais e culturais. Tal resulta, por exemplo, para cidades como Roma, Estambul, Paris, Praga e Moscovo. Certamente, a ‘verdadeira grande cidade’ caracteriza-se por um Genius Loci especialmente pronunciado.”<sup>31</sup>*

Norberg Schulz baseia-se na concepção de *Genius Loci* (herdado da cultura romana), para acentuar a ideia de que todos os lugares são acompanhados por um espírito próprio. Esse espírito guardião determina a essência, o carácter, identidade e significado próprio de cada lugar. Segundo o ponto de vista do autor, as propriedades do lugar originam um sentido de pertença, que culminam com a noção de “ter lugar”<sup>32</sup>. Um lugar é, portanto, uma base à vivência do homem, um espaço físico e

---

<sup>28</sup> PIRES, Amílcar de Gil e, Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

<sup>29</sup> PIRES, Amílcar de Gil e. *O entendimento poético do Lugar como um Pequeno Cosmo*. Ciaud. Fevereiro 2011, p.5.

<sup>30</sup> Idem, p.6.

<sup>31</sup> SCHULZ, Christian Norberg. *Existencia, Espacio y Arquitectura*. Ed. Blume, Barcelona, 1975, p.33.

<sup>32</sup> “ter lugar” como noção do habitar do ser humano, que se expressa para além do abrigar, algo que suportava existencialmente o Homem.

concreto, criado através do processo de construir, todo ele dentro do horizonte de sentido do habitar.

“... a relação do homem relativamente aos lugares e, através dos lugares, aos espaços, está no habitar. A relação do homem com o espaço não é outra que o habitar pensado e expresso na sua essência; quando nós, no modo ora tentado, pensamos nas relações que intercorrem entre lugar e espaço, ilumina-se a essência das coisas que são lugares e a que chamamos edifícios.”<sup>33</sup>

Para melhor entender a noção de lugar podemos ainda abordar o conceito de “Não-Lugar” como elucidação através da sua definição antagónica. Para Marc Augé um “Não-Lugar” é definido como “o *espectáculo dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído em espectáculo*”<sup>34</sup>. Compara o não-lugar com o que o turista observa, um local que ele não sente nem se envolve, onde existe uma ruptura entre o viajante-espectador e o espaço da paisagem. O “Não-Lugar” “*é o espaço icônico, é aquele que não possui densidade comunicacional, informal e muito menos pode ser caracterizado ou distinguido.*”<sup>35</sup>

O autor aborda tipos de realidades onde podem estabelecer-se os “Não-Lugares”, como por exemplo: os espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer).

“ Se um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como racional, nem como histórico, definirá um não-lugar”<sup>36</sup>

Porém, nem todos os esforços para definir a noção de Lugar conseguem traduzir tão bem a sua essência como as descrições feitas por Italo Calvino, no seu livro *As Cidades Invisíveis*:

“ *Da cidade de Zirma, os viajantes retornam com memórias bastante diferentes: um negro cego que grita na multidão, um louco debruçado na cornija de um arranha-céu, uma moça que passeia com um puma na coleira. Na realidade, muitos dos cegos que batem as bengalas nas calças de Zirma são negros, em cada arranha-céu há alguém que enlouquece, todos os loucos passam horas nas cornijas, não há puma que não seja criado pelo capricho de uma moç. A cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente.*

*Também retorno de Zirma: minha memória contém dirigíveis que voam em todas as direcções à altura das janelas, ruas de lojas em que se desenham tatuagens na pele dos marinheiros, trens subterrâneos apinhados de mulheres obesas entregues ao mormaço. Meus companheiros de viagem, por sua vez, juram ter visto somente um dirigível flutuar entre os pináculos da cidade, somente um tatuador dispor agulhas e tintas e desenhos perfumados*

---

<sup>33</sup> Martin Heidegger, *Vortrage und Aufsätze*. Pfullingen: Gunther Neske, 1954. (Tradução do original alemão por Carlos Botelho). Citado em: PIRES, Amílcar de Gil e, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

<sup>34</sup> AUGÉ, Marc. *Les sens des autres*. Paris. Fayard, 1994, p.127.

<sup>35</sup> SANTOS, Milton. *A natureza do espaço, 1996*. citado em: [www.leonarde.pro.br](http://www.leonarde.pro.br). Consultado em Fevereiro 2013

<sup>36</sup> AUGÉ, Marc. *Não-Lugar. Op. Cit.*, p. 67

*sobre a sua mesa, somente uma mulher-canhão ventilar-se sobre a plataforma de um vagão. A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir”*<sup>37</sup>

A memória do ser humano só retém o espírito do Lugar, o *Genius Loci* do Lugar, este é “reconhecido como a realidade concreta que o homem tem que afrontar e com a qual se relaciona na sua vida diária”<sup>38</sup>

Lugar é, deste modo, um constituinte de características espaciais (forma, direcção, orientação) características ambientais (paisagem, luz, clima), características temporais (cultura, história) e por características que derivam da existência humana (identidade, memória, relação com o espaço, percepção do espaço, vivência no espaço). É a pausa no movimento. É o espaço onde a vida se desenvolve.

### 3.3 O LUGAR EM ARQUITECTURA

A tradição mostra que a intervenção do Homem no lugar natural tem procurado sempre respeitar a sua verdadeira natureza, e por isso, também a arquitectura deverá ser fundada em continuidade com o que a tradição de cada Lugar configurou no desenrolar da sua história particular.

Defendendo que a vida humana não pode desenvolver-se num espaço sem identidade própria, é tarefa do arquitecto ao intervir num Lugar específico, visualizar o que o Lugar é, e o que *quer ser*, procurando o espírito do *topos*, captando o seu *genius*, permitindo ao Homem habitá-lo. Porque o Lugar não é um espaço indiferenciado: existem sempre características simbólicas próprias do sítio – a paisagem, topografia, a sua história, valores naturais, pré-existências – especificidades, que lhe atribuem identidade.

Na procura da revalorização da ideia de Lugar, é, assim, importante que o espaço arquitectónico derive de uma correcta definição de carácter e identidade do Lugar, apelando à prudente articulação entre objecto arquitectónico e envolvente natural.

*“um lugar tem as suas raízes e a sua história, está ancorado no tempo e num ponto preciso da Terra. Um lugar tem a sua abóbada, o seu céu e talvez, a sua estrela. Ao construir nós fixamos relações espaciais entre a terra, o céu e o tempo”*<sup>39</sup>

São identificáveis relações fortes entre o lugar e a sua história. A memória de um lugar é a sua identificação na história. É, por isso, essencial atribuir valor à relação entre o lugar e a sua história.

<sup>37</sup> CALVINO, Italo. *As cidades Invisíveis*. p.11.

<sup>38</sup> SCHULZ, Christian Norberg, *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*. Academia Edições, 1980.

<sup>39</sup> MEISS, Pierre Von. *Elements of Architecture, From to Plase*. E&FN Spon Ed., London, p.135.citado em: PIRES, Amílcar de Gil e, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

Nesse sentido, “Aldo Rossi, Claude Levi-Strauss e Carl Gustav Jung, participam de uma mesma linha de pensamento que recorre ao inconsciente colectivo, aos mitos, à memória colectiva, para situar um mundo contemporâneo.”<sup>40</sup>

Aldo Rossi defende a noção de *topia*<sup>41</sup> como um espaço associado ao conhecimento através da memória, carregado de significado e que provém do *genius loci*. No fundo, Rossi procura fundamentar a produção arquitectónica através de um processo que se relacione com a memória e a história de uma forma a reestabelecer uma relação de diálogo que, segundo o autor, se perdeu no Modernismo quando a arquitectura passou a tentar se auto-referenciar: K. Lynch tornou-nos conscientes da importância da topografia do sítio natural e da sua transformação cuidada e coerente. Porém, ele permaneceu pragmático e nada inovador em termos de definição de métodos a usar.

*“No entanto, o entendimento do sítio não é suficiente. A arte de desenhar requer a habilidade de interpretar o significado da sua efémera ligação às oportunidades evidenciadas pelo sítio.”*<sup>42</sup>

Em consonância com a teoria de Kevin Lynch, o Homem, ao longo dos tempos, tem demonstrado que necessita de se situar/orientar no espaço, entre o Céu e a Terra, com esse propósito ele procura o seu local de implantação, através duma metodologia muito intuitiva, sustentada no contacto íntimo com as características da paisagem – topografia, linhas de água, vegetação, orientação solar, orientação dos ventos, clima – próprias dos sítios.

Quando se projecta com o Lugar, ou seja, quando se transforma o lugar ao construir sobre um território, o objectivo do arquitecto passa por enfatizar as verdadeiras qualidades topológicas, morfológicas e espaciais do lugar e encobrir e disfarçar as que lhe são mais pejorativas. Tais actos projectuais pretendem interagir com a essência, identidade do lugar adicionando-lhe mais valor e posteridade mantendo o seu espírito caracterizante.<sup>43</sup>

Ao chegar ao Lugar da quinta do Monteiro-Mor, o seu espírito guardião obriga-nos a senti-lo, a percebê-lo, a ouvi-lo, a adorá-lo, e a contemplar os seus ritmos cativantes. O lugar da quinta do Monteiro-Mor, em tempos, desvendou o seu triunfo na história, lembrando ser um lugar com grande graciosidade e que, por ser único, exibia os seus tesouros arquitectónicos como poucos. Porém o seu estado entristece-nos pois a sua alma se desvanece, todo o seu ser está em ruína com sentença de um futuro de esquecimento.

Sabe-se que em tempos, este lugar, situado numa região de lezíria, era um campo aberto atravessado por uma linha de água. Porém, fora objecto de apropriação por parte de alguém que lhe atribuiu valor, conferindo-lhe um sentimento.

---

<sup>40</sup> [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br). Consultado em Fevereiro de 2013.

<sup>41</sup> Teoria de “Topos” desenvolvido por Aristóteles, não é mais do que o lugar, em latim *locu*.

<sup>42</sup> MEISS, Pierre Von. *Elements of Architecture*, From to Plase, E&FN Spon Ed., London, p.135. citado em: PIRES, Amílcar de Gil e, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

<sup>43</sup> PIRES, Amílcar de Gil e. *O entendimento poético do Lugar como um Pequeno Cosmo*. Ciaud. Fevereiro 2011, p.134.

*“Norberg-Schulz é extremamente citado hoje e é considerado o principal proponente duma ‘Fenomenologia da Arquitectura’, vista como uma preocupação com a ‘concretização do espaço existencial’ através da criação de lugares. O aspecto tectónico da arquitectura tem um papel, de detalhe particularizado, que Norberg-Schulz diz ‘explicar o ambiente e tornar o seu carácter manifesto’.”<sup>44</sup>*

O que é a fenomenologia? Ainda temos necessidade de colocar esta questão, apesar de existirem inúmeras tentativas para a explicarem. A fenomenologia é descrita por Maurice Merleau-Ponty como o estudo das essências na existência, como a tentativa de uma descrição directa da nossa experiência tal como ela é, sendo em nós mesmos que encontramos a unidade fenomenológica e o seu verdadeiro sentido.

A fenomenologia defende, na perspectiva do filósofo francês, a percepção do imediato, um pensamento de retorno “às coisas mesmas”, o “puro sentir” livre de conhecimentos prévios e intelectualizações, determinado pelo seu método fenomenológico de apreensão sensorial.

*“Fenomenologia significa examinar um fenómeno do consciente, nas próprias dimensões do consciente.*

*Usando o conceito de Husserl significa ‘o olhar puro para o fenómeno ou visualização da sua essência’.*

*Fenomenologia é uma estrita aproximação teórica para pesquisar, no sentido original da palavra grega ‘theoria’, que significa, precisamente ‘olhar para’.”<sup>45</sup>*

---

<sup>44</sup> BESBITT Kate, *Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory: 1965-1995*, Ed. Princeton Architectural, New York, 1996, p.29. citado em: PIRES, Amílcar de Gil e, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

<sup>45</sup> PALLASMAA Juhani. *“The Geometry of Feeling, A look at the Fenomenology or Architecture”*, In, NESBTT, Kate. *Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory: 1965-1995*. p. 450. citado em: PIRES, Amílcar de Gil e, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

Aqui, a fenomenologia é usada como uma ferramenta de análise que procura fazer uma abordagem ao objecto em estudo e dos fenómenos que o afectam, enquanto experiência que deriva de um olhar sensível, liberto de conhecimentos prévios e de pré-influências sentimentais, tendo como base uma assimilação sensitiva e, por vezes, imaginativa por parte do sujeito observador.

Em a “*A ideia de Fenomenologia*”, Husserl<sup>46</sup> aponta para um método fenomenológico, através do qual é necessário proceder a uma “*redução Fenomenológica*” e que compreende a definição da verdadeira essência do objecto em estudo:

- a) isolando-o de qualquer tipo de consciência do mundo em redor;
- b) definindo-o em função da sua estrutura;
- c) observando as essências que nele permanecem imutáveis;
- d) regressando ao ego transcendental que permite a compreensão dos vários significados do objecto, preceptivos da sua identidade e dimensão.

A análise fenomenológica de um lugar pressupõe a leitura genuína, sua compreensão sensível e o entendimento daquele espaço. Esta primeira experiência fenomenológica deve ser feita de forma a captar a essência e significado do Lugar em estudo, tendo por método, eliminar os detalhes que são menos pertinentes, o que é acessório à sua investigação, apreendendo o *genius* daquele lugar da forma mais pura e sincera possível, por parte do sujeito.

A análise fenomenológica de um mesmo lugar, pode assim ser feita por vários sujeitos e todos eles vão compreender o espaço de formas totalmente distintas pois, são as memórias, imagens, os sentimentos pessoais - os instrumentos para o verdadeiro entendimento do espaço perceptivo.

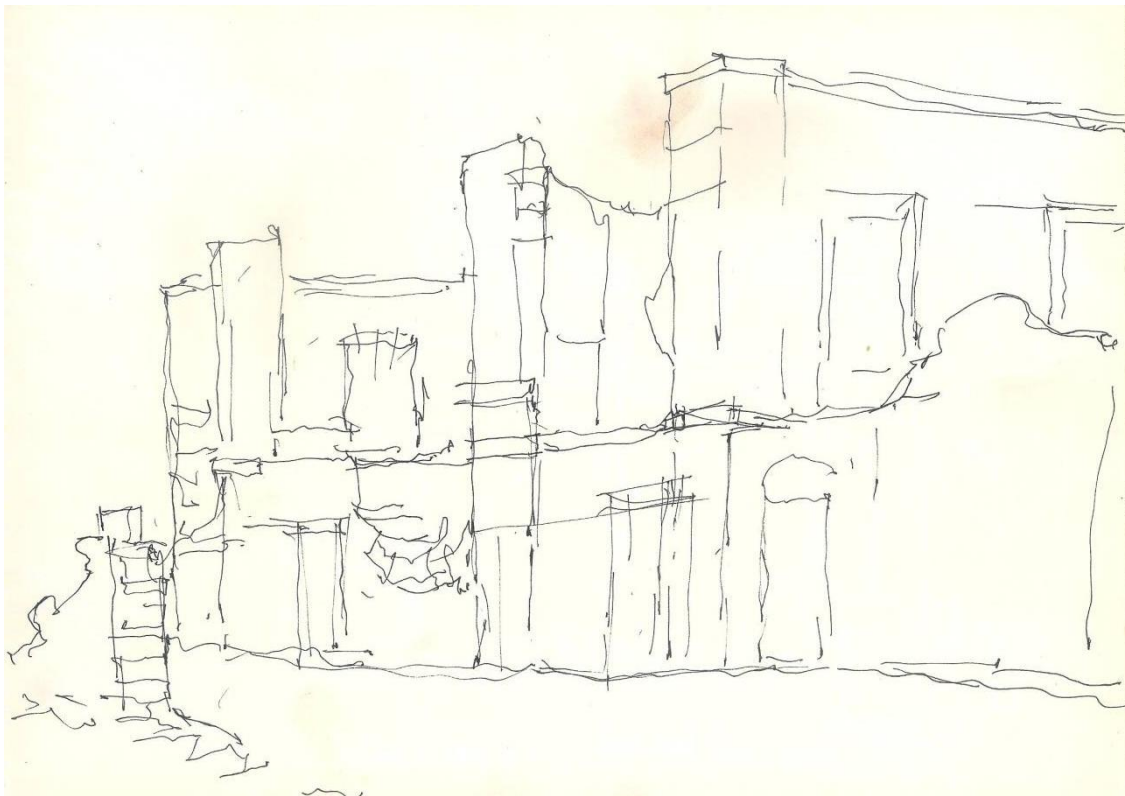
Os aspectos obtidos por meio desta forma de análise, são de extrema relevância quando se fala em *Projectar com o Lugar*. O Arquitecto deve servir-se do que apreendeu do método fenomenológico para formular as suas opções projectuais.

No caso a intervenção da Quinta do Monteiro-Mor, a análise fenomenológica foi, sem dúvida, o passo mais importante para o entendimento e compreensão sensível do Lugar.

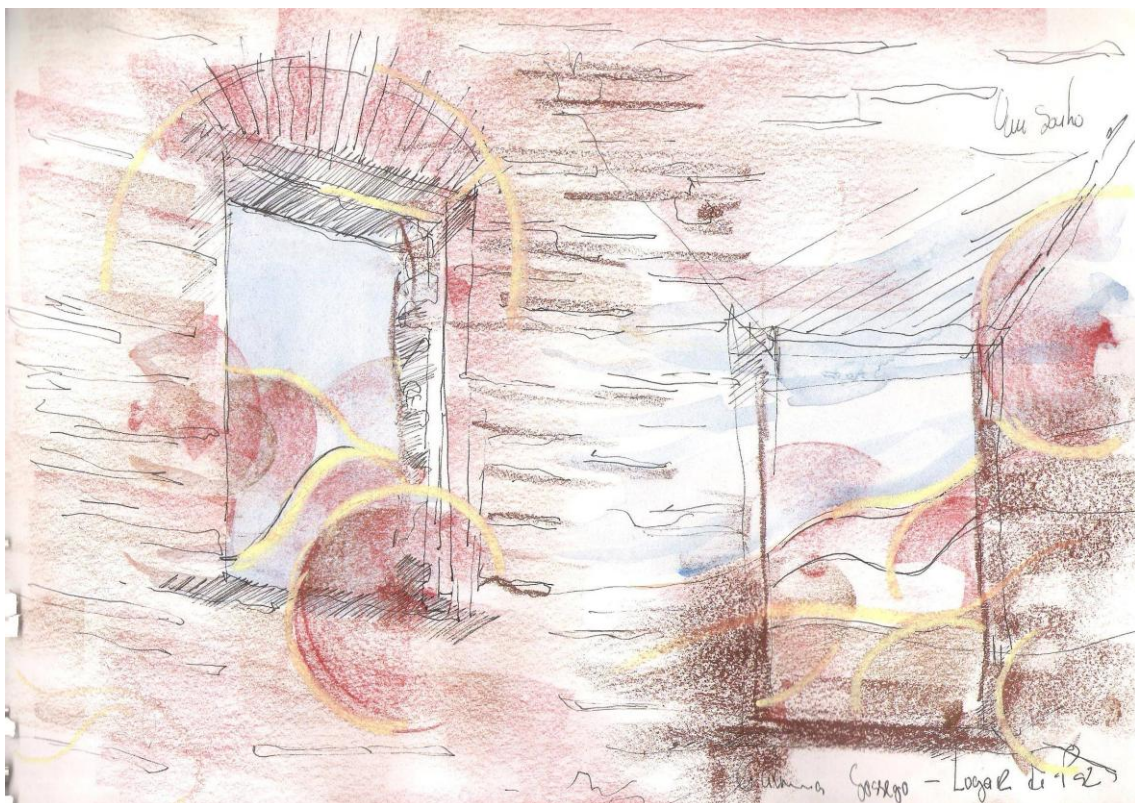
Toda a sua revelação foi por mim absorvida sensorialmente. Os meus sentidos compreenderam: o seu som, o seu cheiro, o seu calor, o seu estigma, a sua ferida, a sua tristeza e decadência, a sua luz, a sua música, a sua vontade, o seu habitar, a sua vida, o seu *Genius*.

---

<sup>46</sup> HUSSERL, Edmund. *A Idéia da Fenomenologia*. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.



**Figura 3:** *A poética do espaço* – representação sensível. “Sinto-me bem aqui. Ao fim do dia sinto ainda o calor do sol e o vento não sopra.” Fonte: desenho de autora.



**Figura 2:** *O Sonho* - representação sensível. Representação do que quero sentir quando olho através de uma janela. O sonho de uma envolvente paradisíaca. Fonte: desenho de autora.



*“Experiência é um termo é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais directos e passivos como o olfacto, paladar e tacto, até a percepção visual activa e a maneira indirecta de simbolização.*

*A experiência é constituída de sentimento e pensamento”<sup>47</sup>*

Sendo a fenomenologia um processo de estudo de fenómenos apelando aos sentidos, qualquer análise de um objecto, como o lugar, serve-se dos sentidos como meios de percepção do carácter e da identidade do objecto.

As sensações imprimem carácter aos objectos e aos lugares, ou seja, o ser humano ao utilizar os seus órgãos sensoriais - que permitem a visão ou o tacto - ele vai tomando consciência do Lugar. O sujeito ao mover-se de um lado para o outro vai adquirindo consciência do espaço físico, o sentido de direcção e fazendo uso dos seus cinco sentidos – paladar, olfacto, audição, visão e tacto – vai enriquecendo a sua apreensão do carácter espacial do mundo em que vivemos.

No entanto, existem sentidos que utilizamos mais do que outros e outros que enriquecem os sentidos imediatos. O sentido da visão é tido como uma dependência do Homem, acompanhada pela dinâmica do movimento do corpo no espaço (não sendo este um dos cinco sentidos), outro como a audição que consegue dramatizar a experiência espacial, o tacto que regista a condição física e a geometria dos objectos, a movimentação do ar e as variações térmicas e olfacto que permite a identificação de qualquer espaço através do cheiro dos seus materiais, ou pelo modo de serem utilizados.<sup>48</sup>

Perante um objecto Arquitectónico, o ser humano não só o apreende através dos seus sentidos, como também, esta experiência perceptiva é determinada pelo próprio objecto e pelos seus símbolos, pois reciprocamente, cada objecto arquitectónico provoca diferentes efeitos nos nossos sentidos (exemplo: a manipulação do Eco, da luz, da perspectiva ou da ilusão).<sup>49</sup>

Em suma, a experiência da percepção é tida pelo sujeito (ser humano), através dos seus sentidos (cinco sentidos: visão, olfacto, tacto, audição e paladar), para obter um entendimento pleno do Lugar (conhecer a sua essência), no entanto, “não é a experiência da arquitectura o mais importante mas, sim o agrado que depende dela”<sup>50</sup>

<sup>47</sup> TUAN Yi Fu. *Espaço e Lugar*. Op. Cit.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Ibidem.

<sup>50</sup> SRUTON Roger, *Estética da Arquitectura*, Ed.70, Lisboa, 1979, p.77

## 5. O LUGAR DA QUINTA DE RECREIO

### 5.1 CARACTERÍSTICAS DA QUINTA DE RECREIO

Por volta do século XV, em Itália, a crescente vontade de construir fora da cidade teve um papel fundamental para a revitalização da *Villegiatura* como ideal de expressão de vida no campo. Estas *Villas* rústicas e agrícolas, foram-se afirmando como espaço de contemplação e de disfrute sensorial, expressando, através das suas composições arquitectónicas singulares, os modernos valores culturais da época.<sup>51</sup>

Estas *villas* de influência renascentista e barroca, passaram a ser palco de idealizações recuperadas pela literatura clássica, expressos em Lugares poetizados, místicos e simbólicos, que se materializavam em elementos como os jardins – lugar ideal de contemplação da natureza, organizados sob um geométrica reveladora de uma ordem divina e de respeito pelo tema do jardim do Éden, como jardim do paraíso – os bosques – que também vão ao encontro da relação entre o Homem e Natureza – grutas e “ninfeus” (ver Figura 4) – elementos místicos de carácter poético e filosófico.<sup>52</sup>

A carência de informação específica proveniente dos textos da antiguidade clássica, acima citados, e a procura por referências técnicas ideais para a construção da *villa* tardo-renascentista e barroca, faz com que o homem tenha necessidade de dirigir-se para outras obras teóricas interessadas por uma maior complexidade e rigor na definição da *villa* tardo-renascentista e barroca.



Figura 5: Fotografias do Ninfeu da *Villa Gullia* de Roma, fonte: en.wikiarquitectura.com.

O autor Alberti no seu tratado, “*De Re Aedificatoria*”, observa que os jardins da villa suburbana devem ser estruturados de acordo com o desenho do edifício e os seus limites afirmados. Alberti define algumas regras e normas que vão ao encontro de uma maior complexidade e variedade na estruturação da *villa*, entre elas: a importância da simetria, ortogonalidade, axialidade, e proporção (baseado nas medidas da figura humana de Vitruvio), orientação solar, importância dos acessos simples, e escolha de implantação (que devem ser, nas “raízes do monte, em região plena de água,

<sup>51</sup> PIRES, Amílcar de Gil e, *Villegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, op.cit. pág. 22

<sup>52</sup> Idem, pág.23.

abrigada e saudável”), estas características, definidas por Alberti serviriam de base para uma nova arquitectura.<sup>53</sup>

Foi Vitruvio, que desenvolveu o conceito de que tudo tinha que ser estruturado sob um ideal de figura humana, baseado na proporção do corpo humano, e referiu o uso de elementos mecanizados, espaciais e decorativos, como por exemplo, as fontes, engenhos hidráulicos, grutas.

Nas *villas renascentistas* toscanas e romanas tudo teria que ser estruturado de acordo com uma proporção geometricamente organizada tendo como principal objectivo a integração de uma paisagem envolvente circundante, no entanto é nas villas Palladianas que este modelo passa a agregar três componentes – “o útil, o belo e o correcto”.<sup>54</sup>

No sentido da integração da *Villa* com o Lugar, ela acerta por se adaptar às características topográficas e hidrográficas do terreno, à paisagem fazendo parte da mesma (“dominando o panorama como um anfiteatro”), por reconhecer o espírito do lugar e constituía-se em seu favor. A villa emerge, sobre um pano de fundo natural e completamente integrado com ele.

*“Na definição de J. Ackerman, a villa ‘ é um edifício localizado no campo vocacionado para o ócio e prazer do seu proprietário, sendo esta a principal característica que a distingue das casas de campo comuns inseridas num contexto agrícola. Enquanto a casa de campo expressa uma estrutura arquitectónica simples, com formas resultantes de uma tradição cultural, a Villa expressa-se arquitectónicamente pelo seu desenho de carácter moderno, produto da intervenção de um arquitecto”.*<sup>55</sup>

No caso da Quinta de Monteiro-Mor, inserida no contexto tipológico da *villa* de influência renascentista e barroca, conseguimos identificar, ainda, o seu carácter agrícola, o uso hídrico - materializado em fontes, tanques, poço e aqueduto - as suas estruturas arquitectónicas que imanam uma organização provenientes de normas tardo-tardo-renascentista e barroca e barrocas e os seus limites definidos por muros altos de pedras característicos das *villas*.

É de resto a definição de “*Quinta*”, no seu sentido mais geral que aqui me interessa. Com efeito, João Vieira Caldas confere-lhe conteúdo mas tendo em conta, agora e apenas, o contexto português e muito em especial, o da zona rural a norte e leste de Lisboa: “ *O termo indígena [Quinta] é sobretudo apropriado pois nomeia uma unidade rural de dimensão muito variável que inclui terrenos abertos de cultivo, outros delimitados, por vezes murados, para hortas e pomares, construções de apoio à agricultura e à criação de animais, moradias para caseiros ou trabalhadores e a casa do proprietário. Anexa a esta, conforme a especificidade da sua utilização e o estatuto social dos seus habitantes, aparecem as zonas de recreio: jardins, pequenos lagos, fontes ou mancha de arvoredo.*”<sup>56</sup>

---

<sup>53</sup> PIRES Amílcar Gil e, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, op. Cit. p 24.

<sup>54</sup> STEENBERGEN Clemens. Wouter Reh, *Arquitectura y Paisaje*, Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2001, p.12, citado em: PIRES Amílcar Gil e, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, op. Cit

<sup>55</sup> PIRES Amílcar Gil e, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, op. Cit. p 38.

<sup>56</sup> CALDAS João Vieira, *A casa Rural nos Arredores de Lisboa no século XVIII*, FAUP Publicações, 1999, p.34.

É de realçar a influência evidente da *villas* palladianas no projecto de concepção do Palácio do Monteiro-Mor.

No âmbito da expressão formal da arquitectura no contexto particular do Veneto em época de recuperação e saída da crise (1508-1580), foi Palladio o autor de uma cultura consolidada, tirando como saber os exemplos dos arquitectos seus precedentes como, Giulio Romano vindo de Mântua, Sanmichele de Verona, Sansovino de Florença ou Sebastião Serlio.

Considerado o arquitecto necessário no momento certo, Palladio sintetizou as necessidades de uma comunidade interessada na exploração dos seus campos agrícolas. Ele cria uma nova cultura artística que ajudou a transformar as amplas paisagens dos virgens campos pelo rigor e simplicidade da sua arquitectura. Casas agrícolas, pallacios e palacetes, estruturados a partir do geometrismo, passaram a integrar-se em lugares rurais à maneira de *Villa* agrícola.

As obras escritas e desenhadas com ensinamentos e modelos arquitectónicos de Palladio, só se expandiram para Portugal e Espanha a partir do final do século XVI, sendo na altura um estilo da arquitectura religiosa.

Palladio inseriu-se na tradição do rigor Veneziano e construiu regras básicas de ordenação de uma nova arquitectura, que sugeriam:

- A simplificação construtiva e estrutural;
- A simetria triádica;
- A distribuição axial;
- Proporção;
- Negação do excesso de adorno.
- A valorização das vistas
- A hierarquização dos espaços.

Todas estas características que perpetuam, a arquitectura palladiana, são também evidentes no projecto do palácio do Monteiro-Mor.

A imposição do eixo centralizador que marca a entrada da *Villa*, o frontão triangular característico da arquitectura palladiana, a simplicidade na construção, a sua simetria, a distribuição axial dos espaços interiores e dos espaços exteriores, a valorização das vistas e o enquadramento com a envolvente, etc. São características que transportam o carácter e a identidade de uma quinta tardio-renascentista e barroca, são marcas construídas na história que, pelo seu valor arquitectónico e pelo seu significado espacial, devem fazer parte de uma nova interpretação do Lugar.



**Figura 6** - Fachada principal da *Villa Godi* em Lonedo di Lugo, Vicenza, de Andrea Palladio, fonte: es.wikipedia.org.

**Figura 7** –Fachada principal do Palácio do Monteiro-Mor, fonte: A casa rural nos arredores de Lisboa, João V. Caldas (cerca de 1988), 1999.

A *villa Godi*, - quanto ao seu desenho arquitectónico da casa principal - é a que tem mais semelhança com o Palácio do Monteiro-Mor. Nos dois casos existe, bem expressa, uma escadaria frontal que dá acesso directo ao piso nobre da casa, observa-se em alçado o destaque que é dado aos dois módulos laterais que avançam em relação ao módulo central, por sua vez rematado, nos dois casos, por um torreão triangular.

O complexo desenho sugerido pelo vocabulário clássico e antigo é, nestes casos, totalmente despojado de ornamentos.

#### 5.2.1 NA RELAÇÃO COM A ENVOLVENTE

Nas *Villas* de Palladio nota-se um cuidado diferente posto na delicadeza da relação do edifício principal com o exterior. A concepção do todo como um conjunto destinado a obter um efeito espectáculo, a partir de todos os pormenores de desenho, a começar pela presença da escultura na ordenação dos jardins geométricos<sup>57</sup>, e integração com a paisagem, mostra que Palladio toma a própria natureza envolvente como um elemento parte de um todo arquitectónico.

Contudo não descuida que – apesar do grande valor dado à paisagem – é o edifício o racionalizador e organizador de todo o espaço. É através da sua arquitectura proporcionada e geometrizada que todos os outros elementos se compunham, quer fossem naturais ou edificados.

No exemplo da *Villa Barbaro*, construída no sopé de uma colina e em frente da qual se estende um vasto plano de paisagem aberta, a casa é construída por um primeiro corpo avançado, ao qual se cola, um segundo plano, um outro módulo mais baixo de um só pavimento.<sup>58</sup> Este sistema que expressa a ideia de peça central ao qual se estendem, para ambos os lados, o sugerir de galerias cobertas, foi utilizado neste projecto, tendo como objectivo principal a imposição axial do palácio numa correcta organização programática do espaço.

<sup>57</sup> TAVARES, Domingos, *Andrea Palladio a grande roma*, Dafne Editora, 2008, p.53

<sup>58</sup> Idem.

Outro exemplo semelhante, no que diz respeito ao esquema adaptado no projecto *Projectar com o Lugar* é a *Villa Emo* de Andrea Palladio.



**Figura 8:** *Villa Barbaro* de Andrea Palladio, fonte: DGEMN/SIPA



**Figura 9:** *Villa Emo* de Andrea Palladio, fonte: <http://www.dueragni.it>.



**Figura 10:** Representação do palácio mostrando suas extensões de um só pavimento em forma de galerias extensas, fonte: desenho da autora.

Um dos vectores fundamentais numa intervenção deste tipo é a capacidade de valorizar o elemento patrimonial em presença. Mas deve ser dito que a sua condição é, de facto, a de uma ruína, como se salientou já. Esse valor é, em si, um impedimento para a recuperação, tendo em conta a escassez de elementos não degradados, ou, pelo contrário pode tornar-se num ponto de partida de reflexão metodológica?

São vários os especialistas que têm problematizado esta questão, e sabemos que, no século XIX, se avançaram propostas a que chamaríamos anti-restauracionistas, como a *Anti-restoration* de John Ruskin ou William Morris, só recentemente trazido a debate, “*propostas (...), na essência, ‘literárias’, profundamente românticas. Defendiam a ruína como um valor em si.*”<sup>59</sup>

Trata-se de uma posição radical. Com efeito, uma recuperação como a que se pretende apresentar implica uma dose de reconstrução e, sobejamente, de construção nova, sem a qual não se poderá dar um destino útil, no sentido absoluto da sua reutilização, a este imóvel. Esta questão convoca, assim, o debate entre o “útil” versus “inútil”, nas palavras de Paulo Pereira, que acrescenta, ainda, que “*ao partir-se de um binómio útil-inútil, convoca-se quase sempre o fantasma da ausência de uma mais-valia, quando o monumento não movimenta dinheiro, e não é mais do que um encargo.*”<sup>60</sup>

Decorre deste raciocínio a possibilidade de se tornar “*defensável o chamado ‘ruinismo’.* Não são já os velhos e datados critérios românticos que prevalecem, mas antes e exclusivamente a necessidade de consolidação pura e simples da ruína, com uma demarcação bem clara do terreno em que se implantam. Trata-se de proceder à avaliação da memória acumulada e da memória evocativa, remetendo para o conhecimento cumulativo de um sítio na sua relação com a envolvente. Deste modo, os critérios relativos à preservação da paisagem são mantidos. De algum modo (embora sem possibilidade de redenção), reencontramos de novo um apelo a uma estética da elevação e a uma estética do sublime.”<sup>61</sup>

No entanto, sabe-se que a revitalização passa pela reutilização. E, no dizer desse mesmo autor, o que importará, a partir do momento em que o único resgate possível é a execução de “obra nova”, é reconduzir o edifício “*à ordem económica contemporânea*”, isto é: fazê-lo regressar, em suma, a um processo de interacção social, de relacionamento estético e até político, com o contexto material em que existe.

Isto quer dizer que, como estrito edifício de quinta, foram modificados todos os dados de uma sociedade produtiva que lhe foi contemporâneo nos séculos XVII e XVIII. Nos arredores de Lisboa são aliás imensos os exemplos de desafecção dos terrenos agrícolas e das próprias unidades fundiárias que estiveram na origem da construção destes edifícios de quinta.

São vários os factores que modificaram o tecido produtivo destas regiões. Em primeiro lugar, o empobrecimento do sector primário, que fez a agricultura recuar como um recurso de subsistência.

<sup>59</sup> PEREIRA, Paulo, *Património edificado. Pedras angulares*, Lisboa, Aura, 2000, p. 90.

<sup>60</sup> PEREIRA, Paulo, *Património edificado. Pedras angulares*, Lisboa, Aura, 2000, p. 90.

<sup>61</sup> Idem, p. 91.

Depois, a industrialização, mesmo que incipiente, que levou á migração das populações rurais para cidade, com o consequente abandono dos campos.

Já do ponto de vista físico, e em termos de paisagem, o crescimento da cidade em anéis, e o aparecimento de grandes subúrbios, como os de Lisboa, levaram ao surgimento de “conurbações”, e á impermeabilização dos solos, desfeiteando os regimes de utilização do solo e os equilíbrios ambientais que permitiam as actividades de lavoura, e que por si só, justificavam a própria quinta e os seus edifícios. Mais recentemente, sobretudo a partir dos anos 60 do século XX e com maior expressão a partir dos anos 90, a estruturação de novos eixos viários e dos seus acessos, sejam de rodovia ou ferrovia e a abertura de trechos da paisagem para a instalação de novas infraestruturas (redes de esgotos, redes eléctricas, etc.), levaram a uma desagregação dessas unidades de produção, e a sua interrupção, inclusivamente através de atravessamentos e de divisões.

Assim, o que se propõe não é um regresso ao passado, mas, reafirmo, o regresso à tal *à ordem económica contemporânea através de uma reutilização do edificado*. Mas a reutilização deverá passar pela proposta de um novo programa. Este programa deve ser compatível com as pré-existências, com o poder evocador destas, e com o respeito pela história e pelo ambiente. Mas não pode, sob pena de se perder o objecto patrimonial, deixar de intervir, e de criar ou, até, recriar, as condições para que o usufruto seja outra vez possível e para que a utilização do edifício comprometido pelo feroz abandono, seja outra vez resgatado e devolvido à existência plena.

No dizer de Paulo Pereira *“Encontramo-nos, (...), perante monumentos, objectos, coisas, a meio caminho entre o nosso "real" e uma nova "realidade", sabendo nós que essa nova "realidade" terá que ser construída – note-se que eu não escrevi reconstruída-, apoiada em sistemas explicativos que nos subtraíam do desconhecimento, que nos subtraíam do medo em conhecer mais e em saber melhor os “porquês” que uma larga e quase insondável distância instaurada pelo tempo -instaurada entre cada um de nós e aquela coisa que ali esperou por nós-; algo, enfim, que consiga extrair-nos de uma mera e desorientada interrogação desapossada, e que por persistir, nos desapossa do objecto e nos aliena.”*<sup>62</sup>

A esta situação, e de acordo com a posição que assumo neste projecto, o mesmo autor chama “lugares de passagem”. E é essa, a meu ver, a condição da Quinta do Monteiro-Mor: *“Esses "lugares de passagem" constituem, por fim, essas pequenas e singelas "máquinas do tempo", muito imperfeitas como é evidente, mas que nos permitem olhar o passado, e passar dele para o presente, sem o desproporcionado esforço das coisas secretas e obtusas: abrindo uma pequena porta ou lançando uma ténue pista, por pequena que seja, mas que por isso mesmo seja suficiente para o encaminhamento do sujeito para o conhecimento. Com a subtilidade possível.”*<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> Idem, p. 92.

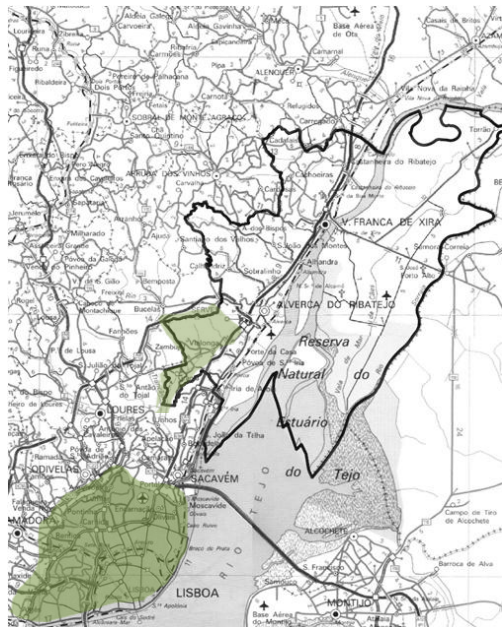
<sup>63</sup> Ibidem, p. 92.



## 7. A QUINTA DO MONTEIRO-MOR

### 7.1 ENQUADRAMENTO

O Lugar da Quinta do Monteiro-Mor pertence ao concelho de Vila Franca de Xira, na freguesia de Vialonga, mais propriamente na povoação de Granja de Alpriate, uma das suas treze da freguesia.



**Figura 11:** Limite do concelho de Vila Franca de Xira com Freguesia de Vialonga – Relação com o concelho de Lisboa. Fonte: departamento de urbanismo de Vila Franca de Xira, alterado pela autora.



**Figura 12:** Localização da Quinta do Monteiro-Mor – Relação com outras freguesias do concelho. Fonte: departamento de urbanismo de Vila Franca de Xira, alterado pela autora.

Este Lugar, situado numa das férteis várzeas dos arredores de Lisboa (a 16 quilómetros de Lisboa), disfruta de uma posição geográfica privilegiada, assumindo-se como paisagem obrigatória, na implantação de uma quinta de recreio.



**Figura 13:** Localização da Quinta do Monteiro-Mor – relação com o aglomerado de Granja de Alpriate e campos envolventes. Fonte: departamento de urbanismo de Vila Franca de Xira, alterado pela autora.



**Figura 14:** Vista aérea da Quinta do Monteiro-Mor – relação com a ribeira de Alpriate e campos agrícolas. Fonte: departamento de urbanismo de Vila Franca de Xira, alterado pela autora.

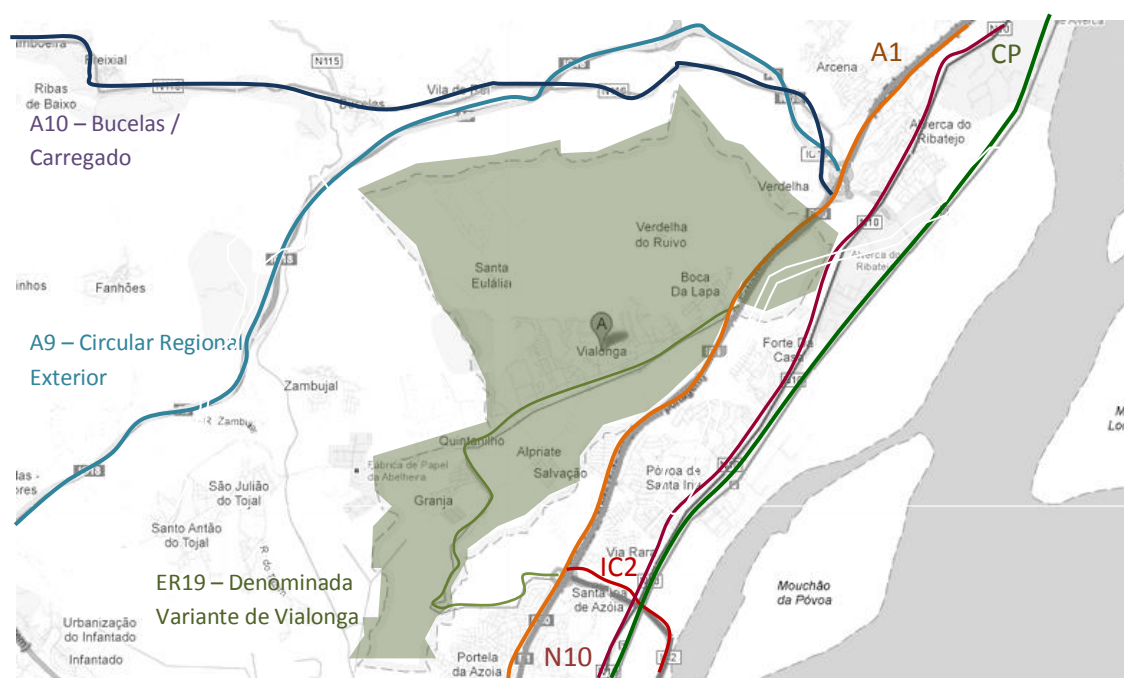


**Figura 15:** Vista aérea da Quinta do Monteiro-Mor com suas pré-existências. Fonte: departamento de urbanismo de Vila Franca de Xira, alterado pela autora.



**Figura 16:** Lugar e sua hidrografia. Fonte: Google maps, alterado pela autora.

A quinta mantém, uma importante relação com a ribeira de Alpriate, afluente do rio Trancão, por onde navegavam barcos vindos de Lisboa que atracavam no cais da Quinta, Porém este acesso já não existe “e a própria ribeira, de água negra, encontra-se ladeada de diques”, no dizer de João Vieira Caldas.<sup>64</sup>



**Figura 17:** Mapa da rede viária. Fonte: Google maps, alterado pela autora.

Lisboa, Litoral e Norte de Portugal.

<sup>64</sup> CALDAS, João Vieira, *A Casa rural nos arredores de Lisboa*. Op. Cit., p.335.





**Figura 18:** Acesso desde a Quinta até ao aglomerado de Alpriate, (4 km, 40 min a pé). Fonte: Google maps, alterado pela autora.



**Figura 19:** Acesso desde a Quinta até ao agregado de Granja de Alpriate, (2 km, 20 min a pé). Fonte: Google maps, alterado pela autora.

O acesso, desde o aglomerado de Granja de Alpriate, até à Quinta do Monteiro-Mor faz-se através de um caminho secundário de terra batida pertencente ao arruamento denominado por, Caminho de Fátima até ingressar para a Rua do Monteiro-Mor. A quinta encontra-se, na variação causada pelo curso da ribeira de Alpriate, e está inserida numa paisagem característica pela sua ruralidade. A sua fachada principal está voltada para Noroeste de encontro e contacto com a extensa lezíria do Rio Tejo, o seu tardoz é orientado a sudeste onde se elevam grandes montes que servem de remate aos extensos campos horizontais da lezíria.



**Figura 20:** acesso desde a Quinta até ao aglomerado de Vialonga, (6 km, 60 min a pé). Fonte: Google maps, alterado pela autora.

Actualmente, todas as pré-existências da quinta encontram-se completamente arruinadas e em estado de degradação. Estes edifícios e a propriedade em que se inserem, apesar da sua dimensão e monumentalidade, são envoltos de um panorama intrinsecamente gracioso mas que se apresenta

em estado de profundo abandono. A vegetação que cresce descontroladamente dentro e fora das ruínas, faz a apropriação do espaço devoluto como seu único habitante. Para além dos edifícios devolutos (casa principal e casa dos caseiros), existe também um antigo poço com uma nora, os tanques que serviam de reservatórios de água para hortícolas e jardins, os pilares de um antigo aqueduto e os muros setecentistas que marcam o limite da quinta e que organizam o espaço de uma antiga praça de touros.

Sabe-se que na quinta existia um cais, marcado por dois frontões de cada lado, por onde se fazia o acesso à habitação principal, porém estas estruturas já não existem.



20



21

**Figura 21:** Casa principal do Monteiro-Mor. Pré-existência em estado de ruína. Fonte: fotografia da autora.

**Figura 22:** Casa dos caseiros. Pré-existência em estado de ruína. Fonte: fotografia da autora.



40



41

**Figura 23:** Pilares do aqueduto setecentista. Fonte: fotografia da autora.

**Figura 24:** Muro da antiga praça de touros. Fonte: fotografia da autora.



**Figura 25:** Vista para sudoeste – Relação da quinta com a topografia envolvente. Fonte: fotografia de autora.



Vialonga é uma freguesia pertencente ao concelho de Vila Franca de Xira, com cerca de 17,52 km<sup>2</sup> de área e 15,471 habitantes (censos 2001), fica situada a 16 km de Lisboa, numa das mais férteis várzeas do Rio Tejo.

Esta freguesia reúne 13 povoações sendo elas as povoações de: Granja de Alpriate; Mogos; Fonte Santa; Verdelha do Ruivo; Cabo de Vialonga; Boca da Lapa; Alpriate; Quintanilho; Morgado; Santa Eurália; Fonte do Vale; Terra do Barro e Casalinho.

Esta freguesia desfruta desde cedo da sua posição geográfica privilegiada, assumindo-se como passagem obrigatória para quem se dirigia à foz do Rio Tejo. A própria estrutura da vila e seu topónimo assim o denuncia, uma vez que Vialonga é uma povoação que se foi desenvolvendo ao longo de uma só rua (tradicional via de acesso à capital). Porém nem sempre a freguesia foi chamada de Vialonga, na época primitiva ela foi chamada de Vila Longa, e com o correr dos tempos de Via Longa, até aos dias de hoje.



**Figura 26:** Fotografia aérea de Vialonga, com representação da via Principal que dava acesso a Lisboa, formada pela Rua Prof. Dr. Egas Moniz e pela Rua Primeiro de Maio. Fonte: Google maps, alterado pela autora.

Os primeiros vestígios de povoamento nesta região, datam desde a altura do final do neolítico, princípios do calcolítico, com a descoberta de uma gruta funerária e de um dólmen, localizados junto à povoação de Verdelha do Ruivo.

Na época romana era nesta região que se encontravam duas estradas romanas provenientes de Lisboa em direcção a Braga. Vialonga era considerada uma importante área de exploração agrícola e comercial, sendo quase certa a existência de *Villas* agrícolas na região.

Foi depois do Terramoto de 1 de Novembro de 1755 que alguns nobres procuraram esta região para erguer os seus palácios e construir as suas *villas* agrícolas. Muitas dessas quintas, eram portadoras de notável arquitectura, tais como: a Quinta da Flamenga, a Quinta do Duque, a Quinta do Brasileiro, Quinta do Carlos, Quinta das Maduras, Quinta do Serpa e Quinta do Monteiro-Mor. Características pelas suas linhas neoclássicas, sóbrias que demonstram todo o carácter da casa antiga portuguesa.



**Figura 27:** Quinta do Serpa, Vialonga. Fonte: Vila Franca de Xira, Saber mais sobre... Património de Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria e Vialonga.



**Figura 28:** Quinta do Monteiro-Mor, Granja de Alpriate. Fonte: A casa rural nos arredores de Lisboa, João V. Caldas (cerca de 1988), 1999.

Existe uma grande semelhança entre a Quinta do Serpa (Morgado) e a Quinta do Monteiro-Mor (Alpriate), como podemos reparar nas figuras acima.

Com o crescimento da capital de Portugal, alteram-se as tradicionais vias de trânsito e no século XIX, com o lançamento do caminho-de-ferro, a auto-estrada do Norte e a com a construção da ponte de Sacavém, Vialonga deixa de ser a passagem obrigatória no acesso à várzea do Rio Tejo. Contudo a sua proximidade com Lisboa trouxe um grande aumento demográfico à freguesia. Foram construídos (por volta dos anos 60 e 70), vários bairros habitacionais destinados a operários e trabalhadores de Lisboa.

A Quinta do Monteiro-Mor em Alpriate, inscreve-se no “*Tipo 7*”, conforme a classificação adoptada no estudo de João Vieira Caldas dedicado às casas rurais dos arredores de Lisboa. Segundo este autor, que procedeu ao levantamento praticamente exaustivo das quintas e das moradas apalaçadas, solares de menores dimensões e algumas casa senhoriais dos séculos XVII a XVIII, este “*Tipo 7*” corresponde a edifícios com “*Axialidade acentuada da frontaria principal e do percurso para a atingir, independentemente da configuração global da residência*”<sup>65</sup>. A Quinta do Monteiro-Mor é, de resto, o exemplo que abre esta secção do livro.

Efectivamente, é precisamente o modelo desta Quinta que serve de guia para a avaliação das casas rurais da zona de Vila Franca de Xira, aliás muitas delas obedecendo a este esquema, mesmo sendo de datas diferenciadas. No “*Tipo 7*” são integradas, para além da Quinta de Alpriate, a Quinta dos Alfinetes (Lisboa), a Quinta do Armador (Chelas, Lisboa), a monumental e erudita Quinta do Marquês de Pombal (Oeiras), a Quinta de Sampaio (Sesimbra), e a Casa de Massarelos (Caxias). Servem de referência para circunscrever o tipo, apesar de muitas das características destes exemplos serem, em algumas circunstâncias, mistos, isto é, encontrando-se neles elementos considerados em outros tipos. Pode-se dizer, no entanto, que o caso do Monteiro-Mor é um caso exemplar, onde a configuração da fachada e a planta da casa seguem os preceitos de “*axialidade acentuada*”.

Refira-se que a definição de Casa Rural é aquela que aqui me serve para efeitos de avaliação histórica do edifício e da propriedade que marcava. Ainda, no dizer de João V. Caldas, a “*expressão casa rural, contudo, aplica-se normalmente às habitações, ou melhor, aos conjuntos construtivos que, integrando a habitação, os edifícios de apoio à agricultura e à criação de animais, o pátio e os próprios muros envolventes*”<sup>66</sup>.

Refere este autor para o facto, que “*só algumas se possam chamar barrocas mesmo quando construídas ou reformuladas no período que decorre entre os finais dos séculos XVII e XVIII*”, o que se aplica, obviamente, ao caso do Monteiro-Mor, uma vez que o edifício embora possua um apontamento ornamental no eixo da fachada claramente barroco – a janela de sacada do andar nobre com um pequeno frontão de remate – o restante do edificado contém-se dentro de uma disciplina de projecto ou de construção muito rígida, e praticamente sem qualquer tipo de ornamento decorativo, que caracteriza, precisamente, o barroco mais típico: “*É que, se analisarmos os edifícios anteriores ao terramoto ainda subsistentes, veremos que são em muito maior número os casarões e palácios de arquitectura chã (só recentemente reabilitada por George Kubler), construídos nos períodos de austeridade pré e pós-restauração, que os prédios e casas senhoriais de exuberância nitidamente barroca*”<sup>67</sup>.

Pode-se dizer então, que Quinta do Monteiro-Mor constitui um exemplo característico desta arquitectura de transição, plana, sem arremedos ornamentais ou diminuindo estes, e com uma tendência para os volumes simples e as fachadas planas, com vãos rectangulares. São estas as características mais evidentes da chamada “*arquitectura chã*” como a definiu o historiador de arte

<sup>65</sup> CALDAS, João Vieira, *A casa rural nos arredores de Lisboa*. op. cit., p. 89.

<sup>66</sup> CALDAS, João Vieira (JVC), “Casa Rural” in *Dicionário de Arte Barroca*, Lisboa, 1988, p. 109-110.

<sup>67</sup> CALDAS, João Vieira, *A casa rural nos arredores de Lisboa*, op.cit., p. 33.

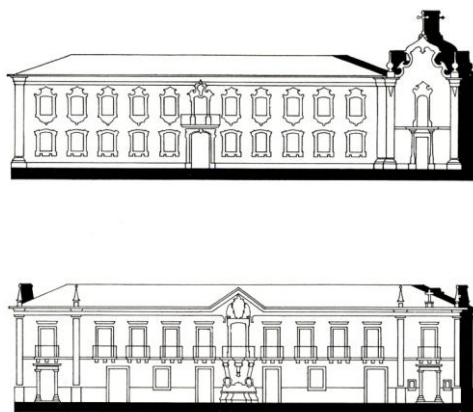


norte-americano George Kubler, na sua importante obra<sup>68</sup>. Este modo de construir funciona como uma corrente de pleno direito, mas entendida numa situação de “intervalo” entre o Renascimento e o Barroco. Também por isso que tenho preferido classificar este edifício como de influência renascentista e barroca, sabendo de antemão que faz por parte desse imenso conjunto de obras de arquitectura, quer civis, quer religiosas, que geralmente entendemos por “estilo chão”.

No dizer de José Sarmiento de Matos, é esta a típica quinta de recreio, “*casa de campo erguida no perímetro das cidades, residências secundárias dos grupos sociais dominantes*.”<sup>69</sup>.

No caso português, aliás, verifica-se que a nobreza e a burguesia ascendente, “*instalada em Lisboa, aproveitará as suas quintas dos arredores para dar largas aos seus propósitos ostentatórios, limitados nas residências urbanas por uma apertada malha urbana*”.

No entanto, e como veremos adiante, não são edifícios deslumbrantes e marcados por uma arquitectura imaginativa. São antes, marcadas pelo “*padrão mais simples, e por isso mais generalizado, sobretudo no Norte, é o simples rectângulo, colocado sobre a via pública, com capela adossada num dos extremos e abrindo no outro um portão de acesso ao pátio, que Carlos de Azevedo baptizou de ‘casa comprida’ (tome-se como exemplo a Quinta das Carrafouchas, no termo de Loures, já do início do século XVIII).*”<sup>70</sup>



**Figura 29:** A “*casa comprida*”, segundo Carlos de Azevedo. AZEVEDO, Carlos, Solares Portugueses, Lisboa, Horizonte, s.d., figs. 31, e 32: Casa da Fidalga e Casa da Rede.

É esta a arquitectura do Monteiro-Mor, em que o eixo central da fachada é fortemente acentuado, sendo a fachada plana e contínua, apenas interrompida na vertical e em cada extremo, por pilastas. Como referido já, não anda longe deste modelo os exemplos de outras casas rurais ou residências principais de quinta de recreio das zonas circunvizinhas. Pelo contrário. Parecem muitas delas obedecer a um esquema simplificado, mas eficaz, que provavelmente resulta de um compromisso, como acontece a maior parte das vezes, assumindo a partir de um exemplo de referência sucessivamente repetido, sendo que não custa perceber que a casa da Quinta do Monteiro-Mor tivesse sido um dos exemplos que inaugurou uma série regional com grande êxito, mesmo que seja

<sup>68</sup> KUBLER, George, *A arquitectura chã portuguesa, Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)* Lisboa, Vega, 2005.

<sup>69</sup> MATOS, José Sarmiento de, *Quinta de Recreio* in *Dicionário de Arte Barroca*, Lisboa, 1988, p. 398-399.

<sup>70</sup> Idem, p. 399.

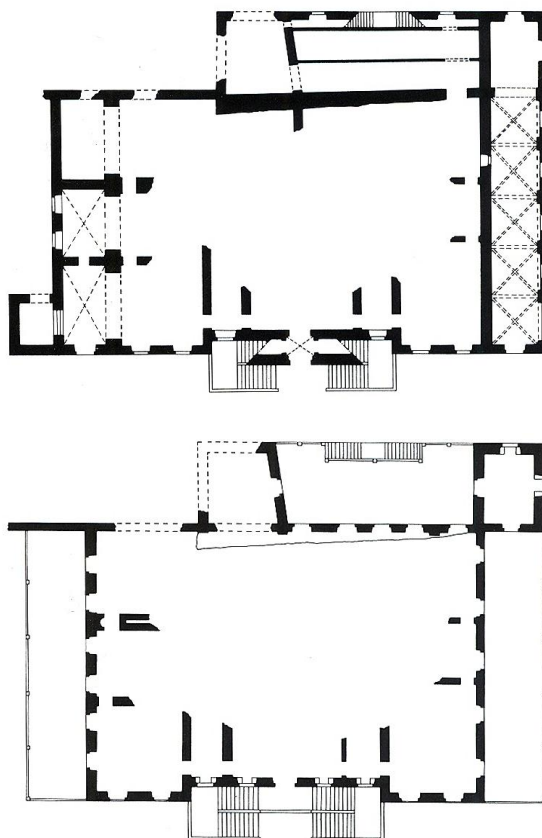
impossível ou indeterminado perceber se se trata de um edifício construído pela contratação de um construtor ou de um arquitecto.

É, todavia, muito pouco o que se conhece da casa referida. Os registos históricos são escassos e não sobreviveu, pelo o que sei, documentação relevante relativamente ao edifício, que hoje se apresenta, em estado de ruína avançado e prestes a perder-se por completo.

Retomando o trabalho de João V. Caldas, constata-se que a casa se inscreve, de facto, nas casas dos arredores de Lisboa, com uma fachada que estabelece uma evidente dinâmica horizontal de “casa comprida”, apesar da sua planta se apresentar como um rectângulo mais profundo. O estado de ruína compromete a reconstituição do seu interior e das hierarquias funcionais da casa.

Pode perceber-se a existência de duas ou mais fases de construção. Mesmo assim, o conjunto apresenta uma considerável homogeneidade.

De facto, tudo leva a crer que tenha existido uma construção mais antiga, que depois recebeu por sobreposição uma outra, mais ampla.

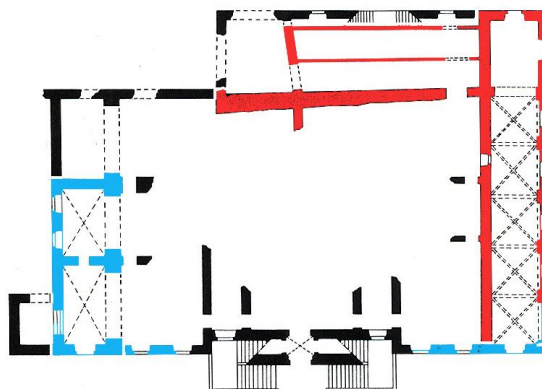


**Figura 30:** Plantas do piso térreo e do 1º piso (em baixo) da Quinta do Monteiro-Mor, Alpriate, fonte: A casa rural nos arredores de Lisboa, João V. Caldas (cerca de 1988), 1999.

João V. Caldas propôs um faseamento para a construção da residência: “A habitação assenta sobre anteriores construções: o terraço do lado direito apoia-se sobre uma galeria com abóbada de nervuras e o terraço de trás sobre duas galerias com abóbadas de berço. Só o terraço do lado

*esquerdo está sobre uma galeria coberta com abóbada de arestas, para onde se estende uma parte da cozinha, que será contemporânea do resto da construção.”*

Assumindo esta leitura como certa, é possível propor, agora em esquema planimétrico, a sucessão possível, das diferentes fases. Assim se verifica a pré-existência de uma estrutura em “L”, sobre a qual se vai erguendo uma nova estrutura.



**Figura 31:** Proposta de faseamento: A vermelho: século XVI-XVII; A azul: século XVIII, (primeira metade); A negro: século XVIII (segunda metade). Fonte: Professor doutor Paulo Pereira.

“Mesmo assim é de crer em três fases sendo que a definitiva, de cerca de 1750 ou mesmo posterior ao Terramoto de 1755, é que deu ao conjunto edificado a aparência que viria a ter, com simetria na fachada principal e a colocação de um frontão triangular sobre um porta com “luneta” de recorte redondo.”<sup>71</sup>

Diga-se que, no entanto, a planta em “L” não corresponde já aos padrões renascentistas de carácter classicista, mas ainda a uma fase de transição, não sendo incomum encontrar testemunhos do período manuelino que adoptam esta solução planimétrica, uma vez que “na sua grande maioria, os paços rurais da realeza ou da nobreza portuguesa, que no seu conjunto funcionavam como uma rede, ‘destinados a veraneio, recebimento de impostos e, sobretudo, ao aprovisionamento de carne, efectuado através de caçadas’<sup>72</sup>, respeitaram durante a centúria de quatrocentos a hierarquia exterior que se exprimia na persistência de um corpo mais alto, de ‘representação’ militar, a torre, acompanhado de anexos quase sempre formando uma planta em ‘L’.”<sup>73</sup>. Este facto tem a ver, segundo o mesmo autor, com a “multiplicação de paços nobres e reais nas principais cidades do país operada desde inícios do século XV revela uma preocupação cada vez maior em criar espaços hierarquizados e de circulação de dominante horizontal.”<sup>74</sup>

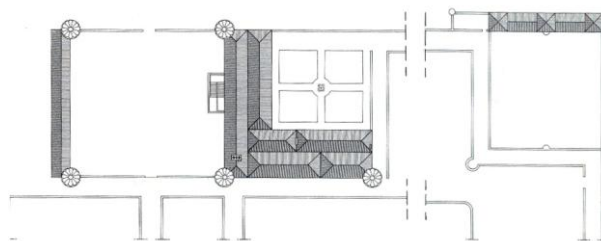
Um exemplo deste tipo de espaços híbridos é o próprio Palácio ou Quinta da Bacalhoa, de cerca de 1520-1540, com campanhas posteriores, mas que apresenta um edifício residencial dotado de torres cupuladas nas charneiras de um corpo em “L”.

<sup>71</sup> Segundo Paulo Pereira, enquanto Professor da FAUTL.

<sup>72</sup> CALDAS, João Vieira, *A casa rural nos arredores de Lisboa*. op. cit., p. 113.

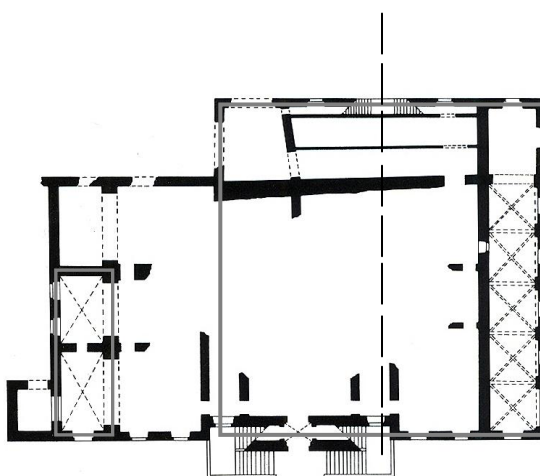
<sup>73</sup> PEREIRA, Paulo, “Modo gótico” in *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, vol. II, p. 95.

<sup>74</sup> Idem, p. 94.



**Figura 32:** Planta da Bacalhoa. Coberturas e envolvente. Fonte: A casa rural nos arredores de Lisboa, João V. Caldas, 1999.

Outra possível leitura, baseada na opção pela simetria desejada, é que a casa principal teria originalmente a planta de um quadrado regrado pela escadaria mais antiga e que o corpo com abobadas de aresta seria um possível anexo, como se pode ver na figura abaixo.



Mas essa pré-existência da Quinta do Monteiro-Mor, deu lugar a uma regularização, típica da arquitectura portuguesa “chã” do século XVI. Por isso, mais do que em Palladio, que serve como pedra de toque para a apreciação de villas domésticas, o mais provável é que esta casa tenha sido desenhada tendo por base os mais do que conhecidos desenhos de Sebastiano Serlio, das suas diversas obras sob o título global *L'Architettura di Sebastiano Serlio Bolognese*<sup>75</sup>, publicadas, originalmente, entre 1537 e 1547, com sucessivas reedições.<sup>76</sup>

<sup>75</sup> Livro IV, *Regole generali sopra le cinque maniere de gli edifici* (Venice: 1537). (ii) Book 3. *Il terzo libro di Sebastiano Serlio Bolognese nel qual si figurano e descrivano le antiquita di Roma, e le altre che sono in Italia, e fuori d'Italia* (Venice: 1540). Livro I., *Libro primo di architettura di Sebastiano Serlio Bolognese* (Paris: 1545); Livro II: Paris: 1545; Livro V Paris: 1547.

<sup>76</sup> Continuação do desenvolvimento histórico, ver anexo V

Na aproximação à Quinta do Monteiro-Mor, é necessário o percurso pelo Caminho de Fátima que vem desde o aglomerado de Granja de Alpriate. Desde a saída da vila até à quinta do Monteiro-Mor, num percurso de vinte minutos, a nossa primeira experiência é a passagem pela quinta do Brasileiro. Dela percebemos a sua grande torre, (parece que pretende romper o céu com o seu telhado pontiagudo), e a sua fachada reveladora de seu carácter nobre (apesar de arruinada). Ao caminhar nota-se a presença sempre próxima do canal da ribeira de Alpriate, (A ribeira parece um guia até ao Monteiro-Mor, ela impõe a sua presença na paisagem rasgando os campos horizontais desta Lezíria do Tejo).

Percurso de terra batida - marcante pela sua calma, pelo seu silêncio, pela respiração profunda que representa o nosso desafogo, pela paz e tranquilidade e pela perfeição da vida natural (para mim marcado pela presença de Deus) – que ao fim de alguns quilómetros, vai revelar a estimulante presença quase secreta de um Lugar memorável.

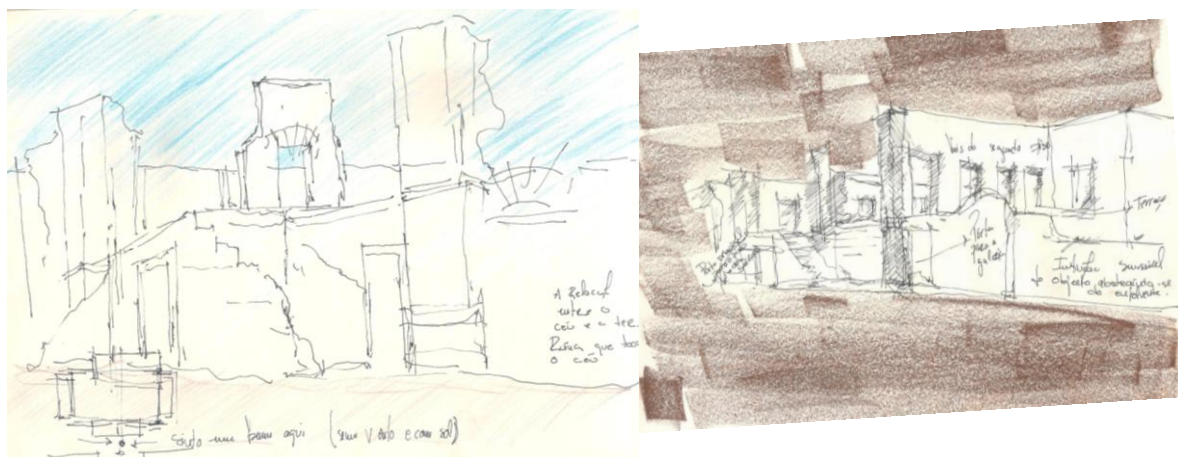
Com a aproximação ao Lugar, a pessoa é invadida por um turbilhão de sentimentos. Por um lado sentimos extrema admiração, entusiasmo, euforia e inquietude por outro sentimos paz, calma, perfeição, adoração por estarmos perante um Lugar de tamanha monumentalidade e importância mas que ao mesmo tempo é revelador de tamanha ruína.

*Sento-me numa pedra voltada para aquele corpo, vejo graça, vejo beleza própria e monumentalidade. Fecho os olhos, percebo o som da natureza, o cantar dos pássaros, o soprar do vento, sinto calma e serenidade no meu espírito. Consigo sentir o vento na minha pele e o calor que me rodeia, o cheiro a campo que me é familiar. Começo a imaginar a sua história, o significado de outrora e os sonhos que proporcionou. Penso no que deve sentir aquele pobre corpo, que resiste, mas que é lentamente esmagado pelo seu poderoso céu. Destinado à sua transparência neste mundo, é consumido pela crescente e selvagem vegetação.<sup>77</sup>*

Toda a envolvente da Vila é pintada por tons naturais de azuis castanhos e verdes, estas cores representam o céu a terra, a água e vegetação. O próprio palácio, apesar de se destacar pelo peso e imponentia, também participa das mesmas cores, expressas pela pedra castanha, e pela própria vegetação que a corrói.

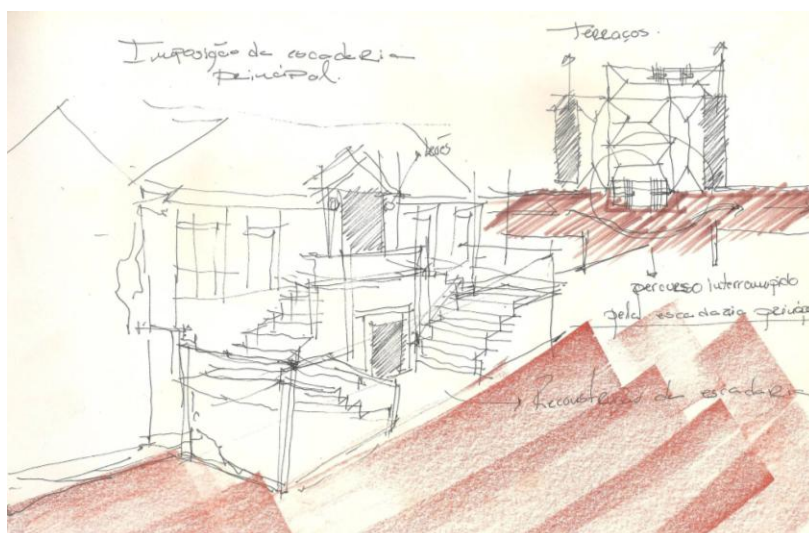
---

<sup>77</sup> Texto da autora.

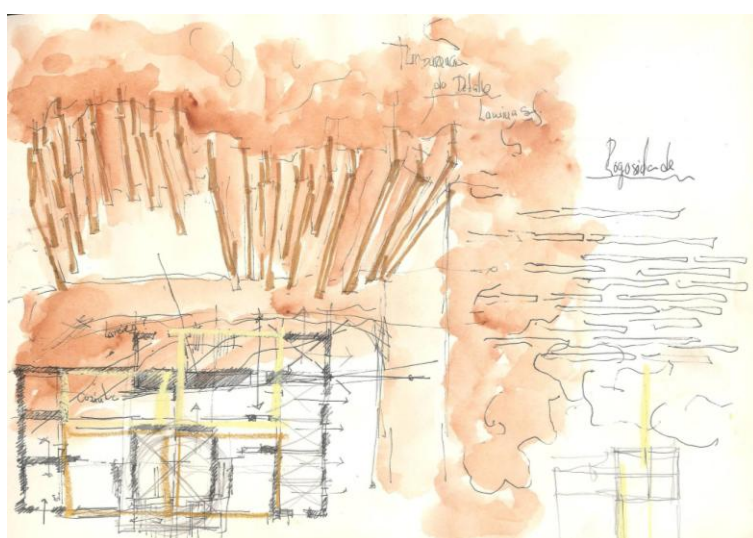


**Figura 33:** *transparência da ruína – representação sensível.* “É uma luta constante entre céu e objecto.”, fonte: desenho da autora.

**Figura 34:** *Interpretação de si mesma – representação sensível.* “A interpretação da ruína tentando abstrair-me do envolvente. Como se ela vivesse por si mesma.”, fonte: desenho da autora.



**Figura 35:** *Reconstrução da escadaria principal – representação sensível.* “A escadaria principal impõe-se sobre o trajeto. Afirmação do monumento.”, fonte: desenho da autora.

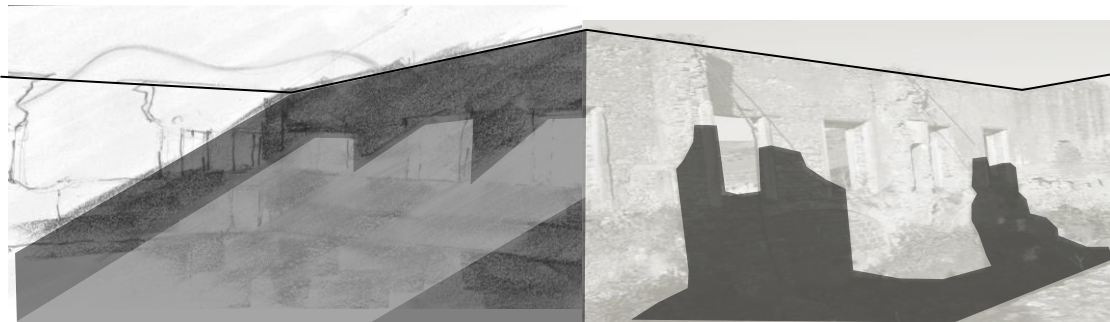


**Figura 36:** *Importância do detalhe – representação sensível.* “A transparência notada no conjunto e no detalhe.”, fonte: desenho da autora.



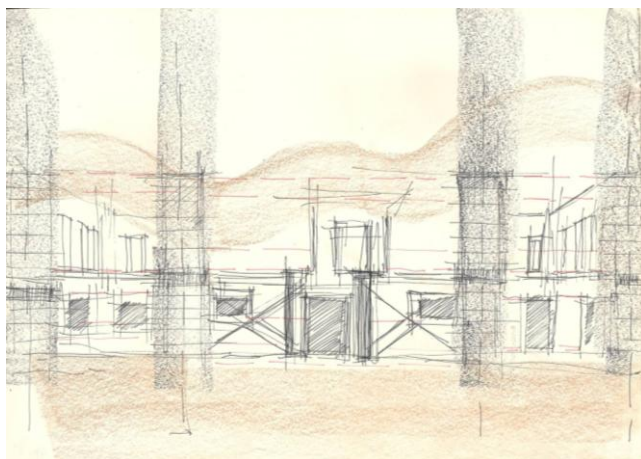


**Figura 37:** *Estrutura que ainda se mantém, tentando sobreviver – o ser vivo que se apropria da ruína.*, fonte: desenho da autora.



**Figura 38:** *Espaço de Sombra espaço de luz abertura para o céu – representação sensível.*

“não se sente o espaço como um abrigo. Talvez pela transparência; talvez por não existir o plano horizontal que nos enquadra no espaço.”, fonte: desenho da autora.



**Figura 39:** *A estrutura e horizontalidade – representação sensível. “O derrube acentua cada vez mais a horizontalidade. A imponência da estrutura sugere a verticalidade.”*, fonte: desenho da autora.

A *Villa* apresenta, desde o Renascimento, uma importante relação entre a sua Arquitectura e a paisagem envolvente. Procurava-se um ideal de *Villa*, a partir da qual se pudesse desfrutar de vistas para colinas e vales, e para a perspectiva da cidade.

A Quinta do Monteiro-Mor, apesar de se tratar de uma edificação que precede de um programa parcialmente utilitário e de muito maior modéstia, mantém esses valores, especialmente na componente das vistas e da sua inclusão com a paisagem, pois serve-se da envolvente natural para a sua composição visual e aquitectónica.



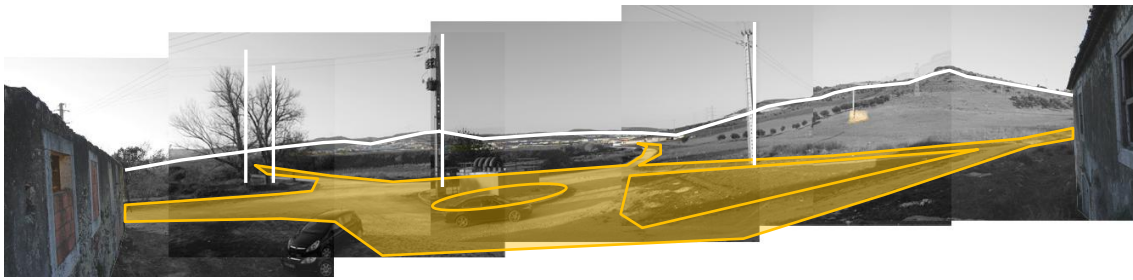
**Figura 40:** Vista aérea da Quinta com marcação de panorâmicas para a envolvente.



**Figura 41:** Panorâmica A – Relação com a paisagem.

Nota-se a franca relação, a Noroeste, com a ribeira de Alprate que acompanha a Rua do Monteiro-Mor. É evidente a variação topográfica que deixa perceber o horizonte em todas as perspectivas menos para sudeste, que ostenta topografia elevada, chegando aos 150 metros de altura.





**Figura 42:** Panorâmica B – Relação com a paisagem.

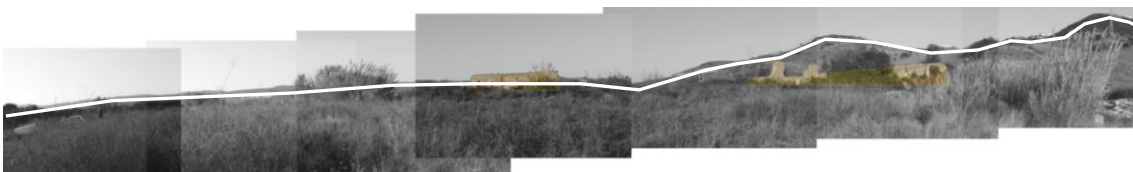
Estando a Quinta do Monteiro-Mor implantada a cinco metro acima do nível médio do mar, nota-se uma relevante discrepância entre a raiz do monte (zona de implantação) e o seu cume.

Na panorâmica acima percebe-se a magnificência da vista que se observa a partir da casa dos caseiros, esta disfruta do desenho da colina, do vale e da perspectiva de Granja de Alpriate. É neste ponto que se percebe a entrada da villa, a verticalidade de alguns elementos, e onde se encontram várias direcções. Além disso a quinta mantém a relação com uma estrutura (tipo moinho), cilíndrica, fixada no arranque do monte, o antigo falcoeiro.



**Figura 43:** Panorâmica C – Relação com a paisagem, fonte: montagem e fotografia da autora.

Na panorâmica para sudeste, percebe-se a relação com o relevo acentuado da topografia existente e a passagem do caminho que acompanha o terreno.



**Figura 44:** Panorâmica D – Relação com a paisagem, fonte: montagem e fotografia da autora.

Relação com o céu (esmagamento do objecto)



Relação com a ribeira (acompanhante)

**Figura 45:** Relação da casa principal com a envolvente, fonte: montagem e fotografia da autora.

Por limite entende-se qualquer elemento que de alguma forma (física ou visual), quebra o contínuo do espaço. Linha que marca o fim de uma determinada extensão.



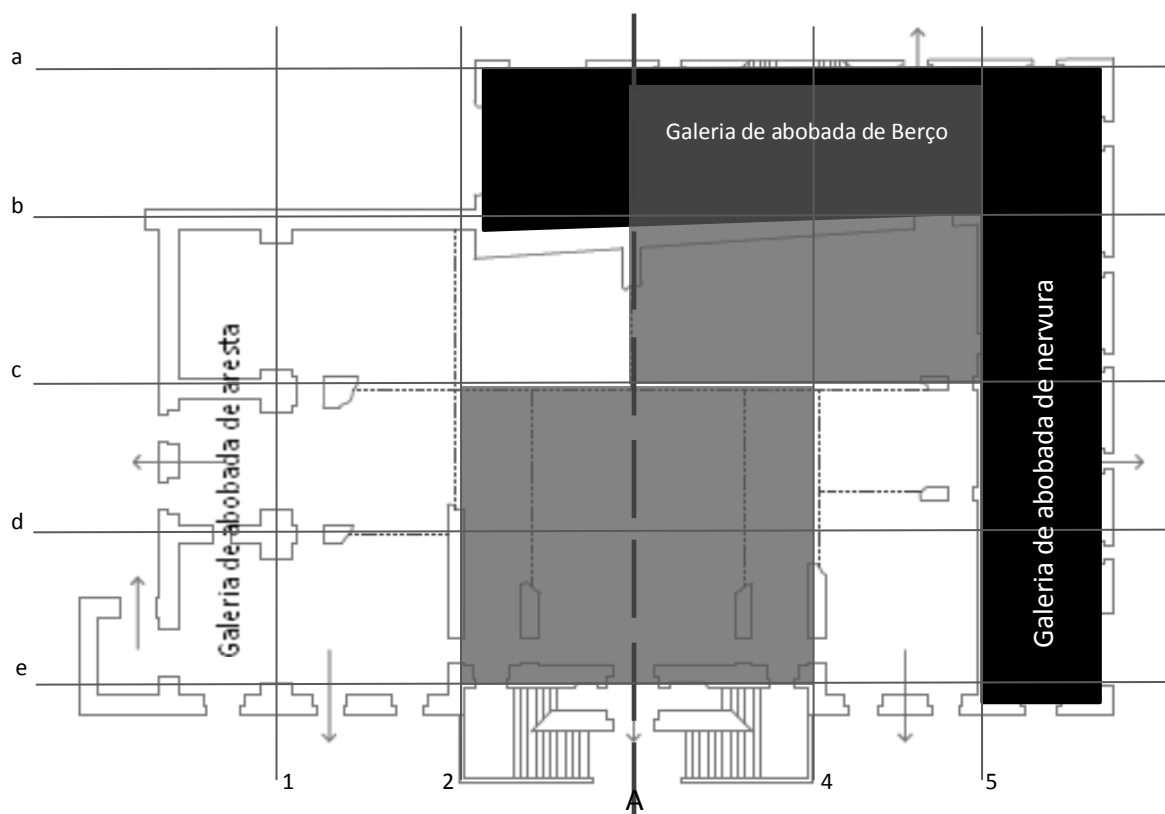
**Figura 46:** composição fotográfica mostrando alguns elementos que servem de limite à quinta, fonte: montagem e fotografias da autora.

Os elementos que servem de limite à quinta são na sua maioria elementos constituintes da natureza – a linha de água, vegetação ou topografia acentuada – outros são constituintes da acção humana – os caminhos, os postes, muros e rotunda.

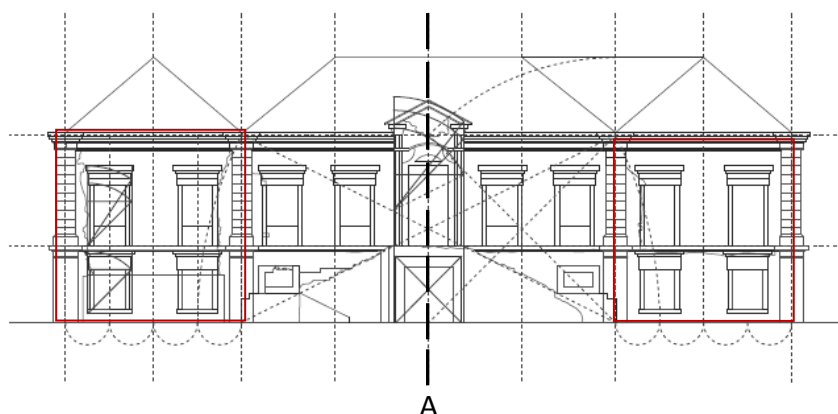
O casa principal da quinta do Monteiro-Mor, encontra-se actualmente em estado de ruína avançada, mesmo assim representa o corpo principal da *Villa*, sendo o elemento que coroa e marca a entrada principal da quinta. Esta antiga residência guarda ainda alguma da sua identidade histórica, arquitectónica e cultural. Apesar do estado de ruína do lugar, esta ainda recebe nos seus caminhos, múltiplos caminhantes, visitantes e gente do desporto.

Devido à avançada degradação da casa, foi necessária a utilização de registos anteriores (1988), para proceder à análise formal, geométrica e espacial do objecto. Estes registos são referenciados na obra de João Vieira Caldas, intitulada *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no século XVIII*.

A casa principal do Monteiro-Mor é um edifício concebido a partir duma ordem geométrica definida por um eixo de simetria principal, em função do qual são organizados as entidades volumétricas e espaciais mais importantes da quinta. A razão pela qual os espaços posteriores apresentarem outra organização, díspar da principal, (estruturada por um eixo secundário), é proveniente da existência de construções anteriores: o terraço do lado direito que se apoia sobre uma galeria com abóbadas de nervuras e o terraço de trás que se apoia sobre duas galerias com abóbadas de berço.

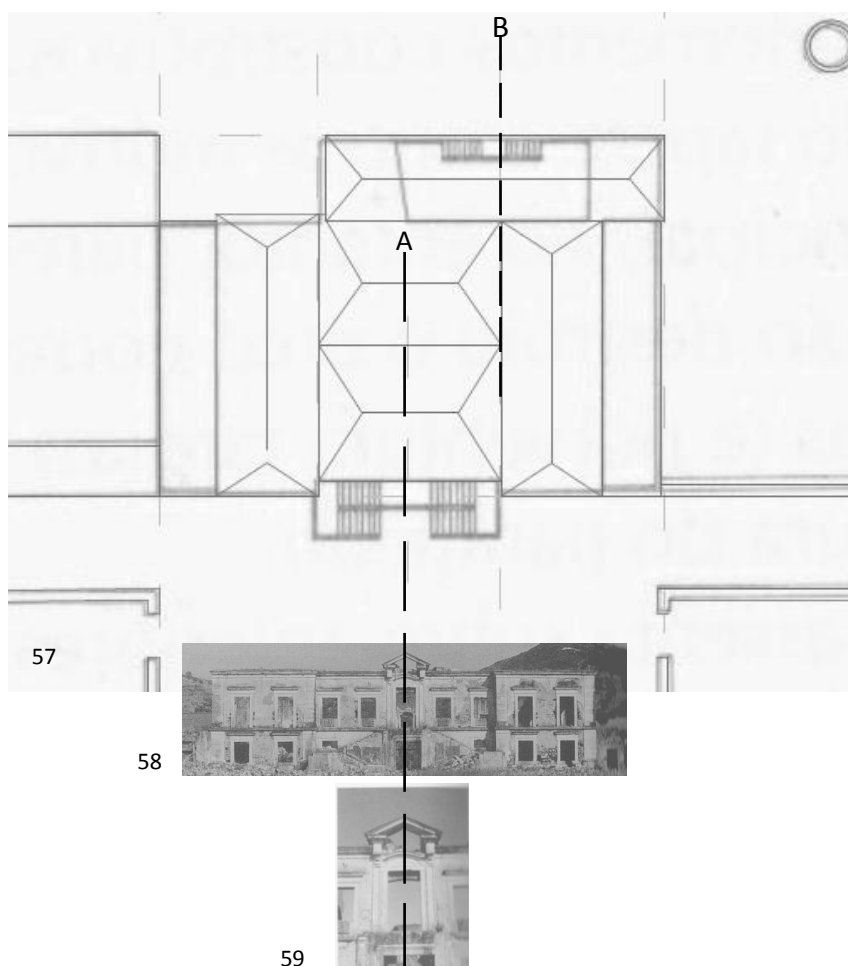


**Figura 47:** Planta do piso térreo da casa – relações simétricas (eixo A), proporções (a cinza) e construções anteriores (a preto), fonte: desenho da autora.



**Figura 48:** Alçado principal da casa – relações simétricas e proporções, fonte: desenho da autora.

As plantas e os alçados da casa do Monteiro-Mor apresentam um evidente racionalismo, simetria e proporção no seu desenho arquitectónico, as suas formas assentam muito nas dimensões do quadrado e na proporção áurea.



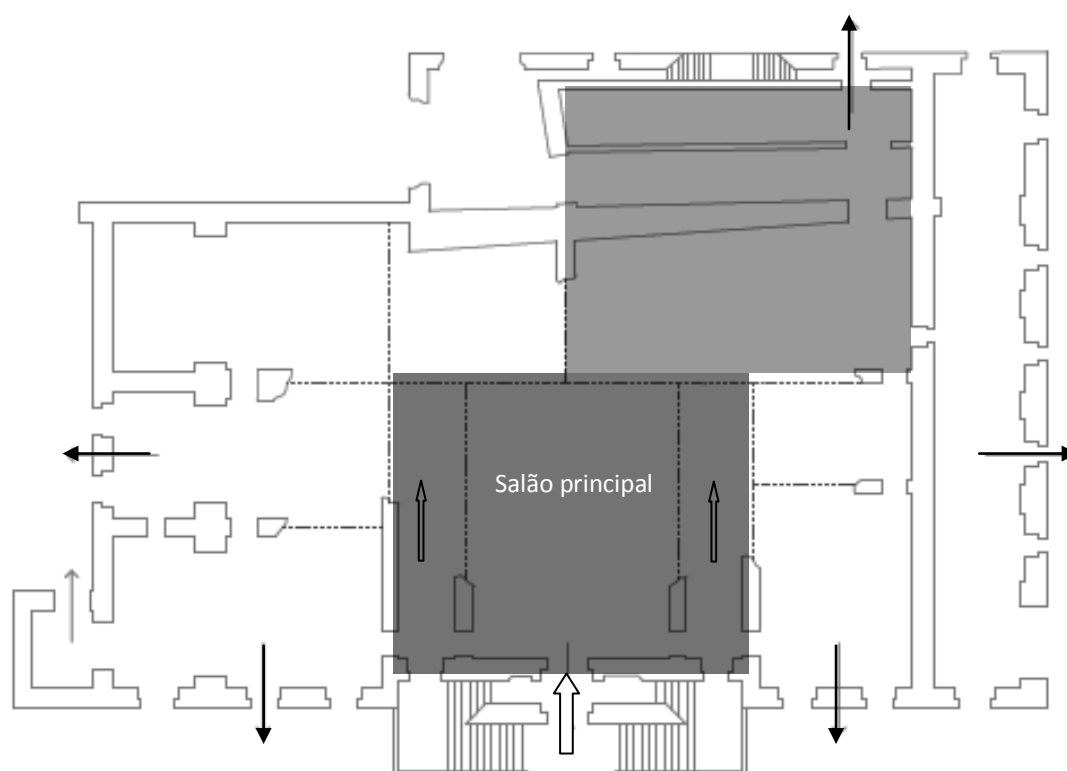
**Figura 49:** Planta de coberturas – marcação de eixos. (reconstrução a partir da planta, levantamento de 1988), fonte: desenho da autora.

**Figura 50:** Fotografia da fachada principal da casa (1988) – marcação de eixos, fonte: A casa rural nos arredores de Lisboa, João V. Caldas, 1999.

**Figura 51:** Fotografia do frontão triangular da fachada principal da casa (1988), fonte: A casa rural nos arredores de Lisboa, João V. Caldas, 1999.

A casa é constituída por dois pisos, o piso térreo de serviços e o primeiro piso destinado a habitação nobre. Do pouco conhecimento que existe, sabe-se que no piso térreo, existia uma cozinha, cavalariças e era onde se fazia a circulação através das galerias abobadadas: laterais e posterior. O piso nobre apresentava a mesma configuração espacial do piso inferior, apenas as galerias foram substituídas por grandes terraços.

A entrada para o piso nobre era o elemento central da fachada principal, anunciada por um frontão triangular e por uma escadaria estruturada simetricamente em função do eixo A (ver figuras 58, 59 3 60), que lhe dava acesso.



**Figura 52:** Planta do piso térreo do palácio: relação de espaços (reconstrução espacial) – circulação ( ↑ ), vistas ( ↓ ), hierarquias (■), fonte: desenho da autora.

A casa do Monteiro-Mor, possui uma planta definida por hierarquias, espaços, circulações, e vistas, criadas pela permissão ao usufruto da paisagem num determinado ponto do interior do espaço construído. O acesso ao interior do palácio é feito, tanto na fachada principal como na posterior, pelo sentido dos eixos de simetria, e seus espaços confinantes apresentam-se por serem os mais importantes na estrutura hierárquica do espaço.

Nota-se então, que o salão principal (ver figura 32) da casa afirma-se por ser o espaço com mais importância de todos, e antes de todos os seus adjacentes, também com relevada importância.

A detailed site plan of the 'Casa dos caseiros' (house of the farmhands) and its surrounding landscape. The plan shows the house, a curral (enclosure), a well, and various agricultural areas. A dashed line labeled 'A' indicates a cross-section through the site. The plan is divided into several zones: 'Possível Bosque' (Possible Forest), 'Possível Horta' (Possible Garden), 'Possível Pomar' (Possible Orchard), and 'Possível Jardim' (Possible Garden). The plan also shows a 'Praça de Touros' (Bullfighting Ring) and a 'Cais' (Wharf). The plan is oriented with North (N) at the top.

50

O Ser Humano sempre sentiu necessidade de se estabelecer no mundo, num Lugar situado entre o céu tectónico e a terra estereotómica<sup>79</sup>. Podemos dizer que o sujeito sempre teve um fascínio pela linha do horizonte, como imagem do plano horizontal da terra, onde se pudesse coabitar em plena relação com a envolvente de paisagem.

Enquanto arquitecto, o sujeito tem o dever de criar espaços que fundamentam o habitar do Ser Humano. Para o conseguir, o arquitecto quer dominar o espaço e com ele a sua arquitectura, ele pretende entender o que era e como era o espaço, através do conhecimento da sua forma e também da sua essência, simbologia e *Genius Loci*.

O método de entendimento do Lugar, teorizado neste trabalho, pode ser extremamente útil aos arquitectos tanto para desenvolver as suas ideias como para por de pé as obras que as materializam.

“Projectar com o Lugar”, é então uma expressão que define o modo de fazer arquitectura relacionando-se com o Lugar e com as suas características. “Projectar com o Lugar” pressupõe o entendimento do “valor do locus” – no sentido referido por Rossi – “entendendo-o como a relação singular, e no entanto universal, que existe entre uma certa situação local e as construções aí localizadas”.

Na reabilitação de lugares, o sujeito arquitecto lida com espaços que transportam valores históricos, arquitectónicos e valores da memória, visto existir previamente uma interpretação do *genius* do Lugar. É então necessário que o arquitecto nesses casos, tenha a capacidade de valorizar os lugares, conjugando as transformações do território com a articulação das pré-existências, não repetindo erros do passado e evitando os do presente. É essencial proceder à libertação da mente para poder discernir quais os elementos que devem ou não ser preservados, mesmo que não estejam classificados. Captando assim o essencial do Lugar.

---

<sup>78</sup> “Projectar com o Lugar”, programa da unidade Curricular.

<sup>79</sup> BAEZA, Campo. *Pensar com as mãos*. Editora Calendoscópio\_Edição e Artes Gráficas, Sa. Fevereiro de 2011.

*“Chama-se Quinta de Recreio à propriedade rústica que, independentemente da dimensão, inclui terrenos de cultivo, hortas e pomares, edifícios de apoio à exploração agrícola e pecuária, habitações de trabalhadores rurais e, junto à residência do proprietário, zonas de lazer, designadamente jardins, pavilhões, fontes, lagos, pombais e matas, variando em função do estatuto social dos moradores.”<sup>80</sup>*

Na estrutura arquitectónica de uma quinta de recreio existem diferentes espaços que se relacionam e se organizam entre eles.

O elemento mais importante e marcante da Quinta de Recreio é a casa do proprietário, aqui denominada de casa do Monteiro-Mor, reveladora de uma geometria e racionalidade própria da cultura da época. No caso do projecto, à semelhança da época em que foi construído, o palácio revela um programa funcional e arquitectónico próprio, que acolhe as funções centrais e comuns a todo o programa. Este elemento tem a função de receber, impõe a sua “face” na sociedade, usufrui das melhores vistas, alberga as funções administrativas de todo o programa e ainda aloja os primeiros espaços da clinica terapêutica.

Ainda dentro da casa existe o salão principal. É o primeiro espaço a que se tem acesso ao entrar na quinta, e o mais importante da casa. Coroado por um lanternim de estrutura fina, esta sala de duplo pé direito é a expressão formal e espacial que mais caracteriza a congregação entre arquitectura “tectónica e estereotómica”<sup>81</sup>.

Como constituintes básicos de uma quinta de recreio, que adoptam uma estrutura formal no espaço exterior, aparecem os jardins formais, os pomares e a mata ou bosque.

Tanto no projecto como numa tradicional quinta de recreio, o jardim formal pode ser entendido como elemento que relaciona o Homem com a natureza na conjugação da sua arquitectura com a paisagem. Este elemento apresenta-se pela sua forte geometrização e regularização formal, proveniente da estrutura regular do edificado.

Alinhado com a fachada posterior da casa, lugar onde tradicionalmente estaria o jardim formal, organiza-se volumetricamente um “jardim construído”, formado por construções semi-enterradas de cobertura ajardinada, que acolhem os espaços comuns do programa (biblioteca e auditório e pátios). É também neste “jardim construído” que encontramos o Pátio-Ninfeu.

O pomar do projecto do Monteiro-Mor assume uma organização recta, alinhada com a geometrização dos espaços envolventes. Esta composição apesar de mais liberta, ainda se rege pelos códigos artísticos e teóricos próprios da constituição da quinta de recreio tratadista.

<sup>80</sup> MESQUITA, Marieta Dá, *História da Arquitectura, Uma proposta de Investigação. o Palácio dos Marqueses de Fronteira como Situação Exemplar da Arquitectura Residencial Erudita em Portugal*, Tese de Doutoramento em História da Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1992 (Policopiado), p.231. citado em: PIRES Amílcar Gil e, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, op. Cit.

<sup>81</sup> BAEZA, Campo. *Pensar com as mãos*. Editora Calendoscópio\_Edição e Artes Gráficas, Sa. Fevereiro de 2011.



A mata ou bosque (presente no projecto e característica da quinta de recreio), assume uma composição liberta, constituída por árvores de grande porte e arbustos que são dispostos de forma natural. Contudo são bem definidos os seus limites.

A presença da água como um elemento característico da quinta de recreio aparece no projecto através da reutilização dos tanques e do poço já existentes, pela introdução de lagos e cascata. Este elemento funciona no projecto, como uma lente fenomenológica, capaz de captar e despertar em nós os mais diversos sentimentos.

*“o recato, a frescura, a sombra que oferecem caramanchões e casas de prazer, proporcionam a quietude e a inquietude – tão necessárias às dimensões física e espiritual do homem – e levam ao acto simples de olhar e meditar sobre o artifício natural (que o espaço que os envolve é) que se considere merecedor da nossa fruição.”<sup>82</sup>*

Estes espaços descritos pela autora (caramanchões e casas de fresco) e o próprio ninfeu, são definidos como arquitecturas de prazer, que permitem ao sujeito o desfrutar de um cenário privilegiado, repleto de emoções.

O espaço mirante é formalmente expresso no projecto como uma simbologia da casa de fresco renascentista, pois daquele espaço pode-se contemplar o jardim e a natureza envolvente. Este tem uma relação muito forte com o elemento água, a sua estrutura formal parece-se com uma casa de fresco renascentista pela sua imposição na fachada, e contemporânea pelas suas linhas.

A peça com estrutura independente, presente no projecto, que dissocia o jardim formal do bosque, ganha por ser um espaço único, coeso e construído à escala do homem. Criado para o homem se relacionar com a natureza - para meditar, contemplar, sentir e descansar - este objecto define-se como arquitectura de prazer. O sujeito ao percorrer o designado caramanchão consegue, no seu percurso, contemplar os jardins e pomares da quinta, os bosques e os lagos.

---

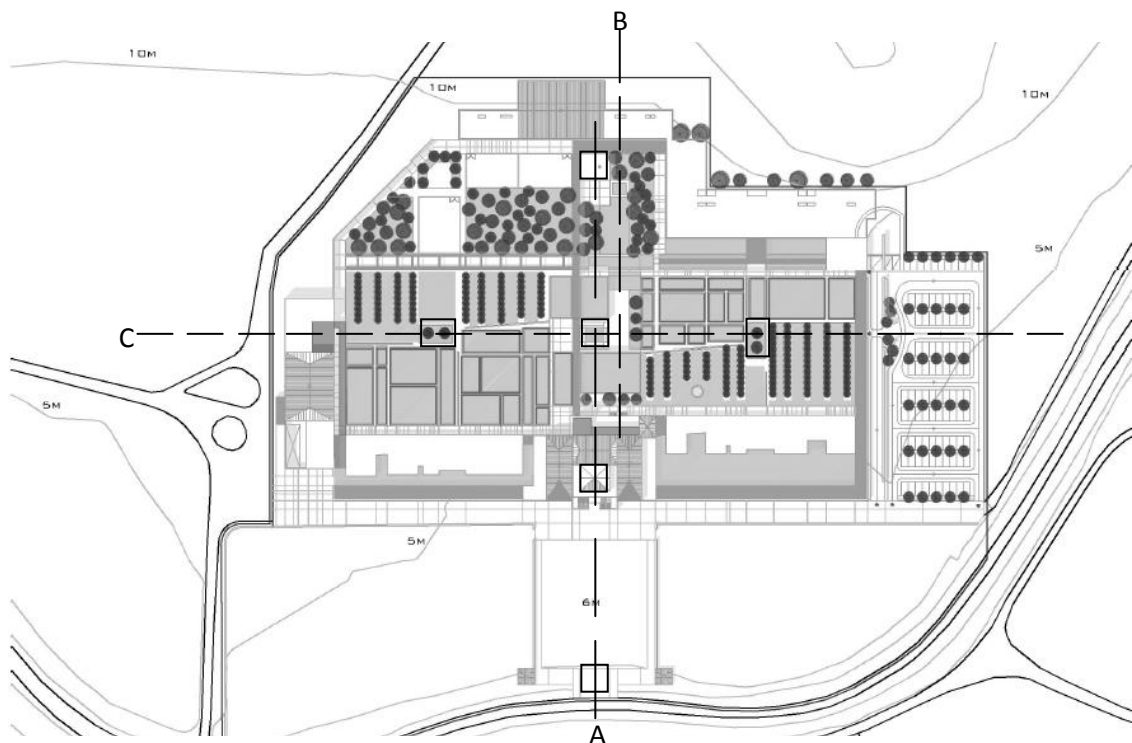
<sup>82</sup> CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira, conferência “O imaginário e a Natureza” no Palácio Fronteira, Abril de 1997.

Para garantir uma unidade formal e espacial do todo, o projecto serve-se dos eixos principais que regem a constituição do palácio, para distribuir todas as outras extensões do projecto.

O eixo A (ver figura 63) é definido como o eixo principal, afirmando-se como elemento que regula os espaços mais importantes, e que procura o equilíbrio formal do conjunto. Ele surge como uma axialidade, porém este elemento não pressupõe obrigatoriamente a simetria de todos os espaços, mas apenas em alguns mais importantes, como é o caso do espaço do cais e frontões, da casa principal, do pátio ninfeu (elemento mítico e escultórico, central a todo o projecto) e da casa do chá. Aqui a simetria e a procura de regularidade direcciona-se para espaços que se querem destacar da forma geral do conjunto edificado.

O eixo B (ver figura 63), secundário, que vem da composição dos espaços posteriores da casa, vai articular alguns elementos constituintes do espaço exterior, como, os tanques de água e o lago.

Nos momentos em que estes dois eixos se correlacionam, podemos dizer que estamos perante espaços tencionados pela imposição de cada um. Existe uma clara disputa pelo domínio dos mesmos espaços, expressa fisicamente pela assimetria de alguns elementos.



**Figura 54:** Planta de Implantação, escala 1.2000, fonte: desenho da autora.

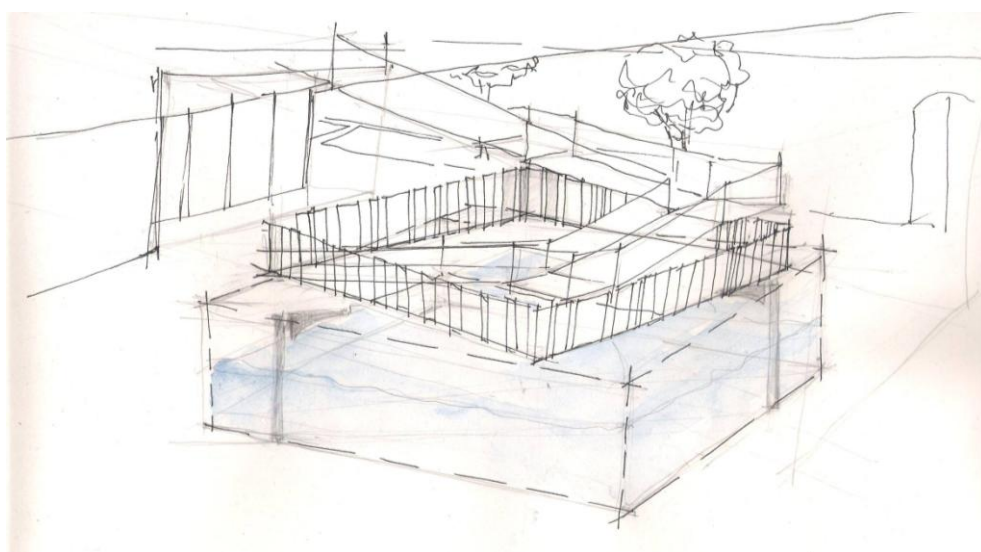
O elemento “Pátio-Ninfeu” (já referido), surge do encontro entre dois eixos (formam uma cruz) o eixo principal A e o C, que partiu formalmente da estrutura pré-existente dos jardins exteriores e a partir da existência de um portal de entrada que atravessa o limite da quinta.

Este elemento estabelece “o centro” da totalidade do espaço arquitectónico da quinta do Monteiro-Mor, e revela ser um forte elemento identificador deste lugar, pois funciona como símbolo que une o passado místico de uma quinta de recreio com um presente funcional promovido pelo programa.

Estas linhas imaginárias, intituladas por eixos, tomam forma no espaço a partir de vários elementos singulares – transmissores de valor e criadores de ambientes - tais como, os pátios negativos (enterrados), o Pátio-Ninfeu (centro), o lanternim que coroa o salão principal do palácio, o cais da ribeira de Alpriate e a Casa de Chá.



**Figura 55:** Desenho de Pátio, fonte: desenho da autora.



**Figura 56:** Desenho de Ninfeu, fonte: desenho da autora.

#### B.4 A ÁGUA: UMA “LENTE” FENOMENOLÓGICA

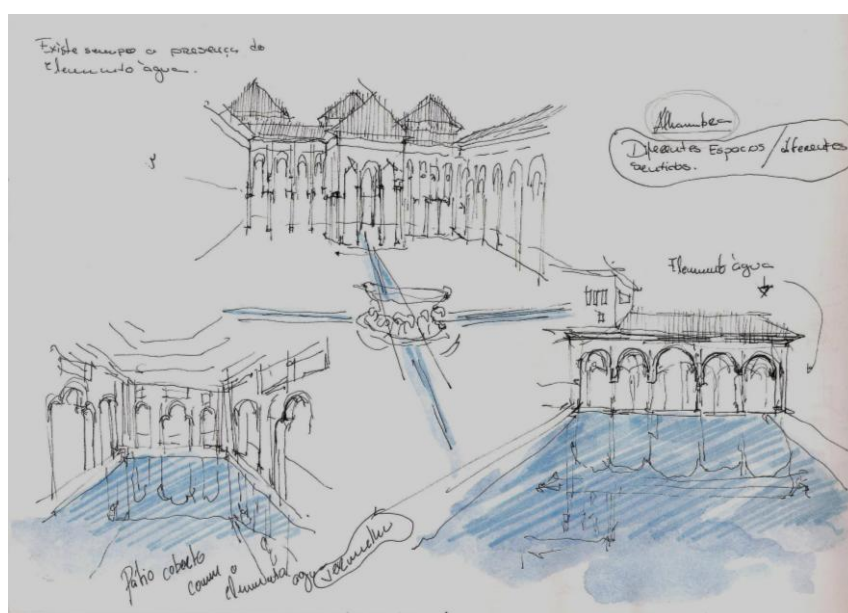
O elemento água como lente fenomenológica surge como um elemento com poderes de reflexão que inverte o espaço e que transforma os raios de luz. O incrível poder psicológico que este elemento possibilita ao sentir o espaço faz do lugar um espaço poético.

A projecção da água sobre a cara inferior do aqueduto, faz dele um ser divino.

A luz líquida que flutua através do vento e que entra num espaço interior faz dele um espaço sagrado dentro de um mundo quotidiano.

O líquido plano vertical (cascata de água), que grita para seguir a sua gravidade, desperta no sujeito todos os seus sentidos.

Este espelho natural que transporta o que passa em cima das nossas cabeças para um plano horizontal e que transporta magia para a própria arquitectura, faz de nós o sujeito dos sentidos.



**Figura 57:** Alhambra reflectida na água. Fonte: desenho da autora.

*“o homem habita quando pode orientar-se a si mesmo em, identificar-se ele mesmo com um ambiente ou quando vive essa envolvente como plena de sentido. Morada significa algo mais do que refúgio/esconderijo. Implica que os espaços onde a vida se desenvolve são lugares, no verdadeiro sentido da palavra. Um lugar é um espaço com carácter distinto. Desde tempos antigos o Genius Loci, ou espírito do lugar, tem sido reconhecido como a realidade concreta que o homem tem que afrontar e com a qual se relaciona na sua vida diária. A arquitectura significa visualizar o Genius Loci e a tarefa do arquitecto é criar lugares com sentido, com o que ajuda o Homem a habitar.”<sup>83</sup>*

Sabe-se que neste Lugar do Monteiro-Mor, em tempos, existia um cais onde atracavam os barcos vindos de Lisboa, através do rio Trancão. Conclui-se que o conjunto possuía uma zona de cultivo com nora e fonte, uma área onde se guardava o gado, praça de touros, lagares e cavalariças.

O habitar na quinta pressupunha, naquele tempo, o ingresso ao meio rural como o ideal de vida do homem nobre. A ribeira de Alprate apresentava-se como uma importante rota de comércio para Lisboa. Os habitantes da quinta serviam-se da ribeira para pescas e regadio.

Na quinta existiam fontes, tanques e poços com nora que serviam de regadio para os extensos campos cultivados de pomares e hortas.

Havia dias de festa no Monteiro-Mor, os nobres convidavam outros nobres para assistir a touradas, que na frente do palácio se realizavam. O gado e os ilustres cavalos de toureio eram presença forte na quinta. As próprias cavalariças, que ocupavam o piso térreo da residência, impondo-se hierarquicamente em relação aos outros espaços, eram áreas categoricamente muito ilustres.<sup>84</sup>

A caça era também uma actividade bastante apreciada. Os fidalgos, exibindo os seus cavalos, abandonavam os limites da quinta em busca de boa caça (pombos, patos bravos, etc).<sup>85</sup>

A água era um elemento muito importante e característico da quinta. A sua forte relação com a ribeira, a presença do aqueduto que levava água vinda dos montes, os tanques, o poço, as fontes e os pequenos lagos são testemunhos disso.

A história e tradição do Lugar do Monteiro-Mor, torna (a meu ver) necessária a salvaguarda da sua identidade. Todos os elementos e significados históricos que se tornaram permanentes ao longo das várias gerações, constituem o *Genius* deste lugar.

É importante então manter e recuperar o significado daquele Lugar. A partir dessa ideia tentou-se resgatar alguns princípios do passado, tais como a relação muito franca que se tinha com a ribeira de Alprate e que se perdeu, a actividade hípica que fazia parte da essência do lugar, os espaços ajardinados e os pomares, os espaços destinados ao culto da natureza, a presença da água não só como elemento poético e místico mas também funcional.

<sup>83</sup> SHULZ, Christian Norberg, *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*, Ed. Rizzoli, New York, 1984, p. 5

<sup>84</sup> TOMÁS, José Sequinho, Compilação histórica da freguesia de Vialonga, ver no anexo IV

<sup>85</sup> Idem.



**Figura 58:** Espírito do Lugar : cavalo, fonte: desenho da autora.

## B.6 ACERCA DA LUZ E DA SOMBRA

O carácter e a qualidade da arquitectura é muitas vezes sinónimo da qualidade da sua luz, que se conforma pelos cheios e vazios, pelo grau de opacidade ou de transparência.

Quando um arquitecto compreende que a luz é o tema central de qualquer arquitectura, ele começa a dedicar a sua obra em busca da qualidade da luz nos seus espaços. Descobre que a luz se vai tornando o mais bonito e o mais rico material de construção, pois é o único capaz de colocar o homem em sintonia com a arquitectura, sem que dependa de modas ou culturas. A luz é o único material que pode vencer o tempo.<sup>86</sup>

O projecto do Monteiro-Mor, busca a correcta combinação entre luz e sombra. Para isso, são utilizados diversos maquinismos em prol da captação da luz ou, pelo contrário, de protecção da mesma.

Os diferentes pátios, presentes no projecto, são tidos como organismos intermédios que levam a luz ao interior dos espaços, através da transparência dos seus planos verticais inferiores.

Todos os vãos são escavações nas paredes verticais que levam a luz solar para o interior. O próprio jogo de planos que recuam e que avançam, introduzem no espaço, incríveis variações luminosas.

O lanternim que coroa o salão principal da casa é representativo de uma arquitectura contemporânea, pura “ossada”. Por essa razão, esta peça de estrutura fina terá de adoptar mecanismos que protejam a sala da luz quando excessiva.

A luz controlada proporciona conforto e satisfação. Espaços conhecidos pela sua qualidade lumínea, causam no sujeito observador, emoção, sentimentos profundos e afeição pelo espaço.

É pela luz que a arquitectura vive. Sem a luz, a arquitectura não era nada.

---

<sup>86</sup> BAEZA, Campo. *Pensar com as mãos*. Editora Calendoscópio\_Edição e Artes Gráficas, Sa. Fevereiro de 2011.

Foi desde logo muito claro, face às características naturais de excepção, que qualquer proposta para o Lugar do Monteiro-Mor teria que interpretar e entender a paisagem envolvente de forma a integrar-se nela.

A integração da arquitectura com a natureza é absolutamente fulcral para este projecto. Sem este diálogo Homem – Natureza, o Ser Humano sentir-se-ia deslocado do mundo, separado da sua origem, estranho no contexto de um lugar sem identificação com a natureza.

É necessária a criação de um contínuo de espaços, de modo a que a complexa encruzilhada de tempo, luz, materiais e detalhes criem o “todo”. O momento em que os elementos individuais começam a perder a sua claridade, o momento em que os objectos se fundem com a natureza, é o instante em que o projecto atinge a perfeita harmonia com a paisagem.<sup>87</sup>

É absolutamente indissociável a percepção da natureza envolvente com a forma de projectar com o Lugar.



**Figura 59:** Integração com a natureza, fonte: desenho da autora.

---

<sup>87</sup> HOLL Steven, cuestiones de percepción, *Fenomenologia de la arquitectura*. Barcelona, 2011, p. 14 e 15

A música e a arquitectura são duas artes inteiramente relacionadas, pois ambas se organizam a partir de certas composições rítmicas marcadas num determinado espaço e numa determinada linha de tempo.

As suas respectivas naturezas permitem ricas combinações formais que, pelas suas variações físicas do tamanho, intensidade, geometria, proporção, assimetria, etc., podem surpreender os sentidos e a mente de qualquer Ser Humano presente.

Fazer música ou arquitectura é criar ambientes, é compor um espaço, é projectar uma ideia esperando um sentimento, uma interpretação, uma aceção por parte do receptor. Criar música ou arquitectura é buscar harmonia e contraponto no total da melodia.

Le Corbusier afirma: *“A música é tempo e espaço, como a arquitectura. A música e a arquitectura dependem da medida.”* Xenakis<sup>88</sup> refere: *“Fazer música ou arquitectura é criar, engendrar ambientes que envolvem sonora ou visualmente, poemas.”*

Podemos dizer que a composição, em Arquitectura, reside no ritmo dos seus elementos constitutivos e definidores, no equilíbrio e relação entre eles, no desenho e na forma.

No que se refere à composição poética do espaço, podemos falar da importância da rima e de ritmo (ou métrica) musical, como um dos contributos, na organização e constituição de uma composição arquitectónica perfeita. Assim como podemos falar da importância da Arquitectura para o desenvolvimento da música, tal como refere o músico David Byrne<sup>89</sup>, que defende que cada Lugar tem intrínseco a sua própria música.

No projecto do Monteiro-Mor, os ritmos propostos por alguns elementos (guardas, lanternim, fenestração, estereotomia do pavimento etc.), tiveram por base a composição musical. Toda a matéria pertencente a uma determinada composição é uma nota (som, melodia), e a ausência desta matéria - ou sua transparência - surge como a pausa da melodia. Metafóricamente, estes elementos surgem na arquitectura como música sobre a qual existe uma combinação de sons e de silêncios, seus componentes.

A música contém e manipula o som e organiza-o no tempo. Melodias mais calmas apresentam composições com notas mais extensas no tempo, enquanto que melodias mais dinâmicas proveem de composições com notas mais breves. Assim se pode entender a melodia da composição arquitectónica. Em espaços que requerem mais dinâmica o ritmo é mais intenso e repetitivo, e o contrário se passa em espaços onde o espírito é de quietude.

---

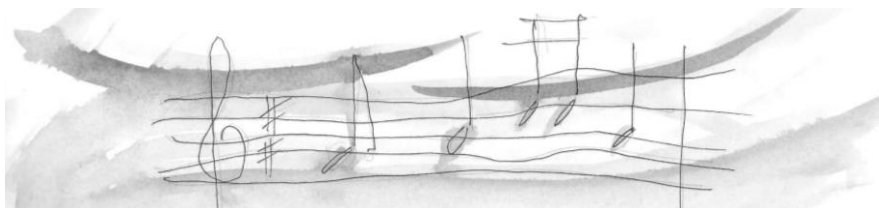
<sup>88</sup> Iánnis Xenákis, foi um engenheiro, arquiteto, teórico musical e compositor grego, naturalizado francês. É considerado como um dos mais influentes compositores do século XX. Como arquiteto, Xenakis é conhecido principalmente pelo seu trabalho com Le Corbusier: na criação de Sainte Marie de La Tourette.

<sup>89</sup> David Byrne (14 de maio de 1952, *Dumbarton*, Escócia, Reino Unido) é um músico, compositor e produtor musical, é mais famoso por ter fundado a banda *Talking Heads*, em 1974. Já foi premiado com diversos *Grammys*. Por seu trabalho como compositor de trilhas sonoras, já recebeu um Óscar e um *Golden Globe*. Como membro do *Talking Heads*, Byrne foi incluído no *Rock and Roll Hall of Fame*.





**Figura 60:** uma das galerias de Sainte Marie de La Tourette, fonte:  
[http://www.flickr.com/photos/chiara\\_facchetti/321642908/](http://www.flickr.com/photos/chiara_facchetti/321642908/)



**Figura 61:** Pauta musical, fonte: desenho da autora.



**Figura 62:** Uma das galerias do projecto, fonte: desenho da autora.

*“Assim, a união entre passado e futuro está na própria ideia da cidade, que a percorre tal como a memória percorre a vida de uma pessoa e que, para concretizar-se deve conformar a realidade, mas também conformar-se nela.”<sup>90</sup>*

É importante referir que a intervenção no Lugar do Monteiro-Mor tem por base a noção de “continuidade histórica”, referindo-se ao velho (tradicional) e ao novo (contemporâneo), como dois mundos que se tentam unir num todo único. Cada um aparece sem se confundir mas dialogam sem conflito.

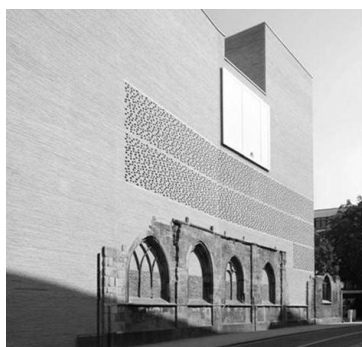
Tomando a teoria de Aldo Rossi, na ideia de *Projecto arquitectónico como reflexo de tensão entre permanência e transformação*, a raiz desta intervenção arquitectónica tenta estar na correcta articulação entre a memória, o lugar e o desenho. Este último como uma forma de pensar arquitectura, pois reflecte uma condição, um momento da própria vida, da realidade.<sup>91</sup>

Propôs-se, portanto, cursar por um processo projectual com raízes na memória e na tradição. Estabelecendo relações muito fortes com as pré-existências e com o Lugar, fundindo o contemporâneo com o antigo.

Contudo, esta fusão entre estes dois mundos acaba sempre por criar uma zona de “entre”, uma zona de nevoeiro, indefinida, tornando complicada definir onde começa o novo e termina o antigo. Uma forma de maximizar o potencial da arquitectura em questão, explora-se o “entre”, como unificador ideólogo da corelação entre dois mundos.

O “entre” está em reflectir sobre o comum ente os desiguais, o contínuo entre o descontínuo. Para, através deste, poder interligar os dois mundos do passado e do presente.

Exemplos de arquitecturas que de certo modo exploram o “entre” do passado e do presente, estabelecem a ponte entre a memória e a evolução.



**Figura 63 e Figura 64:** Exterior e interior do Museu Kolumba de Peter Zumtor.

<sup>90</sup> Rossi, Aldo, *Arquitectura da Cidade*, São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.200. citado em: [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br).

<sup>91</sup> Rossi, Aldo, *Città con cupole e torri*. Fonte: ARNELL e BICKFORD, 1991, p. 66. citado em: [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br).



**Figura 65:** representação do “entre” no projecto, fonte: fotomontagem da autora.

#### B.1 □ □ DETALHE

A percepção total dos espaços arquitectónicos depende tanto do conjunto como do detalhe. Tal como o gosto de uma comida depende dos sabores de todos os seus ingredientes.<sup>56</sup>

Os materiais que formam o espaço arquitectónico, percebidos essencialmente pelos sentidos do tacto e visão do ser humano. A rugosidade presente na pedra, a leveza e contemporaneidade presente nos detalhes de metal e zinco, a transparência e fluidez do vidro, a beleza e limpeza da alvenaria branca, a natureza presente na vegetação e nos elementos de água, etc. fazem parte de um reino hepático.



**Figura 66:** Aspereza da pedra. Fonte: fotografia da autora.

A arquitectura é um reino onde as ideias e a criatividade não tem limites. Porém, como é que dizemos que a arquitectura difere em cada circunstância e em cada Lugar? Pode-se dizer então que a arquitectura tem uma medida final, a que reside na nossa percepção com o lugar e a que vem das nossas experiências de vida.

Neste sentido podemos definir o Lugar como uma condicionante da arquitectura, na sua abordagem histórica, física e cultural. Um determinado lugar, carregado de significado, impõe uma presença tão forte que, na maior parte dos casos, o programa arquitectónico acaba por se contextualizar.

Noutros casos em que a arquitectura toma uma ideia de negação com o Lugar, contrapondo os princípios e orientações do mesmo. Até essa forma de arquitectura (arquitectura que passa a tentar referenciar-se), carece primeiramente de uma interacção com o lugar para, assim, poder contestá-lo.

Decorrendo da necessidade de reabilitar a quinta do Monteiro-Mor como património, devolvendo este lugar à população, é preciso um programa funcional que interprete o carácter do lugar, pela sua singularidade, e que, ao mesmo tempo, lhe proporcione actividade, expressividade, movimento e dinamismo, para que possa ser um “ponto vivo” por entre uma envolvente disfuncional.

Deste modo, é-lhe atribuído a denominação programática de *Centro terapêutico e de ensino de medicina alternativas (hipoterapia e hidroterapia)*, especialmente destinado ao tratamento de cidadãos física ou mentalmente deficientes.

Esta unidade terapêutica deverá, portanto, obedecer a um programa funcional que inclui uma abrangente dimensão social - englobando, por exemplo, áreas de educação, formação e integração – uma dimensão assistencial e profissional.

A formação será uma das áreas relevantes deste projecto: profissionais de saúde encontram no centro excelentes condições para a sua aprendizagem e treino, num ambiente ideal e adaptado ao bom exercício assistencial. Existem no programa áreas de salas de aula, auditório, laboratórios e espaços polivalentes, tudo visando uma metodologia interprofissional e pluridisciplinar exemplar.

Nos aspectos de natureza social destaca-se, desde logo, uma orientação para a interacção e integração das famílias, com os doentes e comunidade em geral. Todos os espaços de passeio, comuns, de recreio e de prazer, foram também pensados, tendo em conta uma verdadeira filosofia de solidariedade social, que assenta numa vertente positiva de usufruto dos espaços contemplativos da quinta.

O espaço terapêutico trata-se de uma unidade que visa fundamentalmente fazer beneficiar os utentes com dificuldade de mobilidade, incapacidades e limitações, de programas de reabilitação validados cientificamente como é o caso, do programa hipoterapêutico e hidroterapêutico, principais no plano.

Estas formas de terapia fazem parte de um conjunto de unidades integradas no ramo da Medicina Física e de Reabilitação, mais propriamente, fazendo parte de uma vertente alternativa ou complementar do tratamento. A hidroterapia e a hipoterapia partem de uma ideia não só de componente terapêutica como também de uma interdependência com a memória do Lugar do Monteiro-Mor (como quinta de cavalos numa relação muito franca com o elemento água).

Todos os espaços constituintes do centro terapêutico, dado os fins a que se destinam, são destituídos de quaisquer barreiras arquitectónicas, muito pelo contrário, todo o projecto visa privilegiar as acessibilidades dos utentes portadores de incapacidades. Por meio de um elevador – estrategicamente localizado e centralizado – pela opção quase geral de fixar todos os espaços num único plano horizontal ou, quando isso não acontece, então possibilitar o acesso por rampas ou por meio mecânico (elevador). Em idêntica situação se apresentam todos os espaços por fim a serem utilizados por estes cidadãos portadores de deficiências, como são exemplo: as instalações sanitárias, balneários, vestiários, tanques de natação, espaço de sauna, espaço de massagem, etc.

As áreas destinadas à implementação dos programas terapêuticos em que frequentarão os utentes são:

- Gabinetes médicos generalizados;
- Ginásio polivalente para a prática desportiva e fortalecimento muscular e respectivas salas de apoio;
- Salas de massagens terapêuticas;
- Hidroterapia (piscina de água fria, tanque de marcha/água tépida, tanque de água quente, saunas e banhos turcos, salas de hidromassagem, jacuzzi, a jacto) e respectivas salas de apoio;
- Hipoterapia (picadeiro coberto, picadeiro descoberto, boxes, padoks, sala de arneios, loja) e respectivas salas de apoio.

No entanto, esta unidade não é, tão-somente uma unidade de tratamento. Antes de tudo exige uma atitude de diagnóstico. Por essa razão, e funcionalmente, existem os *Gabinetes de Primeira Consulta*, destinados a conferir a primeira admissão dos utentes ao Centro. Nesses espaços fazem-se os primeiros diagnósticos e os encaminhamentos para os diferentes tratamentos.

No que se refere a áreas destinadas à implementação dos programas de ensino e formação profissional em que frequentarão formandos e formadores são os espaços seguintes:

- Salas de aula cada uma com 19 lugares, num total de 13 salas de aula.
- 4 laboratórios e respectivas salas de apoio.
- Secretaria.
- Espaços de convívio e recepção.

Contando também com a biblioteca e o auditório com uma lotação prevista de 143 lugares.

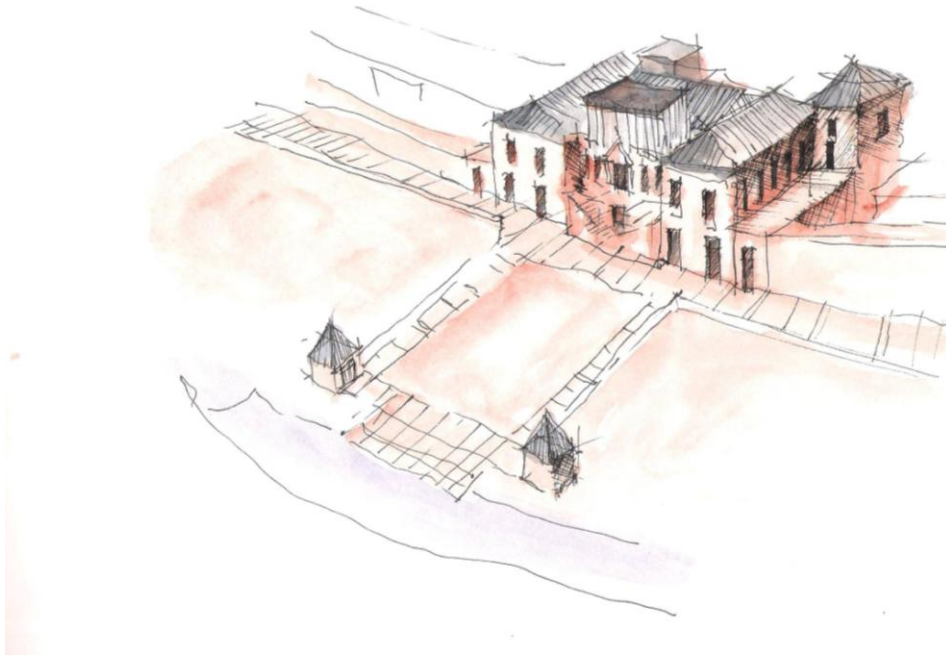
A reabilitação e ampliação da *Casa dos Caseiros* (pré-existência da quinta) possibilita a implementação do núcleo principal de formação profissional e de ensino, que alberga o conjunto das salas de aula, dois dos laboratórios, espaço de convívio, pátio, recepção e acessos para os restantes laboratórios.

Por espaços de interacção social tem-se um conjunto de unidades caracterizadas por serem de utilização comum a todos os que vierem a frequentar ou a visitar o centro. Estas áreas adoptam, na sua generalidade, posições centrais no projecto, ou então que se destacam pelo seu volume ou altura (Mirante – ver figura 86).

Esses espaços de inter-acção social são:

- Mirante (com acesso pelo estacionamento);
- Área de convívio com bar e esplanada (localizado no Palácio do Monteiro-Mor);
- Biblioteca e respectivas salas de apoio;
- Auditório (quando existem conferências, formações abertas ao público em geral, etc);
- Casa de Chá;
- Ginásio polivalente (com possibilidade de utilização para o público em geral) e respectivas salas de apoio;
- Todos os espaços exteriores, de recreio e prazer;
- Espaço exterior do cais com frontões.

A regeneração do cais da ribeira de Apriate e seus frontões responde a uma importante necessidade de recuperar o espírito do Lugar. A relação com o elemento água (ribeira), formalizada na construção do cais e seus frontões – axializada com a residência do Monteiro-Mor – possibilita a existência de outro espaço de Interação social, importante na aproximação à Quinta (extramuros). Os próprios frontões podem tomar funções como: café, pequena sala expositiva, loja, espaço de apoio a desportos náuticos (como canoagem, etc).

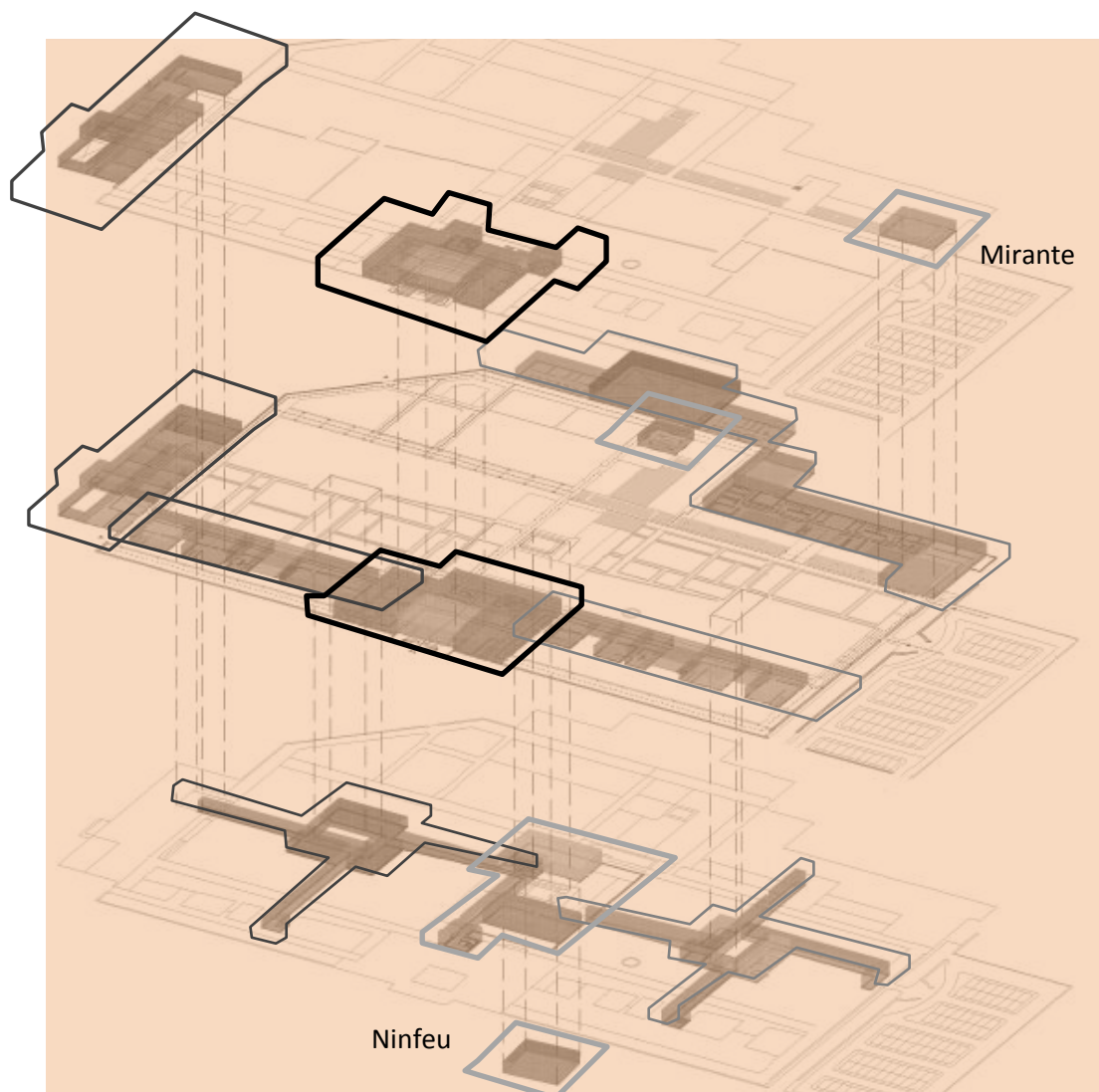


**Figura 67:** relação do palácio com os frontões e o Rio ALpriate, fonte: desenho da autora.

A casa principal do Monteiro-Mor – peça de maior importância no projecto, dado o seu grande valor histórico e arquitectónico, dado a sua centralidade - é determinado como entrada e saída da quinta, admitindo, nos seus espaços, programas mais gerais, comuns a toda a unidade. Este núcleo principal deve interagir adequadamente segundo um modelo operativo racional que tenha por objectivo principal garantir o ideal e uno funcionamento de todo o Centro, assim como garantir o estabelecimento de relações fundamentais e sinergias com o exterior.

Este núcleo primordial a todo o plano, alberga os espaços seguintes:

- Recepção central.
- Farmácia.
- Área de convívio com Bar e esplanada.
- Núcleo de acesso central (elevador e escadas).
- Gabinetes de primeira consulta.
- Sala de administração.
- Sala de Reunião.
- Gabinete do Director.



- Áreas destinadas à implementação dos programas de ensino e formação profissional.
- Áreas destinadas à implementação dos programas terapêuticos.
- Áreas comuns aos dois programas.
- Áreas de Inter-acção Social.

**Figura 68:** Organograma funcional – referindo núcleos principais, fonte: esquema da autora.



Na abordagem da arquitectura da Quinta do Monteiro-Mor como Lugar verificou-se que para além da sua identidade histórica, esta afirma a sua essência como objecto Fenomenológico, manifestando a sua presença e o seu espírito, despertando os nossos sentidos mais imediatos.

Levanta-se a questão: será válida a intervenção tendo por base uma análise fenomenológica, interpretativa do carácter do lugar?

No decorrer deste raciocínio defende-se, neste trabalho, que uma abordagem ao sítio pode então ser feita partindo de uma perspectiva fenomenológica e poética, como uma opção que procura a interpretação do espírito do Lugar. A partir desta análise possível e válida – apoiada no desenho como instrumento racionalizador para a transformação do Lugar - o acto do projecto tende a procurar uma relação mais rica, sensível e integrada com a paisagem.

*“Projectar com o Lugar” na quinta do Monteiro-Mor é portanto, um processo de transformação apoiado na noção de identidade a partir da história, uma possibilidade de fazer regressar a ruína através de um processo de interacção social, um modo de revitalização na criação do lugar passando pela reutilização por meio de um programa adaptado e uma oportunidade de mudança apoiada pela inovação baseada numa nova compreensão do Lugar.*

*“Criação do lugar: pressupõe a existência dum conjunto de características físicas com uma identidade própria que, associadas a uma estabilidade temporal, surgem, também, um conjunto de características sócio-culturais particulares. Deste modo, são identificáveis relações fortes entre o Lugar e o Espaço arquitectónico que se afirmam como suporte de vida no tempo presente e como testemunha dos valores do Lugar para a sua história.”<sup>92</sup>*

Uma outra questão para a realização deste projecto era: terá validade uma intervenção feita a partir de uma ruína? Pois esse estado é, em si, imediatamente um impedimento para a recuperação.

Pode-se dizer que a ruína<sup>93</sup> como símbolo da caducidade e da passagem do tempo, funciona como rememoração e evocação do passado. No entanto, o que se propõe não é o regresso ao passado, mas sim a garantia da sucessão de memórias ao longo do tempo.

Na sobreposição de estratos, o projecto explora o “entre” da ruína como acumulação de ocupações, valores, significados e memórias, em relação ao novo (contemporâneo), como dois mundos que se tentam unir num todo único. Cada um aparece sem se confundir mas dialogam sem conflito.

<sup>92</sup> PIRES, Amílcar de Gil e, Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa. Op. Cit., pg. 455.

<sup>93</sup> A ruína que se fala é a ruína referente ao palácio do Monteiro-Mor que actualmente se encontra em estado devoluto.



**Figura 69:** Palimpsesto, fonte: power point “o tema da ruína na obra de Eduardo Souto Moura”, fonte: apresentação de Ana Monteiro.

*“Assim, a união entre passado e futuro está na própria ideia da cidade, que a percorre tal como a memória percorre a vida de uma pessoa e que, para concretizar-se deve conformar a realidade, mas também conformar-se nela.”<sup>94</sup>*

Tomando a teoria de Aldo Rossi, na ideia de *Projecto arquitectónico como reflexo de tensão entre permanência e transformação*, a raiz desta intervenção arquitectónica tenta estar na correcta articulação entre a memória, o lugar e o desenho. Este último como uma forma de pensar arquitectura, pois reflecte uma condição, um momento da própria vida, da realidade.<sup>95</sup>

Todas estas questões, que se foram levantando ao longo do trabalho, mostram que o trabalho não pretende fechar um ciclo ou estabelecer conclusões definitivas, pretende sim, estabelecer uma procura e um articular de várias partes de forma a criar um ponto de partida para futuras investigações sobre esta temática de projectar com um lugar de património em ruína.

Em desenvolvimentos futuros seria interessante expandir a procura para outros campos de arquitectura. Pela demanda de projectar - utilizando o mesmo método fenomenológico - sobre outros lugares com identidades totalmente distintas, de forma a apurar as qualidades que a procura por este “Projectar com o Lugar”, traz á vivencia dos espaços.

| TOTAL DE PALAVRAS: 18 702

<sup>94</sup> Rossi, Aldo, *Arquitectura da Cidade*, São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 200

<sup>95</sup> Rossi, Aldo, *Città con cupole e torri*. Fonte: ARNELL e BICKFORD, 1991, p. 66.

**Lugar:** “Discutiu-se muito acerca da relação entre o conceito de lugar e espaço em Aristóteles. Segundo uns autores, os dois conceitos são idênticos. Segundo outros autores, há diferenças notórias entre a noção de espaço e a noção de lugar.

A questão do lugar foi explicada por Aristóteles especialmente no livro quarto da Física. 1) O lugar não é simplesmente um algo, mas um algo que exerceu certa influência, isto é, que afecta o corpo que está nele. 2) O lugar não é indeterminado, pois se o fosse seria indiferente para um corpo determinado estar ou não num lugar determinado. Mas não é indiferente, por exemplo, para corpos pesados tender para o lugar de baixo, e para corpos leves tender para o lugar de cima. 3) O lugar, embora determinado, não está determinado para cada objecto, mas, por assim dizer, para classes de objectos. 4) Embora o lugar seja uma “propriedade dos corpos”, isso não quer dizer que o corpo arraste consigo o seu lugar. Assim, o lugar não é nem o corpo (pois se o fosse não poderia haver dois corpos no mesmo lugar em diferentes momentos), nem tão pouco algo inteiramente alheio ao corpo. 5) O lugar é uma propriedade que nem está inerente aos corpos nem pertence à sua substância; não é forma, nem matéria, nem causa eficiente, nem finalidade, nem tão pouco abstracto. 6) O lugar pode comparar-se a uma vasilha, sendo a vasilha um lugar transportável. 7) O lugar define-se como um modo de “estar em”. 8) O lugar pode definir-se como “o primeiro limite imóvel do continente”. As anteriores definições do lugar mostram que Aristóteles usa, para explicar esta noção, uma espécie de método dialéctico, afirmando e negando ao mesmo tempo a subsistência ontológica do lugar. Com efeito, afirma que o lugar é separável (uma vez que, de contrário, se deslocaria juntamente com os corpos). Mas afirma também que não é inteiramente separável (pois se o fosse poderia identificar-se com o espaço no sentido de Demócrito, isto é, com o vazio). Afirma, ao mesmo tempo, que o lugar não equivale à massa do corpo (uma vez que permanece quando a massa do corpo se põe em movimento). Mas afirma também que há lugares naturais para as coisas (por exemplo, lugares naturais para os quatro elementos: fogo, terra, água e ar) e, portanto, a que, de certo modo, é equivalente à massa dos corpos. Aristóteles declara que qualquer corpo sensível tem um lugar e que pode falar-se de seis espécies de lugar: alto e baixo, diante e detrás, direita e esquerda. Uma dificuldade na doutrina aristotélica do lugar consiste em saber se o próprio lugar ocupa lugar. Se o lugar fosse espaço puro, não se punha a questão. Mas não sendo espaço puro (ou vazio), Aristóteles vê-se obrigado a enfrentar o problema e a concluir que não há lugar do lugar, nem o lugar do lugar do lugar, etc, uma vez que, de contrário, haveria de admitir um regresso até ao infinito. Os velhos estóicos tinham tentado solucionar a questão indicando que as dificuldades da teoria de Aristóteles obedecem ao facto de este defender a tese da impenetrabilidade dos corpos; uma vez admitida a interpenetrabilidade desvanecem-se todas as dificuldades. A principal preocupação de Aristóteles na sua teoria do lugar consiste em evitar as antinomias, suscitadas pela noção de espaço vazio, e a solução dessas antinomias pois suscitada ao filósofo de um modo natural pela sua concepção organicista do universo, e da qual o lugar aparece como uma propriedade de índole muito mais geral que quaisquer outras.”<sup>96</sup>

**Espaço:** “s, m. (lat. Spatium, determinada extensão superficial; extensão indefinida) 1) Sentido filosófico- meio ideal caracterizado pela exterioridade das suas partes, no qual são localizados os nossos *perceptus*, isto é, a percepção que não tem como referente uma realidade. 2) Para a intuição comum, o espaço é caracterizado por ser: homogéneo, isto é, os elementos que nele podemos distinguir pelo pensamento são indiscerníveis qualitativamente; isotópo, visto que nele todas as direcções têm as mesmas propriedades; contínuo; ilimitado. 3) Sob o ponto de vista geométrico euclidiano é tridimensional, homoloidal. 4) A negação das duas propriedades referidas em 3) Corresponde àquilo a que chamamos espaços não euclidianos ou hiperespaços. 5) Do ponto de vista psicológico, é referenciável um espaço relativo que resulta dos dados imediatos da percepção implicando a sua fenomenologia. 6) Do ponto de vista amplamente filosófico, o espaço ideal, absoluto, matemático, sem contrapartida directa na percepção, pois de uma intelecção se trata, aparece-nos como homogéneo e contínuo. 7) Quando o termo é usado sem outra qualificação, o primeiro referente ao espaço euclidiano. 8) Quando de algum modo é referenciado o seu limite, trata-se do quadro lógico do entendimento expressivo. 9) Espaço artístico, no seu conjunto, é um espaço virtual dos quadros mentais que, jogando com postulados da geometria euclidiana, os completa quando faz participar da ordem formal o tempo, isto é, a rítmica dialéctica das formas. O olhar sobre a obra de arte, quer esta seja obra de pintura, de escultura, de arquitectura ou urbe, é sempre um olhar sobre o espaço. 10) O espaço arquitectónico é a ordem espacial plasmada e pensada em termos de arquitectura. Espaço interno e externo pela sua métrica, regra o comportamento do homem e as contrapartidas físicas que cria, transformadas em percepções cinéticas e cinestéticas pelo observador e que são o prolongamento virtual da humanitariedade do Ser. 11) O espaço lógico e epistemológico representa o quadro da prática social, quadro que imprime os seus traçados e linhas de força no espaço físico. 12) O espaço-tempo é um meio a quatro dimensões, alterando a tridimensionalidade do espaço euclidiano, pelo tempo; surge como a potencialidade de uma quarta dimensão, isto é, quatro variáveis solidariamente necessárias para verificar completamente um fenómeno. A posição que lhe deve ser destinada no espaço não é totalmente independente da posição em que deve ser colocada no tempo.”<sup>97,98</sup>

<sup>96</sup> MORA, José Ferrater, *Dicionário de Filosofia*, Publicações Dom Quixote Lisboa, 1978.

<sup>97</sup> RODRIGUES, Maria João Madeira, Pedro Fialho de Sousa, Horácio Manuel Pereira Bonifácio, *Vocabulário Técnico e crítico de Arquitectura*, Químera, 1990.

**Fenomenologia:** “Quando na época actual se fala de fenomenologia tende-se a entender por tal a fenomenologia de Husserl. Por este motivo referir-nos-emos exclusivamente à fenomenologia husserliana, entendendo-a como \_método e como \_modo de ver. Constitui-se o método após a depuração do psicologismo. É preciso mostrar que as leis lógicas são leis lógicas puras e não empíricas ou transcendentais ou procedentes de um suposto mundo inteligível de carácter metafísico. Sobretudo é preciso mostrar que certos actos como a abstracção, o juízo, a inferência, etc, não são actos empíricos: são actos de natureza intencional que têm as suas correlações em puros \_termos da consciência intencional. Essa consciência não apreende os objectos do mundo natural com tais objectos, nem constitui o dado enquanto objecto de conhecimento: apreende puras significações na medida em que são simplesmente dadas e tal como são dadas. A depuração mencionada conduz assim ao método fenomenológico e constitui, simultaneamente, esse método. Para o pôr em marcha é preciso adoptar uma atitude radical: a da \_suspensão do mundo natural. Põe-se “entre parêntesis” a crença na realidade do mundo natural e as proposições a que esta crença dá lugar. Isso não quer dizer que se nega a realidade do mundo natural, como no ceticismo clássico. Apenas sucede que se coloca um novo \_sinal na “atitude natural”. Em virtude deste \_sinal, procede-se à abstenção acerca da existência spatiotemporal do mundo. O método fenomenológico consiste, portanto, em examinar todos os conteúdos de consciência, mas em vez de determinar se tais conteúdos são reais ou irreais, ideais, imaginários, etc, procede-se a examiná-los, enquanto são puramente dados. Mediante a suspensão, a consciência fenomenológica pode ater-se ao dado enquanto tal e descrevê-lo na sua pureza. O dado não é, na fenomenologia de Husserl, o mesmo que na filosofia transcendental, um material que se organiza mediante formas de intuição e categorias. Não é, tão pouco, qualquer coisa de \_empírico—os dados dos sentidos. O dado é a correlação da consciência intencional. Não há conteúdos de consciência, mas unicamente \_fenómenos. A fenomenologia é uma pura descrição do que se mostra por si mesmo de acordo com “o princípio dos princípios”: reconhecer que “toda a intuição primordial é uma fonte legítima de conhecimento, que tudo o que se apresenta por si mesmo na intuição (e, por assim dizer, em pessoa) deve ser aceite simplesmente como o que se oferece e tal como se oferece, embora apenas dentro dos limites nos quais se apresenta.

(IDEIAS). A fenomenologia não pressupõe o nada: nem o mundo natural, nem o sentido comum, nem as proposições da ciência, nem as experiências psicológicas. Coloca-se “antes de toda a crença e de todo o juízo para explorar simplesmente o dado. é, como o declarou Husserl, um !positivismo absoluto”.<sup>99</sup>

**Genius Loci:** “é um conceito romano. De acordo com crenças romanas qualquer ser “independente” tem o seu “genius”, o seu espírito guardião. Este espírito dá vida às pessoas e aos lugares, acompanha-os do nascimento até à morte, e determina o seu carácter ou essência. Mesmo os deuses têm o seu “genius”, um facto que ilustra a natureza fundamental do conceito. O “genius” denota o que o objecto é ou o que este quer ser”<sup>100</sup>

---

**Ruína:** “s.f. resto de edificação, amputada ou em avançado estado de degradação; escombro.”<sup>101</sup>

**Património:** “é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a selecção de valores.”<sup>102</sup>

**Monumento:** “é uma entidade identificada como portadora de valor e que constitui um suporte da memória. Nele, a memória reconhece aspectos relevantes relacionados com actos e pensamentos humanos, associados ao curso da história e, todavia, acessíveis a todos.”<sup>103</sup>  
“s.m (lat. Monumentum, demoneo – lembrar) 1. Qualquer objecto através do qual a memória de uma pessoa, de um período ou de um acontecimento é perpetuada. 2. Em arquitectura chama-se monumento a toda a edificação que, pelas suas qualidades estéticas e artísticas, pode constituir-se como símbolo de uma época.”<sup>104</sup>

**Conservação:** “é o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.”<sup>105</sup>

**Restauro:** “é uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objectivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade. g) Projecto de restauro: o projecto, resultante das opções de conservação, é o processo específico através do qual a conservação do património construído e da paisagem são realizados com sucesso.”

---

<sup>99</sup> MORA, José Ferrater, *Dicionário de Filosofia*, Publicações Dom Quixote Lisboa, 1978.

<sup>100</sup> SCHULZ, Christian Norberg, *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*, Op. cit, p.18.

<sup>101</sup> Dicionário LELLO, prático Ilustrado, direcção de: Jaime de Séguier, Editor: LELLO Editores, Janeiro de 1997.

<sup>102</sup> Carta de Cracóvia 2000- *Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*, Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro de 2000.p.5.

<sup>103</sup> Idem, p.5.

<sup>104</sup> Maria João Madeira Rodrigues, Pedro Fialho de Sousa, Horécio Manuel Pereira Bonifácio, *Vocabulário Técnico e crítico de Arquitectura*, Quimera 1990.

<sup>105</sup> Carta de Cracóvia 2000- *Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*, Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro de 2000.p.6

## Bibliografia de referência:

- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares : Introdução a uma antropologia da supermodernidade*, 90ª Editora, Setembro 2006.
- BAEZA, Campo. *Pensar com as mãos*. Editora Calendoscópio\_Edição e Artes Gráficas, Sa. Fevereiro de 2011.
- CALVINO, Ítalo, *As cidades Invisíveis*, Biblioteca FOLHA, tradução: Diogo Mainardi.
- CALDAS, João Vieira (JVC), “Casa Rural” in *Dicionário de Arte Barroca*, Lisboa, 1988,
- CALDAS João Vieira, *A casa Rural nos Arredores de Lisboa no século XVIII*, FAUP Publicações, 1999
- Carta de Cracóvia 2000- *Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*, Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro de 2000.
- Carta Europeia do Património Arquitectónico. Amsterdão, Outubro de 1975.
- Carta de Veneza. *Carta Internacional sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios*.
- DUARTE, Rui Barreiros. «Os Valores do Lugar» in *Arquitectura e Vida*. Ano 2. Nº26. Abril 2002.
- GRAÇA, João Luís Carrilho da. *Manifesto da relação com o território* in *Arquitectura e Vida*. Ano 2. Nº35. Fevereiro 2003.
- HOLL Steven, cuestiones de percepción, *Fenomenologia de la arquitectura*. Barcelona, 2011.
- Maria João Madeira Rodrigues, Pedro Fialho de Sousa, Horácio Manuel Pereira Bonifácio, *Vocabulário Técnico e crítico de Arquitectura*, Quimera 1990.
- MORA, José Ferrater, *Dicionário de Filosofia*, Publicações Dom Quixote Lisboa, 1978.
- MORA, José Ferrater, *Dicionário de Filosofia*, texto preparado por Eduardo Garcia Belsunce e Ezequiel Olaso, traduzido do espanhol por António José Massano e Manuel Palmeirim, publicações Dom Quixote Lisboa 1978.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Existencia, Espacio y Arquitectura*, Barcelona: Editorial Blume, 1975. Land Art.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*. Academia Edições , 1980.
- PEREIRA, Paulo, “Modo gótico” in *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, vol. II
- PEREIRA, Paulo, *Património edificado. Pedras angulares*, Lisboa, Aura, 2000.
- PALLASMAA, Juhani. *The Eyes of the Skin. Architecture and the senses*, Grã-Bretanha: Academy Editions, 1996.
- Priberam Informática S.A, *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, 2012.
- RASMUSSEN, Steen Eiler. *Arquitectura Vivenciada*, São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- Resolução da Assembleia da república nº 5/91<sup>4</sup> (Convenção para a salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa).
- SRUTON Roger, *Estética da Arquitectura*, Ed.70, Lisboa, 1979.
- TUAN, Yi Fu. *Espaço e Lugar: A perspectiva da Experiencia*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.
- TAVARES, Domingos, *Andrea Palladio a grande roma*, Dafne Editora, 2008,
- VEM, Cornelis Vande. *Space in Architecture*, 1977.
- VILLALBA, Blanca Muro García, *La Alhambra es... sentido y sentimiento*, CEU universidade de São Paul, Festividad de San José, Março 2011.
- ZUMTHOR, Peter, *Thinking Architecture*, Birkhauser – Publishers for architecture Basel, Boston, Berlim. 1999.
- ZUMTHOR, Peter, *Atmosferas: Entornos Arquitectónicos – Las cosas a mi alrededor*, Brigitte Labs-Ehlert, Detmold, outubro de 2005.

#### Trabalhos de Tese:

- PIRES, Amílcar de Gil e, Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.
- MESQUITA, Marieta Dá, *História da Arquitectura, Uma proposta de Investigação. o Palácio dos Marqueses de Fronteira como Situação Exemplar da Arquitectura Residencial Erudita em Portugal*, Tese de Doutoramento em História da Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1992 (Policopiado).

#### Internet:

- <http://www.jf-vfxira.pt>, consultado em: Fevereiro 2013.
- <http://www.cm-vfxira.pt>, consultado em: Fevereiro 2013.
- <http://vialonga.no.sapo.pt/patrimo/monteiro.htm>, consultado em: Fevereiro 2013.
- <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org>, consultado em: Fevereiro 2013.
- <http://www.byrneaq.com>, consultado em: Fevereiro 2013.
- <http://www.archdaily.com.br>, consultado em: Fevereiro 2013.
- <http://visao.sapo.pt>, consultado em: Fevereiro 2013.
- <http://www.citador.pt>, consultado em: Fevereiro 2013.
- [www.leonarde.pro.br](http://www.leonarde.pro.br), Consultado em Fevereiro 2013.
- [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br), Consultado em Fevereiro de 2013.
- [www.paisajesensorial.com](http://www.paisajesensorial.com), Consultado em Fevereiro de 2013.

## ANEXOS

- I - PROPOSTA DE TEMA DE PROJECTO FINAL DE MESTRADO
- II - ANÁLISE DO LUGAR (APRESENTAÇÃO POWER POINT REALIZADA EM MARÇO 2012)
- III- FOTOGRAFIAS DE MAQUETES DE ESTUDO E PAINÉIS
- IV- DOCUMENTOS DE APOIO
- V - COMPLEMENTOS AO TRABALHO
- VI - MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA
- VII- PEÇAS DESENHADAS

## I - PROPOSTA DE TEMA DE PROJECTO FINAL DE MESTRADO





**FACULDADE DE ARQUITECTURA**  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

## **PROJECTAR COM O LUGAR**

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA QUINTA DO MONTEIRO MOR, GRANJA DE  
ALPRIATE



1

---

**Nídia Anacleto Brígida**  
(licenciada)

Projecto para obtenção de Grau de Mestre em Arquitectura

Orientador Científico: Professor Doutor Amílcar Gil e Pires

Co-orientador: Professor Doutor Paulo Pereira

Lisboa, FAUTL, Fevereiro 2013

# Plano de Trabalhos \_ Geral

## Modalidade de Trabalho:

### Trabalho de Projecto

#### 1. TÍTULO \_ TEMA

PROJECTAR COM O LUGAR - Reabilitação de lugares em Ruína: Quinta do Monteiro Mor, Granja de Alprate.

#### 2. PALAVRAS-CHAVE

Lugar, Fenomenologia, Memória, Tempo, Ruína, Património, Reabilitação.

#### 3. OBJECTIVOS DA DISSERTAÇÃO \_ PROJECTO

Esta proposta de dissertação de mestrado, tem como objectivo reconverter um Lugar Ruína cujo desaparecimento se encontra eminente, percebendo a sua importância e valor. Procedendo à redefinição de um universo espacial, caracterizado como lugar, propondo um programa funcional adequado aos dias de hoje e que possa ser posteriormente usado como modelo para outros casos semelhantes.

Mais especificamente pretende-se responder às seguintes questões: Qual o futuro dos lugares \_ Ruína? E quais os seus possíveis modelos estratégicos, para a sua requalificação?

#### 4. HIPÓTESES DE TRABALHO

Em primeiro iremos proceder à investigação de certos conceitos importantes para a contextualização deste tema de trabalho, nomeadamente o conceito de Lugar e Fenomenologia do Lugar, tendo em vista uma perspectiva de desenvolvimento.

Outros conceitos fundamentais que devem ser abordados, são os de memória, património e ruína.

Em segundo lugar iremos proceder à análise do Lugar do Monteiro-Mor, observando sobretudo, a sua história, identidade, valor estrutural e compositivo, o(s) motivo(s) da sua existência e consequentemente os motivos do seu estado de ruína.

Em paralelo serão analisados casos reais de intervenções arquitectónicas, concretizadas em espaços de conjuntura frágil, de forma a entender as estratégias em presença e a tirar partido desses exemplos entendidos como case-studies.

Pegando em toda a análise, procede-se à elaboração de reconversões exemplificativas de ambiências e volumetrias, buscando no passado uma perspectiva de futuro, designadamente uma reconversão volumétrica estudando as linhas estruturantes da ruína, numa perspectiva de recomposição, com uma abordagem sensitiva do que o edifício (ou conjunto). O que é que um dado edifício poderia ter sido (ou foi); o que é que esse edifício poderá vir a ser. Este exercício materializar-se-á através de técnicas de desenho, maquetes e desenho assistido por computador.

#### 5. METODOLOGIA

##### 5.1. A ruína enquanto categoria estética

A intenção é, naturalmente, o de estudar o valor e os limites da ruína, ou *aquilo a que já chamaram a Morte dos Edifícios* levando em conta os motivos que levaram à sua degradação ou em alguns casos, à sua alteração drástica ou mesmo à sua demolição parcial.

Citando: *“Defende-se com maior vigor o chamado “ruinismo”, ou seja, a manutenção das estruturas na sua condição de ruína sempre que o seu estado o permite; e a preservação do “silêncio” dos monumentos, ou seja, a sua reserva relativamente a qualquer valor de uso inadequado (...). Por outro lado, cada monumento tende a constituir-se como “atractor” de um sistema patrimonial mais vasto, no qual se inclui não apenas a envolvente imediata, mas toda a rede de conexões relativas à vida material e simbólica com eles relacionados: a paisagem humanizada, o património “de proximidade” (estruturas não monumentais ou não classificadas, identificadoras do território -pequenos solares e habitações, cruzeiros, etc.) e o património “difuso” (cercados, muros, fontes, vestígios de estruturas produtivas, estações arqueológicas, enclaves ambientais, etc.)” (PEREIRA, 2005)*

É este o domínio de exploração que pretendemos desenvolver, tendo em conta a sustentabilidade, a re-inscrição do edifício em ruína, e, por isso, perdido.

## 5.2. A Quinta do Monteiro-Mor: perspectiva história.

O propósito é proceder à análise da estrutura da Quinta do Monteiro-Mor através de:

- Estudo morfológico;
- Área de implantação e estruturas anexas, territoriais ou edificadas;
- Comparação com as quintas de recreio da zona saloia

3

---

## 5.3. O lugar

Para uma correcta avaliação do programa a empreender, a análise do lugar, mediante uma metodologia que nos aproxime da fenomenologia, suscitará uma melhor articulação com a pré-existência e um entendimento das pré-existências qualificadas, bem como das pré-existências desqualificadas (peri -urbanizações, redes de estradas, improvisos diversos e casos vizinhos de “arquitectura informal” ou mesmo de edifícios de habitação de génese ilegal.

Mas é neste tecido urbano e peri-urbano que a intervenção deve ser enquadrada, pelo que a intervenção e concepção de um programa de reutilização deverá ter em conta o autêntico perfil existencial do lugar.

## 5.4. A reconversão

Parte-se do princípio que as hipóteses de actuação num Ruína são, em si mesmas, processos em aberto. Assiste-se hoje a uma maior reserva no que diz respeito às propostas de reutilização, à introdução de obra nova e no que respeita a soluções integradas, de restituição. No entanto, observa-se também, um movimento no sentido da re-introdução dos critérios de restauro/restituição de estruturas, embora segundo pressupostos novos do ponto de vista laboratorial e de pesquisa.

Citando: *“Depois do restauro “criativo”, depois da reacção veiculada pela Carta de Veneza, depois dos regimes de reafecção e reutilização de imóveis, depois desse “contraciclo” que consistiu (e consiste ainda) na defesa de um retorno à pureza da*

*conservação, caberá abrir o campo epistemológico do património imóvel e colocar novas questões.” (PEREIRA, 2005).*

O trabalho conduziu ao aprofundamento das hipóteses destinadas à reutilização integral de construções, componentes e materiais, numa abordagem de desenvolvimento sustentável. Em alguns casos, tendo ainda em mente a possibilidade de uma intervenção mínima, ou seja, transformadora mas, ao mesmo tempo mantendo a capacidade evocadora da ruína ou a sua “aura”, será proposto, assim o caso em apreço o justifique, um tratamento epidérmico das edificações através dos materiais.

Para tal, é imperativa a avaliação de princípios estratégicos e tecnológicos concretos conducentes à reabilitação de espaços em ruína, avaliando o impacto dessas estratégias/tecnologias na forma do lugar. A avaliação implicará um relatório final que dê conta, tanto quanto possível, dos prós e contras da sua aplicação apurando a possibilidade (ou impossibilidade) de utilizar os mesmos princípios noutros casos de estudo semelhantes.

Esta a avaliação conduzirá, finalmente, à aplicação deste modelo estratégico no Projecto Final, sendo este de desenvolvimento prático.

O projecto incidirá, assim, sobre a requalificação da Quinta de Monteiro Mor (sec. XVI-XVIII) localizada em Vila Franca de Xira.

## 6. ESTADOS DOS CONHECIMENTOS (PRÓPRIOS)

### \_Trabalho 1:

4

---

Ao longo do percurso académico adquiri conhecimentos ao nível do restauro e conservação, no âmbito da disciplina leccionada no 4º ano de Conservação e Restauro. O caso de estudo, inseria-se na malha edificada da Colina de Santana, em Lisboa, tratando-se, mais propriamente, do conjunto edificado e envolvente mais próxima do Hospital de Santa Marta. Este complexo Hospitalar tinha como base um antigo convento de clarissas, e foi de certo modo, acompanhando o crescimento da cidade, através de adaptações e inúmeras aglomerações.

Este complexo mostrava uma grande diversidade de intervenções, que provocaram sucessivas alterações e adaptações, algumas das quais, danificavam a importância do património existente.

A articulação entre as adaptações ao longo do tempo e as suas inúmeras funções, necessitaram de ser compreendidas.

A estratégia de restauro e conservação do património insidia sobretudo, e em primeiro lugar, à adaptação do conjunto edificado a uma malha urbanizada subjacente, fazendo ele próprio a transição entre duas malhas distintas, por um lado uma malha mais regular (associada à existência da construção do conjunto das Avenidas Novas), por outro lado uma estrutura mais orgânica (associada à adaptação à orografia do terreno).

Em segundo lugar, a estratégia exigia a unificação e contextualização de diversas funções, criando assim uma centralidade a que se chamou de Centro Sócio-Cultural, que abrangia as diversas actividades inerentes à existência do Homem: o Habitar, o Trabalhar, o Aprender, o Lazer e a Cultura.

Em suma, o trabalho concretizou uma interligação de malhas urbanas, a reestruturação de vias e quarteirões, enfatizou os edifícios patrimoniais dando-lhe outros usos

compatíveis e corrigindo as suas patologias, introduziu novos usos importantes para a qualificação deste nó urbano, permitiu uma permeabilidade de circulação e a criação de novos espaços públicos qualificados.

#### \_Trabalho 2:

Um outro trabalho (de componente prática), que está de certo modo, relacionado com o tema de dissertação, é o projecto *RENOVARE*, realizado no âmbito da disciplina de Tecnologias da reabilitação.

O trabalho veio da participação ao concurso *Pladur*, em que o objectivo era a utilização desse material (de uma forma inovadora) como estratégia de requalificação.

O *local* de estudo situava-se num ponto de descanso dos peregrinos no Caminho de Santiago, e a estratégia de intervenção era tornar aquele espaço num espaço de reunião e de descanso. Pela importância simbólica dos elementos pré-existentes que compunham este espaço, optou-se por não os invadir, mas sim reuni-los (uma vez que pareciam desconectados uns dos outros) e complementar o que estava em falta. Esta reunião concretizou-se pelo reconhecimento do elemento “FOGO”, como elemento central, em que por um lado, se encontram as pré-existências e por outro a implementação de uma estrutura reversível em módulos construídos em PLADUR.

## 6.1 ESTADOS DA ARTE

### \_Trabalho 1 (estratégia de conservação e restauro):

#### **Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra**

Arquitectura: Atelier15 – Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez e Luís Urbano.

Colaboração: Ana Alves Costa, Ana Mesquita, Eduardo Ribeiro, Ivo Oliveira e Miguel Ribeiro.

Datas: 2002-2008

Este projecto adquire uma estratégia de valorização do património através da musealização da igreja e das ruínas, para seu usufruto público. Tentam libertar o espaço da igreja de todos os elementos espúrios que prejudicam a leitura daquele espaço e ainda tornar mais confortável o pavimento, nas zonas em que se encontrava perdida a sua integridade.

Projectam um novo elemento, que funciona de remate do espaço envolvente, mas este não deve competir nem “aproximar-se” do monumento, pelo que tem um carácter fortemente abstracto e unitário, anulando-se na transparência da sua fachada, ou transformando-se no próprio espelho do monumento que observa. Este edifício na perspectiva da fachada oposta, encerra visualmente o terreno, impedindo qualquer visitante de poder usufruir do que o espera, antes de efectuar o caminho de acesso. Percorrendo uma rampa e entrando no espaço de recepção é surpreendido pela visão de todo o espaço tratado, com a igreja e as ruínas do claustro ao fundo.

### \_Trabalho 2 (estratégia de Reconstrução):

#### **Musealização da área arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge, Lisboa**

Arquitectura: João Luís Carrilho da Graça

Colaboradores: Francisco Freire, Vasco Melo, Pedro Abreu, Mónica Ravazzolo

Data: 2008-2010

Este projecto teve como objectivo a protecção e musealização dos vestígios arqueológicos de um conjunto de estruturas habitacionais da Idade do Ferro, os restos das paredes e pavimentos de duas casas do período de ocupação muçulmana e uma pavimentada de um palácio do século XV, localizados num promontório na extremidade nascente do castelo de S. Jorge em Lisboa.

As escavações e as ruínas foram postas em descoberto, existindo um conjunto de muros de contenção que definem todo o percurso periférico pavimentado, promovendo os acessos mediante a relação com as muralhas, com a igreja, com a cidade e com o rio.

As estruturas habitacionais na Idade do Ferro são protegidas por um volume fechado sobre si mesmo, com um carácter massivo e dramático. Sobre os pavimentos do Palácio dos Condes de Santiago, propôs-se um tecto levemente inclinado. Sobre os vestígios das duas casas do bairro islâmico, propôs-se uma reconstrução hipotética das casas, uma abstracção e simplificada do que poderá ter sido a sua forma e especialidade originais.

#### \_Trabalho 4 (Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura)

##### **Projectar com o Lugar \_ Requalificação de um convento em Ruínas**

Autor: Christine Rodrigues Cabrita

Orientador Científico: Professor Doutor Arquitecto Amílcar de Gil e Pires

Data/Local: Lisboa, FAUTL, Junho, 2010

Esta dissertação visa, dar a perceber a importância da valorização, preservação e requalificação de um edifício considerado património.

“Para a elaboração de um projecto é necessário um contacto sensível com o objecto portador de uma mensagem de memórias.

Deste modo, são estudados conceitos como Lugar, Paisagem, Fenomenologia, Memória, Património e Requalificação, pontos considerados como essenciais para o tema.

Assente neste conhecimento, é elaborada uma proposta de requalificação do Convento de Santo António dos Capuchos.

Neste são identificadas características que fazem deste um lugar e não apenas um sítio.

Propondo um Centro de Artes como programa, o projecto a sua valorização enquanto monumento e explora as suas potencialidades, sendo procurada a sua viabilização enquanto edifício atractivo, e tornando-se apelativo a quem usufrui dos espaços.”

#### \_Trabalho 5 (estratégia de recuperação):

##### **Projecto de recuperação da Casa Rural nas ruínas da *villa* Romana de Milreu**

Arquitectura: ACE, Arquitectura, Construção e Engenharia, Lda.

Equipa Projectista: Coordenador: Prof. Engenheiro Jorge Bastos

Datas: 2002 – 2003

“O projecto de recuperação da denominada “Casa Rural” existente sobre as ruínas romanas de Milreu faz parte de um conjunto mais alargado de acções de valorização de sítios arqueológicos desenvolvidos pelo IPPAR “...”pretendeu o IPPAR efectuar a recuperação da “Casa Rural” tendo em vista melhorar o seu desempenho em termos arquitectónicos e doá-la de condições adequadas para a sua integração e percurso normal de visita da *Villa* romana.” Este projecto constitui um bom exemplo de justaposição de estruturas de épocas distintas, que interessa valorizar do ponto de vista da sua apresentação.

## 6.2 OUTRAS INCLUSÕES:

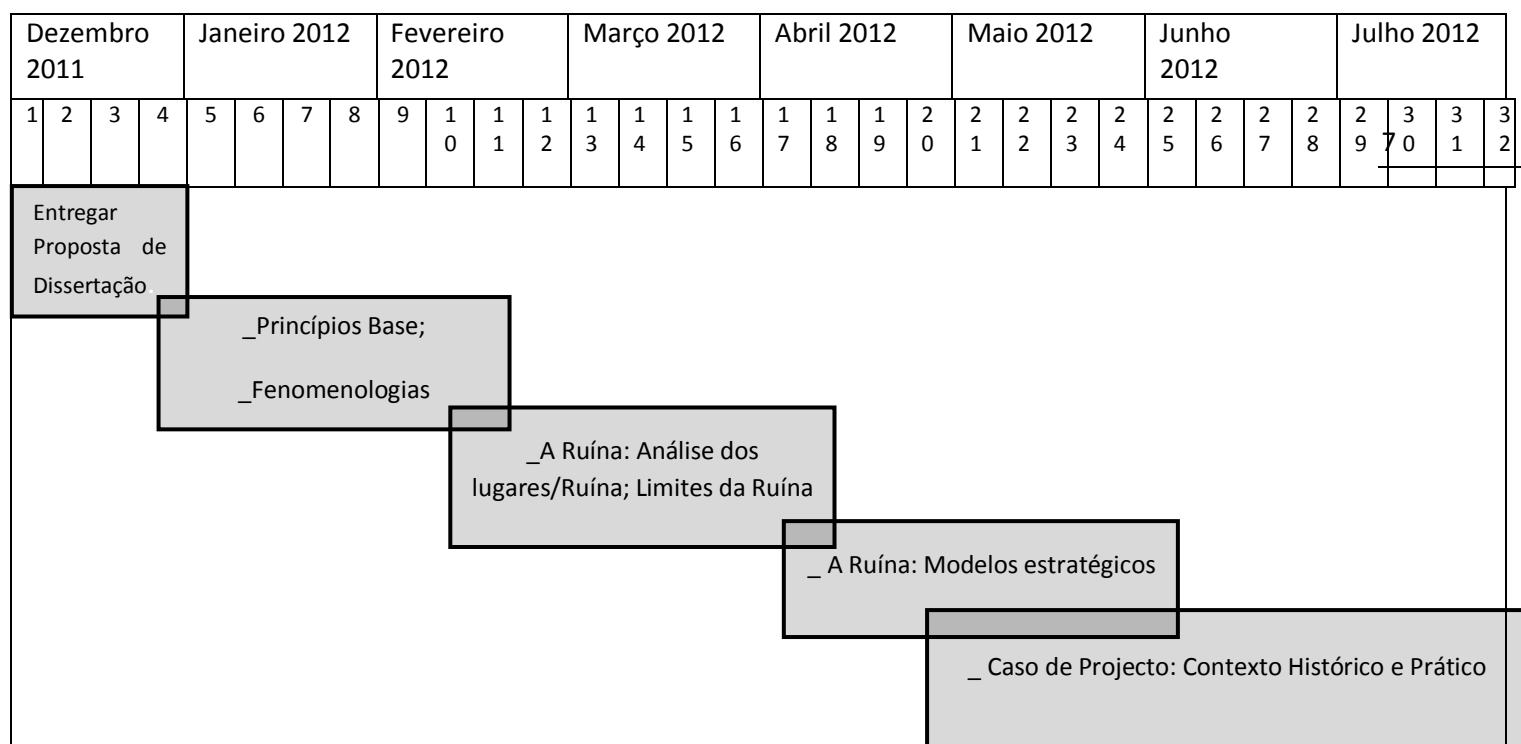
Ao longo da história, a aparição de notáveis estruturas em mármore, betão, aço, tijolo, etc., feitas pelas diversas civilizações, parecem atribuir ao edifício condições de vida eternas, estáveis e imutáveis, dado a sua rigidez.

No entanto, a vida de qualquer edifício não é fixa nem eterna. Neles são impressas as marcas do tempo e, mesmo que sobrevivendo através das épocas, são obrigados a adaptar-se fora dos contextos e propósitos para que foram construídos. O estado de ruína é, tão só, um estágio dessa vida do edifício, e a sua presença física, a sua configuração enquanto ruína e a sua presença como *coisa, no mundo*, geradora de uma memória, induz-lhe uma aura, e logo uma especificidade. É, desde logo, um *unicum*.

Mas sabemos também que os edifício que sobrevivem e que perduram ao longo da história, têm alturas de metamorfose, em que propósitos e contextos vão mudando ao longo do tempo ganhando adaptando-se ao tempo e uso.

Testemunham-se casos em que um conjunto edificado ou um só edifício se torna cronista das gerações de civilizações. Estas características servem-lhe de “imunidade” ao abandono, tratando-se de relíquias preciosas.

## 7. Cronograma



## 8. ESTRUTURA DO PROJECTO

1. Investigação
  - 1.1 Importância dos princípios base (Restauro, Reabilitação, Reconversão, Reutilização) para numa perspectiva de desenvolvimento.
  - 1.2 Fenomenologia do Lugar
  - 1.3 A ruína

- 1.3.1 Análise de Lugares \_ Ruína
  - História / Identidade
  - Linhas estruturantes
  - Sua reconversão / Reinterpretação
- 1.3.2 Limites da Ruína
  - Demolição/alteração/Conservação
  - Científica / Cultural / Estética
- 1.3.3 Modelos estratégicos e Tecnológicos de implementação em locais \_ Ruína
  - Em aplicabilidade de matérias sustentáveis;
  - Em estratégias compositivas (modelo);
- 2 Desenvolvimento do Caso de Projecto na Quinta do Monteiro Mor
- 2.3 Perspectiva Histórica:
  - Estudo morfológico;
  - Área de implantação e estruturas anexas, territoriais ou edificadas;
  - Comparação com as quintas de recreio da zona salaia
- 2.4 Contexto Prático
  - Caracterização do projecto (transformação do Lugar/Imaginário do Lugar)
- 3 Conclusão

## 9. SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA

Temas de referência:

1. O Lugar
2. A Quinta de Recreio
3. Ruína
4. Património
5. Reabilitação/Requalificação/Restauração

### 1. O Lugar

- AUGÉ, Mark, **Não-Lugares, Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade**, Bertrand Editora, Venda Nova, 1994
- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo, Martins Fontes. 2008
- DUARTE, Rui Barreiros, **Uma cultura do espaço, um espaço da cultura**, In: Revista "Arquitectura e Vida". Nº56, Janeiro de 2005, pp.44/46,49.
- DUARTE, Rui Barreiros, **A Poética do Lugar**, in Arquitectura e Vida, Nº23, Abril 2002, pp.66-69.
- DUARTE, Rui Barreiros, **Os Valores do Lugar**, in Arquitectura e Vida, nº 23, Janeiro 2002, pp.44-49.
- PIRES, Amílcar de Gil e, **Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa**, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Lisboa, Fevereiro 2008
- PIRES, Amílcar de Gil e, **Carácter da Arquitectura e do Lugar**, in revista Artitextos nº 6, Faculdade de Arquitectura UTL, Lisboa, 2008.

### 2. A Quinta de Recreio

- A.A.V.V., **A classificação das Quintas Históricas em Vila Franca de Xira; Critérios de Selecção dos Bens a Proteger e Desafios Para o Futuro**, Actas do Encontro Sobre Quintas do Concelho de Vila Franca de Xira, CMVFX, Vila Franca de Xira, 15 16 de Março de 1996.



- ARAÚJO, Ilídio Alves de, **Quintas de Recreio**, in “Bracara Augusta nº 63 (75)”, Braga, 1973, p.321-331.
- ARAÚJO, Ilídio Alves de, **Quintas de Recreio (Breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século (XVIII))**, Comunicação ao congresso Internacional de Estudos em Homenagem a André Soares, Braga, 1974.
- CALDAS, João Vieira, **A Casa Rural nos Arredores de Lisboa no Século XVIII**, Tese de Mestrado em História de Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1987. (Policopiado)

### 3. A Ruína

- Hollis, Edward, **The Secret Lives of Buildings, From the ruins of the Parthenon to the Vegas Strip in Thirteen Stories**, Copyrighted Material
- LOBO, Francisco Sousa, **Arquitetura Militar : Mogadouro: A identidade das Ruínas**, in “ARQVIDA”, nº16 / 2001.
- USTÁRROZ, Alberto, **La lección de las ruínas : presencia del pensamiento griego y del pensamiento romano en la arquitectura**, Caja de Arquitectos Fundacion, Barcelona, 1997.

### 4. Património

- CHOAY, Françoise. **Alegoria do Património**. Lisboa, Edições 70. 2010.
- CHOAY, Françoise: **Le Culture Moderne des Monuments**. Paris: Editions du Seuil, 1984.
- FERREIRA, Carlos Antero. **Valorizar e desenvolver as áreas de património classificado**. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico. 1992.
- LAPÃO, Manuel. **Vínculo ao interesse público. Estudos: Património**, nº6, p. 5-11. 2004.
- MENEZES, Marluci; TAVARES, Marta Lins. **Salvaguarda da imagem da cidade histórica e dinamização do património urbano - discutindo algumas questões**. Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil. 2004.
- PEREIRA, Paulo. **Património edificado: pedras angulares**. Lisboa, Aura Ensaios. 2005. ISBN:972-99536-2-7.

### 5. Reabilitação/Requalificação/Restauração

- **ESTUDOS / PATRIMÓNIO**, Revista de conservação e restauro, IPPAR - Departamento de Estudos, nº 6 / 2004, Lisboa.
- PEREIRA, Maria da Luz Valente. **Reabilitar o Urbano ou como restituir a cidade à estima pública**. Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil. 1987

### 6. Outros

- MENEZES, Marluci; TAVARES, Marta Lins. **A salvaguarda da imagem urbana**. Arquitectura e vida, Ano 3, nº 35, p. 20-33. 2003
- PORTAS, Nuno. **“Notas sobre a intervenção na cidade existente”, Sociedade e Território**, Ano 1, nº 2, p. 8-13. 1985.

- ANÁLISE DO LUGAR (APRESENTAÇÃO POWER POINT REALIZADA EM MARÇO 2012).

**MORTE DOS LUGARES \_ ESTADOS DE RUÍNA**  
**INTERVENÇÃO NA QUINTA DO MONTEIRO MOR, VILA FRANCA DE XIRA**



1ª FASE : DESENHO DO SÍTIO / INVESTIGAÇÃO PROGRAMÁTICA

NÍDIA ANACLETO BRÍGIDA, Nº 7101

1 / 83

**ÍNDICE**

**1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR**

**1.1 CULTURAL E HISTÓRICO**

CONTEXTO HISTÓRICO DA FREGUESIA DE VIALONGA  
 PATRIMÓNIO DE VIALONGA  
 GRANJA DE ALPRIATE  
 ANÁLISE DAS QUINTAS DA GRANJA DE ALPRIATE  
 QUINTA DO MONTEIRO-MOR

**1.2 FÍSICO E SOCIAL**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA  
 REDE VIÁRIA  
 MORFOLOGIA  
 DECLIVES DO TERRENO  
 HIDROGRAFIA  
 TEMPERATURAS/PRECIPITAÇÃO/HUMIDADE/VENTO  
 OCUPAÇÃO DO SOLO NATURAL  
 PERCURSOS  
 EQUIPAMENTOS  
 DEMOGRAFIA  
 ESTRUTURA ETÁRIA  
 SECTOR ECONÓMICO  
 EDIFICADO  
 TRADUÇÕES

**2. ANÁLISE GEOMÉTRICA, MORFOLÓGICA E ESPACIAL ATRAVÉS DO DESENHO**

RELAÇÃO DA QUINTA COM O ENVOLVENTE

ANÁLISE RIGOROSA

SEMELHANÇAS COM OUTROS PALÁCIOS E QUINTAS DO RENASCIMENTOS

**3. ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DO LUGAR****4. INVESTIGAÇÃO DE PROGRAMAS FUNCIONAIS ADEQUADOS – ESTUDO DE CASOS**

MODELOS FORMAIS

REFERÊNCIAS PROGRAMÁTICAS

**5. DEFINIÇÃO DO PROGRAMA FUNCIONAL E ESPACIAL.****6. ANEXOS****1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR****1.2 CULTURAL E HISTÓRICO****CONTEXTO HISTÓRICO DA FREGUESIA DE VIALONGA**

## LEGENDA:

1. RUA DA NOSSA SENHORA DA ASSUMPTÃO - ANOS 50 / 60 (?)

2. RUÍNAS DA CAPELA DE SANTA EULÁLIA, NO INÍCIO DA SUA

RECUPERAÇÃO

3. INAUGURAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DA GRANJA DE ALPRIATE

4. ANTIGO CONVENTO DA NOSSA SENHORA DOS PODERES (RUÍNAS)

5. INAUGURAÇÃO DO MERCADO DE VIALONGA - ANOS 60, SÉC. XX

(Actualmente Salão Nobre da Junta de Freguesia)



Imagem: 1



Imagem: 2



Imagem: 3



Imagem: 4



Imagem: 5

**CONTEXTO GEOGRÁFICO**

\*VIALONGA É UMA FREGUESIA DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA, COM CERCA DE 17,52 KM2 DE ÁREA E 15.471 HABITANTES (CENSOS 2001).

\* SITUADA NUMA DAS FÉRTIS VÂRZEAS DOS ARREDORES DE LISBOA (A 16 QUILOMETROS DE LISBOA), VIALONGA DESFRUTA DE UMA POSIÇÃO GEOGRÁFICA PRIVILEGIADA, ASSUMINDO-SE COMO PASSAGEM OBRIGATÓRIA PARA QUEM SE DIRIGIA À FOZ DO RIO TEJO. A PRÓPRIA ESTRUTURA DA VILA E SEU TOPÓNIMO ASSIM O DENUNCIA, UMA VEZ QUE A VIALONGA FOI-SE DESENVOLVENDO AO LONGO DA TRADICIONAL VIA DE ACESSO À CAPITAL.

**ORIGEM DA PALAVRA VIALONGA:**

\*A SUA DENOMINAÇÃO APRESENTOU AO LONGO DOS TEMPOS ALGUMAS PEQUENAS DIFERENÇAS : VILA LONGA, VIA LONGA, VIA-LONGA, VILA-LONGA E VIALONGA.

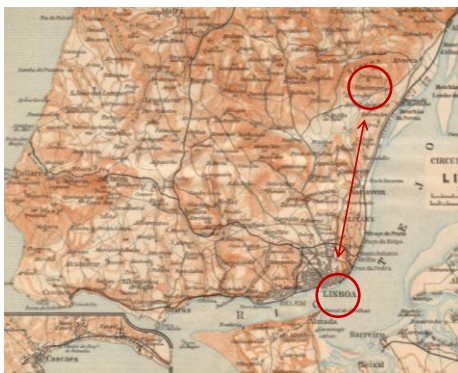
\* CITANDO LINO DE MACEDO EM *ANTIGUIDADES DO MODERNO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA* : “ QUEREM ALGUNS QUE O PRIMITIVO NOME DESTA POVOAÇÃO FOSSE VILA LONGA QUE, COM O CORRER DOS TEMPOS, SE CONVERTEU EM VIA LONGA. NÃO DUVIDAMOS QUE ASSIM SUCEDESSE, PORQUE O NOME DE VILA LONGA LHE É APLICÁVEL. É POVOAÇÃO DE UMA SÓ RUA, MAS DE QUASE UM QUILOMETRO DE COMPRIMENTO”.

4/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## CONTEXTO HISTÓRICO DA FREGUESIA DE VIALONGA



Legenda 1: Mapa antigo das Circumvisinhanças de LISBOA



Legenda 2 : Fotografia aérea de Vialonga , com representação da via Principal que dava acesso a Lisboa , formada pela Rua Prof. Dr. Egas Moniz e pela Rua Primeiro de Maio

\* A FREGUESIA DE VIALONGA REÚNE AS **POVOAÇÕES** DE :

•GRANJA DE ALPRIATE ; MOGOS,; FONTE SANTA; VERDELHA DO RUIVO; CABO DE VIALONGA; BOCA DA LAPA;  
ALPRIATE; QUINTANILHO; MORGADO; SANTA EURÁLIA; FONTE DO VALE; TERRA DO BARRO E CASALINHO.

5/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## CONTEXTO HISTÓRICO DA FREGUESIA DE VIALONGA



Legenda : Panorâmica de Vialonga

## ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- EM 1527, DESDE ESTA DATA VIALONGA ESTEVE INCLUÍDA NO TERMO DE CAPITAL DO REINO. A POSSE DA TERRA PERTENCIA À COROA.
- EM 1852, A FREGUESIA DE VIALONGA FOI INCORPORADA NO CONCELHO DE OLIVAIS.
- EM 1886, VIALONGA PASSOU A INTEGRAR O CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA.
- EM 1985, VIALONGA FOI ELEVADA À CATEGORIA DE VILA.

6/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## CONTEXTO HISTÓRICO DA FREGUESIA DE VIALONGA

## A MEMÓRIA DE VIALONGA

\* DESDE O FINAL DO **NEOLÍTICO**, PRINCÍPIOS DO **CALCOLÍTICO** QUE EXISTEM VESTÍGIOS DE POVOAMENTO EM VIALONGA. JUNTO À VERDELHA DO RUIVO (NA PEDREIRA DO CASAL DO PENEDO) E NO MONTE SERVES, EXISTEM AINDA VESTÍGIOS DE UM POVOADO, UMA GRUTA FUNERÁRIA E UM DÓLMEN.

\* PENSA-SE QUE O POVOADO LOCAL REMONTE À ÉPOCA DA DENOMINAÇÃO **ÁRABE**. ESTA IDEIA É SUPORTADA POR ALGUMAS DESIGNAÇÕES TOPONÍMICAS AINDA EXISTENTES, COMO ALPRIATE E ALFARROBEIRA.

\* NA **ÉPOCA ROMANA** ERA EM VIALONGA QUE SE CRUZAVAM AS DUAS ESTRADAS ROMANAS PROVENIENTES DE OLISIPO (LISBOA). E EXISTEM ACHADOS DE MOSAICOS E MOEDAS ROMANAS.

\* NO **SÉCULO XII** (1191), PRIMEIRAS REFERÊNCIAS A **GRANJA DE ALPRIATE**.

\* NO **SÉCULO XIV** (REINADO DE D. AFONSO III), PRIMEIROS REGISTOS DOCUMENTAIS REFERENTES A VILLA LONGA, QUE REFEREM-SE À IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DAS PROPRIEDADES DA REGIÃO, COMO ABASTECEDORES DE FRESCOS E DE AZEITE À CAPITAL, ALGO QUE SE VEIO A CONSOLIDAR NA ÉPOCA DAS DESCOBERTAS.



Legenda1: Retrato de D. Afonso III



Legenda 2: Retrato de D. João I

7/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## CONTEXTO HISTÓRICO DA FREGUESIA DE VIALONGA

\* EM 1449, TRAVOU-SE NESTA ZONA A **BATALHA DE ALFARROBEIRA**, ENTRE O REI D. AFONSO V E O INFANTE D. PEDRO (MORTO NO COMBATE). A BATALHA DEU-SE JUNTO À RIBEIRA DO LUGAR DE ALFARROBEIRA.

\* EM 1755, DEU-SE O **TERRAMOTO DE LISBOA** E ALGUNS NOBRES, DEVIDO AO CLIMA AMENO E AO SOLO FÉRTIL, PROCURARAM REFUGIO NESTA VILA, ONDE ADQUIREM TERRAS E CONSTROEM AS SUAS QUINTAS.

DESTACAM-SE:

- QUINTA DA FLAMENGA;
- QUINTA DO DUQUE;
- QUINTA DO SERPA.

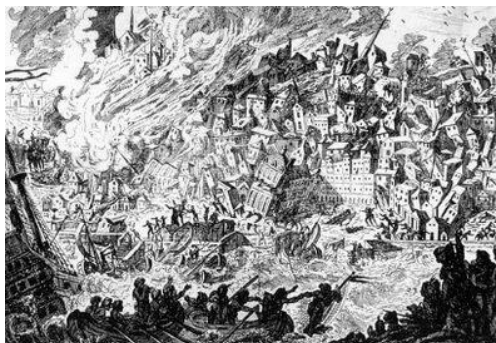


Imagem:1

Legenda

1. Gravura do terramoto de 1755

8/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## CONTEXTO HISTÓRICO DA FREGUESIA DE VIALONGA

**Ocupações do povo**

\* NA SUA MAIOR PARTE – TRABALHO AGRÍCOLA (TRABALHADORES BRAÇAIS, LAVRADORES, CASEIROS, RENDEIROS, GUARDADORES DE GADO, MOLEIROS).

\*ALGUNS – OUTRAS ACTIVIDADES ( PEDREIROS, SAPATEIROS, BARBEIROS, ALFAIATES, TENDEIROS, UM PESCADOR E UM BARQUEIRO).

\*OUTROS – MÃO DE OBRA (NA PEDREIRA DO CONDE DE VALE DOS REIS, NA OBTENÇÃO DA PEDRA DE LIOZ DE VÁRIAS CORES).

\*CLASSE MÉDIA-ALTA – MÉDICO, CIRURGIÃO, BOTICÁRIO, HOMEM DE NEGÓCIOS E ECLESIÁSTICOS.

\*CLASSE ALTA – SERVIAM A MAGISTRATURA , A IGREJA E O EXÉRCITO.



9/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## PATRIMÓNIO DE VIALONGA

**PATRIMÓNIO DE VIALONGA**

- CAPELA DE SANTA EULÁLIA

LOCALIZAÇÃO

NO CENTRO DA POVOAÇÃO DE SANTA EULÁLIA.

DESCRIÇÃO

TEMPLO DE FINAIS DO SÉCULO XVI, LOCALIZADO NO CENTRO DA POVOAÇÃO DE SANTA EULÁLIA.

CLASSIFICADO COMO VALOR CONCELHIO ((DEC. N.º 28/82, DR 47, DE 26 DE FEVEREIRO), APÓS UM PROLONGADO ESTADO DE RUÍNA, FOI ALVO DE UMA INTERVENÇÃO DE RECUPERAÇÃO.

- CAPELA DAS CONCHAS

\*LOCALIZAÇÃO

MORGADO

DESCRIÇÃO

CAPELA COM DATA PROVAVEL DE CONSTRUÇÃO NO SÉC XVI, ESTÁ SITUADA JUNTO À ESTRADA QUE CONDUZ O MORGADO AO QUINTANILHO E A ALPRIATE , EXISTE POUCA INFORMAÇÃO EXISTE SOBRE ESTA CAPELA QUE SE ENCONTRA EM COMPLETO ESTADO DE RUÍNA. ESTA CAPELA FAZIA PARTE DA ANTIGA QUINTA DAS ÍNDIAS.



Legenda: Capela de Santa Eulália



Legenda: Capela das Conchas

10/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## PATRIMÓNIO DE VIALONGA

## PATRIMÓNIO DE VIALONGA

- IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

LOCALIZAÇÃO

NA ZONA ALTA DA POVOAÇÃO DE VIALONGA.

DESCRIÇÃO

CLASSIFICADA COMO IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO (DEC. N.º 45/93, DR 280, DE 30 DE NOVEMBRO), ESTA IGREJA INTEGRA ELEMENTOS DO SÉCULO XVI E, SOBRETUDO, DOS DOIS SÉCULOS SEQUENTES, SENDO DE REALÇAR A TALHA SEISCENTISTA DO ALTAR-MOR E DE DOIS ALTARES COLATERAIS. TEMPLO DE UMA SÓ NAVE, APRESENTA ALTOS SILHARES DE AZULEJOS DO SÉCULO XVIII COM CENAS DA VIDA DE NOSSA SENHORA. NA SACRISTIA PODEM VER-SE AZULEJOS DO SÉCULO XVIII, UM LAVABO EM MÁRMORE VERMELHO DO SÉCULO XVII E TELAS DO MESMO SÉCULO.



Legenda: Igreja de N.ª Sr.ª da Assunção



11/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## PATRIMÓNIO DE VIALONGA

## PATRIMÓNIO DE VIALONGA

- QUINTA DAS MADURAS

LOCALIZAÇÃO

NO LIMITE SUL DO CONCELHO, À ENTRADA DA POVOAÇÃO DE QUINTANILHO.

DESCRIÇÃO

CLASSIFICADA COMO IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO (DEC. N.º 67/97, DR 301, DE 31 DE DEZEMBRO), A QUINTA CONSTA DE CASA DE HABITAÇÃO (COM VÁRIOS ANEXOS), CAPELA, PORTÃO DE ENTRADA AO GOSTO POMBALINO E TERRENO DE SEMEADURA, OLIVEIRAS ÁRVORES DE FRUTO E FLORES. NO INTERIOR DA CAPELA EXISTE TODO UM ESPÓLIO MÓVEL DE CONSIDERÁVEL INTERESSE (PAINÉIS AZULEJARES POLICROMADOS DEDICADOS A N. SRA. DO ROSÁRIO, UM CRUCIFIXO E UMA TELA TROMP D'OEIL NO TECTO ABOBADADO; NA SACRISTIA, DESTACA-SE UM RETÁBULO DE TALHA DOURADA CORRESPONDENTE - MUITO PROVAVELMENTE - AOS PRIMÓRDIOS DA EXECUÇÃO DA TALHA EM PORTUGAL.



Legenda: Quinta das Maduras



1 2/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## PATRIMÓNIO DE VIALONGA

## PATRIMÓNIO DE VIALONGA

\* CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO DA GRANJA DE ALPRIATE

LOCALIZAÇÃO

LARGO DA IGREJA, NA POVOAÇÃO DA GRANJA DE ALPRIATE.

DESCRIÇÃO

ENCONTRANDO-SE EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO, ESTA IGREJA FOI FUNDADA NO SÉCULO XVII, PELA COMENDA DA ORDEM DE CRISTO. EM 1758, AS MEMÓRIAS PAROQUIAIS DESCREVEM-NA COMO DE UMA NAVE COM ALTAR-MOR E DUAS CAPELAS, ENTÃO COM AS INVOCACÕES DO SALVADOR E DE SÃO PEDRO. ACTUALMENTE, AINDA SE PODE OBSERVAR, DO LADO DA EPÍSTOLA, A CAPELA DE SÃO PEDRO, COM COBERTURA EM ABÓBADA DE ARESTA. A CAPELA-MOR, PRECEDIDA DE ARCO TRIUNFAL DE VOLTA PERFEITA, APRESENTA PLANTA QUADRADA E COBERTURA EM ABÓBADA DE GANHÃO, DESTACANDO-SE O RETÁBULO EM TALHA DOURADA E PINTADA, VASADA POR CAMARIM ALBERGANDO UM TRONO.



LEGENDA: CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO DA GRANJA DE ALPRIATE

1 3/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## PATRIMÓNIO DE VIALONGA

## PATRIMÓNIO DE VIALONGA

\* QUINTA DO DUQUE

LOCALIZAÇÃO

JUNTO À POVOAÇÃO DE ALPRIATE.

DESCRIÇÃO

QUINTA DE RECREIO DOS DUQUES DE LAFÕES, ESTE NOTÁVEL CONJUNTO QUE DENOTA UMA CAMPANHA NEOCLÁSSICA, INCLUI, PARA ALÉM DO SOLAR RESIDENCIAL, INSTALAÇÕES UTILITÁRIAS E ZONAS DE LAZER (APESAR DE DESCARACTERIZADO, DEVIDO AO ABANDONO A QUE ESTÁ SUJEITO AQUELE ESPAÇO, AINDA SE VISLUMBRA O ORIGINAL JARDIM DE BUXO À FRANCESA).



Legenda: Quinta do Duque

1 4/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## PATRIMÓNIO DE VIALONGA

## PATRIMÓNIO DE VIALONGA

## • QUINTA DO CALDAS (QUINTA DA VERDELHA)

LOCALIZAÇÃO

PRÓXIMO DA POVOAÇÃO DA VERDELHA DOS RUIVOS.

DESCRIÇÃO

MANDADA CONSTRUIR, EM 1533, POR PEDRO ALCÁÇOVA CARNEIRO, DESTACAM-SE, AO NÍVEL DA SUA ZONA EDIFICADA, UMA SALA ABOBADADA COM COLUNA CENTRAL EM MÁRMORE (QUE SERVE DE ADEGA) ORIGINÁRIA DA QUINTA. O CONJUNTO É AINDA MARCADO PELA REMODELAÇÃO QUE SOFREU NO SÉCULO XVII, SENDO DESTE PERÍODO A INSTALAÇÃO DE JARDINS E LAGO.



Legenda: Quinta do Caldas (Quinta da Verdelha)

## • QUINTA DO CONVENTO DOS FRADES

LOCALIZAÇÃO

CERCA DE 500 METROS A LESTE DA VERDELHA DOS RUIVOS, ENCAIXADA NO TALVEGUE DO RIBEIRO DA ALFARROBEIRA.

DESCRIÇÃO

TENDO SIDO ORIGINALMENTE UM CONVENTO DE FRADES FRANCISCANOS (FUNDADO EM 1546, POR D. PEDRO DE ALCÁÇOVA CARNEIRO), ESTE ESPAÇO SOFREU CONSTRUÇÕES E MODIFICAÇÕES POSTERIORES (ENTRE OS SÉCULOS XVII A XX). DESTAS INTERVENÇÕES RESTAM ALGUNS VESTÍGIOS, DADO QUE SOFREU UMA NOVA RECONSTRUÇÃO, EM 1961, QUE O SALVOU DA RUÍNA.



Legenda: Quinta do Convento dos Frades

1 5/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## PATRIMÓNIO DE VIALONGA

## PATRIMÓNIO DE VIALONGA

## • DÓLMEN DE MONTE SERVES

LOCALIZAÇÃO

NUM PEQUENO PLANALTO, A LESTE DO TALVEGUE QUE SEPARA O MONTE SERVES DA COTA 311.

DESCRIÇÃO

DÓLMEN DE CORREDOR CURTO, COM COBERTURA PRESUMIVELMENTE EM FALSA CÚPULA, CUJA ESCAVAÇÃO FOI DIRIGIDA POR C. T. NORTH E M. LEITÃO, EM 30 DE SETEMBRO E 1 DE OUTUBRO DE 1972.



Legenda: Dólmén de Monte Serves

## • QUINTA DA FLAMENGA

LOCALIZAÇÃO

DOMINANDO O VALE DA RIBEIRA DE ALPRIATE, PRÓXIMO DA POVOAÇÃO DO MORGADO.

DESCRIÇÃO

CASA DOS DUQUES DE LOULÉ, ENCONTRA-SE ACTUALMENTE ADAPTADA A HOSPITAL. O CONJUNTO INCLUI, ALÉM DO EDIFÍCIO RESIDENCIAL SEISCENTISTA, UMA CAPELA PARTICULAR (TAMBÉM DO SÉCULO XVII), INSTALAÇÕES DE SUPORTE À ACTIVIDADE AGRÍCOLA, UMA VASTA ZONA DE LAZER COM JARDINS (MUITO DESCARACTERIZADOS) E FONTES.



Legenda: Quinta da Flamengo

16/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## PATRIMÓNIO DE VIALONGA

## OUTROS PONTOS DE INTERESSE

## • QUINTA DO SERPA

LOCALIZAÇÃO

## MORGADO

DESCRIÇÃO

A CASA TERÁ SIDO MANDADA CONSTRUIR PELO 5.º CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA, D. JOSÉ FRANCISCO MIGUEL ANTÓNIO DE MENDONÇA, CUJO APELIDO SUGERE A SUA FAMILIARIDADE COM OS DUQUES DE LOULÉ, QUE SÃO APONTADOS COMO SENDO OS PROPRIETÁRIOS DA QUINTA, AINDA EM MEADOS DO SÉCULO PASSADO.\*

A PARTIR DA SECULAR CASA, FORAM EDIFICADOS, ENTRE OUTROS, O LAGAR, A ADEGA E OS ARMAZÉNS. TUDO EM RAZÃO DAS CARACTERÍSTICAS AGRÍCOLAS DA QUINTA, AINDA HOJE EXPRESSIVAMENTE VINCADAS NAS MUITAS ALFAIAS AGRÍCOLAS QUE ALI FIZERAM HISTÓRIA E NO ACTUAL ESPAÇO COM APROVEITAMENTO RURAL.



Legenda: Quinta do Serpa

## QUINTA DO BURACO

LOCALIZAÇÃO

## CABO DE VIALONGA

DESCRIÇÃO

QUINTA DO SÉC. XVIII, SITUADA JUNTO À URBANIZAÇÃO DA QUINTA DA MARANHOTA, APESAR DE BASTANTE DEGRADADO DEVIDO AO DESCUIDO DO ACTUAIS "INQUILINOS", AINDA SE PODE OBSERVAR A MAGNÍFICA FONTE SITUADA JUNTO À ESTRADA DA PARTE DE DENTRO DAS MURALHAS, BEM COMO O MAGNÍFICO EDIFÍCIO SETECENTISTA DESTA QUINTA.



Legenda: Quinta do Buraco

17/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## GRANJA DE ALPRIATE

## TERRITÓRIO

NO TERRITÓRIO DA GRANJA DO ALPRIATE, DESPONTARAM EMINENTES QUINTAS, DESDE O COMEÇO DA MONARQUIA ATÉ AO SÉCULO XVIII, ALGUMAS DAS QUAIS O TEMPO TRAGOU POR COMPLETO, PERDURANDO, NA ACTUALIDADE ELEGANTES E SINGULARES RUÍNAS.



Legenda: Contextualização Geográfica

18/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

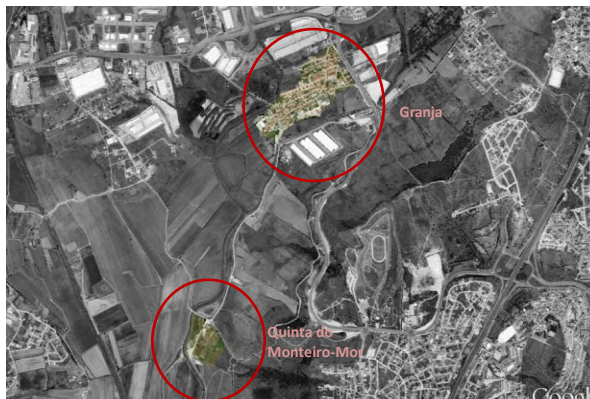
## GRANJA DE ALPRIATE

## ORIGEM :

A PALAVRA FOI IMPORTADA, COM A VINDA DOS FRADES DE CISTER, DO FRANCÊS *GRANGE* QUE, POR SUA VEZ, SE FILIAVA NO SUBSTANTIVO LATINO *GRANEA*.

\* EM 1719, GRANJA ERA UMA ALDEIA ONDE VIVIAM 23 MORADORES.

\* NESTA ALDEIA CONSTA, QUE EXISTIRAM TORRES OU CASTELOS AMURALHADOS, COMO FORMA DE PREVENÇÃO CONTRA ATAQUES INIMIGOS. INCLUSIVE, A TORRE DOS TEMPLÁRIOS, DE QUE ACTUALMENTE NÃO SE ENCONTRAM QUAISQUER VESTÍGIOS, MANTEVE-SE ERGUIDA ATÉ AOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XVIII.



Legenda: Vista aérea da povoação de Granja e Quinta do Monteiro-Mor

19/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## ANÁLISE DAS QUINTAS DE GRANJA DE ALPRIATE

## DESCRIÇÃO

A QUINTA RÚSTICA DA ERA MEDIEVAL FORMAVA UMA SUBUNIDADE, INCORPORADA NUM CONTEXTO MAIOR, MAS QUE DISPUNHA DE CASA DE HABITAÇÃO E DE CONSTRUÇÃO APROPRIADAS À EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA – RECOLHA DE CEREAIS, VINIFICAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VINHO E ESTÁBULOS. FICAVA RODEADA DE PARCELAS CONTÍGUAS DE TERRENOS DE SEMEADURA, DE PLANTIO – POMARES, VINHAS, SOUTOS E ZONAS HORTÍCOLAS.



Legenda: Marcação das Quintas de Granja



20/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## ANÁLISE DAS QUINTAS DE GRANJA DE ALPRIATE

ALGUMAS QUINTAS DO SÉCULO XVII E XVIII DE GRANJA

\* QUINTA DO CASTELO

\*QUINTA DE JOÃO CORREIA DE CARVALHO

**\*QUINTA DO BRASILEIRO**

EDIFÍCIO COM DOIS ANDARES, TELHADOS DE QUATRO ÁGUAS, POSSUI TRÊS CORPOS LIGADOS A MEIO POR UMA TORRE PIRAMIDAL COM TRÊS PISOS, SOBREPUNDA POR CATAVENTO.

FACHADA LONGA QUE OSENTA ELEVADO NÚMERO DE JANELAS DOS DOIS PAVIMENTOS E CONSERVA TODA A CANTARIA. O PORTAL NOBRE, COM FRONTÃO TRIANGULAR E BRASONADO, ENCONTRA-SE NO ENFIAMENTO DO PORTÃO DE ENTRADA NO AMPLO RECINTO.



Legenda: Quinta do Brasileiro

21/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## ANÁLISE DAS QUINTAS DE GRANJA DE ALPRIATE

**\* QUINTA DO CARLOS**

DO PONTO DE VISTA DA ESTRUTURA DO EDIFÍCIO DA QUINTA, CONSERVAM-SE ALGUMAS PAREDES QUE NA FRONTARIA MANTÉM IMPLANTADO UM RELÓGIO DE SOL. NÃO É FÁCIL, CONTUDO, RECONHECER NOS RESTANTES ESCOMBROS QUALQUER LEMBRANÇA DE UMA ERMIDA QUE POSSUÍA. A RUÍNA DA PROPRIEDADE ORIGINOU O ACTUAL PARCELAMENTO DO TERRENO, ONDE MEDRAM PEQUENAS CÉLULAS HORTÍCOLAS.



Legenda: Quinta do Carlos



23/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

### 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

#### QUINTA DO MONTEIRO-MOR

##### CONTEXUALIZAÇÃO HISTÓRICA

- AS PRIMEIRAS REFERÊNCIAS À QUINTA DO MONTEIRO-MOR, SURGEM AQUANDO O INÍCIO DOS ASSENTOS DO PRIMEIRO LIVRO DA IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO EM QUE SE VERIFICA QUE O FEITOR DO MONTEIRO-MOR ERA, NAQUELA ÉPOCA, MANUEL GERALDO DA CUNHA DIAS, DA FAMÍLIA SOTOMAIOR.
- DEMARCADA E COMEÇADA A EDIFICAR EM FINAIS DO SÉCULO XVII, PROVAVELMENTE EM 1694.
- SABE-SE, QUE A DEGRADAÇÃO DO PALÁCIO DE MONTEIRO-MOR, ERA JÁ ACENTUADA HÁ VÁRIAS DÉCADAS, SOBRETUDO DEPOIS DO GRANDE INCÊNDIO QUE ESTE SOFREU.
- NA FACHADA PRINCIPAL EXISTIA UM EXTENSO FRONTÃO TRIANGULAR.
- O ACESSO AO INTERIOR FAZIA-SE POR ESCADARIA DUPLA, COM PATAMAR AO CENTRO, ONDE SE ABRIA O PORTAL LADEADO POR DUAS CABEÇAS DE LEÃO.
- AS PAREDES INTERNAS, MOSTRAVAM ALGUNS AZULEJOS DO SÉC. XVIII, COM FIGURAÇÃO GEOMÉTRICA E NAS ESCADAS QUE DESCIA PARA O JARDIM, EXISTIAM PAINÉIS DE AZULEJOS AZUIS E BRANCOS.

Quinta do Monteiro-Mor



24/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## QUINTA DO MONTEIRO-MOR

\* A LESTE: SITUA-SE UMA LARGA CERCA, JÁ SÓ COM TRÊS FACES COM UM TORREÃO NUM DOS CANTOS E UM SINGULAR CUNHAL, NO OUTRO EXTREMO. A TRADIÇÃO APONTA PARA QUE TENHA SIDO UMA PRAÇA DE TOUROS, MAS NÃO SE PODE CONFIRMAR COM CERTEZAS.

\* NA QUINTA REALIZOU-SE A CERIMÓNIA MATRIMONIAL DA FILHA DE FRANCISCO DE MELO, EM 1717.

\* NA ZONA DE CULTIVO, PARA CONSUMO CASEIRO, AINDA EXISTE UMA NORA.

\* AO FUNDO: UMA PEQUENA EDIFICAÇÃO QUE FOI UMA FONTE

\* A POENTE: ALGUMA CASARIA QUE SERVIU DE ALOJAMENTO A SERVIÇAIS.

\* À VOLTA: NOS CAMPOS VIZINHOS, EXISTIAM MÚLTIPLAS HORTAS CUJOS PRODUTOS ABASTECIAM OS MERCADOS ADJACENTES E O DE LISBOA.

\* A QUINTA POSSUÍ AINDA VESTÍGIOS DE UM AQUEDUTO E UM CAIS, ONDE ATRACAVAM OS BARCOS VINDOS DE LISBOA, ATRAVÉS DO RIO TRANCÃO.



Legenda: ANTES (1988)



Legenda: ACTUALMENTE (2012)



Legenda: Frontão Triangular



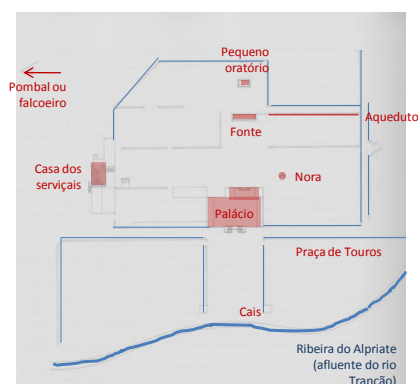
Legenda: vestígios do aqueduto

25/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 CULTURAL E HISTÓRICO

## QUINTA DO MONTEIRO-MOR



Legenda: Planta cadastral



Legenda: A poente: alguma casaria que serviu de alojamento a serviçais.



Legenda: A Leste



Legenda: Torreão

26/83

1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR  
1.2 CULTURAL E HISTÓRICO  
QUINTA DO MONTEIRO-MOR



Legenda: Curral



Legenda: enquadramento posterior com nora



Legenda: Vista do portal de entrada para o piso térreo



Legenda: Interiores



27/83

1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR  
1.2 CULTURAL E HISTÓRICO  
QUINTA DO MONTEIRO-MOR



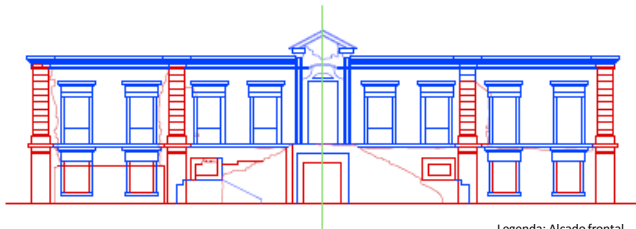
Legenda: ANTES (1988)



Legenda: ACTUALMENTE (2012)

FICHA TÉCNICA

\*CLASSIFICAÇÃO: ARQUITECTURA CIVIL  
\*ESTADO DE CONSERVAÇÃO: RUÍNA  
\*LOCAL: RUA DO MONTEIRO-MOR, GRANJA DE ALPRIATE  
\*FREGUESIA: VIALONGA  
\*ÉPOCA: SÉC. XV  
PROVAVELMENTE 1694  
\*FUNÇÃO DE ORIGEM: HABITAÇÃO  
\*ENQUADRAMENTO: RURAL  
\*1º PROPRIETÁRIO: MANUEL GERALDO DA CUNHA DIAS SOTOMAIOR.



Legenda: Alçado frontal



28/83

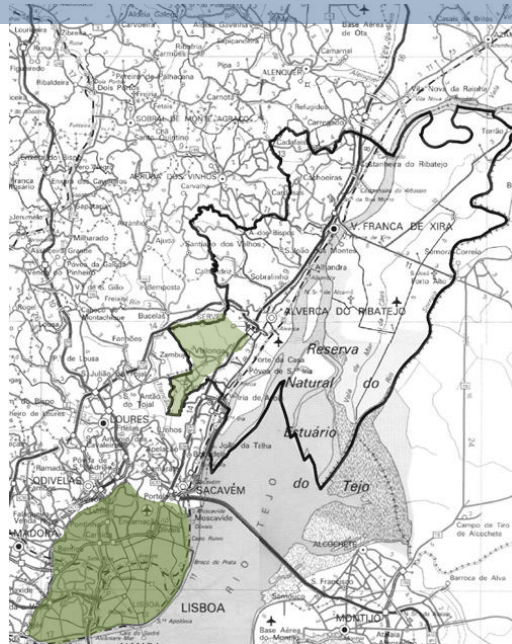
1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR  
1.2 FÍSICO E SOCIAL  
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



29/83

1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR  
1.2 FÍSICO E SOCIAL  
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

- PROXIMIDADE COM LISBOA



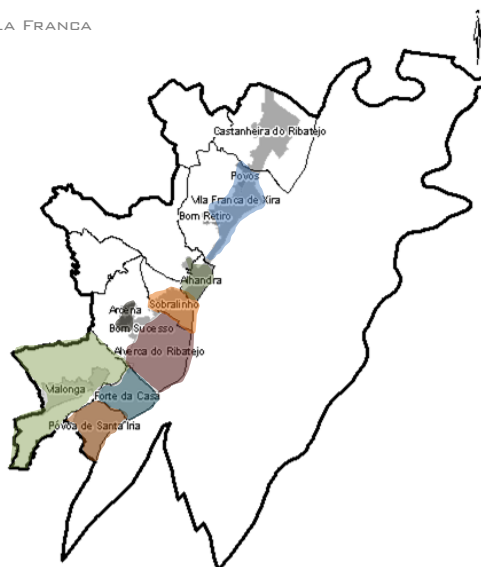
30/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 FÍSICO E SOCIAL

## LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

\*NÚCLEOS DAS FREGUESIAS DE VILA FRANCA DE XIRA



31/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 FÍSICO E SOCIAL

## REDE VIÁRIA

A10 – Bucelas / Carregado

A9 – Circular regional Exterior

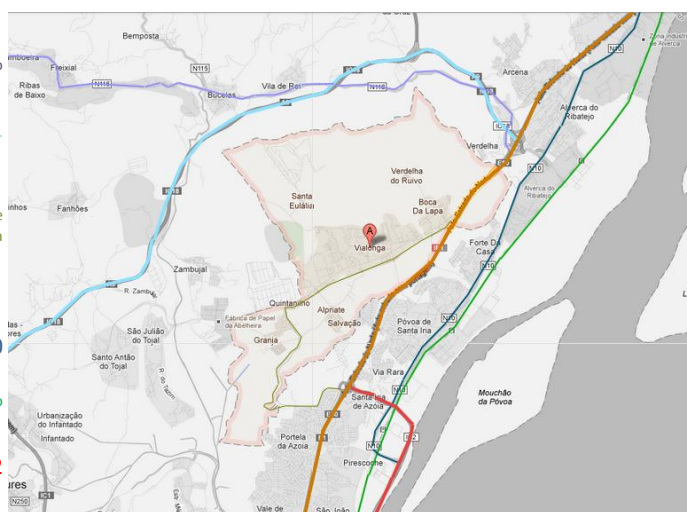
ER19 – Denominada variante de Vialonga

A1

N10

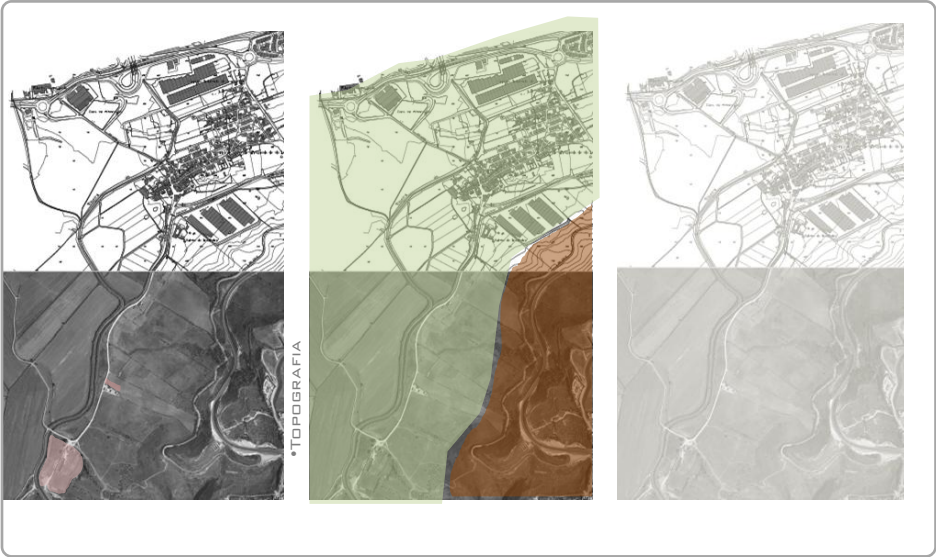
CP - comboios de longo curso

IC2



32/83

1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR  
1.2 FÍSICO E SOCIAL  
MORFOLOGIA



33/83

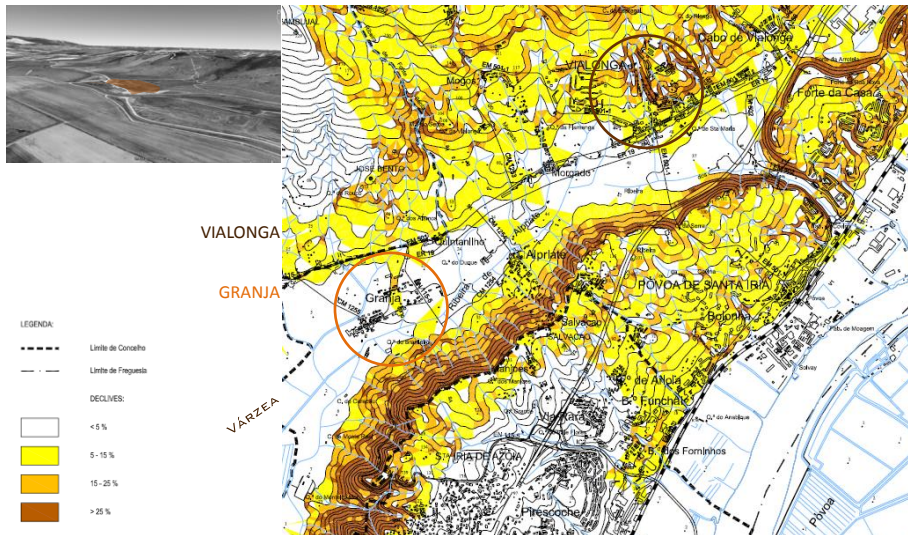
1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR  
1.2 FÍSICO E SOCIAL  
MORFOLOGIA





34/83

1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR  
1.2 FÍSICO E SOCIAL  
DECLIVES DO TERRENO



35/83

1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR  
1.2 FÍSICO E SOCIAL  
HIDROGRAFIA

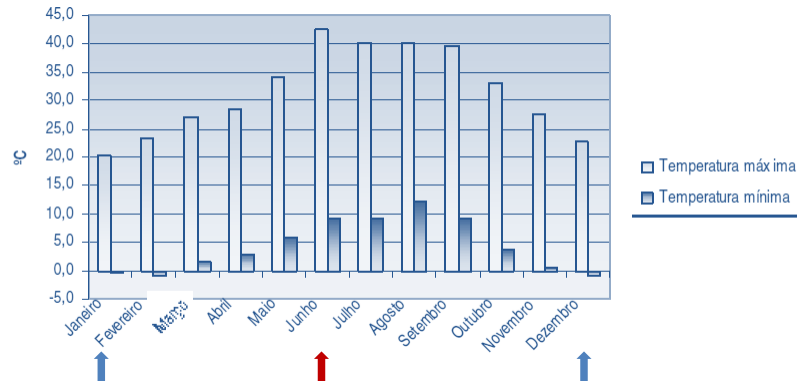


Legenda 1: Ribeira de Alpriate

36/83

1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR  
1.2 FÍSICO E SOCIAL  
TEMPERATURAS/PRECIPITAÇÃO/HUMIDADE/VENTO

\* TEMPERATURAS MÁXIMAS E MÍNIMAS NO ANO 1970 - 1990

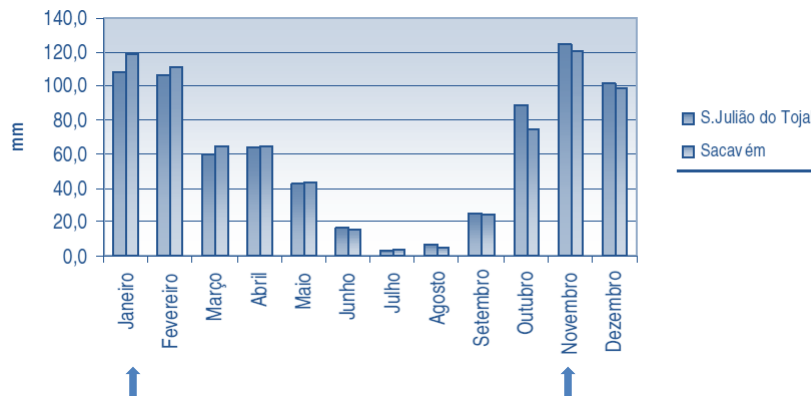


Legenda 1: Estação meteorológica de Sacavém

37/83

1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR  
1.2 FÍSICO E SOCIAL  
TEMPERATURAS/PRECIPITAÇÃO/HUMIDADE/VENTO

\* RELAÇÃO ENTRE OS VALORES DE PRECIPITAÇÃO TOTAL DA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE SACAVÉM E DA ESTAÇÃO UDOMÉTRICA DE S. JULIÃO DO TOJAL. PERÍODO DE 1970 - 1990.



Legenda 1: Estação meteorológica de Sacavém

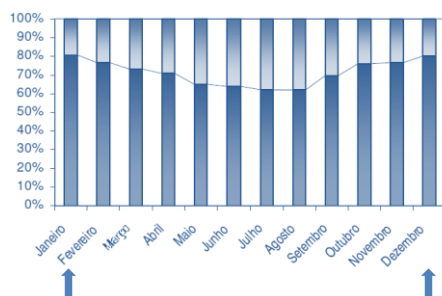
38/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 FÍSICO E SOCIAL

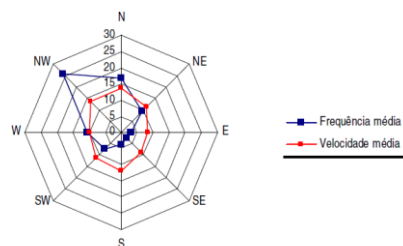
## TEMPERATURAS/PRECIPITAÇÃO/HUMIDADE/VENTO

- PERCENTAGEM DE HUMIDADE (1970-79-18H) - ESTAÇÃO METEOROLÓGICA SACA VÉM



Legenda 1: Estação meteorológica de Sacavém

- A FREQUÊNCIA E VELOCIDADE MÉDIA DOS RUMOS DO VENTO - ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE SACA VÉM - PERÍODO DE 1970-1990.



Legenda 2: Estação meteorológica de Sacavém

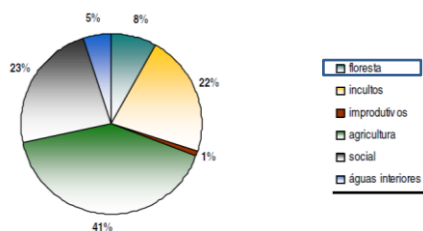
39/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

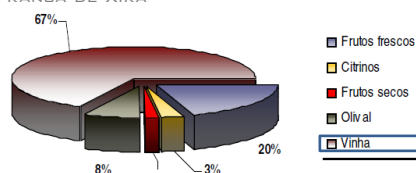
## 1.2 FÍSICO E SOCIAL

## OCUPAÇÃO DO SOLO NATURAL

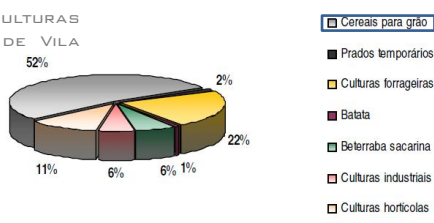
- USO ACTUAL DO SOLO NA SUB-REGIÃO GRANDE LISBOA



- ÁREAS OCUPADAS POR CULTURAS PERMANENTES NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA



- ÁREAS OCUPADAS POR CULTURAS TEMPORÁRIAS NO CONCELHO DE VILA FRANCA



40/83

1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

1.2 FÍSICO E SOCIAL

PERCURSOS

- DESDE A QUINTA DO MONTEIRO-MOR ATÉ GRANJA DE ALPRIATE (2KM; 20MN)
- DESDE A QUINTA DO MONTEIRO-MOR ATÉ ALPRIATE (4KM; 40 MIN)



41/83

1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

1.2 FÍSICO E SOCIAL

PERCURSOS



- DESDE A QUINTA DO MONTEIRO-MOR ATÉ VIALONGA (6KM;60MIN)



42/83

1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR  
1.2 FÍSICO E SOCIAL  
EQUIPAMENTOS

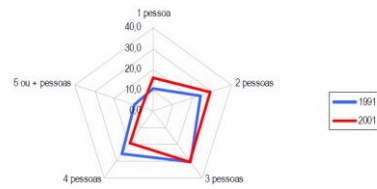


43/83

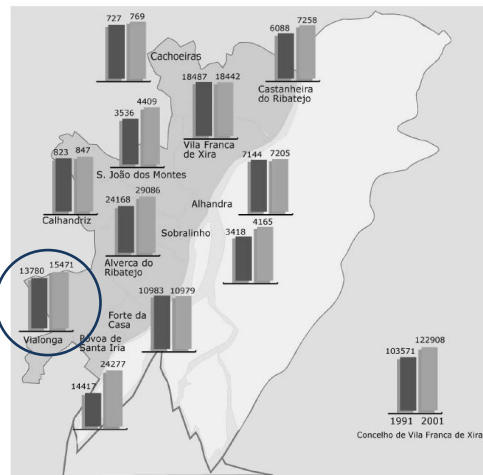
1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR  
1.2 FÍSICO E SOCIAL  
DEMOGRAFIA

\* EM COMPARAÇÃO COM AS OUTRAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA, VIALONGA APRESENTA UM CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POSITIVO, REGISTANDO EM 1991 UM NÚMERO DE 13.780 HABITANTES E EM 2001 UM AUMENTO PARA 15.471 HABITANTES.

\* É NOTÓRIO PORTANTO, QUE A DIMENSÃO MÉDIA DO AGREGADO FAMILIAR É AINDA RELATIVAMENTE ALTA NA MÉDIA DO CONCELHO.



Legenda 1: Número de pessoas/família, no concelho de Vila Franca de Xira, em 1991 e 2001



Legenda 2: População residente em 1991 e 2001, por freguesia



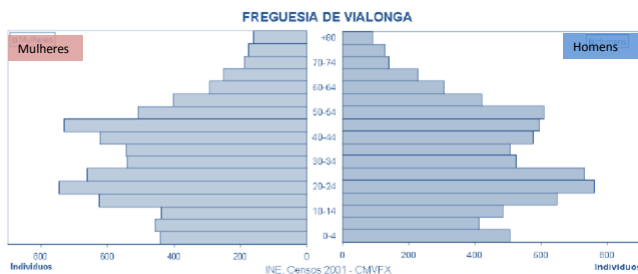
44/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 FÍSICO E SOCIAL

## ESTRUTURA ETÁRIA

|       | HM    | H    | M    |
|-------|-------|------|------|
| 0-4   | 948   | 506  | 442  |
| 5-9   | 869   | 413  | 456  |
| 10-14 | 923   | 485  | 438  |
| 15-19 | 1273  | 648  | 625  |
| 20-24 | 1508  | 762  | 746  |
| 25-29 | 1395  | 733  | 662  |
| 30-34 | 1066  | 525  | 541  |
| 35-39 | 1053  | 508  | 545  |
| 40-44 | 1199  | 576  | 623  |
| 45-49 | 1326  | 597  | 729  |
| 50-54 | 1119  | 610  | 509  |
| 55-59 | 826   | 422  | 404  |
| 60-64 | 601   | 308  | 293  |
| 65-69 | 479   | 228  | 251  |
| 70-74 | 331   | 141  | 190  |
| 75-79 | 304   | 128  | 176  |
| +80   | 251   | 90   | 161  |
| Total | 15471 | 7680 | 7791 |



Legenda 1: Pirâmide etária de 2001

45/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

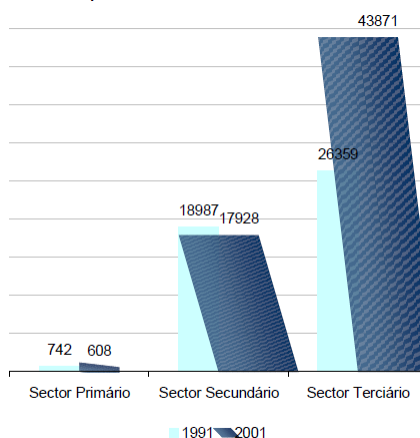
## 1.2 FÍSICO E SOCIAL

## SECTOR ECONÓMICO

• **SECTOR PRIMÁRIO** : PREDOMINANTE NA ZONA DA LEZÍRIA, ONDE SE LOCALIZAM PROPRIEDADES BEM ESTRUTURADAS E COM PRODUTIVIDADES ELEVADAS, A PAR DE EXPLORAÇÕES DE MENOR DIMENSÃO, MAS, IGUALMENTE, COM BONS RENDIMENTOS. A PROXIMIDADE DE LISBOA E A EXISTÊNCIA DE VÁRIAS INDÚSTRIAS AGRO-ALIMENTARES NA REGIÃO PERMITEM UM BOM ESCOAMENTO DOS PRODUTOS, TRAZENDO AOS AGRICULTORES RENDIMENTOS SUPERIORES À MÉDIA DO SECTOR E UMA CERTA ESTABILIDADE NA PRODUÇÃO, EMBORA A SITUAÇÃO SEJA DIFERENCIADA CONSOANTE OS PRODUTOS.

**SECTOR SECUNDÁRIO: SECTOR DAS INDÚSTRIAS** (É AINDA O PRINCIPAL EMPREGADOR CONCELHIO E A MAIOR FONTE DE GERAÇÃO DE RENDIMENTO), **SECTOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL** (MUITO CONSOLIDADA E EM FRANCA EXPANSÃO).

**SECTOR TERCIÁRIO: SECTOR COMERCIAL** (A ACTIVIDADE COMERCIAL NÃO SE DISTRIBUI UNIFORMEMENTE PELO CONCELHO EXISTINDO UMA CONCENTRAÇÃO E MAIOR DIVERSIDADE NAS ÁREAS MAIS URBANAS), **SECTOR DE SERVIÇOS** (MARCADO PELA POLARIZAÇÃO ENTRE MICRO-EMPRESAS OU INSTITUIÇÕES VOCACIONADAS PARA A PROCURA LOCAL), **SECTOR TURÍSTICO, FILEIRA DA LOGÍSTICA.**



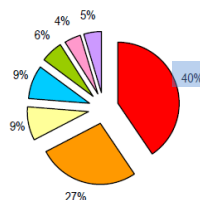
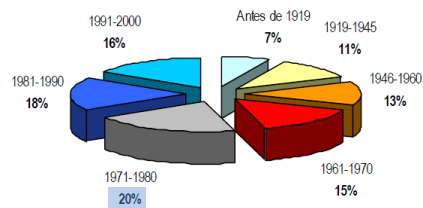
Legenda 1: População empregada e residente no concelho por sector de actividade em 2001

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

### 1.2 FÍSICO E SOCIAL

#### EDIFICADO

46/83



Legenda 1: Edifícios segundo a época de construção, no concelho de Vila Franca de Xira

| Freguesias | Edifícios | Antes 1919 | 1919 a 1945 | 1946 a 1960 | 1961 a 1970 | 1971 a 1980 | 1981 a 1990 | 1991 a 2001 |
|------------|-----------|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Vialonga   | 2134      | 2,9        | 8,3         | 12,0        | 11,7        | 25,5        | 26,7        | 14,9        |

Legenda 2: Edifícios segundo o número de pisos

| Freguesias | Total | Com 1 | Com 2 | Com 3 | Com 4 | Com 5 | Com 6 | Com 7 ou + |
|------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------------|
| Vialonga   | 2134  | 1077  | 528   | 121   | 193   | 143   | 37    | 35         |

\* NOTA-SE QUEM EM RELAÇÃO À ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS, VIALONGA REGISTA EDIFÍCIOS RELATIVAMENTE MAIS NOVOS EM RELAÇÃO À GENERALIDADE DO CONCELHO.

\* ENQUANTO QUE, EM ANALOGIA COM O NÚMERO DE PISOS, A FREGUESIA DE VIALONGA APRESENTA MAIORITARIAMENTE CONSTRUÇÕES DE UM SÓ PISO, À SEMELHANÇA DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA.



Legenda 1: Aspecto geral das habitações de Granja

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

### 1.2 FÍSICO E SOCIAL

#### TRADIÇÕES

47/83

#### \* TAUROMAQUIA

PERTENCENTE À CONFEDERAÇÃO MUNDIAL DAS CIDADES TAURINAS, VILA FRANCA DE XIRA TEM JÁ UMA FAMA ATESTADA PELA CRIAÇÃO DE CAVALOS E TOIROS DE LIDE, PELA MANUTENÇÃO DA FIGURA ÍMPAR DO CAMPINO, PELAS GERAÇÕES DE FORCADOS, PELO ENTUSIASMO POPULAR NAS ESPERAS E PELA ARTE DE CAVALEIROS E MATADORES DE TOIROS QUE LEVARAM LONGE O NOME DO MUNICÍPIO. AS TRADIÇÕES NA ARTE TAUROMÁQUICA ESTÃO BEM PATENTES NO PATRIMÓNIO E NOS EVENTOS LEVADOS A CABO PELA CÂMARA MUNICIPAL.



#### \* BIENAL DE FOTOGRAFIA

INICIATIVA QUE TEVE A SUA PRIMEIRA EDIÇÃO EM 1989, TENDO - SE AFIRMADO DESDE LOGO COMO UMA DAS MAIS IMPORTANTES NO PANORAMA DA FOTOGRAFIA NACIONAL. PELA BIENAL DE VILA FRANCA DE XIRA PASSARAM ALGUNS DOS ACTUAIS GRANDES NOMES DA FOTOGRAFIA, CONTINUANDO A SER RAMPA DE LANÇAMENTO DE JOVENS E EMERGENTES TALENTOS.

#### \* PRÉMIO CARLOS PAREDES 2011

CONCURSO PARA MÚSICA DE RAIZ PORTUGUESA

ESTA INICIATIVA PROCURA HOMENAGEAR UM DOS MAIORES CRIADORES E INTÉRPRETES MUSICAIS PORTUGUESES DO SÉCULO XX E INCENTIVAR A CRIAÇÃO E A DIFUSÃO DE MÚSICA DE QUALIDADE FEITA POR PORTUGUESES. PODEM CONCORRER TODOS OS TRABALHOS DE MÚSICA NÃO ERUDITA, QUE CONTRIBUAM PARA O REFORÇO DA NOSSA IDENTIDADE CULTURAL, NOMEADAMENTE OS DE RAIZ POPULAR PORTUGUESA.



48/83

## 1. ANÁLISE DO CONTEXTO DO LUGAR

## 1.2 FÍSICO E SOCIAL

## TRADIÇÕES

## \* ESPECTÁCULOS PELA COMPANHIA PORTUGUESA DE BAILADO CONTEMPORÂNEO

NOS ÚLTIMOS ANOS A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA TEM VINDO A APRESENTAR, COM EXCELENTE ADESÃO POR PARTE DA POPULAÇÃO, DOIS ESPECTÁCULOS DA COMPANHIA PORTUGUESA DE BAILADO CONTEMPORÂNEO, UM DELES, INFANTIL, DIRIGIDO A ALUNOS DAS ESCOLAS DE 1.º CICLO, E OUTRO, DE ENTRADA LIVRE, DESTINADO AO PÚBLICO EM GERAL.



## \* TRABALHO ARTESANAL

VILA FRANCA DE XIRA APRESENTA UMA FORTE TRADIÇÃO ARTESANAL, LIGADA ESSENCIALMENTE AO CAMPO, ONDE A VERTENTE CULTURAL E ARTÍSTICA ESTÃO SEMPRE PRESENTES. SÃO EXEMPLO, AS TRADIÇÃOAIS **MANTAS LOBEIRAS**, AS **SAMARRAS**, AS **MEIAS DO CAMPINO**, A **CORREARIA**, AS **BANDARILHAS**, AS **RÉPLICAS DE BARCOS DE PESCA**, **TRABALHOS EM COURO E EM CORNO**, ASSIM COMO SÃO EVIDENTES ALGUMAS ATIVIDADES ARTESANAIS, TAIS COMO, O ENTRANÇAR DAS CRINAS DOS CAVALOS, A AJUNTADEIRA, O FUNILEIRO, O CURTIDOR E O CESTEIRO.

OUTROS TRABALHOS QUE FAZEM PARTE DA TRADIÇÃO, SÃO AS **RENDAS E OS BORDADOS**, A **CERÂMICA**, A **PINTURA** (AZULEJOS E LOIÇA, PRINCIPALMENTE) E OBJETOS LIGADOS À PESCA.



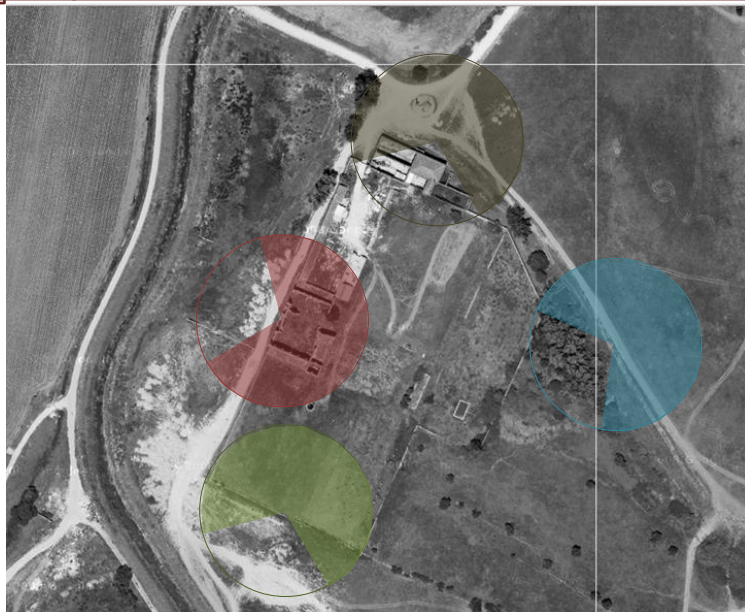
Legenda 1: Pinturas do Pintor Júlio Goes de Vila Franca de Xira

49/83

## 2. ANÁLISE GEOMÉTRICA, MORFOLÓGICA E ESPACIAL ATRAVÉS DO DESENHO

## 2.1 Espaço

## RELAÇÃO DA QUINTA DOM A ENVOLVENTE

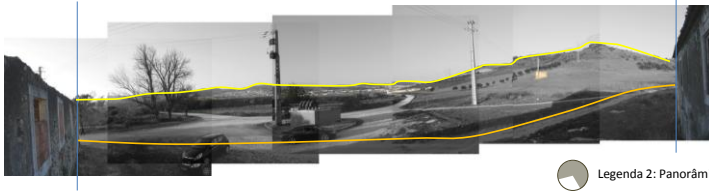


Legenda 1: Planta de vistas

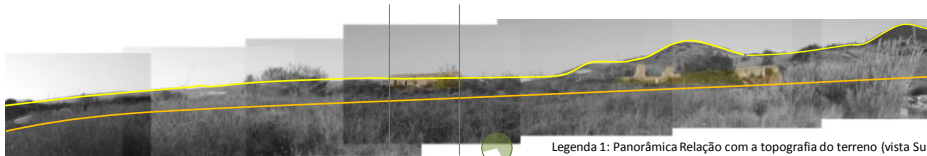
**50/83** **2. ANÁLISE GEOMÉTRICA, MORFOLÓGICA E ESPACIAL ATRAVÉS DO DESENHO**  
**2.1 ESPAÇO**  
**RELAÇÃO DA QUINTA DOM A ENVOLVENTE**



Legenda 1: Panorâmica Relação com a topografia do terreno (vista Oeste)



Legenda 2: Panorâmica Relação com a topografia do terreno (vista Norte)



Legenda 1: Panorâmica Relação com a topografia do terreno (vista Sul)

**51/83** **2. ANÁLISE GEOMÉTRICA, MORFOLÓGICA E ESPACIAL ATRAVÉS DO DESENHO**  
**2.1 ESPAÇO**  
**RELAÇÃO DA QUINTA DOM A ENVOLVENTE**



Legenda 1: Panorâmica Relação com a topografia do terreno (Vista Este)



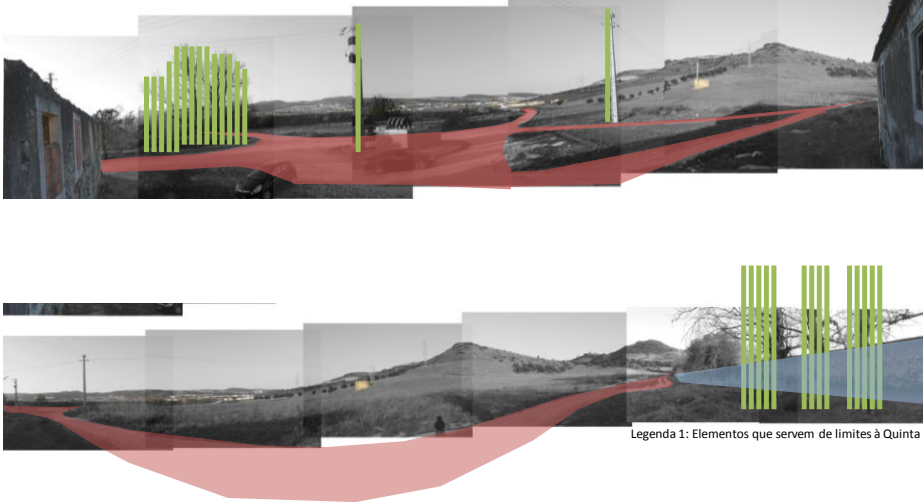
Legenda 2: Elementos que servem de limites à Quinta

52/83

## 2. ANÁLISE GEOMÉTRICA, MORFOLÓGICA E ESPACIAL ATRAVÉS DO DESENHO

## 2.1 Espaço

## RELAÇÃO DA QUINTA DOM A ENVOLVENTE



52/83

## 2. ANÁLISE GEOMÉTRICA, MORFOLÓGICA E ESPACIAL ATRAVÉS DO DESENHO

## 2.1 Espaço

## RELAÇÃO DA QUINTA DOM A ENVOLVENTE



RELAÇÃO COM O CÉU (ESMAGAMENTO DO OBJECTO)

RELAÇÃO DE HORIZONTALIDADE COM A PAISAGEM

RELAÇÃO COM A RIBEIRA (ACOMPANHANTE)

53/83

## 2. ANÁLISE GEOMÉTRICA, MORFOLÓGICA E ESPACIAL ATRAVÉS DO DESENHO

## 2.1 Espaço

## RELAÇÃO DA QUINTA DOM A ENVOLVENTE

A TRANSPARENCIA DO OBJECTO

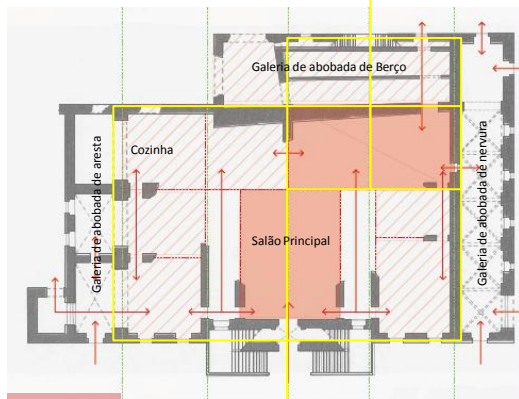


55/83

## 2. ANÁLISE GEOMÉTRICA, MORFOLÓGICA E ESPACIAL ATRAVÉS DO DESENHO

## 2.1 GEOMETRIA; SISTEMAS DE ORDEM; ORIENTAÇÕES

## ANÁLISE RIGOROSA



Salas Principais

## HIERARQUIAS E PERCURSOS

RESTAM QUASE INTACTAS AS GALERIAS ABOBADADAS SOBRE OS TRÊS GRANDES TERRAÇOS: LATERAIS E TRASEIRO. DE ABOBADAS DE NERVURA (DIREITA), DE ARESTA (ESQUERDA) E DE BERÇO (TRASEIRA).





56/83

**2. ANÁLISE GEOMÉTRICA, MORFOLÓGICA E ESPACIAL ATRAVÉS DO DESENHO**  
**2.1 GEOMETRIA; SISTEMAS DE ORDEM; ORIENTAÇÕES**  
**ANÁLISE RIGOROSA**



SISTEMAS DE ORDEM E VISTAS  
PARA O EXTERIOR



Existente em 1988

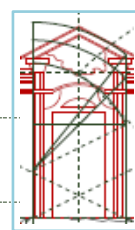
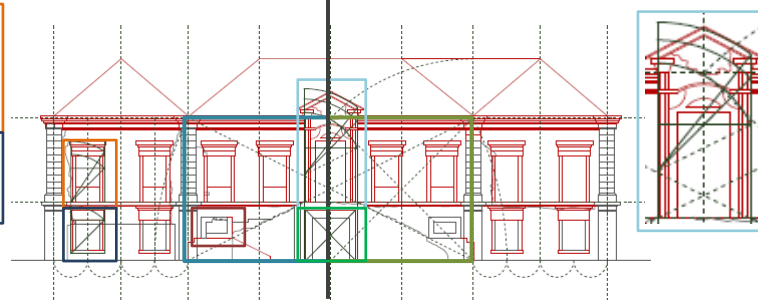
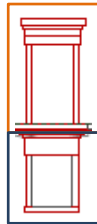
Existente 2012

Sistemas de ordem

Múltiplos

57/83

**2. ANÁLISE GEOMÉTRICA, MORFOLÓGICA E ESPACIAL ATRAVÉS DO DESENHO**  
**2.1 GEOMETRIA; SISTEMAS DE ORDEM; ORIENTAÇÕES**  
**ANÁLISE RIGOROSA**



Existente em 1988

Existente 2012

EXISTEM 5 VARIANTES DE VÃOS NO ALÇADO PRINCIPAL

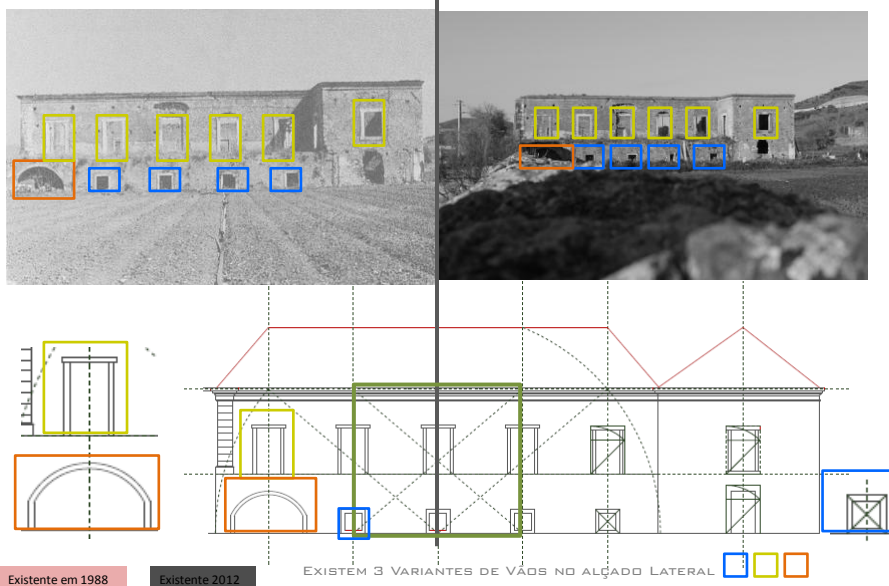


58/83

## 2. ANÁLISE GEOMÉTRICA, MORFOLÓGICA E ESPACIAL ATRAVÉS DO DESENHO

## 2.1 GEOMETRIA; SISTEMAS DE ORDEM; ORIENTAÇÕES

## ANÁLISE RIGOROSA



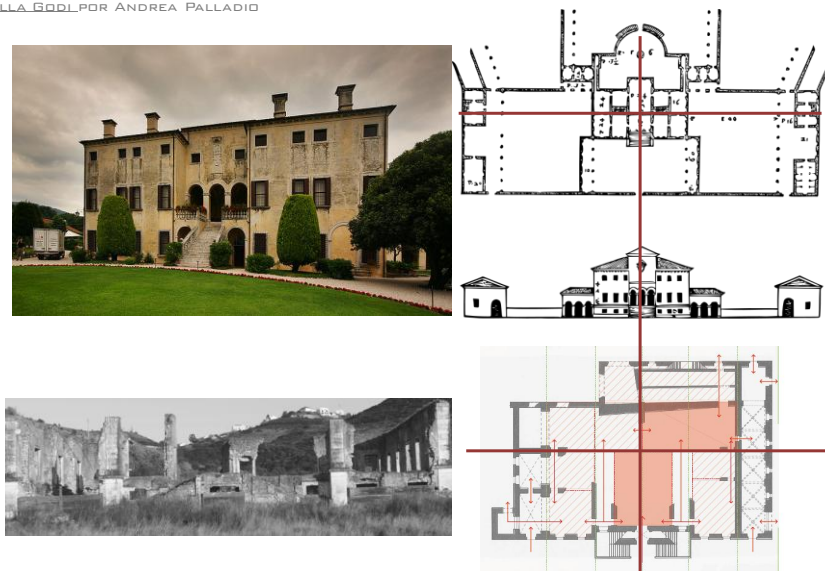
59/83

## 2. ANÁLISE GEOMÉTRICA, MORFOLÓGICA E ESPACIAL ATRAVÉS DO DESENHO

## 2.1 GEOMETRIA; SISTEMAS DE ORDEM; ORIENTAÇÕES

## SEMELHANÇAS COM OUTROS PALÁCIOS E QUINTAS DO RENASCIMENTO

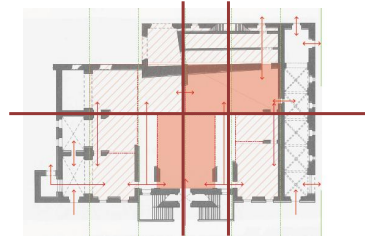
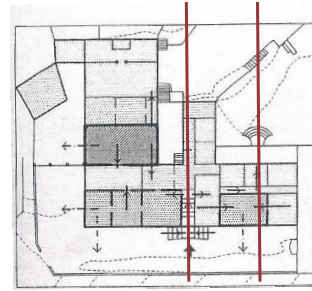
VILLA GODI POR ANDREA PALLADIO



EIXOS DE SIMETRIA E OS MÓDULOS QUE AVANÇAM



60/83

**2. ANÁLISE GEOMÉTRICA, MORFOLÓGICA E ESPACIAL ATRAVÉS DO DESENHO****2.1 GEOMETRIA; SISTEMAS DE ORDEM; ORIENTAÇÕES****SEMELHANÇAS COM OUTROS PALÁCIOS E QUINTAS DO RENASCIMENTO**QUINTA DE PINTÉUS, PINTÉUS-LOURES

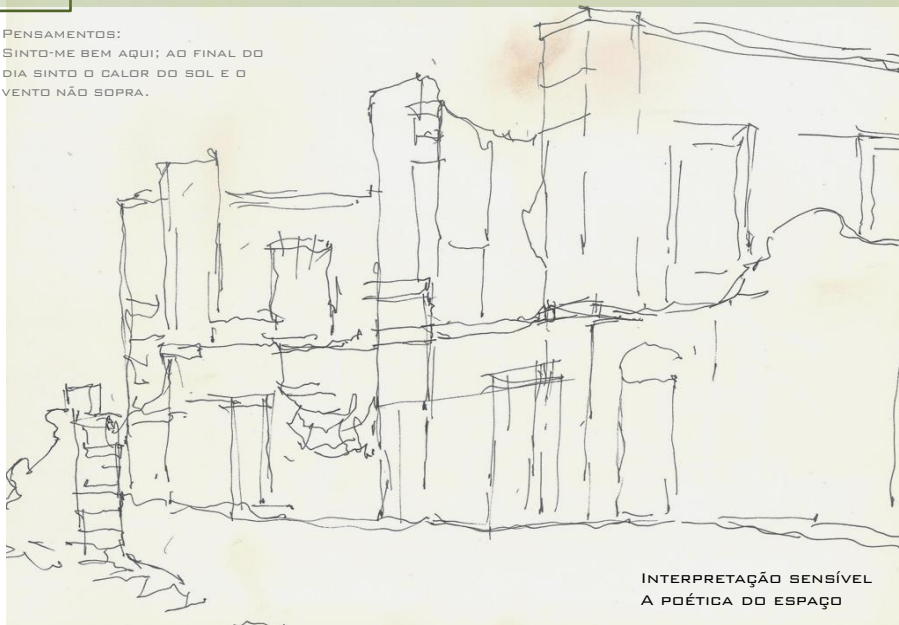
EIXOS ASSIMÉTRICOS

**3. ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DO LUGAR**

## 3. ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DO LUGAR

62/83

PENSAMENTOS:  
SINTO-ME BEM AQUI; AO FINAL DO  
DIA SINTO O CALOR DO SOL E O  
VENTO NÃO SOPRA.



INTERPRETAÇÃO SENSÍVEL  
A POÉTICA DO ESPAÇO

## 3. ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DO LUGAR

63/83

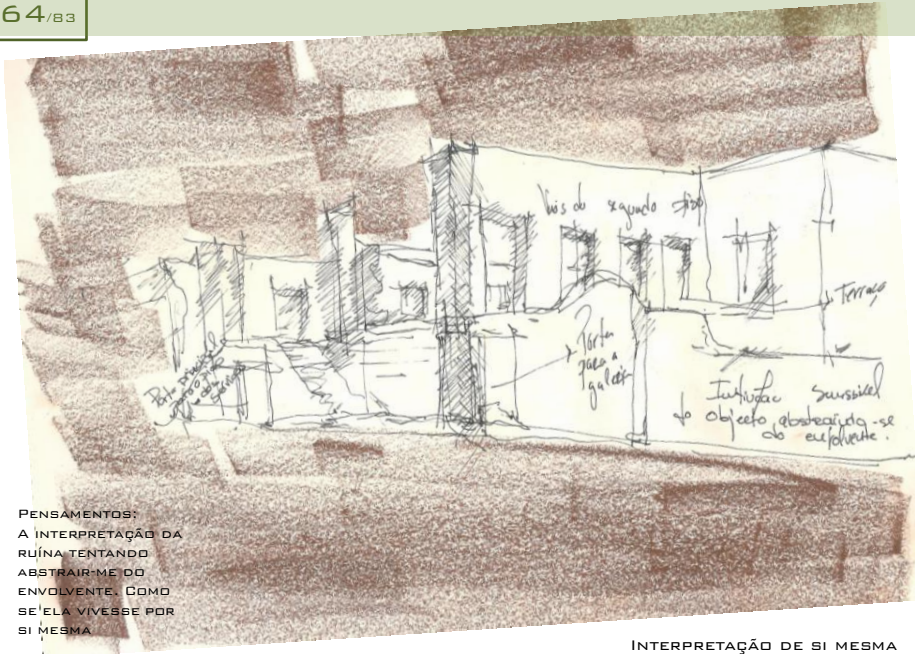
PENSAMENTOS:  
É UMA LUTA CONSTANTE ENTRE O  
CÉU E O OBJETO.



A TRANSPARÊNCIA DA RUÍNA

64/83

## 3. ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DO LUGAR



PENSAMENTOS:  
A INTERPRETAÇÃO DA  
RUÍNA TENTANDO  
ABSTRAIR-ME DO  
ENVOLVENTE. COMO  
SE ELA VIVESSE POR  
SI MESMA

INTERPRETAÇÃO DE SI MESMA

64/83

## 3. ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DO LUGAR

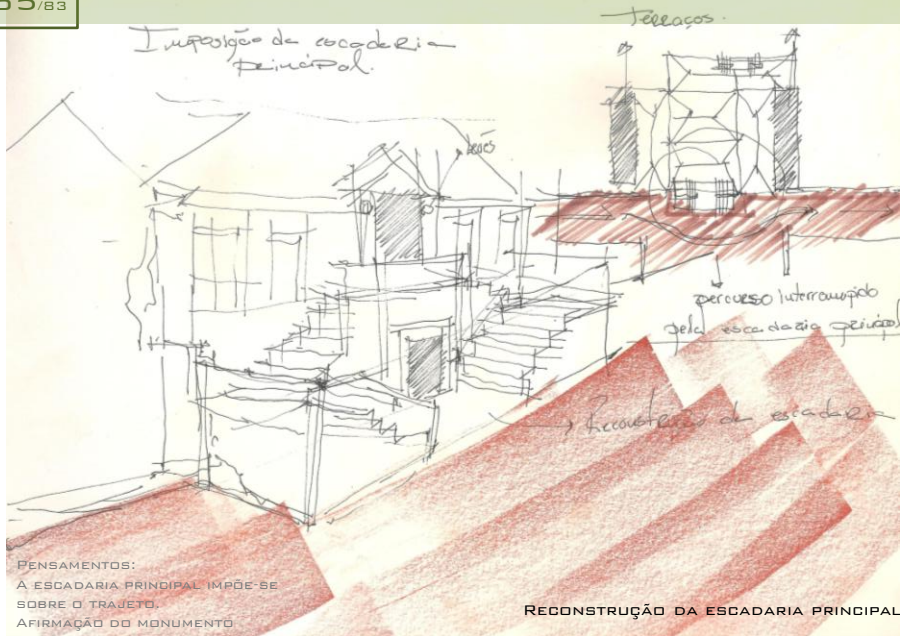
Desenho do sonho

PENSAMENTOS:  
A INTERPRETAÇÃO DA  
RUÍNA TENTANDO  
ABSTRAIR-ME DO  
ENVOLVENTE. COMO  
SE ELA VIVESSE POR  
SI MESMA

INTERPRETAÇÃO DE SI MESMA

65/83

## 3. ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DO LUGAR



66/83

## 3. ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DO LUGAR

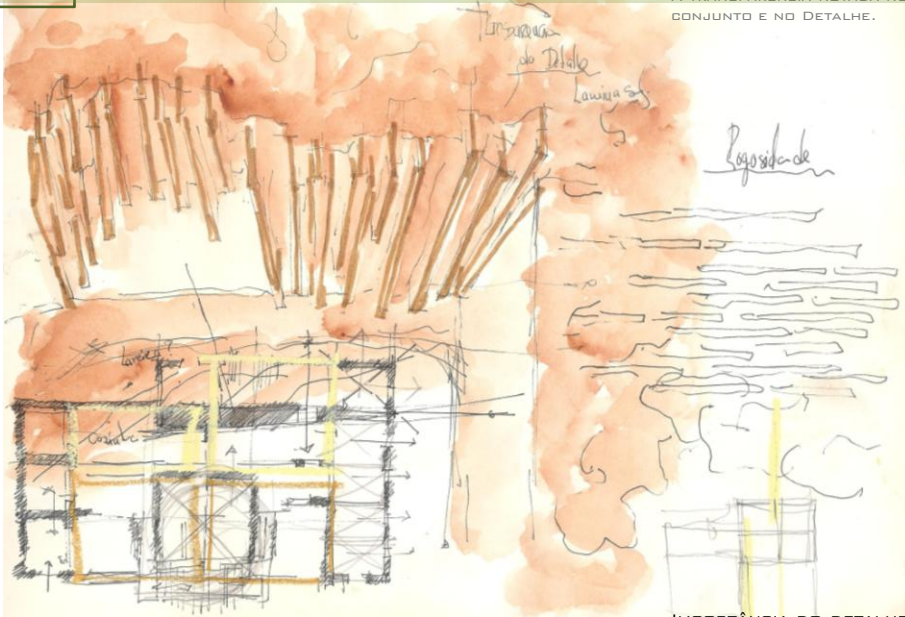




67/83

## 3. ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DO LUGAR

PENSAMENTOS:  
A TRANSPARÊNCIA NOTADA NO  
CONJUNTO E NO DETALHE.



IMPORTÂNCIA DO DETALHE

68/83

## 3. ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DO LUGAR



PENSAMENTOS:  
NÃO SE SENTE O ESPAÇO  
COMO UM ABRIGO. TALVEZ  
PELA TRANSPARÊNCIA; TALVEZ  
POR NÃO EXISTIR O PLANO  
HORIZONTAL QUE NOS  
ENQUADRA NO ESPAÇO.

ESPAÇO DE LUZ/ESPAÇO DE SOMBRA

## 3. ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DO LUGAR

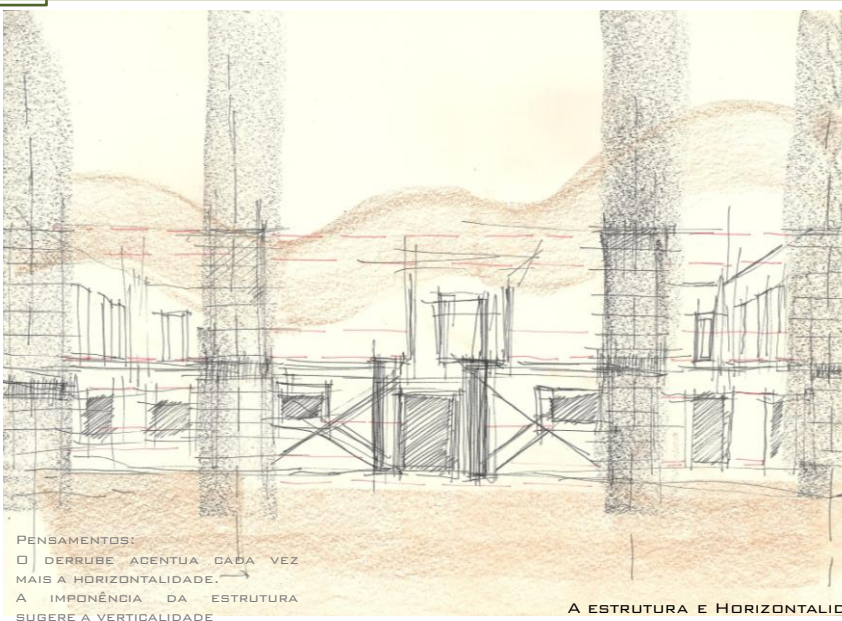
69/83



O ESPÍRITO DO LUGAR

## 3. ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DO LUGAR

70/83



A ESTRUTURA E HORIZONTALIDADE

71/83

#### 4. INVESTIGAÇÃO DE PROGRAMAS FUNCIONAIS ADEQUADOS – ESTUDO DE CASOS MODELOS FORMAIS



##### POUSADA DE VISEU, PORTUGAL

ARQUITETOR: GONÇALO BYRNE

O ANTIGO HOSPITAL DE S. TEOTÓNIO A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA EM VISEU É RECUPERADO E ADAPTADO ÀS FUNÇÕES DE POUSADA DE PORTUGAL



72/83

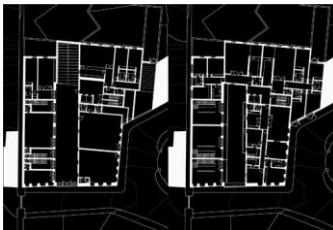
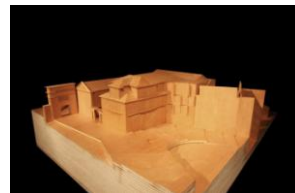
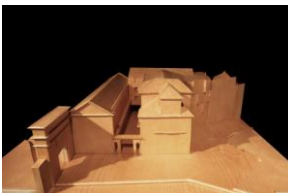
#### 4. INVESTIGAÇÃO DE PROGRAMAS FUNCIONAIS ADEQUADOS – ESTUDO DE CASOS MODELOS FORMAIS



##### VILLA DO JARDIM BOTÂNICO

ARQUITETOR: FREDERICO VALSASSINA

ANTIGA VILLA QUE FOI RECUPERADA





73/83

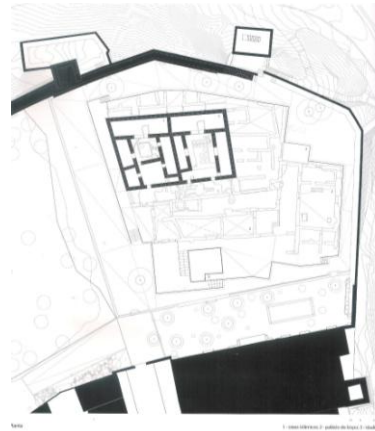
#### 4. INVESTIGAÇÃO DE PROGRAMAS FUNCIONAIS ADEQUADOS – ESTUDO DE CASOS MODELOS FORMAIS



##### MUSEALIZAÇÃO DA ÁREA ARQUEOLÓGICA DA PRAÇA NOVA DO CASTELO DE S. JORGE, LISBOA

ARQUITETOR: JOÃO LUÍS CARRILHO DA GRAÇA

O PROJETO TEM COMO OBJETIVO A CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO ARQUEOLÓGICO, FAZENDO A RECONSTRUÇÃO ARQUEOLÓGICA DAS CASAS ISLÂMICAS EXISTENTES NO SÉC. XI



74/83

#### 4. INVESTIGAÇÃO DE PROGRAMAS FUNCIONAIS ADEQUADOS – ESTUDO DE CASOS MODELOS FORMAIS

##### PROJECTO DE RECUPERAÇÃO DA CASA RURAL NAS RUÍNAS DA VILLA ROMANA DE MILREU

ARQUITETURA: ACE, ARQUITECTURA, CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, LDA

O PROJECTO DE RECUPERAÇÃO DA DENOMINADA "CASA RURAL" EXISTENTE SOBRE AS RUÍNAS ROMANAS DE MILREU FAZ PARTE DE UM CONJUNTO MAIS ALARGADO DE ACÇÕES DE VALORIZAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DESENVOLVIDOS PELO IPPAR.





75/83

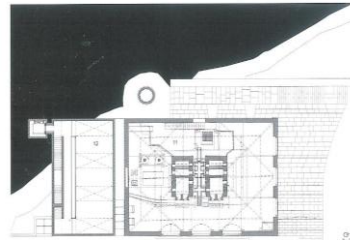
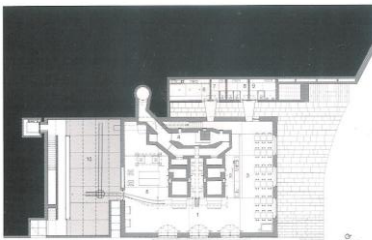
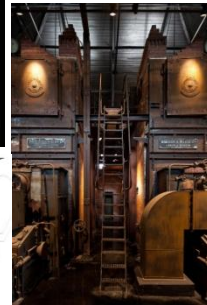
#### 4. INVESTIGAÇÃO DE PROGRAMAS FUNCIONAIS ADEQUADOS – ESTUDO DE CASOS MODELOS FORMAIS



##### REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CASA DAS CALDEIRAS, COIMBRA

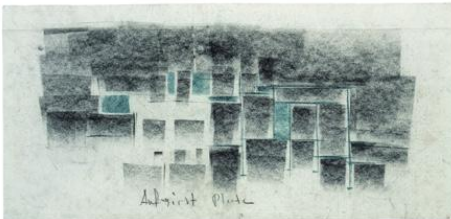
ARQUITETOR: JOÃO MENDES RIBEIRO E CRISTINA GUEDES

O PROJETO INCLUI A REMODELAÇÃO DA ANTIGA CENTRAL TÉRMICA DO HOSPITAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PARA ACOLHER O CENTRO DE ESTUDOS DE FOTOGRAFIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. CONTUDO ATUALMENTE ESTÁ A SER USADO PELA FACULDADE DE LETRAS, PARA FUNCIONAMENTO DOS CURSOS PÓS-GRADUADOS DE ESTUDOS ARTÍSTICOS.



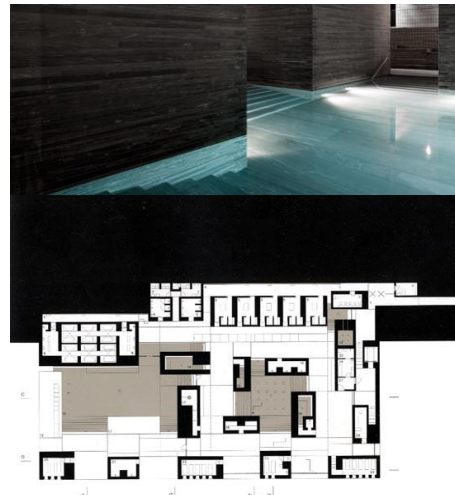
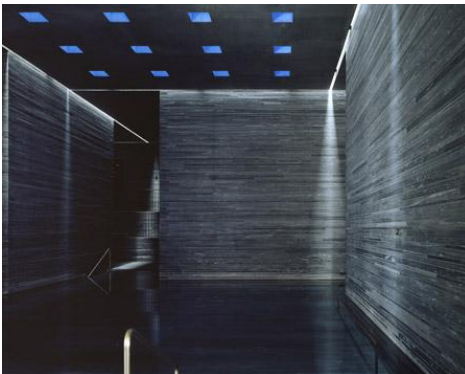
76/83

#### 4. INVESTIGAÇÃO DE PROGRAMAS FUNCIONAIS ADEQUADOS – ESTUDO DE CASOS REFERÊNCIAS PROGRAMÁTICAS



##### TERMAS DE VALS

ARQUITETURA: PETER ZUMTOR



77/83

#### 4. INVESTIGAÇÃO DE PROGRAMAS FUNCIONAIS ADEQUADOS – ESTUDO DE CASOS

##### REFERENCIAS PROGRAMÁTICAS



CENTRO HÍPICO DE JAGUARIÚNA

ARQUITETURA: RAMOS DE AZEVEDO E DOMIZIANO ROSSI



77/83

#### 4. INVESTIGAÇÃO DE PROGRAMAS FUNCIONAIS ADEQUADOS – ESTUDO DE CASOS

##### REFERENCIAS PROGRAMÁTICAS



A. D. DAVAR

CENTRO HÍPICO DA COSTA DO ESTORIL

INSTALAÇÕES:

PICADEIRO COBERTO  
 PICADEIROS DESCOBERTOS  
 PÁTIOS E SALA DE ARREIOS  
 BOXES  
 PADOCKS



Paddock



Os Pátios e as Salas de Arreios



O Picadeiro Coberto

78/83

#### 4. INVESTIGAÇÃO DE PROGRAMAS FUNCIONAIS ADEQUADOS – ESTUDO DE CASOS REFERÊNCIAS PROGRAMÁTICAS



HOSPITAL PEDIÁTRICO, VILA DO CONDE

ARQUITETURA: 100 PLANOS ARQUITECTURA



80/83

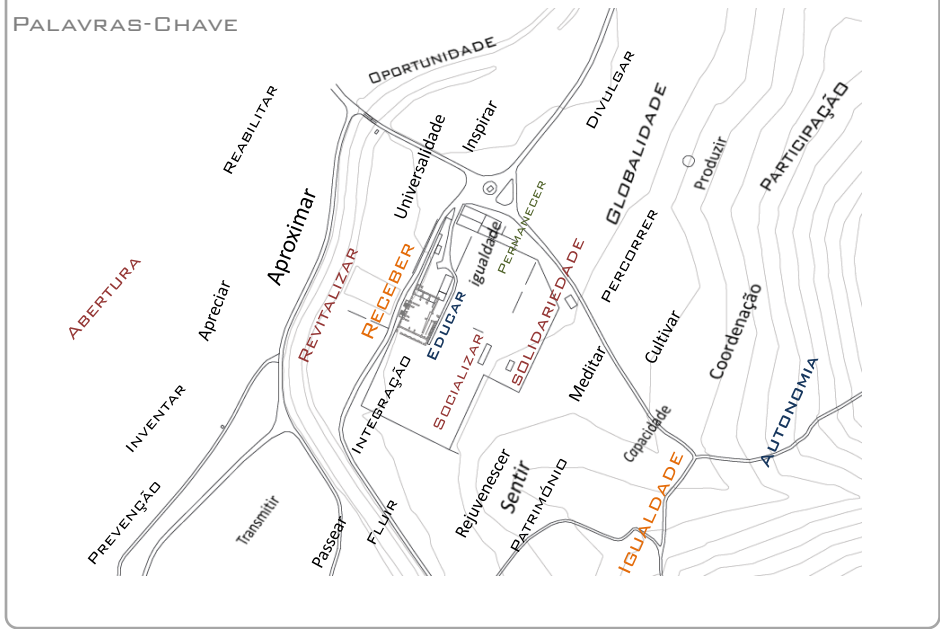
#### 5. DEFINIÇÃO DO PROGRAMA FUNCIONAL E ESPACIAL.

| AMEAÇAS  |   | OPORTUNIDADES   |
|--|---|---|
| POSSÍVEIS INUNDAÇÕES DEVIDO À PROXIMIDADE DA LINHA DE ÁGUA (RIBEIRA DE ALPRIATE) E POR ESTAR LOCALIZADO EM ÁREA DE VÁRZEA. | ↔ | POSSÍVEL APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS, E REQUALIFICAÇÃO DA RIBEIRA.   |
| MÁ ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE (UNICAMENTE POR UM PERCURSO DE TERRA BATIDA)  | ↔ | TENTATIVA DE MELHORAR ESSE TRAJETO, NOMEADAMENTE DESDE A ALDEIA DE GRANJA ATÉ À QUINTA. DANDO TAMBÉM ESPECIAL IMPORTÂNCIA À PRAÇA DE ENTRADA.   |
| NÍTIDO ISOLAMENTO SOCIAL   | ↔ | CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA QUE SEJA ADAPTADO PARA O LOCAL E QUE TRAGA RITMO E MOVIMENTO AO ESPAÇO.  |
| TOTAL ABANDONO DAS ESTRUTURAS EDIFICADAS EXISTENTES. (ESTADO DE RUÍNA)   | ↔ | TENTATIVA DE RESTRUTURAR O PATRIMÔNIO DANDO-LHE FUNÇÃO E IMPORTÂNCIA, APROVEITANDO O SIMBOLISMO DA RUÍNA NA CRIAÇÃO DE UM NOVO SIGNIFICADO.   |
| FALTA DE ESPAÇOS VERDES QUALIFICADOS   | ↔ | CRIAÇÃO DE PARQUES DE PASSEIO, ASSOCIADOS A POSSÍVEIS ATIVIDADES AO AR LIVRE, NA TENTATIVA DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO DAQUELA ZONA. ONDE SE POSSA, POR EXEMPLO, DIVULGAR ÀS TRADIÇÕES DE PLANTIO E AGRICULTURA DAQUELA REGIÃO. |
| ↓  |   |   |
| PROGRAMA   |   |   |

B1 /83

5. DEFINIÇÃO DO PROGRAMA FUNCIONAL E ESPACIAL.

HOSPITAL TERAPÊUTICO DE MEDICINAS ALTERNATIVAS



B2 /83

5. DEFINIÇÃO DO PROGRAMA FUNCIONAL E ESPACIAL.

HOSPITAL TERAPÊUTICO DE MEDICINAS ALTERNATIVAS

|   |  |
|---|--|
| <p>ATIVIDADES TERAPÊUTICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• HIPOTERAPIA (CAVALOS)</li><li>• HIDROTERAPIA (ÁGUA)</li><li>• TERAPIA OCUPACIONAL</li><li>• BIODANÇA</li><li>• MUSICOTERAPIA</li><li>• ARTE TERAPIA</li><li>• ACUPUNTURA</li><li>• HOMEOPATIA/IRIDOLOGIA</li><li>• MASSAGEM TERAPÊUTICA E DE RELAXAMENTO</li></ul> <p>OUTROS:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• ÁREA DE ACOlhIMENTO</li><li>• ÁREA TÉCNICA</li><li>• ÁREA PESSOAL</li><li>• ÁREA LOGÍSTICA</li><li>• ÁREA DE REFEIÇÕES, CONVÍVIO E ATIVIDADES</li><li>• ÁREA DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO</li><li>• ÁREA DE RESIDÊNCIAS</li><li>• ÁREA ADMINISTRATIVA</li></ul> <p>ESPECIALIZAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• TRATAMENTOS EM PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.</li></ul> |  |
|---|--|

83/83

## 5. DEFINIÇÃO DO PROGRAMA FUNCIONAL E ESPACIAL.

HOSPITAL TERAPÊUTICO DE MEDICINAS ALTERNATIVAS

## PROGRAMA FUNCIONAL

## RECEBER&gt;DIVULGAR:

- ÁTRIO;
- RECEPÇÃO/SECRETARIA
- ZONA DE ESPERA
- LOJA
- I.S
- ZONA DE ARRUMOS PARA MACAS / CADEIRAS DE RODAS

## CONVIVER&gt;ÁREA DE REFEIÇÕES, CONVÍVIO E DE ATIVIDADES:

- COPA /COZINHA
- REFEITÓRIO
- SALA CONVÍVIO
- CASA DE CHÁ
- BAR
- I.S

## ORGANIZAR&gt;ÁREA TÉCNICA:

- GABINETE DE CONSULTA (PRIMEIRA CONSULTA)

## ORGANIZAR&gt;ÁREA PESSOAL:

- VESTIÁRIOS DE PESSOAL (CACIFOS E DUCHE)
- I.S PESSOAL
- SALA DE SUJOS E DESPEJOS (ARMÁRIOS/ESTANTE/CARRO)
- ZONA DE ROUPA LIMPA
- ZONA DE MATERIAL DE CONSUMO
- SALA DE TRABALHO MULTIDISCIPLINAR

## ORGANIZAR&gt;ÁREA LOGÍSTICA:

- ZONA DE MATERIAL CLÍNICO
- ZONA DE MATERIAL DE CONSUMO
- ZONA DE ROUPA LIMPA
- ZONA DE EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA
- SALA DE DESINFECÇÃO (PIA DE ÁGUA)
- SALA DE ROUPA SUJA E DESPEJO
- SALA DE PESSOAL DE LIMPEZA COM I.S

## GERIR&gt;ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO:

- GABINETE DA DIRECÇÃO
- SALAS DE REUNIÕES
- SECRETARIADO
- I.S

## VALÊNCIAS&gt;HIDROTERAPIA/SPA :

- PISCINA/TANQUE DE MARCHA
- ZONA DE BANHOS DE CONTRASTE (QUENTES/FRIOS/VAPOR).
- ZONA DE HIDROMASSAGEM (TINA)
- VESTIÁRIOS / BALNEÁRIOS (I.S, CACIFOS, DUCHE)
- SALA DE REPOUSO
- ZONA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.

HOSPITAL

HOSPITAL

83/83

## 5. DEFINIÇÃO DO PROGRAMA FUNCIONAL E ESPACIAL.

HOSPITAL TERAPÊUTICO DE MEDICINAS ALTERNATIVAS

## VALÊNCIAS&gt;HIPOTERAPIA:

- PICADEIRO COBERTO
- ZONAS DE PASSEIO
- BOXES
- SALA DE ARREIOS
- DEPOSITO DE MATERIAL DIVERSO
- SALA DE CONVÍVIO (OPCIONAL)
- LOJA DE EQUIPAMENTOS
- SALA DE INSTRUÇÕES E PREPARAÇÃO
- I.S

## VALÊNCIAS&gt;TERAPIA OCUPACIONAL:

- SALA DE TRATAMENTOS
- DEPOSITO DE MATERIAL DIVERSO
- VESTIÁRIO/BALNEÁRIO

## VALÊNCIAS&gt;ACUPUNTURA:

- SALA DE TRATAMENTO
- VESTIÁRIO
- DEPOSITO DE MATERIAL DIVERSO
- PIA PARA MÃOS

## VALÊNCIAS&gt;HOMEOPATIA E IRIDOLOGIA:

- SALA DE TRATAMENTO
- VESTIÁRIO (OPCIONAL)
- DEPOSITO DE MATERIAL DIVERSO
- PIA PARA MÃOS

## VALÊNCIAS&gt;BIO-DANÇA:

- SALA DE TRATAMENTO (ATELIER DE DANÇA)
- VESTIÁRIO/BALNEÁRIO
- DEPOSITO DE MATERIAL DIVERSO
- PEQUENO AUDITÓRIO / SALA DE ESPETÁCULOS

## VALÊNCIAS&gt;MUSICOTERAPIA:

- SALA DE TRATAMENTO (ATELIER DE MÚSICA)
- DEPÓSITO DE INSTRUMENTOS
- DEPÓSITO DE MATERIAIS DIVERSOS
- PEQUENO AUDITÓRIO / SALA DE ESPETÁCULOS

## VALÊNCIAS&gt;ARTE TERAPIA:

- OFICINAS DE TRABALHO
- PIAS PARA AS MÃOS
- DEPÓSITO PARA MATERIAIS DIVERSOS
- ZONA DE EXPOSIÇÃO.

## VALÊNCIAS&gt;MASSAGEM TERAPÊUTICA E DE RELAXAMENTO:

- SALAS DE TRATAMENTO
- VESTIÁRIO
- DEPÓSITO DE MATERIAL DIVERSO
- PIA PARA MÃOS

HOSPITAL

HOSPITAL

|                            |  |  |   |
|----------------------------|--|--|---|
| E<br>S<br>C<br>O<br>L<br>A | <b>RECEBER&gt;PEQUENA ESCALA:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- ÁTRIO;</li><li>- RECEÇÃO</li><li>- SALA DE CONVÍVIO/LAZER</li></ul>  | P<br>E<br>R<br>M<br>A<br>N<br>E<br>C<br>E<br>R | <b>RECEBER&gt;PEQUENA ESCALA:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- ÁTRIO;</li><li>- RECEÇÃO</li><li>- SALA DE CONVÍVIO</li></ul>   |
|                            | <b>ENSINAR&gt;ÁREA DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- ESPAÇOS DE SALAS DE AULA (PRÁTICO)</li><li>- AUDITÓRIOS PARA CONFERÊNCIAS E AULAS (TEÓRICO)</li><li>- LABORATÓRIOS</li><li>- SALAS INFORMÁTICAS</li><li>- BIBLIOTECA</li><li>- I.S PÚBLICAS</li></ul> |  | <b>PERMANECER&gt;RESIDÊNCIAS:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- QUARTOS (CAMA, I.S., ROUPEIRO)</li><li>- BANHO ASSISTIDO</li></ul>  |
|                            | <b>ORGANIZAR&gt;ÁREA PESSOAL:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- VESTIÁRIOS DE PESSOAL (CACIFOS E DUCHE)</li><li>- I.S PESSOAL</li><li>- SALA DE TRABALHO MULTIDISCIPLINAR</li></ul>  |  | <b>ORGANIZAR&gt;ÁREA PESSOAL:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- VESTIÁRIOS DE PESSOAL (CACIFOS E DUCHE)</li><li>- I.S PESSOAL</li><li>- SALA DE TRABALHO MULTIDISCIPLINAR</li></ul> |
|                            | <b>GERIR&gt;ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- GABINETE DA DIRECÇÃO</li><li>- SALAS DE REUNIÕES</li><li>- SECRETARIADO</li><li>- I.S</li></ul>   |  |   |



### III – FOTOGRAFIAS DE MAQUETES DE ESTUDO E PAINEIS



Ilustração 1- Maquete de enquadramento, escala: 2.000

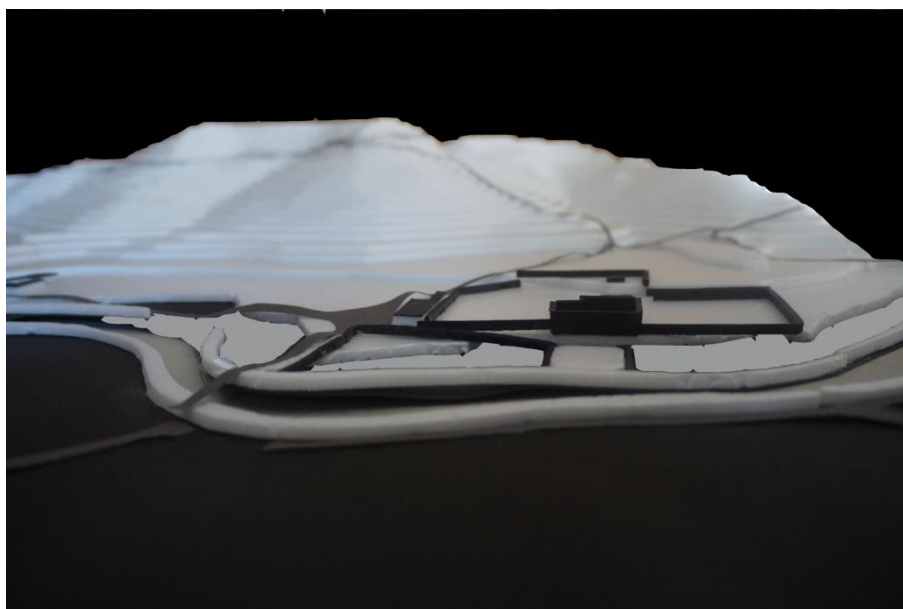


Ilustração 2 - Maquete de enquadramento, escala: 1.2000





Ilustração 3 – Maquete, primeira proposta, escala: 1.500

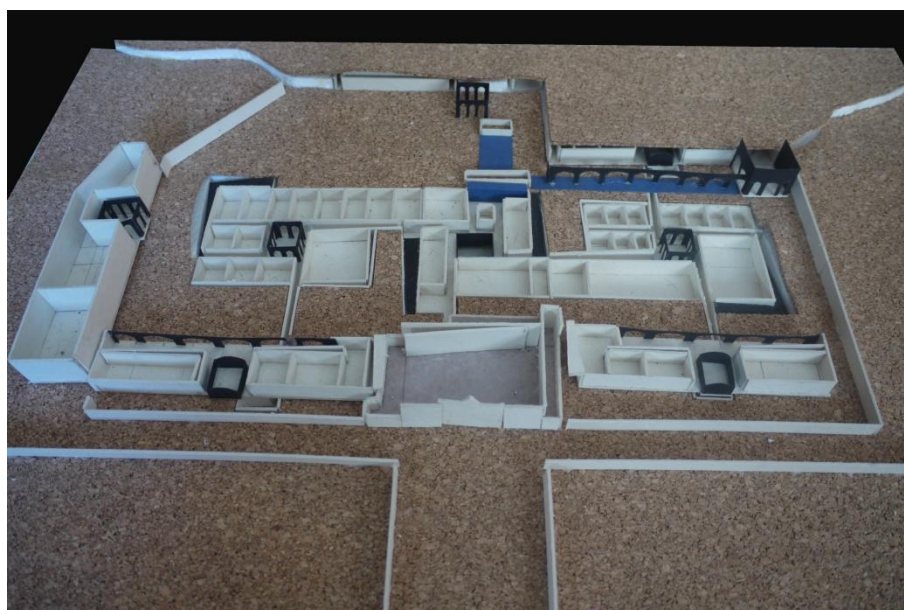


Ilustração 4 – Maquete, segunda proposta, escala: 1.500.



Ilustração 5 – Maquete, terceira proposta, escala: 1.500



Ilustração 6 – Maquete da casa principal, quarta proposta, escala:1.200



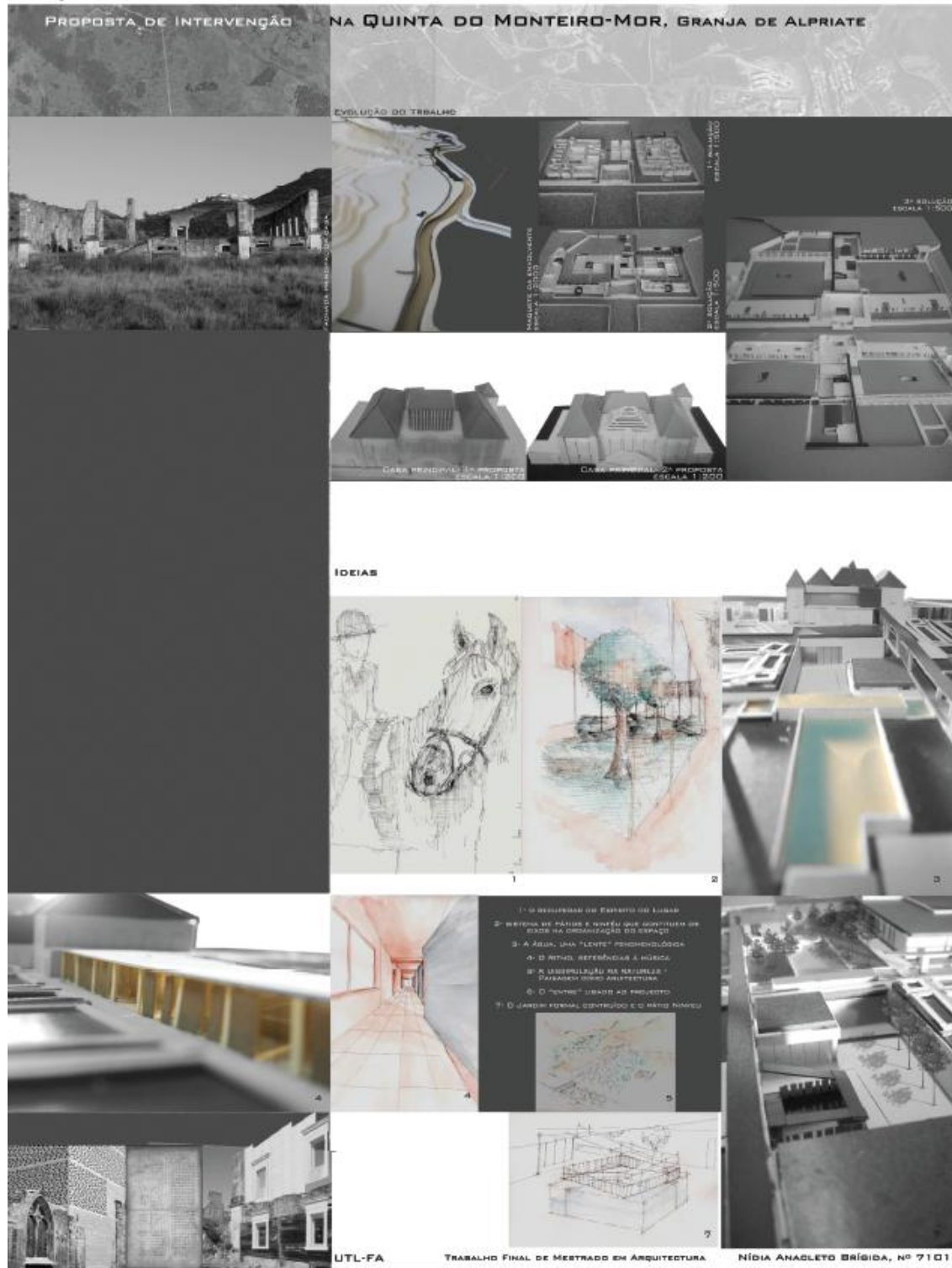
Ilustração 7 – Maquete da casa principal, quinta proposta, escala: 1.200

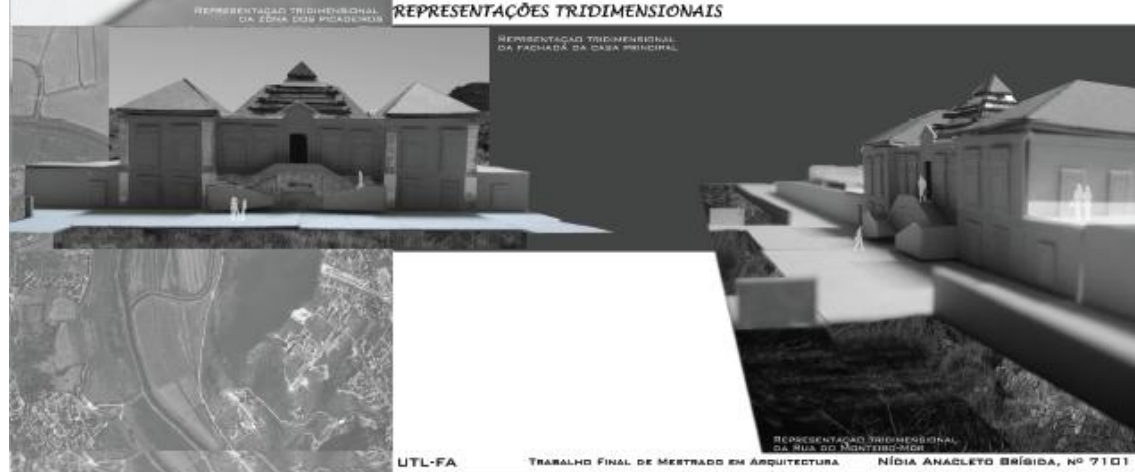
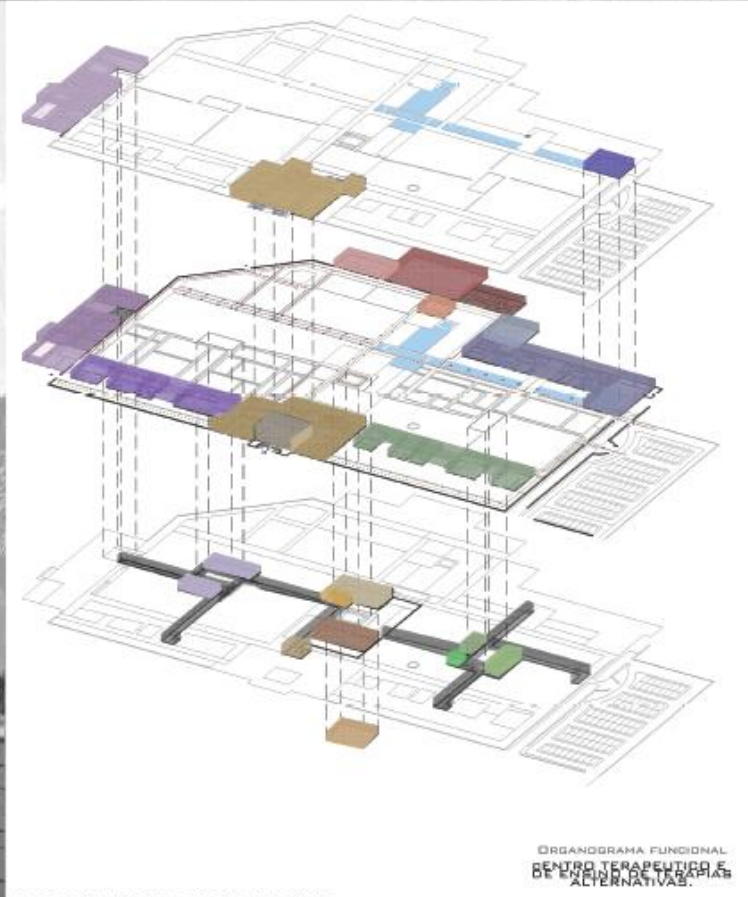


*Registos fotográficos*









#### IV – DOCUMENTOS DE APOIO

①

*Compilação histórica  
da freguesia de*

**VIALONGA**

*Por*

*José Sequinbo Thomás*

*filho natural*

*desta*

*freguesia*

*Ano de MCMVIVIII*



## Palacio do Monteiro-Mór

É de todos os palácios da freguesia de Vialonga, o mais grandioso, bonito, e que tem um passado histórico de grande originalidade.

Está situado na granja de Alpedrete, na estrada, que vai da Quinta da St. Roza até ao Dique do Rio Tancão em frente da povoação de Vinhos, na encosta da direita margem do dito rio.

A quinta, seu palácio, com artística escadaria em mármore, a praça de touros e seus currais, foram mandados fazer pelo primeiro monteiro-mór de selmo, pois que o rei D. João I deu o ofício a Lopo Vaz de Castelo Branco.

Por sua vez o rei D. João II deu o ofício a D. Álvaro de Lima, a seguir a D. Luiz de Meneses que exercia o cargo no tempo de D. João III.

A seguir Jorge de Melo - 22-V-1524 e seus descendentes até ao selmado de D. João V.

A seguir foi D. Henrique de Noronha, filho do 1º marquez de Angeja, que recebeu o rei D. Miguel I neste palácio a companhia da corte para assistir a uma toisade e festas em sua honra que por sinal foram as ultimas.

A quinta tem uma nascente de agua caudalosa que brota da rocha em frente.

É terna e serena, tanta em pomares, como em antigos horticolas possui um grande pontal de pontos brancos, em forma de moirão de vento, onde se criavam estas aves, para com tucumbelas maceias, patos brancos de arribação, para servirem de divertimento aos fidalgos de antanho que os caçavam com falcões amestrados.

O palácio era uma maravilha, os seus salões decorados com lambrins de azulejos com motivos da Mitologia, os tetos apainelados e pintados a óleo, com motivos de aça e pecca. As paredes cobertas por quadros a óleo e panos de friza, tapeçarias valiosas. Mobílias das mais ricas e artisticas, louças e porcelanas de grande estilo. Uma sumptuosidade de riquezas.

etc. cressos-chão, eram as cavalariças, jaulas para javalis, mastros, e curros para toiros brancos, que eram criados nas Lezírias em frente e iam até Trás-os-Montes.

Havia os ergástulos, para os saqueadores fustigar, que estavam na malha das justizas reais.

Todas estas coisas ainda existem, apesar de estarem em ruínas. Este palácio ardeu em 1913 por descuido de um servo pastor, chamado Policarpo, de 15 anos de idade, ao acender um cigarro com uma brasa incandescente que ficou mal apagada.

Na mesma altura vendida a quinta e vivia no palácio a família Rozende, da freguesia de S. Cipriano, que tinha ali a sua casa agorá esta.

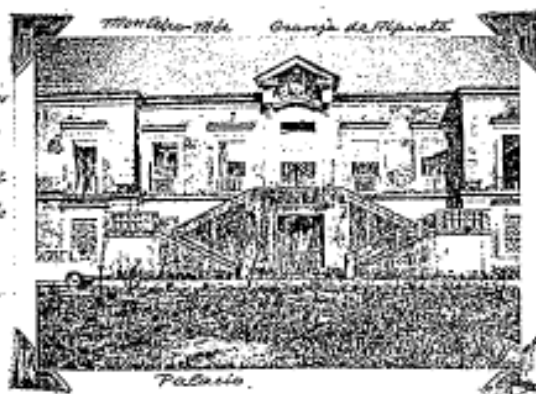
O seu proprietário actual é o Sr. Reinold, assim como a quinta da Bemoseira em Santa Maria da Foz, que pertence para esta quinta o Calvário artístico, o archo do palácio pomposo, a estatueira dos jardins, onde se guarda a tradição de conservação actualmente.

O palácio tem terras, que ainda se conservam no seu lugar, no topo da parede principal, onde existe a escadaria monumental.

Por cima e a serte vinham para esta quinta em S. Martinho do Rio Branco, acima, fazenda entrada em Sacavem, até ao Rio, onde havia um rio de desembarque, que ainda hoje existe. O palácio e quinta fica muito perto.

Na praça de toiros, além das torreadas, faziam-se torneios e lutas entre javalis e mastros, que os fidalgos matavam às lanças e os mastros os esparavam. Festas populares destas épocas, ainda com vestígios da Idade Média.

Estas informações e descrições do palácio e suas dependências, foram recolhidas por um observante, que a 1. de maio, a 1. de maio de 1902, que foi o primeiro e tem hoje 81 anos de idade, filha de uma família, e tem traços de toiro.



O Bragança  
Escudo, com pé  
de touro,  
Coroa real em  
chefe, com penacho  
e crestas com duas  
panelas, em que  
miquê.

(59)

Quando gravou semo epidemia no paiz, Lisboa foi muito atacada.  
 o El-rei D. João I, desobedeceu retirar-se de Lisboa, e foi com a corte para  
 o palacio do Montebelo-Mor, levando a rainha D. Filipa de Lancastre con-  
 a corte. Seus filhos e os fidalgos, tentaram el-rei a que descesse a rainha  
 em Lisboa, pois esta ja estava contaminada, mas elle suspendeu, que  
 seria injusto descompasar na morte a quem lhe fizera tão boa compa-  
 nhia na vida. A rainha com os ares ruidos de Ventosiga, melhorou, e  
 que agradou a el-rei e ao Montebelo-Mor. D. João Vaz de Castela Brancos  
 que exercia a cargo.

Cf. a Voz da Pátria volume 10º de 1853.

Brazão: Visconde entulhado com fitas de prata com 3 trompas de  
 caça de negro, com cordão vermelho e borlas de ouro.

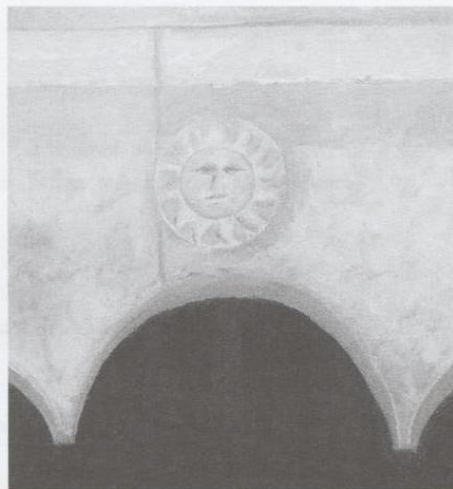
Em chefe: Coroa real de Portugal.

## Bibliografia consultada

(119)

- Flor Satorium* - Por Frei Diogo do Rozario edição MDCLXVII (1662)
- Agiologio Lusitano* - Biblioteca Nacional (acervado)
- História Antiga* - Edição Daniel Corazzi
- Archeologia* - Por D. António José de Melo
- Tragedia Histórica (o Regente)* - Por Marcelino Mesquita
- História de Portugal* - Por Arsenio Augusto Torres Mascarenhas, Baiano formado em Direito pela Universidade de Coimbra
- A Nossa Terra* - Por José de Souza Carrasco, Professor do Liceu Passos Manuel
- Extremadura Portuguesa* por Alberto Pimentel
- História de Portugal* por Henrique Schaffer, traduzido em português por Pereira Sampaio (Bruno)
- História de Portugal até aos séculos XVII e XVIII* - por Luiz Augusto de Lila da Silva (narração pictórica)
- Portugal Pictórico* - por Pinheiro Chagas, desenhos dos principais sítios e cidades
- Arte Portuguesa XXI* por Nuno Catirino Cardoso
- Árduos de Figueira Fátima* 1935 volume XXIII
- Árduos dos séculos XV a XX* lista e arreio 1935 volume XXIX
- Pias Batismo, Pulpito e Cruzes* 1935 volume XXVII
- Lápides Brazonados* - coleção artística 2 volumes
- História das Talvadas* por Eduardo Noronha
- Embrechados* - pelo Conde de Sabugosa
- Vida de Frei Bartolomeu dos Mártires* - por Frei Luiz de Souza 1553 1632 edição de Miguel Rodrigues Lisboa 1763 volume 2 pag. 457, obra rara, encontrando-se na Biblioteca Municipal de Braga de Hespanha, a qual foi legada por Almeida Garrett.
- História de Portugal* - por Alexandre Herculano
- Portugal Histórico* por Pinho Real
- Ano Cristão* por Crisóst. traduzido do Padre Matias Soares
- Panorama*, por um Grupo de Académicos dos finais do século XIX
- Enciclopédia Prática*, conjunto de conhecimentos úteis, do princípio do século XX

12.3 Bd  
P-1305



Boletim Cultural

CIRA

8

1998  
1999

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira - Pelouro da Cultura

Imagotrafus/vila franca de xira

*Propriedade* Câmara Municipal Vila Franca de Xira – Pelouro da Cultura  
*Edição* Museu Municipal de Vila Franca de Xira  
*Coordenação* Clara Frayão Camacho  
*Revisão* Graça Soares Nunes e Maria João Martinho  
*Capa* Ivone Ralha  
*Execução gráfica* Manuel A. Pacheco, Lda.  
*Tiragem* 2000 exemplares  
*Data de Impressão* Dezembro de 1999  
*Depósito Legal* 130563/98  
*ISBN* 972-8241-23-2

Aceita-se permuta / On prie échange / Exchange wanted / Sollicitamo intercambio / Tauschverkehr erwünscht



A palavra quinta, oriunda do vocábulo latino *quintana*, que se mantém com valor onomástico, apresentou, no idioma arcaico, as formas sucessivas de *quintaã* e *quintã* – a última ainda hoje persistente na toponímia –, considerando-se difusa a sua base sinonímica.

Na época medieval, respeitava o nome, de modo genérico, a uma unidade agrária integrada em *villa* rústica, tendo, por vezes, constituído a génese da fundação de pequenos lugares. As quintas de lazer, periurbanas apalaçadas, só nos tempos modernos começaram a surgir.

No território da Granja de Alpriate, despontaram eminentes quintas, nas várias acepções do termo, desde o começo da monarquia até ao século XVIII, algumas das quais o tempo trágico por completo, perdurando, doutras, na actualidade, elegantes e singulares despojos.

É a língua parte na Cultura (um dos seus aspectos), mas simultaneamente seu produto (porque a reflecte) e condição (através dela se recebe e transmite a mesma Cultura).

Pela prática contínua da comunicação entre os indivíduos, é o mais perfeito meio para compreender o homem e o seu modo de estar na vida, que é o mundo da significação. É, por conseguinte, justificável o estudo da sobrevivência, denotativa e conotativa, da nomenclatura rural, nesta era de vertigem vocabular cosmopolita. Tentarei, liminarmente, avivar algumas lembranças neste pormenor.

Do título deste trabalho reter-se-ão, em primeiro lugar, os três substantivos que o informam, só depois considerando, de modo fugaz, as partículas de ligação.

Por comodidade – ou extravagância –, começarei pelo último.

*Alperiate*, *Alpiriate*, *Alpiriati* (como genitivo tabeliônico), *Alpiatre*, *Alpriatre* e *Alpiarte* são as grafias por que foi sendo documentado o actual topónimo *Alpriate*, entre o último quartel do século XII e a segunda metade de Seiscentos.

O sítio gozaria já de algum prestígio nos espaços romanizados, arabizados e moçarábicos estremenhos, devendo o povoamento – ocorrido, talvez, no período sarraceno – ter-se mantido após a Reconquista, pois, como se sabe, a população permaneceu nos seus lugares depois de 1147.

A própria formação da palavra denota essa convivência cultural e esse intercâmbio linguístico:

*Al-priate*, ou seja, o artigo árabe *al*, anteposto ao substantivo latino-medieval *prelatu* – “prelado” (bispo, abade ou qualquer outra dignidade eclesiástica), proveniente do acusativo *praelatum*<sup>(1)</sup>.

Verdade é que, logo depois de conquistada Lisboa ao domínio muçulmano, as comunidades religiosas, as ordens monásticas e um ou outro companheiro de armas dos primeiros monarcas se apressaram a adquirir, por doação, troca ou compra, extensos bens de raiz por toda a Estremadura e Ribatejo.

(1) JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário Etimológico Onomástico de Língua Portuguesa*, vol. I, Lisboa, s.d., p. 111.



Lugar eminente cabe, dentre estas instituições, à Ordem do Templo e ao Convento de São Vicente (de Fora). Mas também o Convento de Santa Cruz de Coimbra, o Convento de São João de Deus, o Mosteiro de Chelas e a Casa de Bragança aqui possuíram vasta propriedade fundiária.

O interesse por tais aquisições recaía, de preferência, sobre terrenos já em exploração, dotados das boas condições produtivas do parcelamento que prevalecia no regime árabe.

Foi assim que, em 1176 e no mês de Abril, um sapateiro de nome Soeiro e sua mulher venderam aos cônegos de São Vicente uma “hereditate (...) in termino ulixbone in loco qui dicitur Alpriati”<sup>(2)</sup>. A herdade, incorporada na “villa Piquita”<sup>(3)</sup>, estava repartida entre o assento dum vale e o cabeça de um monte, compondo-se de casas, almuinha e rossio.

O termo *hereditas* que, etimologicamente, sugere a ideia de bens recebidos por transmissão familiar ou testamentária, isto é, “herança”, não é só aplicável ao património herdado.

Da documentação medieval referente a Alpriate emerge para *herdades* o sentido de certos bens imobiliários rurais, independentes da forma de aquisição, e com conteúdos semânticos variáveis<sup>(4)</sup>. Múltiplos actos notariais demonstram a mobilidade da posse dos terrenos agrários, desde o aludido ano de 1176. De tais escritos se depreende que o vocábulo para definir essa estrutura camponesa foi o de *herdade* (uma vez, *herdamento*) até 1229, entremisturando-se com os de *casal*, *granja* e *quintã*, depois desta data e até meados do século XV<sup>(5)</sup>.

Ajustavam-se ou desajustavam-se as propriedades com o decorrer do tempo e os sucessos ou insucessos dos possuidores. Assim se obtinham os *casais*, as *herdades*, as *courelas*, as *almuinhas*, os *quinhões*, os simples *olivais* ou *vinhas*, mas também grandes nós de exploração que, em função da aptidão agrícola ou da natureza das suas dimensões, constituíram as *granjas* e as *quintãs*. Santa Rosa de Viterbo elucida que a copiosa documentação antiga por si compulsada lhe permitiu verificar a transformação, em *granjas*, de insignificantes prédios rústicos – *courelas*, *quintinhas* ou *terrulas*<sup>(6)</sup>. De notar, porém, que quase todas estas propriedades, mesmo restritas, dispunham de *casaria*, norma imposta para a concessão, e cujo móbil era a fixação dos rurais, propiciando a intensificação das culturas e o fomento agrícola. Qualquer parcela de terra a possuía, tendência que se veio mantendo até ao início do século passado.

## Granja

A palavra – já o afirmava Bluteau<sup>(7)</sup> – foi importada, com a vinda dos frades de Cister<sup>(8)</sup>, do francês *grange* que, por sua vez, se filiava no substantivo latino *granea*, “ubi grana frumentaria reconduuntur”<sup>(9)</sup>, ou seja, “eira”.

José Pedro Machado admite a forma popular latina *granica*, oriunda de *granu*, como antecessora directa do nome comum *granja*<sup>(10)</sup>.

(2) A.N.T.T., *Convento de São Vicente de Fora*, maço I, n.º 31. Cf. MARIA MICAELA SOARES, *Saloios da Granja de Alpriate*, Lisboa, 1993, DOCUMENTO N.º 2.

(3) Palavra de leitura difícil e nebulosa identificação. A integração – e sequente desanexação – desta herdade de uma villa rural terá algum significado para o historiador da administração agrária do século XII, em Portugal.

(4) Sobre este vocábulo, cf. A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por JOEL SERRÃO, vol. III, Lisboa, 1975, pp. 213-214 e, ainda, Fr. JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente Se Usaram (...)*, ed. crítica de MÁRIO FIÚZA, vol. II, Porto, 1966, pp. 309-312.

(5) Cf. MARIA MICAELA SOARES, *Saloios da Granja de Alpriate*, pp. 8-14.

(6) Fr. JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO, *ob. cit.*, p. 304.

(7) RAFAEL BLUTEAU, *Vocabulário Português e Latino*, t. IV, Coimbra, 1713, p. 123. Bluteau – que regista a variante *grangia* – aceita ainda o nome como forma regressiva de *granjeir*.

(8) Empenhados promotores na colonização e no arroteamento do território.

(9) CONDITUM A. CAROLO DU FRESNE DOMINO DU CANGE, *Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis*, t. IV, Niort, 1885, p. 98.

(10) JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.ª ed., vol. III, Lisboa, 1977, p. 173.

Os primeiros dicionaristas portugueses não contemplaram o nome – Jerónimo Cardoso <sup>(11)</sup>, Agostinho Barbosa <sup>(12)</sup> ou Bento Pereira <sup>(13)</sup> – e o *Dicionário da Língua Portuguesa*, só na sua quinta edição, de 1844, lhe acolhe o étimo gálico <sup>(14)</sup>, conquanto registe a palavra desde a primeira, publicada em 1789 <sup>(15)</sup>.

No século XVIII, Viterbo, embora seguindo Bluteau quanto às duas hipóteses etimológicas, alarga e aprofunda o significado do termo, garantindo que pequenas explorações rurais se terão transformado em *granjas*, *grangias* ou *granchas* <sup>(16)</sup>.

A evolução do nome comum para topónimo, inicialmente sob a forma *Grangia*, parece ter-se verificado logo no século XII, noutras zonas do país <sup>(17)</sup>.

Todavia, dos vários escritos medievais manuseados sobre esta Granja, somente me parece lícito aceitar a palavra com valor toponímico a partir dos últimos anos do século XIV, em confirmação de D. João I, de 13 de Abril de 1386, a seu escudeiro Martim Vasques de Travassos, sobre a posse de uma *quintã* na Granja de Alpriate <sup>(18)</sup>.

Cerca de 1258, nas *Inquirições* ordenadas por D. Afonso III, foi recenseada, entre outras, “in Alpriate aliam grangiam cum salinis suis”, de que era proprietária a Ordem do Templo <sup>(19)</sup>.

Não obstante os bens dos Templários só devessem ter transitado para a Ordem dos Cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo em 1319, data da sua instituição, certo é que o rei D. Dinis aforou, ao quarto, a 1 de Novembro de 1316, “o casal de Alpriate”, que jazia “a par da torre da granja que foi dos freires do Templo”, transacção de que encarregou o oficial a quem estava cometida a função de “arrecadar os bees q forô” da dita Ordem <sup>(20)</sup>.

De reter que à Comenda da Ordem, a cuja demarcação, entre outras, se procedeu em 1642 e em 1719, estavam adstritas as duas aldeias – Alpriate e Granja – nas quais viviam, no decurso da primeira, 7 e 23 moradores, respectivamente.

A residência senhorial da aristocracia medieval era fugaz nos seus paços de campo; todavia, ali se mandavam frequentemente erigir torres ou castelos amuralhados, como forma de prevenção contra ataques inimigos. A fala popular costuma confundir os dois tipos de fortificação.

A torre dos Templários, na sua granja, de que actualmente se não encontram quaisquer vestígios, manteve-se erguida até, pelo menos, aos primeiros anos do século XVIII.

Referenciam-na, amiúde, os tombos da Comenda da Granja de Alpriate, que a Ordem de Cristo mandou executar, em 1642, pelo licenciado António da Silva e Sousa e, em 1719, pelo Dr. Manuel da Costa Serrão.

No lugar da Granja, e conforme o primeiro daqueles tombos <sup>(21)</sup>, tinham os freires “umas casas que se chamavam o Paço da Ordem”, com um recebimento coberto, onde se penetrava por um portal

(11) JERÓNIMO CARDOSO, *Dictionarium Latino Lusitanicum et vice versa Lusitanico Latinum*, Coimbra, 1569, cuja 1.ª edição é de 1562.

(12) AGOSTINHO BARBOSA LUSITANUM, *Dictionario Lusitanico Latino*, Braga, 1611, que, todavia recolheu granjejar.

(13) BENTO PEREIRA, *Prosodia in Vocabularium Trilingue, Lusitanum, Lusitanicum, et Hispanicum digesta*, Évora, 1634, com 1.ª edição em 1632.

(14) ANTÓNIO DE MORAIS SILVA, *Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. II, Lisboa, 1844, p. 108.

(15) ID., *ib.*, vol. II, Lisboa, 1789, p. 668.

(16) Cf. nota 6.

(17) JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. II, Lisboa, s.d., p. 741.

(18) A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, L.º I, f. 174v. Cf. *Salaios da Granja de Alpriate*, DOCUMENTO N.º 6. A preposição de ligação entre os dois topónimos não encerra qualquer significado possessivo, mas simplesmente determinativo.

(19) A.N.T.T., *Gaveta I*, maço 2, n.º 18. Cf. *Salaios da Granja de Alpriate*, notas 35 e 36.

(20) A.N.T.T., *Chancelaria D. Dinis*, L.º 4, f. 76 r. Cf. *Salaios da Granja de Alpriate*, DOCUMENTO N.º 5.

(21) A.N.T.T., *Tombos das Comendas*, L.º 255.



grande, de pedra lavrada, e demais portas com dois ferrolhos, o qual media vinte varas de longo e seis de largo. À mão sinistra do recebimento, erguia-se uma capela inacabada, mandada erigir pelo comendador D. Nuno Manuel. À direita do pátio existia uma casa térrea, alpendrada, de superfície considerável, além de outras divisões para acomodação de animais.

Do recebimento subia-se, por escadaria de pedra de dez degraus, a uma espaçosa sala, que dava para um "repartimento novo de sobrado de pinho", com janela de assento virada a poente, igualmente madeirada, tudo coberto de telha vã e dispondo de chaminé.

Sob o largo aposento, e ocupando igual extensão, ficava a adega.

Da sala, ascendia-se, por escadas de madeira, "a uma torre antiga", com três "sobrados".

Confinava o paço, a norte, com o Casal da Forneira e "casas dos Odreiros"; a sul, com chão de horta, foreiro à Ordem; a nascente, com rossio e serventia do concelho; e, a poente, com pardieiros de Pêro Vaz da Veiga.

Em 1719, foi, de novo, tombado<sup>(22)</sup>, medido e demarcado "um assentamento de casas arruinadas, a que chamam o Paço da Ordem e a Torre da Granja", o qual, afirmava o escrivão, haviam sido "casas de sobrado, com sua ermida ou capela", na altura, tudo danificado. Três quartos de século de lassidão terão justificado a ruína.

Achou o juiz do tombo que "a casa-forte ou torre", de três andares, com seu pátio, se encontrava, à data, meio arruinada, conquanto ainda resistissem, ao redor do recebimento, algumas paredes. As suas confrontações eram também já muito distintas das antigas, tendo-se processado, entretanto, alguns abusos na apropriação das terras circundantes, foreiras à comenda e, mesmo, ao rompimento do rossio e serventia comunitária e à demolição das casas por detrás da torre, para aproveitamento agrícola privado. Já o juiz António da Silva, no tombo de 1642, notara que "os ricos e poderosos vão pondo esta comenda na baixa que ora tem, por lhe defraudarem seus foros e direitos", chegando até a ser removidos "marcos acunhados, na forma do estilo".

Encontra-se, ainda, menção a uma "casa-torre" no tombo de 1642, a qual se situava "ante o dito logo da Granja de Alpriate, junto do caminho". Estava implantada numa quinta já danificada, mas a casa-torre, que tivera dois "sobrados", estava só parcialmente arrasada e com muitas das paredes a ostentarem seus "portais de cantaria lavrados".

Terão, certamente, o paço e a torre da Ordem, na sua fundação, ficado isolados, por ausência de povoamento na zona e, talvez por isso, constituíram, em especial a torre, referência toponímica na identificação e demarcação das propriedades.

Após a implantação, a poente, da quinhentista Igreja de São Sebastião, por desanexação da de Santa Iria, passou a torre a estar dentro do limite do povoado.

Em 1642, como se disse atrás, estava cercada pelo Casal da Forneira, por algumas dependências de pardieiros alheios, confrontando com o rossio e serventia do povo<sup>(23)</sup>.

A já referida carta de foro de D. Dinis localizava-a junto do casal que era, então, objecto da mercê e de um outro, de D. Chy<sup>(24)</sup>.

Vem o tombo de Novembro de 1719 revelar que tinham existido, em tempos recuados, muitas moradas de casas a enquadrarem-na e, até, um "jogo da bola", na parte mais baixa e funda, por detrás dela, à banda do poente.

Todo o terreno por detrás da torre que, em 1719, se encontrava nu, fora, então, plantado de fogos contíguos, com seus quintais e serrados, tudo a olhar para a Rua Direita e para o rossio.

(22) A.N.T.T., *Tombos das Comendas*, L.º 256.

(23) A.N.T.T., *Tombos das Comendas*, L.º 255.

(24) Cf. nota 20.

## Casais da Granja

Ficou já dito que a documentação disponível deixa perceber que as palavras *casal* e *granja* só no decurso do século XIII começaram a despontar nesta região. Ensinam alguns historiadores que o termo *casal* só depois de meada aquela centúria terá ultrapassado o rio Mondego<sup>(25)</sup>.

Ao *casal*, termo proveniente de *casa*, não bastava a existência do lugar de habitação, ainda que fosse cómodo indispensável ao camponês. Carecia de outros elementos de produção para sobrevivência dos moradores: a horta ou almuinha, por vezes vinha ou pomar, acaso lagar ou moinho de vento.

As terras aráveis participavam, essencialmente, das courelas, com ou sem casarias.

Reconheceu-se já o casal constante da carta de D. Dinis<sup>(26)</sup>. Averbete-se, agora, um outro alvará, de 6 de Agosto de 1568, para que a viúva do feitor régio na Andaluzia pudesse vender o “casall da granja dallperiate”, foreiro à Comenda de São Sebastião. Renderia 450 000 reais, cabendo à enfiteuta o pagamento da correspondente vintena<sup>(27)</sup>.

## Quintas da Granja

Herdeira escorreita do latim *quintana* –, a actual palavra *quinta* ofereceu, no português arcaico, as formas sucessivas de *quintã* e *quintã*, a patentear a evolução fonética do termo:

Quintana < *quintã* < *quintã* < *quinta*

A etimologia é clara; a marcha semântica, mais ambígua,

Alberto Sampaio, Gama Barros, Leite de Vasconcelos filiam-na no vocabulário da agrimensura romana. Outros autores, num partitivo – a quinta parte dos bens arrebatados ao inimigo que, no quadro da tradição muçulmana, era pertença do chefe, norma depois transmitida aos costumes de guerra portugueses.

Ao informarem esses despojos – *quinta* – uma reduzida porção, ocorreria o diminutivo *quintana*, pela adição do sufixo.

É curioso observar que, na Idade Média, nem sempre a palavra *quintana* se aplicava ao meio rural, obtendo, no espaço urbano, um conteúdo diferente, talvez correspondente a *quintal*.

Em Lisboa, possuía D. Dinis, na «colação» da Sé e no “arraval maurorum”, diversos *palácios* e *casas* com *quintanas*<sup>(28)</sup> e a própria residência do régio-casal era “uma domos de morada com sua *quintana*”<sup>(29)</sup>.

A *quintã* rústica da era medieval formava uma subunidade, incorporada num contexto maior, mas que dispunha de casa de habitação e de construções apropriadas à exploração agrícola e pecuária – recolha de cereais, vinificação e conservação do vinho e estábulos. Ficava rodeada de parcelas contíguas de terrenos de sementeira, de plantio – pomares, vinhas, soutos – e das insubstituíveis zonas hortícolas.

Revelam os fundos documentais que D. Fernando agraciou, em 15 de Novembro de 1375, um seu vassalo com parte da *quintã* de Alpariate, com todo o condicionalismo de que ele próprio dispusera<sup>(30)</sup>.

D. João I, dez anos depois, entregou, como já se viu, a posse da “*quintã* de grãia dalperiate” ao seu escudeiro Martim Vasques de Travassos<sup>(31)</sup> e, em 27 de Fevereiro de 1411, ratificou a propriedade de uma outra *quintã*, “na granja do Mestre de Cristo”, à irmã do arcebispo de Braga<sup>(32)</sup>.

(25) ROBERT DURAND, *Les Campagnes Portugaises entre Douro e Tejo aux XII e XIII Siècles*, Paris, 1982, p. 343.

(26) Cf. notas 20 e 24.

(27) A.N.T.T., *Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo*, L.º I, f. 232 v.

(28) Documentos para a História da Cidade de Lisboa.; *Livro dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas*, Lisboa, 1954, pp. 331-353.

(29) ID., ib., p. 353.

(30) A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, L.º 201, f. 138 r.

(31) Cf. nota 18.

(32) Cf. *Salaos da Granja de Alpariate*, p. 13.



A 24 de Fevereiro de 1421, concedeu o mesmo rei a seu filho D. Henrique, “administrador-geral da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e dos Algarves”<sup>(33)</sup>, privilégio a trinta homens da sua confiança, para que “lavrassem, adubassem e aproveitassem as herdades e bens” da Comenda da Granja. Por carência de “lavradores e aproveitadores”, não tinha esta devidamente adubadas e aproveitadas as suas jeiras.

Tais privilégios e liberdades igualariam os dos “caseiros e lavradores que estavam nas quitaas e casaes em cabeçados dos fidalgos”<sup>(34)</sup>.

Nas cartas de ratificação do diploma, por D. Duarte e D. Afonso V, bem como no apontamento que delas dá o códice da Ordem que contém cópias das escrituras de seus bens e direitos, é sempre *quintã* o vocábulo utilizado<sup>(35)</sup>.

Para finais do século XV, aparece nomeada a “quintã da Granja em Alpriate”, que havia sido objecto de questão sobre o pagamento dos dizimos entre o vigário-geral da Sé de Lisboa e o fidalgo João Ramires de Arelhano<sup>(36)</sup>. Foi João Ramires condenado na causa, mas, à volta de 1642, um seu homónimo e parente estava ainda na posse da “quintã” e de muitos outros bens localizados na encosta da “Ingresa”, na Granja<sup>(37)</sup>.

*Quintã* regista-se ainda na Literatura do século XVI. Na *Aulegrafia* de Jorge Ferreira de Vasconcelos, editada, postumamente, em 1619, mas escrita antes de 1555, um dos protagonistas rejeita a “mulher que passeia pela casa, em bicos dos pés, com torcicolos” e prefere a “caseira, fazendeira que, em casa de seu pai, traga as chaves, mande o almoço à vinha e forneje na *quintã*”.

As duas versões da palavra – *quintã* e *quinta* – já conviviam, porém, nos primeiros anos de Quinhentos.

### Quintas da Granja, no século XVII

Não são muito exemplificativas nem claras as abonações documentais sobre quintas da Granja, na era seiscentista. Julgou-se, apesar disso, conveniente recolher alguns dos dados mais expressivos.

Em 16 de Setembro de 1638, confirmou D. Filipe ao desembargador Gregório Martins Homem, morador em Lisboa, o empraçamento, na forma do foral, de uma quinta e suas pertenças, no lugar, junto à estrada que ia “para o embarcadoyro e ribeira de D. Gracia”.

Feita a “vedoria, pegação e medição” da dita quinta, achou-se ser ela formada por uma grande cerca, cuja porta principal ostentava o hábito de Cristo insculpido e em cujo o recinto se estendia um largo pátio, oito casas “assombradas destas antigas” e, sob elas, doze casas térreas, onde se incluía o lagar de vinho.

Possuía ainda, na parte interna dos muros, uma larga vinha e pomar com muitas árvores de fruto. Junto à estrada, casaria vária para aconchego do pessoal e serventia agrícola.

Partia esta grande quinta com o rossio público e a estrada que levava a Sacavém<sup>(38)</sup>.

A meio do século, foram tombadas diversas quintas, aquando da definição do termo.

São, porém, de precária identificação e mal caracterizadas – “a quinta que está onde se chama o Moinho de Vento”<sup>(39)</sup>, a que fora de João Aguiar, com sete courelas místicas, e de Tristão Luís, também com quatro courelas<sup>(40)</sup>.

(33) JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal (1415-1495)*, 2.ª ed., vol II, Lisboa, 1979, p. 134.

(34) *Chancelaria de D. João I*, L.º 4, ff. 44 r. – 44 v.

(35) A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, L.º 19, f. 19 r.; A.N.T.T., *Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo*, cód. 234, ff. 67 v – 68 r.

(36) *Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Cabido da Sé*, Lisboa, 1954, p. 70.

(37) A.N.T.T., *Tombos das Comendas*, L.º 255.

(38) A.N.T.T., *Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo*, L.º 33, ff. 290 r – 301 r.

(39) Ao Moinho de Vento – Sabe-se pelo tombo de 1719 – existiam três importantes quintas.

(40) A.N.T.T., *Tombos das Comendas*, L.º 255.

Em 1610, foi assinada a escritura de compra da quinta de Álvaro Correia, que ficava no carreirinho do embarcadouro (onde igualmente se situava a de Gregório Martins, como se disse), a qual continha casas, pomar, vinhas e dezasseis courelas<sup>(41)</sup>.

Abastado possuidor de terras de cultivo e não menor proprietário urbano foi Pedro Dias, lavrador e instituidor, com sua mulher, da capela de São Pedro, na Igreja de São Sebastião<sup>(42)</sup>.

Conhecem-se-lhe escrituras de compra de courelas, vinhas e outras fazendas rústicas, conquanto não designadas quintas.

Tinha-as nas Bênçãos<sup>(43)</sup>, ligadas à quinta da Cardoso, na Fidinheira, várias nos Enxofrais, em Vale de Bodés, em Vale de Bouças, ao Moinho de Vento, na Filiposa, na Tinhoseira, na quinta de Alpriate.

Era propriedade sua um assento de casas, no sítio conhecido por Castelo, com lagar de vinho, ainda arrolado em 1734<sup>(44)</sup>, palheiros e curral. Olhavam, a norte, para a estrada de Vialonga e, a poente, para o adro da igreja<sup>(45)</sup>.

### Quintas da Granja no século XVIII

Na era setecentista, mas com raízes na centúria antecedente, havia grande quantidade de quintas no aro da aldeia, as quais o tempo foi tragando.

Pediu D. Carlos de Noronha, 2.º conde de Valadares, em Abril de 1718, provisão para tomar a comenda que detinha na Granja de Alpriate – “hua das antiguas” da Ordem<sup>(46)</sup>.

De posse do despacho de 22 de Abril de 1719, deu juiz do tombo, Dr. Manuel de Andrade Serrão, começo à medição e demarcação das propriedades, em 13 de Novembro de 1719<sup>(47)</sup>, sendo usado como craveira um cordel de vinte e duas varas, de cinco palmos a vara.

Reza o título:

No termo da cidade de Lisboa, na freguesia de Santa Iria, junto da ribeira de D. Garcia<sup>(48)</sup>, tem a Ordem uma granja que se chama a Granja de Alpriate, com dois lugares (...).

Iniciou-se a delimitação por Alpriate, fincando-se, ao longo das fronteiras, marcos novos e reconhecendo-se os antigos, todos “acunhados” com cruzeiros, “na forma do estilo”.

E logo ali se encontrou e mediu a quinta da Marquesa de Arronches.

Adentro dos terrenos da Granja, foi sucessivamente citado elevado número de quintas:

A que fora do desembargador António da Cunha Sotomaior; a quinta do Monteiro-Mor do reino, esta apenas com propósito topográfico, em virtude de não pertencer à Ordem; a dos religiosos de São Domingos do Convento de São Paulo, de Almada; aquela em cuja posse estava a viúva de José de Souto, “pegada” ao povoado, com “casas de sobrado” e térreas, pátio, poço, árvores de fruto, vinha murada; a que fora, outrora, de João Mendes de Carvalho e agora trazia a viúva Maria do Espírito Santo, junto à estrada que ia para o embarcadouro da ribeira de D. Garcia, com três casas no primeiro andar e duas no rés-do-chão, rentes à estrada, vinha, terra de pão e olival; a de D. Juliana Maria Pais Cabral, toda murada, com duas casas de sobrado e térreas, situada em Vale de Rãs<sup>(49)</sup>, às portas da povoação, com terras de cultivo dentro e fora da cerca, e uma capela, muros adentro; a quinta de

(41) A.N.T.T., *Tombo das Comendas*, L.º 254.

(42) A.N.T.T., *Memórias Paraquiais de 1758*, vol. XVII, n.º 106, p. 577. Cf. MARIA MICAELA SOARES, *A Granja de Alpriate nas Memórias Paraquiais de 1758*, Lisboa, 1988.

(43) Grafado, segundo a dicção popular, “Bençoas”.

(44) A.N.T.T., *Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo*, L.º 213, p. 235 r.

(45) A.N.T.T., *Tombo das Comendas*, L.º 254.

(46) A.N.T.T., *Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo*, L.º 9, f. 5 r.

(47) A.N.T.T., *Tombo das Comendas*, L.º 256.

(48) Usou-se, sempre, o desdobramento da abreviatura, grafando-se “Donna Gracia”.

(49) O escrivão usou sempre a grafia popular ortófona: “Arrans”.





Foto Rui Parreira

Quinta do Carlos.

Agostinho da Cunha de Ota, corregedor do Cível da Corte, no caminho de Alpriate, no sítio a que chamavam o Castelo, “com cinco casas sobradadas”, com suas “logeas” por debaixo, duas casas térreas, pátio, “casa de lagariça de fazer vinho”; do mesmo proprietário, a quinta do Moinho de Vento, “por cima da Granja”, com extensas terras de pão, serrados, vinha, morada de casas com dois pisos; a dos padres de São João de Deus, de Lisboa, na estrada que passava “abaixo da quinta do Desembargador António da Cunha Sotomaior”, com casas, terras, tudo místico, e lhes havia sido doado pelo Dr. João Correia de Carvalho; uma quinta a que chamam de Panasca, no caminho para Vialonga, com casas em dois pisos, terras de pão e vinha; a de João Baptista Mourão da Câmara, abaixo da Igreja de São Sebastião e dando para ela, no sítio do Castelo, com dois pisos; a quinta chamada de Cardosa, emprazada, em 1714, a João Teixeira Pinto, morador em Lisboa, em casa do monteiro-mor, já muito arruinada, sem telhados nem madeiramentos e as vinhas desleixadas. Foi impossível encontrar, neste tomo, maior clarificação para certos destes prédios. Diversa documentação avulsa permitiu, porém, completar algumas destas notas e acrescentar outras.

### Quinta do Castelo

No sítio do Castelo – disse-se já –, havia duas quintas: a de Agostinho da Cunha de Ota, já descrita, e outra de João Baptista Mourão da Câmara, chamada propriamente quinta do Castelo, que ele havia recebido por herança de seus pais, e cujo o prazo lhe foi confirmado, em 22 de Fevereiro de 1716, por D. João V<sup>(50)</sup>.

(50) A.N.T.T., *Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo*, L.<sup>o</sup> 126, ff. 384 v – 406 v.



Estava, à data do tombo, muito destruída, conquanto conservasse ainda alguns troços do muro antigo, as casas da morada, que ainda estavam erectas, sendo as de serviço “térreas e velhas”. Tinha um grande logradouro plantado de álamos e choupos, “como a modo de lameda”, e muitas pereiras, nogueiras e loureiros.

Passava-lhe, pelo meio, um regato desviado do rio de Alpriate. Partia “com as costas da igreja”<sup>(51)</sup>. De toda esta opulência nada ficou.

### Quinta de João Correia de Carvalho

Segundo o Mapa de Portugal<sup>(52)</sup>, era também conhecida por *Quinta do Herdeiro*.

Já anunciada por Carvalho da Costa<sup>(53)</sup>, silenciou-a o redactor da *Memória Paroquial*, o que, *a priori*, parecerá surpreendente.

Cumprira o desembargador João Correia de Carvalho o cargo de alcaide-mor de Diu, de que pediu renúncia, mercê que D. João IV lhe fez, em 27 de Maio de 1654<sup>(54)</sup>.

Em Janeiro de 1680, tinha o desembargador obtido a concessão do hábito de Cristo. Mas, por não ter sido encontrada indicação sobre a pátria de seu avô – que se supunha ser italiano –, foi-lhe negado o ingresso na Ordem<sup>(55)</sup>.

Por despacho do regente D. Pedro, em 7 de Outubro de 1682, foi-lhe outorgada uma tença no almoxarifado da Casa das Carnes de Lisboa, pelo perfeito desempenho das suas funções como “executor geral dos efeitos aplicáveis à guerra”, tença que passou a ser recebida, desde 28 de Abril de 1683 e após a sua morte, pelo sobrinho, também ele João Correia de Carvalho<sup>(56)</sup>.

O herdeiro da tença tê-lo-á igualmente sido da quinta, razão por que foi, depois, designada por Quinta do Herdeiro, como apontou João Baptista de Castro.

A toponímia não arquivou qualquer lembrança do nome.

Antes da realização do tombo de 1719, já António Carvalho da Costa, tinha relacionado a quinta de João Correia de Carvalho, falecido muito antes da publicação do livro.

Afirmou que era uma capela, mas omitiu a invocação. Dos restantes corógrafos que se interessaram pela aldeia, Baptista de Castro arrolou-a e à sua Ermida de A Degolação de São João Baptista<sup>(57)</sup>.

O cura Luís Pedroso, que subscreveu a *Memória Paroquial*, em 15 de Maio de 1760, não incluiu a quinta na sua relação<sup>(58)</sup>.

### Quinta Nova, Quinta do Desembargador, Quinta de D. Rosa, Quinta do Brasileiro

Enumera a *Corografia Portuguesa* a quinta do Desembargador Diogo da Cunha, já falecido em 21 de Setembro de 1701<sup>(59)</sup>, que aparece mencionada, nos assentos da igreja, como quinta do Desembargador desta freguesia. Possuía-a, desde aquela data, seu sobrinho, António da Cunha Sotomaior, também ele desembargador que, segundo Carvalho da Costa (1712), estava, então, a sindicar no Rio de Janeiro, depois de ter servido como ouvidor da Alfândega.

(51) A.N.T.T., *Tombos das Comendas*, L.º 256.

(52) JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, t. III, Lisboa, 1763, p. 469.

(53) ANTONIO CARVALHO DA COSTA, *Corografia Portuguesa*, t. III, Lisboa, 1712, p. 601.

(54) A.N.T.T., *Chancelaria de D. João IV*, L.º 27, f. 55 r.

(55) A.N.T.T., *Habilitações da Ordem de Cristo*, Letra J, maço 89, n.º 36.

(56) ID., ib.

(57) *Ob. cit.*, p. 469.

(58) A.N.T.T., *Memórias Paroquiais de 1758*, vol. XVII, p. 578.

(59) A.N.T.T., *L.º I de Óbitos da Granja de Alpriate*. O desembargador Diogo da Cunha, que não residia na Granja, desejou, no entanto, ser inumado na sua igreja, em jazigo que tinha mandado erigir no adro.

Não indica a *Corografia* a existência de ermida, tendo-a, como deixou escrito Luís Pedroso, na *Memória* <sup>(60)</sup>, em 1760, com invocação de São João Baptista.

João Baptista de Castro não mencionou a quinta do desembargador Cunha <sup>(61)</sup>, o que, em face da identificação do título da sua capela com a da quinta do Herdeiro, poderá admitir a suposição de se tratar do mesmo imóvel.

A propriedade que, primeiro, fora de Correia de Carvalho ter-se-á transmitido aos Cunha Sotomaior.

A quinta foi também conhecida por Quinta Nova, desde o final do século XVII, de acordo com os assentos da paróquia.

Estava, pois, António da Cunha Sotomaior no Brasil, quando Carvalho da Costa recebeu os seus elementos.

Com efeito, lá casou com D. Rosa Maria de Sequeira, intrépida paulista que se notabilizou, em 1714, na defesa contra os ataques argelinos à nau onde embarcara, com seu marido, para Portugal, o que lhe valeu a mercê do hábito de Cristo e correspondente tença por D. João V <sup>(62)</sup>.

Faleceu António da Cunha cavaleiro professo da Ordem de Cristo, como ouvidor na cidade do Porto, em 1717, pouco depois do seu regresso do Brasil deixando um filho menor, nascido a 19 de Julho de 1716, a quem foi posto o nome de seu pai, e que viria a ser futuro desembargador e ouvidor em Goiás <sup>(63)</sup>.

Coube-lhe a quinta em herança, sob a tutoria de sua mãe, D. Rosa de Sequeira que, exceptuando curtos espaços, sempre a habitou, conforme evidenciam os livros da igreja, e ali veio a falecer, em 23 de Junho de 1762 <sup>(64)</sup>.

Nessa altura e desde, pelo menos, 1760, explorava a quinta e nela residia também seu sobrinho, Silvério José da Cunha de Ota <sup>(65)</sup>, filho de Agostinho da Cunha, irmão do falecido desembargador.

António da Cunha Sotomaior (filho) não morou na quinta herdada de seu pai, após o casamento com D. Francisca Rosa, mas sim uma próxima de Vialonga, em cuja Ermida de Nossa Senhora do Rosário quis ser sepultado <sup>(66)</sup>.

Na primeira metade do século XVIII, assistia no prédio da Granja um neto de Silvério José da Cunha de Ota, António Jacinto da Cunha Dias.

Localizava-se a quinta do Desembargador ou quinta Nova com esta designação, ao que foi possível apurar, desde 1694 e até 1846 <sup>(67)</sup> à beira da estrada, sendo a primeira das que ali assentavam. Estava toda murada, com a zona residencial constituída por seis casas de sobrado, pátio, poço com nora e muita outra casaria. Adentro do muro, uma vinha grande, pomar de espinho e outras árvores de fruto, estendendo-se, contíguas, algumas courelas de pão e olival.

Confinava com a estrada pública que partia da Granja para o embarcadouro, com a quinta de Gastão José Câmara Coutinho, olhando, pelo lado oposto da estrada, para a quinta de Sebastião de Almeida, de Lisboa <sup>(68)</sup>.

A sobrevivência actual das designações quinta de D. Rosa, usada pelos moradores mais idosos, ou quinta do Brasileiro, constantes dos cadastros prediais, são exemplares.

A ocorrência, no primeiro dos topónimos, da preposição de (e não a sua contracção com o artigo feminino) tem função reverente. Quase três séculos depois, a figura e os feitos heróicos de D. Rosa de Sequeira resistem ainda, se bem que inconscientemente assimilados.

Quinta do Brasileiro, em memória de seu marido ou de qualquer sucessor igualmente regressado do Brasil.

(60) *Memórias Paroquiais*, p. 578.

(61) *Ob. cit.*, p. 469.

(62) *Saloios da Granja de Alpriate*, pp. 26-27.

(63) A.N.T.T., *Habilitações da Ordem de Cristo*, Letra A, maço 2, n.º 11.

(64) A.N.T.T., *Livro 1 de Óbitos da Granja de Alpriate*.

(65) A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, p. 578.

(66) A.N.T.T., *Livro 6 de Óbitos de Vialonga*, f. 28 v. Estranhamente, o assento anota esta ermida na quinta da Granja.

(67) A.N.T.T., *Livro 1 M e Lº 2 de Baptizados da Granja de Alpriate*.

(68) A.N.T.T., *Tombos das Comendas*, L.º 256.





Foto Rui Pereira

Quinta do Brasileiro.

Fica claro que, durante a vida de Diogo da Cunha Sotomaior, foi a propriedade conhecida especialmente por quinta do Desembargador ou quinta Nova.

Só após a viuvez de D. Rosa de Sequeira, pelo seu nome, os escritos antigos denominam-na, ainda, quinta da Granja.

O edifício actual, de dois andares, que recebeu beneficiações recentes de pintura e remodelação de telhados, de quatro águas, possui três corpos ligados, a meio, por uma torre piramidal, com três pisos, sobrepujada por catavento.

A longa fachada ostenta elevado número de janelas nos dois pavimentos de cada face e conserva toda a cantaria.

O portal nobre, com o frontão triangular e brasonado, encontra-se no enfiamento do portão de entrada no amplo recinto.

No pátio interior, larga escadaria de balaústres dá acesso ao primeiro andar, avarandado e abalastrado sob o qual se situa uma arcaria em três tramos, apoiados em colunas.

Os espaços superiores dessa arcaria são revestidos de panos de azulejo de padronagem moderna. Ligeiramente mutilada, uma figura de convite, de azulejo setecentista, recortada, na sobredita escadaria.

A saída deste pátio interior para os terrenos contíguos faz-se por portão cujos pilares sustentam, no topo, umas colunas de mármore. Ao lado, sobre o murete e decerto apeados do lugar de origem, animais fabulosos, de pedra. Neste espaço, alinham-se algumas construções, não tendo sido possível identificar qualquer delas com a Ermida da Degolação de São João Baptista.

A nascente, no terreno circundante, perfila-se um aqueduto com vários arcos.

O aspecto exterior do palacete mostra-se ambíguo, no seu reaproveitamento neo-romântico.

A presente descrição assenta em elementos colhidos há cerca de dez anos, lamentando-se que os actuais proprietários da quinta não tenham possibilitado uma observação mais recente, nem visita ao interior.

### Quinta do Carlos

Ficou inventariada atrás a quinta de que era proprietária D. Juliana Maria Pais Cabral, em sítio então apelidado de Vale de Rãs, junto ao rio com idêntica denominação.

Tratava-se de uma ampla propriedade murada que, em 1719, possuía já uma ermida, cujo padroeiro não vem explicitado no tomo da mesma data<sup>(69)</sup>.

Era D. Juliana filha de Carlos Pais de Álder e neta de Francisco Pais de Álder<sup>(70)</sup>, antigos possuidores da quinta.

Foi Carlos Pais o mais notado, talvez pelo desenvolvimento que tivesse dado à propriedade ou pela maior assiduidade nela. Com efeito, o prédio ainda hoje é apelidado de quinta do Carlos.

"quinta do Carlos Pais" é a nomenclatura que, pela primeira vez, aparece do prédio, em 3 de Fevereiro de 1704<sup>(71)</sup>. "quinta chamada do Carlos", em 26 de Agosto de 1764<sup>(72)</sup>.

É importante reparar não só na transformação do antropónimo em topónimo, mas, sobretudo, na fidelidade do nome, mesmo no tempo em que já era seu fruidor o vigário Barlaão José de Barros e Vasconcelos que ali viveu com sua irmã.

Além da extensa quinta, com uma boa habitação de casas de sobrado e térreas, detinha a enfiteuta avultados outros bens de raiz, entre eles uma marinha de água doce – a chamada marinha pequena –, já então morta, mas que havia proporcionado bom rendimento de sal à Ordem, em conexão com a exploração agrícola dos seus muros<sup>(73)</sup>.

No interior da cerca, pousavam um serrado, vinha e pomar e, adjacentes a ela, algumas terras de cultivo.

Em 4 de Janeiro de 1746, renovou D. João IV<sup>(74)</sup>, na sua qualidade de governador e perpétuo administrador da Ordem, um foro antigo, feito em vida de três pessoas, ao Dr. Barlaão José de Barros, então morador na cidade de Lisboa, em casa de seus pais, e cujo domínio e posse ele havia recebido das mãos de D. Juliana, de harmonia com as cláusulas do tomo de 1642.

Formavam este arrendamento "uma quinta e umas terras pegadas ao muro da dita quinta."

Não se haviam encontrado os títulos antigos, embora o rendeiro estivesse, "mansa e pacificamente", possuindo o prazo e pagando o foro, "em boa moeda corrente, de ouro ou de prata", no mês de Julho ou em "dia de São Miguel de Setembro".

Ficava obrigado a trazer as propriedades bem cultivadas e as "fabricações em seus tempos", as vinhas tratadas, sem falta dos trabalhos adequados, as casas consertadas. Cumpria-lhe, ainda, plantar, no período de cinco anos, vinte pés de carvalho, de castanho, de oliveira e de todas as demais árvores frutíferas apropriadas aos terrenos.

Feita a medição da quinta, com corda de dez varas, de cinco palmos cada e colocados os marcos da Comenda de São Sebastião, verificou-se que as casas de habitação estavam a ser levantadas e reedificadas, com os pedreiros a finalizarem a obra.

Tais beneficiações tinham ultrapassado as capacidades económicas do Dr. Barlaão, pelo que, em 20 de Janeiro de 1748, obteve provisão do *Magnânimo* para poder empenhar o prazo da Granja – "a quinta e suas terras à roda" –, a fim de desobrigar os encargos<sup>(75)</sup>, ficando o enfiteuta autorizado a tomar a juros, durante seis anos, a quantia necessária.

(69) A.N.T.T., *Tombos das Comendas*, L.º 256.

(70) A nobre geração dos senhores de Álder floresceu no tempo de D. Sancho II e de D. Afonso III. De um neto desses vultos, cunhado de D. Nuno Álvares Pereira, descendeu esta família (D. LUÍS DE LANCASTRE E TÁVORA, *Dicionário das Famílias de Portugal*, Lisboa, 1989, p. 75).

(71) A.N.T.T., *Livro I M de Baptizados da Granja de Alpriate*.

(72) A.N.T.T., L.º I de Baptizados da Granja de Alpriate, f. 61 v.

(73) A marinha grande, que extravasava os marcos da comenda, pertencia a outra grande proprietária do lugar, D. Joana Chichorro.

(74) A.N.T.T., *Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo*, L.º 250, ff. 166 v-173 v.

(75) A.N.T.T., *Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo*, L.º 235, ff. 306 v-307 r.



Ao que se depreende, continuavam os apuros financeiros do Dr. Barlaão de Barros, pois teve de recorrer, de novo, à providência régia para celebrar a venda das terras do empraçamento, exteriores aos muros da quinta, nos Enxofrais. O monarca acedeu, em 23 de Janeiro de 1757<sup>(76)</sup>.

Finalmente, voltou o Pe. Barlaão a solicitar a extinção de alguns ónus impostos ao prazo pelo primeiro proprietário – Francisco Pais de Áltro –, pai de Carlos Pais. Tinha a quinta o encargo de quinze missas rezadas, alegando Barlaão de Barros que o rendimento da propriedade, por não chegar a 20 000 réis, não comportava o cumprimento daquele dever, caso que o rei D. José deu como resoluto, em 30 de Agosto de 1774<sup>(77)</sup>.

Desta quinta deixou Carvalho da Costa (1712) uma ligeira anotação, fixando o topónimo, sem aludir à sua Ermida de Nossa Senhora da Nazaré, erecta já, pelo menos desde 1642 e arrolada ainda em 1719<sup>(78)</sup>.

Cita o cura Luís de Pedroso, na *Memória*, “a quinta do Dr. Barlaão José de Barros” e a adjunta ermida, “com o título de Nossa Senhora da Nazaré”<sup>(79)</sup>.

Curiosamente, foi também como quinta do Dr. Barlaão de Barros que ficou identificada, em registo de baptizado, que ali se celebrou, a 1 de Novembro de 1752<sup>(80)</sup>, antes ainda do ingresso do Pe. Pedroso no curato da Igreja de São Sebastião.

Os danos causados na matriz, pelo sismo de 1 de Novembro de 1755 deixaram-na com “empendimento”, por “estar ventada”. Por tal motivo, foi na Ermida de Nossa Senhora da Nazaré que decorreu uma cerimónia de casamento, em 29 daquele mês. “Pro cauza do tarramoto”, foi a nubente dispensada dos banhos<sup>(81)</sup>.

A 12 de Julho de 1767, foi na ermida celebrado um baptizado a que assistiu o prelado Paulo de Carvalho e Mendonça, comissário-geral da Bula da Santa Cruzada, irmão do marquês de Pombal e secretário e vedor da Fazenda de D. Mariana Vitória, mulher do rei D. José<sup>(82)</sup>.

O *Mapa de Portugal*, de Baptista de Castro, enunciou não só a quinta do Carlos, mas também a capela<sup>(83)</sup>.

Do ponto de vista da estrutura do edifício da quinta, conservam-se algumas paredes que, na frontaria, mantêm implantado um relógio de sol.

Não é fácil, contudo, reconhecer, nos restantes escombros, qualquer lembrança da ermida.

A ruína da propriedade originou o actual parcelamento do terreno, onde vicejam pequenas células horticolas.

## A Quinta do Monteiro-Mor

No início dos assentos do primeiro livro da Igreja de São Sebastião<sup>(84)</sup>, surgem referências à “Quinta do Monteiro-Mor”.

Os lançamentos mais explícitos vão indicando a regular assiduidade a actos sacramentais de moradores na quinta – hóspedes, funcionários superiores e criadagem.

O feitor Diogo de Barbuda, entre meados de 1701 e 1722 e um outro feitor, Luís Silva Beltrão, desta data em diante, testemunharam bastantes vezes baptizados e matrimónios. Em 1835, e segundo os lançamentos paroquiais, era feitor do Monteiro-Mor Manuel Geraldo da Cunha Dias, da família Sotomaior.

Os próprios monteiros-mores apadrinharam alguns neófitos.

(76) A.N.T.T., *Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo*, L.º 220, ff. 161 r-161 v.

(77) A.N.T.T., *Chancelaria de D. José I*, L.º 14, f. 184 v.

(78) A.N.T.T., *Tombos das Comendas*, L.º 256.

(79) A.N.T.T., *Memórias Paroquiais de 1758*, p. 578.

(80) A.N.T.T., *Livro I de Baptizados da Granja de Alpriate*, f. 38 v.

(81) A.N.T.T., *Livro I de Casamentos da Granja de Alpriate*, f. 19 r.

(82) A.N.T.T., *Livro I de Baptizados da Granja de Alpriate*.

(83) JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, *ob. cit.*, p. 469.

(84) A.N.T.T., *Livro I de Baptizados da Granja de Alpriate*. Sabe-se, todavia, por declaração ali deixada, que existira um livro anterior, hoje desaparecido.

Francisco de Melo fizera celebrar o casamento da filha, D. Maria Josefa de Melo, com o tio, Henrique de Noronha, na “sua quinta da Granja”<sup>(85)</sup>.

Fernando Teles da Silva, que tinha adquirido o título, em 1 de Janeiro de 1728, pelo seu casamento com a viúva de Henrique de Noronha<sup>(86)</sup>, participou, na Igreja de São Sebastião, em várias destas solenidades, assinando com expressa identificação do título.

Da imponente quinta do Monteiro-Mor se foram averbando contínuas notícias, desde 1694 até Novembro de 1835, esta última por ocasião de morte de um assistente no “Palácio do Monteiro-Mor”<sup>(87)</sup>. Não permite o laconismo do registo aquilatar da qualidade em que ali vivia o defunto – rendeiro, caseiro ou com qualquer outra função – nem, tão pouco, julgar sobre o estado de conservação do prédio.

Sabe-se, contudo, que, no nosso tempo, a degradação do palácio era já acentuada há várias décadas atrás, embora ainda hoje se mantenham, no pátio, certos espaços, modernizados, usados como habitação e oficina de alguns inquilinos.

A grandiosa e desventrada ruína, rodeada de silvas e ervas altas, na fachada principal, o seu extenso frontão triangular.

O acesso ao interior fazia-se por escadaria dupla, com patamar ao centro, onde se abria o portal, ladeado por duas cabeças de leão.

As paredes internas, ainda erguidas, mostram alguns silhares de azulejo do século XVIII, com figuração geométrica e, no lanço da escada que descia para o jardim, painéis de azulejo figurado, azul e branco.

A leste do palácio, situa-se uma intrigante e larga cerca, já só com três faces, com uma espécie de torreão num dos cantos e um singular cunhal, no outro extremo. A tradição aponta esta construção como tendo sido praça de touros, se bem que, na actualidade, nada o confirma.

Não existem testemunhos, nem mesmo orais, sobre a existência de qualquer ermida ou capela na quinta. Com efeito, foi regular a presença de moradores na celebração de actos litúrgicos, na igreja paroquial.

Todavia, na quinta se realizou a cerimónia matrimonial da filha de Francisco de Melo, em 1717, como se viu, mas, nos livros da freguesia, não se encontra lançada qualquer anotação acerca deste acontecimento, que o pároco não teria deixado de sublinhar, na forma lisonjeadora do seu estilo.

Na zona de cultivo para consumo caseiro, uma nora, com alguma dignidade estrutural.

Ao fundo, e ainda dentro da cerca, uma pequena e galante edificação que foi fonte; a poente, alguma casaria que serviu de alojamento a serviçais.

Em volta, nos campos vizinhos, um pequeno e desamparado casal e o viço de múltiplas hortas, cujos produtos abastecem os mercados adjacentes e o de Lisboa.

Destes férteis agros da Granja, colhia a Comenda de São Sebastião avultadas receitas, provenientes do quarto de toda a produção agrária e do foro pelas casas, nos termos do regimento de D. Manuel, de 7 de Junho de 1499.

O lavrador disporia a colheita da azeitona e da uva de mesa em quatro montes, para o quartoiro escolher “qual lhe aprouvesse”. O vinho era quartejado à “bica do lagar” e o azeite, “em fruto, ao pé da oliveira”<sup>(88)</sup>.

Condicionava o regulamento do rei *Venturoso* o aproveitamento intenso da terra, com especial cuidado na plantação de vinhas, cultura então negligenciada, visto os lavradores darem preferência à criação de gado. Já o infante D. Henrique notara e obviara à fraca propensão destes rurais para a agricultura<sup>(89)</sup>.

Apesar de tudo, a maior parte da população da Granja, livre ou escrava bracejava por estes campos, com remuneração em espécie, sóbria, decerto, serviriam alguns como “moços” ou “mancebos”, os grandes e os pequenos senhores.

(85) *Gazeta de Lisboa*, n.º 28, Lisboa, 15 de Julho de 1717.

(86) A.N.T.T., *Chancelaria de D. João V*, L.º 47, f. 221 r.

(87) A.N.T.T., *Livro I de Óbitos da Granja de Alpriate*, f. 55 r.

(88) A.N.T.T., *Tombos das Comendas*, L.º 255.

(89) Cf. nota 34.



JUNTA DE FREGUESIA DE VIALONGA

# BOLETIM DE VIALONGA



#### FICHA TÉCNICA

---

*Edição e Propriedade:* Junta de Freguesia de Vialonga

---

*Redacção e Administração:* Rua Prof. Egas Moniz, 98 - 2625 Vialonga

---

*Direcção:* Carlos Alberto Fernandes Braga (Presidente da Junta de Freguesia)

---

*Coordenação:* Clara Frayão Camacho

---

*Capa:* Ivone Ralha

---

*Maquetagem e arranjo gráfico:* Ivone Ralha

---

*Montagem e Impressão:* SOARTES - ARTES GRÁFICAS, LDA. - Vila Franca de Xira

---

*Tiragem:* 800 exemplares

---

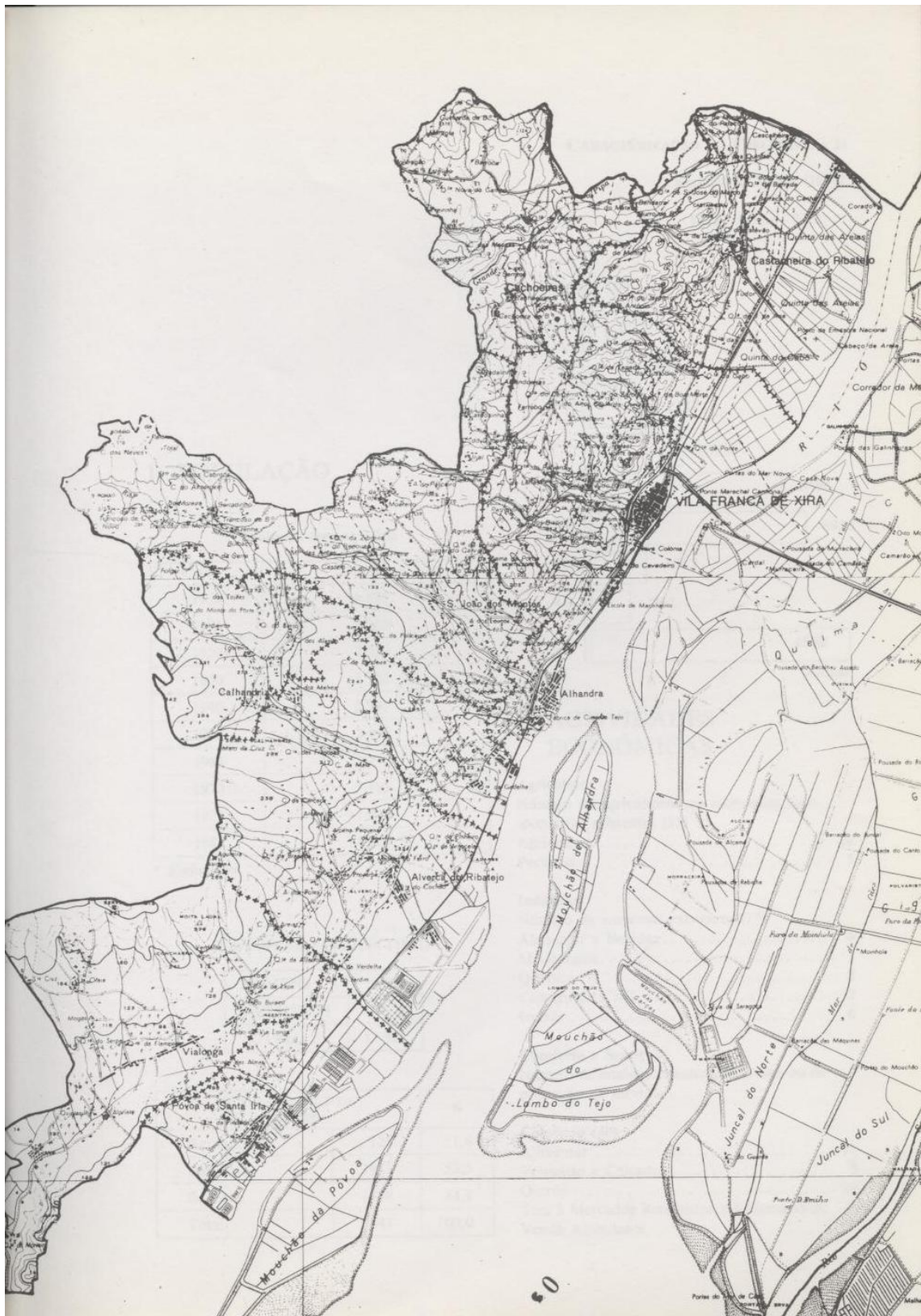
*Data impressão:* Abril 1992

---

*Depósito legal N.º 55216 / 92*

---

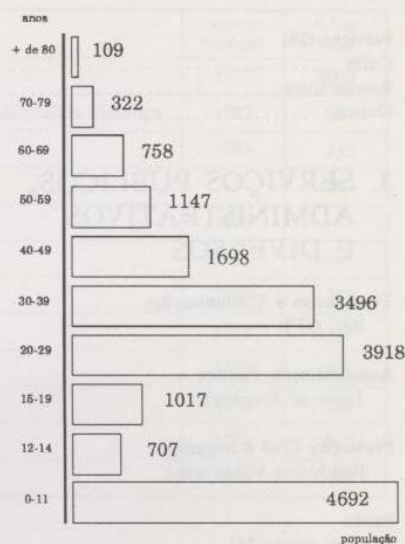




## CARACTERIZAÇÃO DA FREGUESIA • 11

### Composição Etária (1981)

Idade Média - 22,8



## 1. POPULAÇÃO

### Evolução Demográfica

| Ano  | População |
|------|-----------|
| 1900 | 1 833     |
| 1911 | 2 202     |
| 1920 | 1 954     |
| 1930 | 2 323     |
| 1940 | 2 249     |
| 1950 | 2 847     |
| 1960 | 3 792     |
| 1970 | 5 193     |
| 1981 | 17 922    |
| 1987 | 14 600 *  |

\* Estimativa

### Estrutura da População (1981)

|          |        |
|----------|--------|
| HOMENS   | 8 951  |
| MULHERES | 8 971  |
| TOTAL    | 17 922 |

| POPULAÇÃO ACTIVA<br>(Residente) |      | %     |
|---------------------------------|------|-------|
| Agricultura                     | 123  | 1,6   |
| Indústria                       | 3985 | 53,5  |
| Serviços                        | 3339 | 44,8  |
| Total                           | 7447 | 100,0 |

## 2. ACTIVIDADES ECONÓMICAS

### Agricultura

Número de agricultores ou sociedades agro-pecuárias existentes (31)

|             |    |
|-------------|----|
| Agricultura | 26 |
| Pecuária    | 5  |

### Indústria

Número de empresas existentes (17)

|                     |   |
|---------------------|---|
| Alimentar e Bebidas | 4 |
| Metalúrgica         | 3 |
| Química             | 2 |
| Construção Civil    | 2 |
| Outras              | 6 |

### Comércio e Serviços

Número de estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços

### Comércio (49)

|   |    |
|---|----|
| Alimentar   | 21 |
| Vestuário e Calçado                                       | 8  |
| Outros  | 20 |
| Tem 3 Mercados Retalhistas e 1 Mercado de Venda Ambulante |    |

Bancos, Seguros e Outras Instituições Financeiras  
 Agências Bancárias — 1 (Caixa Cr. A. Mút.)  
 Agências de Seguros — 1 (Progresso de Vial.)

Serviços (28)  
 Cafés ..... 16  
 Restaurantes ..... 7  
 Outros ..... 5

### 3. SERVIÇOS PÚBLICOS, ADMINISTRATIVOS E DIVERSOS

Transportes e Comunicações  
 RN, CTT

Administração Pública  
 Junta de Freguesia

Protecção Civil e Segurança  
 Bombeiros Voluntários

Saúde  
 Hospital (extensão) ..... 1  
 Extensão do Centro de Saúde ..... 1  
 Farmácias ..... 2  
 Policlínica ..... 1

### 4 — Ensino

#### 4.1 — Ensino Primário

| Escolas          | N.º de alunos | N.º de prof. |
|------------------|---------------|--------------|
| Alpiate          | 43            | 2            |
| Cabo de Vialonga | 281           | 11           |
| N.º 1 Vialonga   | 293           | 10           |
| N.º 3 Vialonga   | 621           | 15           |
| Granja           | 37            | 2            |
| St.ª Eulália     | 49            | 2            |
| Total            | 1324          | 42           |

#### 4.2 — Ensino Preparatório e Secundário

| Escolas           | N.º de alunos |
|-------------------|---------------|
| C + S de Vialonga | 468           |
| Telescola         | 244           |
| Total             | 712           |



### 4. ORGANIZAÇÕES DA POPULAÇÃO, SOLIDARIEDADE SOCIAL E ENSINO

#### 1 — Infância

1.1 — ASSOCIAÇÃO DE BEM-ESTAR INFANTIL DE VIALONGA — (Instituição particular de solidariedade social)

N.º de crianças

Creche e jardim de infância ..... 145

A.T.L. .... 90

1.2 — A.T.L. DO B.º NASCENTE DO CABO EM VIALONGA

— A.T.L. aberto (sem horários rígidos) — integrado no projecto de luta contra a pobreza do B.º Nascente do Cabo em Vialonga.

— Frequência média de 40 a 50 crianças.

#### 2 — Idosos

Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos — Centro de convívio.

#### 3 — Saúde

— Extensão do Centro de Saúde da Póvoa de St.ª Iria  
 — Hospital — dependente do Hospital Distrital de V. F. de Xira.

### 5 — Colectividades

#### Colectividades existentes

| Colectividade   | Ano de Fundação | N.º de Sócios |
|---|-----------------|---------------|
| Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários                           | 1977            | 3000          |
| Associação Desportiva Cultural e Social do Parque Residencial de Vialonga | 1982            | 600           |
| Associação de Jovens do Cabo de Vialonga                                  | 1987            | 132           |
| Casa do Povo de Vialonga  | —               | 800           |
| Grupo Columbófilo da Granja   | 1976            | —             |
| Grupo Desportivo do Quintanilha   | 1962            | —             |
| Grupo Desportivo de Santa Eulália   | 1960            | 120           |
| Grupo Desportivo de Vialonga  | 1952            | 1465          |
| Sociedade Columbófila de Vialonga   | 1937            | 430           |
| Sociedade Recreativa de Alpiate   | 1973            | 300           |
| Sociedade Recreativa da Granja  | 1929            | 543           |
| Sport Clube Recreativo do Cabo  | 1976            | 400           |

### 1.ª ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VIALONGA MANDATO DE 1976/1979

#### CONSTITUIÇÃO:

11 Eleitos — 8 Eleitos pela «FEPU»  
 3 Eleitos — 3 Eleitos pelo «PS»

Eleitos pela «FEPU» — Frente Eleitoral Povo Unido:

— José Manuel de Oliveira Antunes — Presidente da Mesa da Assembleia  
 — Laurinda de Assunção Faneça Neves  
 — Joaquim José Bernardino  
 — Joaquim Silvestre Serra de Carvalho  
 — Mário Henriques Lúcio  
 — José Alberto Ferreira Grilo  
 — João Pereira Filipe  
 — Timóteo António Soares Pereira

Eleitos pelo «PS» — Partido Socialista:

— Joaquim Manuel Braga da Costa  
 — José Ferreira Pereira  
 — António Saraiva dos Santos



# 1.ª JUNTA DE FREGUESIA MANDATO DE 1976/1979

## CONSTITUIÇÃO:

- 1 Presidente
- 1 Secretário
- 5 Eleitos — 1 Tesoureiro
- 2 Vogais

Todos os membros do Executivo da Junta de Freguesia foram eleitos pela «FEPU» — Frente Eleitoral Povo Unido.

Presidente — Henrique Ferreira  
Secretário — Carlos Alberto Mendonça Gonçalves da Silva  
Tesoureiro — Gregório Henrique Lourenço Branco  
Vogais — Carlos Alberto Fernandes Braga  
José Carreiras Leão

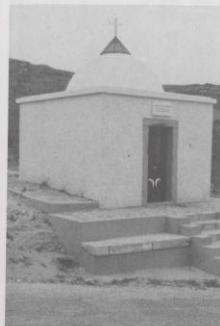
## PERCENTAGENS ELEITORAIS DAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DO ANO DE 1976

| 1976    | Ans. Freguesia | Ans. Municipal | Câmara    |
|---------|----------------|----------------|-----------|
|         | N.º Votos      | N.º Votos      | N.º Votos |
| GDUP    | 179            | 179            | 163       |
| PSD/PPD | 262            | 280            | 212       |
| PS      | 1062           | 1052           | 1048      |
| FEPU    | 2334           | 2329           | 2236      |



## LOCAIS COM INTERESSE HISTÓRICO DA FREGUESIA

- 1 — *Forte da Agueira.* Faz parte das fortificações das Linhas de Torres Vedras, construídas nos anos de 1810 e 1811, para fazer face às invasões francesas.



2 — *Casinha d'água.* Fontanário, provavelmente datado do século XVIII, cuja nascente abastecia a Quinta do Caldas.

- 3 e 4 — Fortes assinalados na Carta das Linhas de Lisboa do tenente-coronel Brandão de Sousa, dos quais não restam, porém, vestígios. Nos mesmos locais existiam povoados no Neolítico final/Calcolítico.
- 5 — *Dólmen de Monte Serres.* Necrópole megalítica do Neolítico final/Calcolítico cuja escavação, inédita, foi feita em 1972. Era constituído por um corredor curto e por cobertura provavelmente em falsa cúpula.
- 6 — *Oratório da Quinta do Caldas.* Presumivelmente do século XVIII, foi restaurado pelos moradores da localidade em 1985, sendo conhecido como Capela de Santo António.



- 7 — *Quinta do Convento dos Frades* (Convento de Nossa Senhora do Amparo / Convento da Casa Nova). Fundado em 1546, conservam-se ainda vestígios de construções posteriores, nomeadamente do século XVIII. A sua reconstrução e adaptação a casa de habitação, no início dos anos sessenta do nosso século, modificou-o profundamente.

- 8 — *Forte da Boca da Lapa.* Fortificação das Linhas de Torres Vedras.

- 9 — *Quinta do Caldas* (Quinta da Verdelha). Fundada em 1533, conserva-se desta época uma sala abobadada no piso térreo. A construção foi profundamente modificada no século XVIII, sendo deste período a instalação de jardins e lago. O conjunto actual encontra-se bastante desvirtuado pelas sucessivas adaptações a habitação.

- 10 — *Pedreira do Casal do Penedo* — Povoado. Datado do Neolítico final/Calcolítico, encontra-se quase totalmente destruído pela abertura da pedreira.

- 11 — *Pedreira do Casal do Penedo* — Gruta funerária. Ocupada no Calcolítico, a sua escavação no início da década de setenta, permitiu a identificação de quatro níveis distintos de enterramentos.

- 12 — *Dólmen do Casal do Penedo.* Foi totalmente destruído pela abertura da pedreira. Tinha sido escavado e documentado em 1946.

- 13 — *Quinta do Buraco.* Século XVIII.

- 14 — *Fonte de Santa Eulália.* Fontanário erguido em 1753.



- 15 — *Capela de Santa Eulália.* Construída no final do século XV e remodelada no século XVII, foi restaurada em 1984-85. Está classificada como imóvel de valor concelhio, segundo o D. L. n.º 28/82 de 26 de Fevereiro.

- 16 — *Aqueduto da Quinta da Flamenga.* Conduta de água construída no século XVII para servir a Quinta da Flamenga.

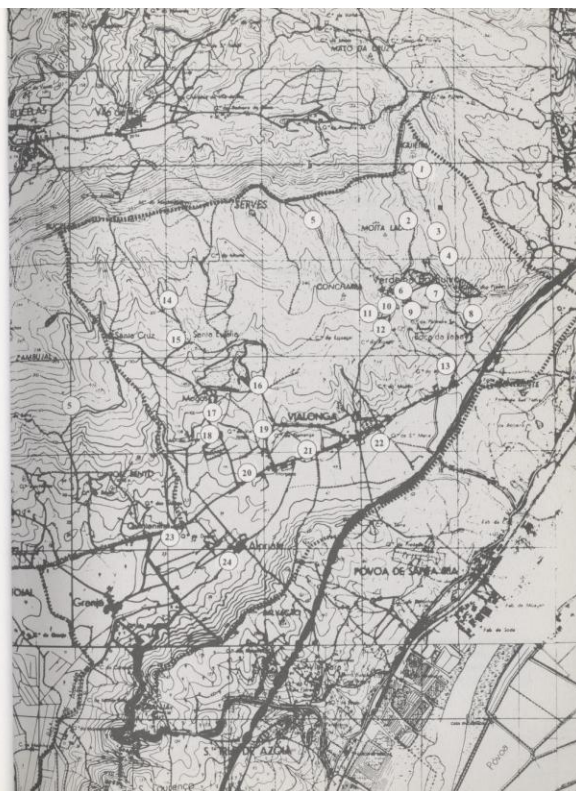
- 17 — *Quinta de Mogos.* Hoje muito arruinada, a sua primitiva construção data provavelmente do século XVII.

- 18 — *Quinta do Serpa* (Quinta de Vialonga). Solar do século XVIII, cujo recente restauro tem mantido o traço original.





- 19 — *Quinta da Flamenga*. Construída no século XVII, é de salientar a capela forrada a azulejos com cenas da vida de St.º António. Possui ainda uma zona de lazer com lagos e jardins. Hoje está adaptada a hospital.
- 20 — *Capela das Conchas*. Templo do século XVIII, hoje muito degradado e quase destruído.
- 21 — *Achado romano nos arredores do Morgado*. Informação de que teria sido encontrada uma moeda romana de Trajano, hoje na posse de um particular da freguesia.
- 22 — *Quinta de Santa Maria* (Convento de Nossa Senhora dos Poderes). Convento de freiras de Santa Clara fundado em 1561-62. A degradação do edifício já no século passado levou à transferência das freiras em 1838 para o Convento de Suberra da Castanheira.
- 23 — *Quinta das Maduras*. Integra conjunto de habitação, capela, zona de lazer e instalações utilitárias. O portal data de 1767.
- 24 — *Quinta do Duque*. Construído no século XIX é um conjunto de boa arquitectura neoclássica que integra solar, capela e jardins.



VIALONGA  
Nas Memórias Paroquiais de 1758

Maria Micaela Soares

Agradece-se a Maria Margarida Henriques,  
Amália Coelho, da Assembleia Distrital  
de Lisboa, e a José António Silva,  
do A.N.T.T., a prestimosa colaboração.

## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO .....  | 25 |
| 2. ALGUNS DADOS HISTÓRICOS, DISPERSOS E ANTERIORES A 1758, SOBRE A FREGUESIA ..... | 26 |
| 3. A MEMÓRIA DE VIALONGA .....   | 29 |
| 3.1. O território. Quadro natural .....  | 30 |
| 3.2. População e evolução demográfica .....  | 33 |
| 3.3. Organização administrativa e eclesiástica .....                               | 35 |
| 3.4. Quadro económico e social .....   | 36 |
| 3.5. O terramoto de 1755 .....   | 43 |
| 3.6. Religião .....  | 44 |
| 3.6.1. A Igreja de Nossa Senhora da Assunção .....                                 | 45 |
| 3.6.2. Conventos .....   | 48 |
| 3.6.3. Ermidas .....   | 55 |
| 3.7. Figuras insígnies .....   | 56 |
| NOTA FINAL .....   | 57 |

## RIBATEJO

Fio partido  
à meada da infância  
Dobel-o cá dentro

Quero entretecer malhas de outrora  
E a ponta não encontro  
Emaranhada a memória...

Pela serra grande.  
Caminho de Vialonga.

Como o horizonte aqui se alonga e se prolonga  
Léguas e léguas de águas e lezírias e além-Tejo.

As portas do Sol longínquas  
E no azul o perfil do castelo de Palmela  
À serra do Ribatejo  
Que da Arrábida é chamada  
Majestática  
Entre céu e oceano modelada.

E o horizonte se afunda e se arredonda...

Largo  
Um lago, um estuário,  
Bacia do maior rio  
Prenhe de ilhas perdidas  
Em noites de Agosto num mar de luar,  
Líquido cristal das nuvens e gaivotas,  
Léguas e léguas de águas

E reflectidas as colinas de Lisboa...  
Horizonte de horizontes...

E o mouchão  
Das águas minerais  
E agricultura já mecanizada  
Todo orlado de lodo com amêijoas e ostras —  
E ali à margem  
Chaminés fabris e cais industriais...

Atalhos do olival  
Pela serra pequena  
A cortar ao Cabo.

E eis se avista a várzea verde e vasta,  
E Alfaroqueira e a curta cordilheira  
E o monte Serves lá, altivo e calvo.

Aqui na crista da encosta  
Mar do sul e serra ao norte —  
Caminhos de via-longa  
Onde o horizonte se alonga e se prolonga...

(ARQUIMÉDES DA SILVA SANTOS, «Cantar de Berço», in NATÉRCIA FREIRE, *O Ribatejo*, Lisboa, s.d., pp. 213-214).

## 1. INTRODUÇÃO

A partir do segundo decénio do século XVIII, por iniciativa régia exercida especialmente através da hierarquia religiosa — secular e regular —, mas também por via administrativa ou, ainda, brotando da empenhada curiosidade dos eruditos — a coberto da Academia Real da História Portuguesa ou das Secretarias de Estado —, foram sendo elaborados alguns inquéritos que visavam recolher elementos seguros acerca da história eclesiástica, económica e social do reino ou que objectivavam outros intuítos específicos.

Assim se concretizaram os dos anos de 1721, 1732, os motivados pelo terramoto de 1755, e o de 1758 <sup>(1)</sup>.

O primeiro destes inquéritos, legalizado pela chancela de D. João V, foi promovido pela Academia Real da História. O segundo, com data anterior a Agosto de 1732 <sup>(2)</sup>, pela Secretaria de Estado; nas suas informações se apoiou o autor do *Dicionário Geográfico* <sup>(3)</sup> para a redacção, quer dos dois e singulares volumes impressos, quer dos restantes cinco que, em 1736, havia escrito já <sup>(4)</sup>, mas jamais editados, por culpa do Terramoto <sup>(5)</sup>.

Após o grande cataclismo, múltiplas e distintas foram as diligências oficiais para o conhecimento dos seus efeitos em casos particulares da administração. A mais importante destas iniciativas partiu da Secretaria de Estado dos Negócios Interiores do Reino que, por aviso de 20 de Janeiro de 1756, remeteu às autoridades clericais um inquérito que deveriam fazer chegar a todas as paróquias, com o objectivo de serem conhecidos o carácter e os efeitos do abalo de 1 de Novembro de 1755 <sup>(6)</sup>.

<sup>(1)</sup> MARIA JOSÉ MEXIA BIGOTTE CHORÃO, «Inquéritos Promovidos pela Coroa no Século XVIII», *Revista de História Económica e Social*, n.º 21, Lisboa, Setembro-Dezembro de 1987, pp. 93-120.

<sup>(2)</sup> *Id.*, *ib.*, p. 99.

<sup>(3)</sup> LUIS CARDOSO, *Dicionário Geográfico* [...], t. I, Lisboa, 1747; t. II, Lisboa, 1751.

<sup>(4)</sup> MARIA JOSÉ MEXIA BIGOTTE CHORÃO, *op. cit.*, p. 99.

<sup>(5)</sup> O sumo incêndio da obra, a que correspondiam os topónimos cujas letras iniciais iam de D a L, encontrava-se já a caminho dos prelos em 1751, segundo declaração do autor, no prólogo do segundo livro.

<sup>(6)</sup> MARIA JOSÉ MEXIA BIGOTTE CHORÃO, *op. cit.*, pp. 101-107; FERNANDO PORTUGAL e ALFREDO DE MATOS, *Lisboa em 1758. Memórias Paroquiais de Lisboa*, Lisboa, 1974, pp. 8-10.



Foi também a Secretária de Estado dos Negócios do Reino que, a 18 de Janeiro de 1758, fez expedir uma circular endereçada a todos os bispos, cabidos, abadias, assinalada por Sebastião José de Carvalho e Melo, à qual juntou «um maço dos interrogatórios declarados nos papéis» anexos<sup>(1)</sup>.

Mais uma vez se encarregou o P.<sup>o</sup> Cardoso de compilar as respostas fornecidas pelos párcos a este inquérito, o que não pôde concretizar, por ter falecido algum tempo depois. Permaneceram desorganizados estes manuscritos no Palácio das Necessidades, para onde tinham transitado, até que foram ordenados e encadernados em quarenta e um volumes, acrescentando-se-lhes então mais dois com rubricas que se verificou faltarem e elaborando-se um terceiro com o índice. São estes tomos, ao presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que constituem a obra conhecida por *Memórias Paroquiais*.

É a resposta do prior da Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Vialonga a este Interrogatório que o presente estudo examinará.

## 2. ALGUNS DADOS HISTÓRICOS, DISPERSOS E ANTERIORES A 1758, SOBRE A FREGUESIA

Parece não ter sido ainda possível encontrar documentação autêntica referente ao lugar de Vialonga, com data anterior a finais do século XIV.

Consta que, em 1390, os moradores fizeram ali erguer uma ermida para suavizar a incomodidade das deslocações à Igreja de Santo André de Lisboa, sua matriz, que ficava a dezeto quilómetros de distância.

O povoamento local deve datar, contudo, da dominação árabe, acaso ainda anterior, como parecem prová-lo algumas designações toponímicas. E não repugna aos especialistas aceitar que o nome *Vialonga* tenha tido assento em *Vila Longa* (como se foi por vezes ainda grafando em Setecentos), «com o termo *villa* no sentido rústico, territorial»<sup>(2)</sup>.

Os nomes Alpriate e Alfaroabeira, dois dos dez lugares que hoje constituem a freguesia, denunciam influência mourisca. Quanto ao primeiro, opina José Pedro Machado que se haja obtido pela junção do artigo árabe — *al* — com a forma latina *praetatu* > *prelado*<sup>(3)</sup>. Alfaroabeira, segundo o mesmo autor, será o equivalente vernáculo do árabe *al-Harrubá*<sup>(4)</sup>.

Já do período da nacionalidade, exactamente de 1191, deparou-se-me um documento de compra e venda de uma propriedade em Alpriate, em que entram como vendedores Paio Soares e sua mulher, e comprador, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Da documentação do século XIII, refiram-se as *Inquirições* do reinado de Afonso III, onde existem dois capítulos em que se nomeia este topónimo. Ajude um

<sup>(1)</sup> MARIA JOSÉ MEXIA BIGOTTE CHORÃO, *ob. cit.*, pp. 107-108.

<sup>(2)</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXIV, Lisboa, s. d., p. 880. Esta filiação toponímica foi também admitida pelo autor da *Memória* de Vialonga, como se verá.

<sup>(3)</sup> JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. I, Lisboa, s. d., p. 111. *Id.*, *Influência Árabe no Vocabulário Português*, vol. I, Lisboa, 1958, p. 189. J. LEITE DE VASCONCELOS, *Onomografia Portuguesa*, vol. II, Lisboa, 1936, pp. 69-70.

<sup>(4)</sup> JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.<sup>a</sup> ed., 1.<sup>a</sup> vol., Lisboa, 1977, p. 192.

deles à granja que ali possuíam os freires da Ordem do Templo, respeitando o outro a uma herdade com dois casais, pertença dos Cruzões de Coimbra.

Também Mogos provirá do onomástico medieval, através de *monacu* > *moogo* > *mogo*, isto é, «monge».

Como referências históricas mais antigas sobre a freguesia citem-se ainda, além da petição de 1390, já apontada:

— uma carta de privilégio, concedida por D. João I aos caseiros da Quinta de Vialonga, a 18 de Janeiro de 1397, com o que beneficiou o morgadio de Mindelo, edificado na Sé de Lamego<sup>(1)</sup>;

— uma demanda, com sentença amigável, dada em Lisboa, a 30 de Julho de 1439, sobre um prazo pertencente à Igreja de São Tomé, anexa ao Estudo Geral, em que foram partes Afonso Anes, bedel, procurador da Universidade e da dita Igreja, como autor, e Gonçalo Caldeira, contador, moço de el-rei, como réu. Respeitava ao contrato de empraçamento de uma quinta com suas vinhas, herdades e casarias, chamada de Pinhel, situada em «Monte de Cervos», freguesia de Vialonga. Tinha-se o réu obrigado a «adubar e corregger» a propriedade com todo o necessário, mas ele o «fezera per o contrato e leixara destroyr e danaficar a dicta quintã». Por tal motivo, a sentença sujeitava-o à reparação de todos os danos produzidos, sob ameaça de pesadas penas, se não o fizesse nos oito anos seguintes<sup>(2)</sup>;

— uma carta de sentença e censura eclesiástica, de Brás Afonso, escolar, em 27 de Janeiro de 1441, sobre um outro prazo da Igreja de São Tomé, também referente a «duas courelas de vinhas com suas casarias, sítas em Vila Longa», que trazia mal amanhadas o escudeiro Fernão Vasques, criado de Vasco Martins de Albergaria, morador à Sé. O réu apresentava como razão do mau aproveitamento das terras o facto de terem sido muito «caristosos» os anos transcorridos. Foi escrivão da sentença Fernando Afonso, o Moco<sup>(3)</sup>;

— nova sentença do cabido de Lisboa, confirmada pelo cardeal D. Jorge, em 7 de Julho de 1487, em que foi oponente o prior de Vialonga, o qual confessou que, com violência, tomara os dízimos de um lavrador de Alcouço, freguesia de São Pedro de Penaferrim, renitente em os entregar ao dito cabido<sup>(4)</sup>;

<sup>(1)</sup> A. N. T. T., *Chancelaria de D. João I*, L.<sup>a</sup> 1.<sup>a</sup> ff. 179 v. 179v. Sendo Estêvão Fernandes, abade de Bouças, provedor e administrador do referido morgadio (o qual fora instituído por D. Geraldo, bispo de Évora), fez presente ao rei que as quintas, casais e herdades pertencentes ao morgadio — entre eles se contando «a quinta de Vila Longa, termo de Lisboa» — estavam «danificadas, destruídas, delapidadas e faltando as casarias», após as guerras com Castela e «por ano da dita guerra». Pediu o abade que o monarca renouasse os antigos privilégios destes caseiros, a fim de estes voltarem a habitar e a trabalhar as ditas terras. Renovou-se no topónimo *Monte de Cervos* (hoje de Serres), decerto fundado na fauna local. Em 20 de Janeiro de 1743, numa escritura de aforamento de bens da Irmandade do Santíssimo, há referência a uma terra, chamada do Crispim, que dava para «a estrada que vai para o Monte de Serres» (Arquivo Paroquial de Vialonga).

<sup>(2)</sup> *Id.*, *ib.*, pp. 307-308.

<sup>(3)</sup> *Id.*, *ib.*, pp. 307-308.

<sup>(4)</sup> *Id.*, *ib.*, pp. 307-308.

<sup>(5)</sup> *Id.*, *ib.*, pp. 307-308.

— o instrumento de aquisição de uma vinha em «Vila Longa» pelo Mosteiro e Convento de São Vicente de Fora, em 4 de Outubro de 1518<sup>(1)</sup>.

Já quanto à povoação de Verdelha, patenteou Isaias da Rosa Pereira a cópia de um interessante documento extraído de um livro com os nomes dos defuntos que à Igreja de Santa Marinha de Lisboa haviam deixado alguns bens para encargos pios<sup>(2)</sup>.

No dia 25 de Setembro, se finara dona Comba, a qual legara à mencionada Igreja de Santa Marinha, ao seu prior e raqueiros, «hua coirella derdade, a qual he em termo da dicta cidade, em logo que chamam a verdelha». Em contrapartida, haveria a obrigação de lhe fazerem, para todo o sempre, um aniversário naquele dia. Esclarece-se que a aludida courela estava arrendada, à data da elaboração do memorando, a Martin Domingues de Alpiança, por 15 soldos. Isto na era de 1305, ou seja, no ano do Senhor de 1267. A mão de outro escriba atualizaria, posteriormente, esta referência que não datou:

Agora a trage Joham Davelha, por VII libras<sup>(3)</sup>.

Sobre a Verdelha, inventariaram-se ainda mais alguns papéis:

Da Chancelaria de Afonso III consta uma carta de mercê do «casal da Verdelha» ao Hospital dos Inocentes de Lisboa, em 1262<sup>(4)</sup>, e da de D. João I<sup>(5)</sup>, uma doação de casas e bens rústicos, com a data de 13 de Fevereiro da era de César de 1455 (1417 da cristã), a Rodrigo Esteves, amo do infante D. Afonso, filho ilegítimo do rei, conde de Barcelos e duque de Bragança. Estes imóveis haviam sido adquiridos por D. João I a Rui Garcia, mercador na cidade de Lisboa, para deles fazer graça e mercê ao mencionado amo de seu filho, pelo muito serviço que lhe prestara já e haveria ainda de prestar. A doação — pura e irrevogável — fizera-a el-rei de seu próprio moto, livre vontade, certa ciência e poder absoluto», sem que o beneficiado lho tivesse sequer requerido. Mais elucidava o monarca o seu propósito de retirar de si a posse total daquelas propriedades, aduzindo:

Por quanto non he da coroa do regno e ho ouvemos por cõpra.

Esta doação era muito vultosa. Além da morada de casas — sita «em villa longa na verdelha dos Ruivos», e que confrontava, por dois dos lados, com caminho público e, dos restantes dois, com outras casas do ouvidor Rodrigo Anes e com a Rua do Gado —, Rodrigo Esteves recebeu mais uma herdade, uma vinha, oito courelas de pão, duas almuínhas e metade do chão onde estava uma amoreira, com metade da mesma amoreira e outras árvores.

Tem grande interesse o Onomástico referido neste texto, feito em Belas, pelo dolo-rosamente célebre escrivão régio, Fernando Afonso. Dentre os vários antropónimos, contam-se João de Alenquer e João Afonso da Verdelha.

<sup>(1)</sup> A. N. T. T., *Mosteiro e Convento de São Vicente de Fora*, tomo 3, n.º 20.

<sup>(2)</sup> ISAIAS DA ROSA PEREIRA, «Livro de Aniversários da Igreja de Santa Marinha de Lisboa», *Revista Municipal*, ano XXV, n.º 100, Lisboa, 1964, pp. 15-27.

<sup>(3)</sup> *Id.*, *ib.*, p. 23.

<sup>(4)</sup> A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso III*, L.<sup>a</sup> 1.<sup>a</sup> f. 8 r.

<sup>(5)</sup> A. N. T. T., *Chancelaria de D. João I*, L.<sup>a</sup> 4.<sup>a</sup> f. 1 r.

Mas são as citações toponímicas as mais relevantes, não só por serem numerosas, mas ainda por se não reconhecer a algumas correspondência exacta na actualidade (excepto Verdelha dos Ruivos): Rua do Gado, Ribeira do Enxerto, Touco, Eira Velha, Herdade e Granja de São Vicente de Fora, Pedregueira, Fonte do Aprilical, Herdade de Santo Elói, Monte de Cervos, Nogueira.

Luís Mendes de Vasconcelos, nos primeiros anos de Setecentos, alude a Vialonga como hipotético ponto de passagem dos inimigos que, pela Beira, quisessem acometer Lisboa, por ser «o passo mais livre» que por Sacavém<sup>(1)</sup>.

E o conde Lourenço Magalotti, que seguia na comitiva do grão-duque da Toscana, Cosme de Médici, quando este joradeou por Portugal, entre 1668-1669, tendo percorrido o Ribatejo na segunda quinzena de Fevereiro deste último ano<sup>(2)</sup> e entrado em Vialonga, onde jantou, no dia 18, descreve o lugar como «pequeno aglomerado de quintas mais do que moradias»<sup>(3)</sup>. Desta viagem ficou, entre as notáveis estampas do pintor florentino Pier Maria Baldi, uma aguarela sobre «Vila longa», a ilustrar o manuscrito da Biblioteca Laurenziana de Florença<sup>(4)</sup>.

## 3. A MEMÓRIA DE VIALONGA

Encontra-se no volume 39.<sup>o</sup> das *Memórias Paroquiais* a resposta ao Interrogatório por Sebastião José de Carvalho e Melo enviado, por via hierárquica, ao cura de Vialonga, Manuel Jorge Vieira, o qual a datou de 6 de Abril de 1758.

É assinalável a prontidão da resposta, pois o cura Vieira não deixou que se esgotassem os três meses estipulados no aviso de 20 de Janeiro da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino<sup>(1)</sup>, sabendo-se que houve grande número de retardatários.

E apesar de algumas falhas que, um pouco atabalhoadamente, acabou por preencher, o P.<sup>o</sup> Vieira denotou certa erudição e mostrou ter procedido a razoável investigação para servir o seu propósito. O visitador encarregado pelo cardeal, em 1761, de

<sup>(1)</sup> LUÍS MENDES DE VASCONCELOS, *Do Sítio de Lisboa*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1786, p. 179. A primeira edição é de 1608.

<sup>(2)</sup> JOSÉ H. BARATA «O Ribatejo nas Memórias de Viagem de Cosme de Médici», *Biblioth.*, vol. XXII, Coimbra, 1946, pp. 5-12.

<sup>(3)</sup> *Id.*, *ib.*, p. 8.

<sup>(4)</sup> Foi reproduzida por: ANGEL SANCHEZ RIVERA, em *Viage de Cosme de Médici por España y Portugal (1668-1669)*, Madrid, 1933; JOSÉ H. BARATA, na obra citada; FRANCISCO CÂNCIO, em *Ribatejo. Casos e Tradições*, vol. I, s. l., 1948; e ilustra a capa do 2.<sup>o</sup> tomo do *Boletim Cultural* da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

<sup>(5)</sup> Outros priores não se mostraram tão diligentes, como é o caso do seu vizinho da Granja de Alpriate, que só respondeu em 15 de Maio de 1760 (MARIA MICAELA SOARES, «A Granja de Alpriate, nas *Memórias Paroquiais* de 1758», *Boletim Cultural* da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, n.º 3, Vila Franca de Xira, 1989).

conhecer e informar sobre o comportamento e o nível cultural do clero da diocese, descreveu assim este presbítero do hábito de São Pedro <sup>(21)</sup>.

O reverendo Manuel José Vieira, formado na Faculdade dos Sagrados Cânones, com boa capacidade, bom pároco, mas imprudente e ambicioso.

As linhas da personalidade do redactor desta *Memória* e mesmo a evolução do seu bem-estar físico podem também ser reconhecidas através da observação dos assentos que inscreveu nos livros. Nos primeiros vinte e cinco anos de assistência na paróquia, escrevia o P. Vieira em caligrafia bem modelada e permenorizava os lançamentos; nos dois últimos, talvez por dificuldades de visão, idade ou qualquer outro estado anómalo, os caracteres são muito grandes e as informações nem sempre respeitam as lei canónicas em vigor.

### 3.1. O território. Quadro natural

Distava o lugar três léguas da cidade de Lisboa e tinha então já por nome Vialonga. Havia, contudo, a suposição de que fora dantes apelidado de Vila Longa pelo facto de ali ter existido uma quinta assim designada. E o cura acrescenta que «isto se ouviu dizer a Fr. Fernando da Soledade, cronista da Religião Franciscana» <sup>(22)</sup>. A precipitação e, porventura, a «imprudência» que lhe notaria mais tarde o visitante de 1761, provocaram alguma desordem nas respostas. Assim, tendo avisado logo na primeira frase que adiantaria o nome do povoado no segundo quesito, só concretizará a promessa na Parte II-A e sem que isso ali lhe fosse perguntado. Ou terá designado por *quesito* o que correspondia a capítulo? Ignorou também a questão sobre a província.

<sup>(21)</sup> ISAÍAS DA ROSA PEREIRA, *Subsídios para a História da Diocese de Lisboa no Século XVIII*, Lisboa, 1980, p. 206. A título de curiosidade, diga-se que as informações acerca do clero desta freguesia lhe são muito favoráveis. Dos seis sacerdotes ali residentes (incluindo o pároco), dois eram formados pela Faculdade dos Sagrados Cânones, dois possuíam boa capacidade e instrução; um, confessor e pregador, era capel de qualquer emprego; e só um deles tinha mediana capacidade, sendo, no entanto, bom sacerdote. Quanto ao nível económico e social, dois eram capelães do conde de Vale de Reis, um terceiro vivia de suas fazendas, em quinta própria, e dos três excedentes nada mais conta.

<sup>(22)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 21. Fr. Fernando da Soledade, no tomo V da *História Seráfica Cronológica da Ordem de São Francisco na Província de Portugal*, impresso em Lisboa, em 1721, ao inventariar os «progressos» da mesma ordem naquela zona, adianta de facto este parecer sobre o ótimo de Vialonga.

No tomo I.º do *Santário Mariano*, de Fr. Agostinho de Santa Maria, editado em Lisboa, em 1707, na página 438, uma interessante notícia, entre outras, acerca da popularidade oral que a forma sincopada do primeiro termo do topónimo ia já alcançando, em oposição à tradição clássica, que o autor utiliza:

«Três léguas de Lisboa, rio acima, para a parte do norte, fica o lugar de Vila Longa ou Via Longa, como dizem muitos e distante da vila de Alverca meia légua para o sertão [...]».

De maneira oposta é a questão apresentada no *Mapa de Portugal* (t. III, Lisboa, 1763, p. 489) do P. João Baptista de Castro, o qual, depois de ter intitulado o artigo de «Via-Longa», escreve:

«Enaboleceu-se esta povoação, a que muitos intitulam Vila-Longa, em sítio alto e alegre».

António Carvalho da Costa (*Corografia Portuguesa*, t. III, Lisboa, 1712, p. 596) e Luís Cardoso (*Dicionário Geográfico*, t. I, Lisboa, 1747, p. 362, verbete Alpariate), deixaram somente a grafia *Vialonga*.

notícia perturbante, porquanto a área actual apresenta o valor aproximado de 2229,8 ha, ali incluído o lugar da Granja, com cerca de 225 ha.

A informação sobre as serras — cujos quesitos vinham nos números 1, 2 e 3 da segunda parte — aparece envolta com a que respecta aos rios, não existindo ali qualquer destes acidentes geográficos a que coubesse verdadeira designação. Serra não havia; apenas «montes», onde assentavam alguns lugares ou donde promanavam os ribeiros que só adquiriam caudal considerável durante o Inverno <sup>(23)</sup>. Um pouco atrás, aludira ao rio que corria a norte da Quinta de Alfarozeira e é hoje conhecido por ribeira do mesmo nome.

Esta singela forma de condensar o articulado e de escolher a terminologia demonstra a tal «capacidade» intelectual que lhe reconhecia o visitante. Obviamente que, em face deste quadro natural, o P. Vieira ignoraria a pergunta 5 desta segunda parte. Já se não compreende que não respondesse à seguinte — sobre a existência de fontes «com propriedades raras», dado que, na resposta 14 da parte primeira, faz alusão à Fonte Santa onde aparecera a titular da Igreja de Santa Eulália, e cujas águas certamente seriam tidas por milagrosas, a par da pedra de que a imagem era feita.

A «fonte de excelente água», localizada na Verdella, de que fala Carvalho da Costa <sup>(24)</sup>, também não impressionou o cura de Vialonga. Aliás, parece transparecer das respostas que o seu conhecimento acerca de realidade paroquial se centrava, especialmente no que dizia respeito ao eclesiástico. O fenómeno social popular parece não o ter impressionado muito e só as grandes famílias lhe mereceram nomeação deferente.

O que sobretudo torna muito curiosa esta informação é o remate imperfeito do texto, onde, de mistura com a data e usando de certa ligeireza fraseológica, o prior informa:

Desa terra se avista o Tejo e se vê passar as embarcações, digo, o mar.

Pondo em ordem os elementos que constituem o período, conclui-se que o que se avistaria da terra era o *mar*, nome por que a gente ribeirinha conhece o Tejo, sobre cujas águas se veriam passar as embarcações. O vocábulo *digo* não teria sido usado com valor correctivo, mas explicativo.

Referir-se-ia o P. Vieira à majestosa panorâmica que, então, se desfrutava do adro da sua igreja e que, embora ainda sugestiva, está actualmente bastante adulterada pela oposição de inúmeras construções.

Quanto aos factores climáticos, o texto é completamente omissivo. Verdade seja que, na pergunta décima da segunda parte, apenas tinha havido inquirição sobre o «temperamento» da serra e, quanto a isto, o P. Vieira haveria de informar que «serra não há», apenas «montes».

<sup>(23)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte II, 4.

<sup>(24)</sup> ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA, *ob. cit.*, t. III, Lisboa, p. 596. Ter-se-ia equivocado Carvalho da Costa na localização da fonte? Ou referir-se-ia ele à boa qualidade da água que, através de algumas «casinhas», era conduzida para a Quinta que veio a ser de D. José Botelho, no século XVIII, mais havia sido fundada, em 1533, por Pedro Aleixo Carneiro e é hoje conhecida por «Quinta do Caldas»?

Estava Vialonga incluída no termo da capital do reino, tendo o pároco o cuidado de distinguir com muita liquidez os significados de *termo* como «território» com a mesma jurisdição administrativa e policial, e como «fim», ou «limite» desse território. Para que não subsistissem quaisquer dúvidas, ficou dito que a povoação estava dentro do termo da cidade de Lisboa, porque este não findava nela <sup>(25)</sup>. Mais à frente, volta a utilizar o vocábulo *termo* para indicar a área geográfica e jurisdicional da sua paróquia, a qual se alongava, no sentido longitudinal, da Quinta da Tinhoseira <sup>(26)</sup>, junto a São Julião do Tojal, à de Alfarozeira, paredes meias com a vila de Alverca; pelo largo, estendia-se entre Bucelas e Santa Iria de Azoia <sup>(27)</sup>.

Entre 1527 e 1852, data da extinção do Termo de Lisboa, sempre a Freguesia de Vialonga esteve nele integrada <sup>(28)</sup>, tendo visto o seu território acrescido, em 1826, com a anexação da Granja de Alpariate, por decreto de 7 de Agosto <sup>(29)</sup>.

Assentava a paróquia num vale e nos montes circundantes, donde se avistavam alguns povoados vizinhos — Granja, a um quarto de légua «pequenas»; Unhos e São Julião do Tojal, perto de uma légua; Zambujal, a cerca de meia; Frielas e Póvoa de Santo Adrião, a duas e meia <sup>(30)</sup>.

Sem qualquer aviso de transição, o P. Vieira começa a responder à segunda parte do Interrogatório, não tendo reparado, ao que parece, na nota introdutória do capítulo, que avisava:

O que se procura saber dessa serra é o seguinte:

Tem-se a impressão de o pároco ter lido *terra* por *serra* e, por isso, ter respondido como respondeu, e se viu já, à primeira pergunta do segundo capítulo. Dai também que tenha enredado de tal forma a sua indevida resposta. O P. Vieira não se referiu e, portanto, não denominou qualquer serra, como se lhe pedia, mas o termo da paróquia. As dimensões anotadas na resposta que numerei de Parte I-A serão as da Freguesia de Vialonga, o que constitui um dado notável. A superfície do quadrilátero que formava a paróquia seria, no seu começo, de cerca de vinte e cinco quilómetros quadrados; mas, na segunda metade do século XVIII, os seus braços (comprimento e largura) estariam «replicados», ou seja, a área habitada era já o dobro <sup>(31)</sup>. Esta é uma

<sup>(25)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 1.

<sup>(26)</sup> Que hoje se não consegue identificar com esta designação. Contudo, os esclarecimentos do P. Vieira levam à suposição da sua coincidência com o núcleo actual de Quintanilha, cuja Quinta das Madras delimita o concelho.

<sup>(27)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 5.

<sup>(28)</sup> AUGUSTO VIEIRA DA SILVA, «O Termo de Lisboa», *Dispersos*, vol. I, Lisboa, 1954, pp. 35-54.

<sup>(29)</sup> Id., ib., p. 46. Extinto o Termo de Lisboa, por diploma de 11 de Setembro de 1852, que simultaneamente criou os concelhos de Belém e dos Olivais, foi a Freguesia de Vialonga incorporada neste último, em 16 de Outubro do referido ano (Id., ib., p. 50). Em 22 de Julho de 1886, procedendo-se a uma remodelação do concelho de Lisboa, foi Vialonga transferida dos Olivais para o de Vila Franca de Xira (Id., ib., p. 53), onde actualmente se encontra.

<sup>(30)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 4. Não especifica o cura quais os «lugares» que se nomeavam pelos montes nem os que dormiam no vale, mas é de supor que, entre os primeiros, se contasse a sede da paróquia, cujo núcleo João Baptista de Castro, no *Mapa*, afirma ter-se estabelecido «em sítio alto e alegre».

<sup>(31)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, A.

É, todavia, admissível supor que o clima da freguesia ou, ao menos, o da sede, naquele tempo se pudesse identificar com o de Alpariate, embora a altitude diferente. E esta aldeia sabe-se estar «situada em um vale muito ameno e fresco», segundo escrito do P. Luís Cardoso, no tomo primeiro do *Dicionário Geográfico*.

### 3.2. População e evolução demográfica

Para o estudo objectivo deste pormenor, dispõe-se quase só de informes contidos nas obras corográficas ao tempo publicadas e da lacónica resposta do cura ao quesito respectivo <sup>(32)</sup>:

Tem trezentos e cinco vizinhos ao presente. Pessoas mil e quíze.

Não foram numerados os fogos de Alfarozeira, onde o P. Luís Cardoso encontrara, em 1747 (cf. nota 44), o valor 11 e a soma dos parciais por lugar de 264, inferior em 41 unidades ao total de 305 do P. Vieira.

Os levantamentos contidos nas corografias coevas, além de apresentarem quantitativos díspares oferecem sérias dúvidas quanto às contagens. Toma-se, por vezes, *vizinho* e *morador*, isto é, «chefe de família», como equivalente a *fogo*, ou seja, «agregado familiar». Além disso, alguns cálculos incluíam os menores ainda não sujeitos à frequência dos sacramentos; outros, excluíam-nos; outros ainda, como neste do P. Vieira, obrigam a conjecturas nesse sentido.

Ao lavrar o vocabulário pessoal, quer dizer, «almas», o cura por certo numeraria as crianças, mal-grado o coeficiente relativamente baixo atribuído a cada fogo — 3,3. Em 1712, haviam sido contados na freguesia quinhentos vizinhos <sup>(33)</sup>, ou seja, fogos, segundo a terminologia de Carvalho da Costa <sup>(34)</sup>, o que é, com certeza, um exagero daquele presbítero.

Numa relação dos lugares e fogos do reino, executada por ordem do marquês de Abrantes, em 1732, e publicada pelo clérigo D. Luís Caetano de Lima, em 1736 <sup>(35)</sup>, na Freguesia de Vialonga são numeradas 849 almas. Neste censo não «em especificado» o número de agregados familiares, que deveriam roçar as duas centenas.

Trinta anos depois <sup>(36)</sup>, achar-se-ão seiscentos vizinhos, o que convertido em pessoas representaria cerca de duas mil, quer dizer, com um excedente de noventa e oito e cinco indivíduos após 1758, incoerência manifesta.

Em 1798, com o censo do intendente Pina Manique <sup>(37)</sup>, iria ser encontrado um

<sup>(32)</sup> É certo que outros elementos poderão ser canalizados através do exame de todos os livros do registo paroquial, mas este é ponto que não só suscita incertezas quanto à perspetivação das linhas demográficas, mas também porque o trabalho não foi ainda exaustivamente conseguido. Poderá, assim, servir apenas para aclarar alguns aspectos.

<sup>(33)</sup> ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA, *Corografia Portuguesa*, t. III, Lisboa, 1712, p. 596.

<sup>(34)</sup> ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA, *Corografia Portuguesa*, t. I, Lisboa, 1706; t. II, Lisboa, 1708; t. III, Lisboa, 1712.

<sup>(35)</sup> LUIS CAETANO DE LIMA, *Geografia Histórica de Todos os Estados Soberanos da Europa*, t. 2.º, Lisboa, 1736, pp. 647-673.

<sup>(36)</sup> JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, 2.ª ed., t. III, Lisboa, 1763, p. 490.

<sup>(37)</sup> JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *A População de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*, Paris, 1970, p. 4.



número de fogos — 256 — aproximado do total real do cura Vieira, em 1758, ainda assim com uma diferença, para menos, de cerca de meia centena, em quatro décadas, o que de certo modo contraria a opinião dos estudiosos sobre a quantificação populacional no século XVIII, a qual terá conhecido algum acréscimo após o Terramoto <sup>(2)</sup>.

Tais valores demográficos, sem grande possibilidade de confronto, por se filiarem em critérios diversificados, não podem, pois, conduzir a conclusões rigorosas acerca da movimentação humana, o que só será concretizável a partir de Oitocentos.

O cômputo final dos fogos feito pelo cura, que não corresponde à soma dos números parcelares de cada núcleo, indica a sede da freguesia como o lugar mais povoado, o que é lógico e natural, classificando-o ele de «primeiro e principal» <sup>(3)</sup>, e arrolando-lhe 126 vizinhos.

Referenciou depois, não já por motivação demográfica ou hierárquica, mas talvez por comodidade de circuito, os seguintes lugares (lista onde não vêm incluídos alguns topónimos actuais): Cabo, com 48 vizinhos; Boca da Lapa, com 21; Verdelha, com 27; Santa Eulália, com 6; Mogos, com 9; Alpratie, com 13 e Morgado, com 14 <sup>(4)</sup>, valores que, segundo as normas do tempo, deviam ser reais.

Comparando estes dados com os obtidos em 1981 <sup>(5)</sup>, verifica-se que Boca da Lapa, com 21 fogos em 1758, tem ao presente, só mais 8 e que a Verdelha escassamente duplicou os valores. A Granja de Alpratie não pertencia então ao distrito da freguesia: Quintanilha e Santa Cruz não foram nomeados. Estando certa a hipótese de Quintanilha estar assente em terrenos da Tinhoseira, não formava lugar à parte do de Vialonga, o mesmo sucedendo com Santa Cruz, de que, aliás, são mencionados os casais <sup>(6)</sup>, talvez adstritos ao núcleo de Santa Eulália. A população de Alfaroabeira não foi contabilizada.

<sup>(2)</sup> JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal (1640-1750)*, 2.ª ed., vol. V, Lisboa, 1982, p. 353.

<sup>(3)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 5.

<sup>(4)</sup> O P.º Luís Cardoso, no *Dicionário Geográfico*, patentou alguns valores da população destes lugares. Ao reconstruir o Cabo (t. II, Lisboa, 1751, pp. 330-331), classificou-o de aldeia, a formar um bairro junto ao lugar de Vialonga, habitando nele 40 moradores: Boca da Lapa (t. II, p. 194), também aldeia da mesma freguesia, somaria 25 vizinhos; Alpratie (t. I, Lisboa, 1747, p. 362), igualmente aldeia do mesmo joalheiro e freguesia, tinha 17 vizinhos; Arremetou mais Alfaroabeira (t. I, p. 270), que qualificou de «aldeia pequena». Este lugar não está citado na *Memória* com essa específica categoria, embora possa deduzir-se que a tivesse (DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 13) e sempre assim fosse nomeado nos registos deixados pelo P.º Vieira, nos livros paroquiais. O ilustrado onoteriano conferia-lhe 11 fogos (*Dicionário*, t. I, p. 271). A Verdelha é conhecida, na fala local, com o determinativo de *Ruivo*, palavra parossiana, como é próprio da dicção popular; *dos Ruivos* foi repoição erudita moderna, conquanto esta fosse a forma conhecida na Idade Média (cf. p. 28). O próprio P.º Vieira também usou escrever, noutros pontos, *Verdelha dos Ruivos* (DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 8).

<sup>(5)</sup> INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *XII Recenseamento Geral da População*, Lisboa, 1981.

<sup>(6)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte II, 7. No *Livro 4 de Óbitos* de Vialonga e num assento de 6 de Agosto de 1759, o P.º Vieira lançou: «[...] morador em Santa Cruz desta freguesia».

nexando a freguesia e ficando o cura de Vialonga com a única sujeição de pagar oito mil réis ao de Santo André, por conta das oferendas <sup>(1)</sup>.

É curioso verificar-se que o P.º Vieira fala com certa ligeireza da desanexação da sua freguesia da de Santa Iria de Azóia e até do pagamento da pensão ao priorado. Não olvidou o caso o prior da Colegiada, Francisco Luís Henriques Borges, na *Memória* sobre a sua paróquia igreja, escrita em 1 de Agosto de 1758, com a seguinte versão <sup>(2)</sup>:

Tinha também a igreja em o lugar de Vialonga a apresentação daquele curato, que é seu por ser seu distrito, e tirado de Santa Iria a respeito do que cresceu a povoação, nomeando os moradores de Vialonga mordomos da igreja que por porção três para um, dar o prior apresentação de cura; cujo contrato se ajustou entre os moradores do dito lugar e o prior de Santo André, às portas da Sé, por escritura que se acha no cartório da dita igreja e, sem embargo do dito contrato e convenção, os mordomos de Vialonga apresentaram cura todos os anos, o qual paga certa porção à Igreja de Santo André; e a dita usurpação da apresentação não consta fosse feita por meio judicial algum.

É preciosa a circunstanciada declaração do prior de Santo André, especialmente quanto ao modo e lugar do acordo, e ao destino da respectiva escritura que, infelizmente, se não pôde ou não soube encontrar nos arquivos disponíveis. A causa da transferência da apresentação do curato de Santa Iria para o prior de Vialonga faz-se neste documento derivada do crescimento do lugar e não causada pelos «vexames» de que fala a maioria dos autores. Vê-se mais que esta transferência se obteve por proporção de três para um, e que às portas da Sé de Lisboa se terá ajustado, por escrito, esse contrato. Na perspectiva do prior de Santo André, o processo foi amigável e não exaustivamente litigioso, como as notícias tradicionais no-lo referem <sup>(3)</sup>.

### 3.4. Quadro económico e social

É sobre a vida económica e social do clero que as informações são mais claras. O pároco tinha os seguintes réditos anuais: um alqueire de trigo de cada freguês que fosse casado e, se possuísse vinha sua ou de renda, um almeide de vinho; os paroquianos que «vivessem sobre si» — solteiros, moços e viúvos — contribuiriam com meio alqueire de trigo e um pote de vinho (não se especificando se quer dispusessem de vinhas, quer não, mas admita-se que nas condições dos casados) <sup>(4)</sup>.

Se se aceitar que eram trezentos e cinco os fogos existentes, dos quais, por suposi-

<sup>(1)</sup> Este assunto tem sido exaustivamente assumido por muitos autores. Cf., entre outros: JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, *ob. cit.*, pp. 489-490; AUGUSTO SOARES DE AZEVEDO BARBOSA DE PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. X, Lisboa [1885], pp. 320-321; LINO DE MACEDO, *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*, Vila Franca de Xira, 1893, p. 335; ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES, *Portugal. Dicionário Histórico* [L.J., vol. VII, Lisboa, 1915, pp. 392-393]; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXIV, Lisboa, s. d., p. 880.

<sup>(2)</sup> FERNANDO PORTUGAL e ALFREDO DE MATOS, *ob. cit.*, p. 70.

<sup>(3)</sup> A nota de Baptista de Castro (*Mapa*, p. 440) é clara: «Sobre isto houveram (sic) várias demandas [...]».

<sup>(4)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 9. O que equivalia, em 1763, a trezentos mil réis (JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, *Mapa*, t. III, p. 490).

### 3.3. Organização administrativa e eclesiástica

A posse da terra pertencia à Coroa <sup>(1)</sup>, isto é, fazia parte dos bens do Estado, mas a tutela administrativa cabia ao Senado lisboense, em cujo termo já se viu estar encravada. Do ponto de vista judicial era, em segunda instância, sujeita ao corregedor do Crime do Bairro da Ribeira, na correição de Lisboa <sup>(2)</sup>, subordinação que se foi mantendo durante toda a centúria <sup>(3)</sup> e até à integração da freguesia no concelho de Olivais, na segunda metade de Oitocentos.

No julgado da freguesia pontificavam juizes de vintena, cujo número o prior não aponta, e aos quais estavam circunscrições as pequenas dissensões internas <sup>(4)</sup>.

Pelo eclesiástico, enquadrava-se a freguesia na diocese de Lisboa Oriental <sup>(5)</sup>, sendo a paróquia administrada por um clérigo secular, ao tempo o redactor da resposta, o qual, em 1758, superintendia em quatro capelães; mas, três anos decorridos, existia já mais um sacerdote, como se vê na nota 25 deste trabalho.

O cura era de apresentação anual do povo <sup>(6)</sup>. Esta situação constituía uma vitória do mesmo povo de Vialonga, conseguida após denodada pertinácia junto da hierarquia religiosa.

É o caso que, em 1390, tinham os vizinhos de Vialonga feito erguer ali uma ermida, já que, sendo fregueses de Santa Iria de Azóia, onde tivera princípio a Colegiada de Santo André, e tendo-se esta transferido para a igreja de Lisboa da mesma invocação, por dádva de D. Dinis e da Rainha Santa <sup>(7)</sup>, arrastando consigo a paróquia de Santa Iria, os fiéis de Vialonga padeciam grande incomodidade para cumprimento dos seus deveres piedosos. Sendo, então, bispo de Lisboa D. João Anes, consentiu que os moradores pusessem capelão na ermida, para poderem receber os Sacramentos e ouvir missa menos penosamente. Isto sem dano para os direitos paroquiais do prior de Santo André.

Meio século depois, requereram mais que na ermida houvesse curato anexo àquela paroquial, o que lhe foi concedido, com a imposição de o cura entregar metade dos rendimentos ao prior da paróquia anexante, e ficando esta com direito à apresentação do pároco.

Este e o povo opuseram-se àquela decisão, entrando, ao que se diz, num litigioso processo que se terá arrastado por espaço de tempo. Acabou o povo por vencê-lo, desa-

<sup>(1)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 2.

<sup>(2)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 16.

<sup>(3)</sup> JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *A População de Portugal em 1758. O Censo de Pina Manique*, Paris, 1970, p. 5.

<sup>(4)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 16.

<sup>(5)</sup> D. João V, autorizado pela bula *In supremo apostolatus* solio de Clemente XI, lavrada a 7 de Novembro de 1716, dividiu o recém-nascido patriarcado em duas dioceses: Oriental e Ocidental.

<sup>(6)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 8.

<sup>(7)</sup> FERNANDO PORTUGAL e ALFREDO DE MATOS, *ob. cit.*, p. 67.

ção, dois terços alojassem famílias constituídas, sendo o restante terço preenchido pelos solteiros, viúvos e moços, observa-se que o prior receberia, anualmente, cerca de duzentos e cinquenta alqueires de trigo (mais de quatro moios), para além de uma centena de almeides de vinho (tendo em conta que nem todos os casados estivessem nas condições previstas no clausulado).

Além disto, nas finanças paroquiais entrava também o pagamento pelas missas extraordinárias e por outros serviços do culto. Não se ignora a obrigação que o cura tinha de pagar, por ano, os oito mil réis de pensão devidos a Santo André e a cóngrua de cinquenta mil réis a cada um dos quatro capelães <sup>(8)</sup>.

Quanto ao rendimento destes últimos, deverá atentar-se no facto de um ser capelão particular de Diogo Anes <sup>(9)</sup>, dois serem-no da Confraria das Almas e o último, da de São José, o que lhes engrandeceria, por certo, o pecúlio.

O padre Vieira exerceu o curato em Vialonga entre 11 de Dezembro de 1751 e 21 de Novembro de 1780, tendo substituído o pároco Tomás Gonçalves Ferreira e sucedendo-lhe o prior Francisco da Fonseca Carneiro que registou o falecimento <sup>(10)</sup>. Já era, porém, presbítero na freguesia em 22 de Agosto de 1746.

Fez ele em cada assento paroquial um registo muito circunstanciado das ocorrências, no que seguiu as pisadas dos seus antecessores. Deste modo, é permitido conhecer alguns dos proventos extraordinários do seu pé-de-altar: os ofícios de defuntos e donativos que os fiéis prescreviam nos seus testamentos.

Onze dias após ter tomado posse da igreja, faleceu D. Mécia Maria de Távora Tavares, filha de Nuno Tavares de Távora, moradora na sua «Quinta de Miraflores, sita ao pé da Verdelha dos Ruivos». No testamento, a defunta, que deixou expressa a vontade de ser sepultada no Convento de Nossa Senhora do Amparo, da Casa Nova, determinou que na matriz lhe fossem rezadas seis missas de corpo presente de cento e sessenta réis, ao arbítrio do seu testamenteiro, mais quatrocentas de esmola de seis vinténs, outras cem pelas almas de seus pais, irmãos e demais parentes e ainda cem pelas almas de «seus maridos» <sup>(11)</sup>.

Um porteiro do Cabo, falecido em 24 de Fevereiro de 1752, reservou, em seu testamento nuncupativo, algumas terras para missas e sepultura <sup>(12)</sup>.

Dois dias depois, um novo assento do óbito de um paroquiano da Verdelha averba a obrigação de quarenta missas por alma do falecido e pela de sua mulher, durante um ano após a sua morte <sup>(13)</sup>.

A 13 de Junho de 1752, Manuel Soares de Orta, «homem de negócios», morador

<sup>(8)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 9. Acresce que a Igreja de Nossa Senhora da Assunção pagava também os dígitos ao priorado de São Tomé que, por sua vez, estava obrigado a reparti-los com a Universidade de Coimbra (FERNANDO PORTUGAL e ALFREDO DE MATOS, *ob. cit.*, p. 272).

<sup>(9)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 9. Em 1761, having já dois capelães particulares, ao serviço do conde de Val de Reis, vivendo um terceiro, o P.º António Francisco Xavier, de seus bens pessoais, em quinta que detinha no Morgado (DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 13), o que espelha certa abundância. Cf. nota 25.

<sup>(10)</sup> A. N. T. T., *Livro 6 de Óbitos*, da Freguesia de Vialonga, f. 23 v.

<sup>(11)</sup> Id., ib., f. 23 r.

<sup>(12)</sup> Id., ib., f. 23 r.

<sup>(13)</sup> Id., ib., f. 23 v. Para tanto, fizera escritura de doação de «uma casa com seu quintal» a uma mulher da Verdelha dos Ruivos.



em Lisboa, na Rua dos Ferros e falecido em Vialonga, deixou exarado o testamento que a mulher, sua testamenteira e herdeira, deveria mandar rezar duzentas missas de corpo presente da esmola de cento e vinte réis e mais duzentas também de cento e vinte réis, ditas durante o tempo que aquela testamenteira parecesse <sup>(65)</sup>. Muitas destas missas é de crer fossem rezadas na Igreja de Nossa Senhora da Assunção, onde o falecido foi inumado.

A mais significativa doação trasladada nestes assentos está datada de 11 de Fevereiro de 1756, sendo testador o capitão João Botelho de Carvalho, cavaleiro, que viera do Brasil e assistia na sua Quinta da Boca da Lapa, indo a suplicar no convento dos religiosos Capuchos, ou seja, na Casa Nova. O testamento continha várias disposições acerca do destino da sua avantajada fortuna e dos encargos pios que ficavam para salvação da sua alma. Tudo se relacionava, porém, com a previsão de que a morte ocorresse em Lisboa. E, assim, na Igreja de Vialonga, decorreu apenas o ofício apropriado, por altura do passamento <sup>(66)</sup>.

Vários outros apontamentos no corpo dos assentos, ou nas cotas marginais, mostram a grande profusão de missas pagas que a igreja tinha a seu cargo. Acrescer-lhes-íamos emolumentos para a fábrica, sendo certo que algumas inumações foram feitas «pelo amor de Deus», como ficou consignado nos registos. Neste caso, eram os enterramentos destinados ao adro da igreja.

Um clima ameno e um chão fértil caracterizam esta zona. Por isso se foi povoando de importantes quintas, onde residiam nobilíssimas famílias. «Pequeno aglomerado de quintas» — disse o conde Magalhães <sup>(67)</sup>, no terceiro quartel do século XVII. Alguns tinham conhecido a sua fundação na centúria anterior, como a de Heitor Mendes de Castelo Branco, onde sua filha, D. Brises de Castelo Branco, implantou o Convento de Nossa Senhora dos Poderes <sup>(68)</sup> e a de Miraflores, na Verdelha dos Ruivos.

Conquanto não lhe haja sido directamente perguntado, o cura foi apontando oito quintas estabelecidas na freguesia: a do duque de Lafões, em Alpriate; a do capelão António Francisco Xavier, no Morgado; a de António Couceiro, também no Morgado; a do conde de Vale de Reis, na Flamenga; a do desembargador Filipe de Abranches, em Mogos; uma outra, de D. José Botelho, na Verdelha <sup>(69)</sup> e a do duque de Cadaval,

<sup>(65)</sup> A. N. T. T., Livro 4 de Óbitos da Freguesia de Vialonga, ff. 65 e 66 r. Reveste-se do maior interesse este testamento, cujo autor dispôs dos seus haveres com grande prodigalidade, e não só para bem da sua alma como da de seus parentes até ao décimo grau, escravos, pessoas com quem tivera trato, almas do Purgatório; dotou também a Terra Santa, a Irmandade das Almas e algumas orlãs «bem procedidas».

<sup>(66)</sup> Cf. notas 21, 22 e 23.

<sup>(67)</sup> B. N. L., manuscrito com o título Livro que contém em si a fundação e rendas deste Convento de Nossa Senhora dos Poderes da Ordem de Santa Clara de Vila Longa, termo da cidade de Lisboa, 1621, f. 2 r.

<sup>(68)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 13. Esta quinta aparece com a designação actual — do Caldas —, em 19 de Julho de 1780 (Livro 6 de Óbitos, f. 19 r.) e, em 1751, vem nomeada como Quinta de Miraflores (cf. p. 37).

em Alfarozeira <sup>(70)</sup>. A Quinta da Tinhoseira limitava a freguesia, a sul, junto a São Julião do Tojal <sup>(71)</sup>.

Baptista de Castro nomeia apenas a da Flamenga e a de Alfarozeira <sup>(72)</sup>, sendo certo que ao escrito do autor da *Memória* terá de conferir-se maior credibilidade, pelo seu mais apurado conhecimento do meio, pese embora o rigor que o autor do *Mapa* pôs na elaboração do seu trabalho.

É possível, contudo, exaurir relação de algumas outras, a que o P. Vieira não terá aludido, por se não enquadrarem na resposta sobre ermidas, em que vêm incluídas as anteriores.

Ficou dito já que uma ilustre paroquiana de Vialonga — D. Mécia Maria de Távora Tavares — residira, até 22 de Dezembro de 1752 <sup>(73)</sup>, na quinta de Miraflores, junto à Verdelha dos Ruivos, e observa-se ainda, através do exame dos livros de registos da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, a existência de várias outras propriedades deste tipo, ao redor da data da redacção da *Memória*: Quinta da Palmeira, em 1752 <sup>(74)</sup>; Quinta do Serpa, em 1755 <sup>(75)</sup>; Quinta dos Caniços, em 1755 <sup>(76)</sup>; Quinta de D. António da Silveira, em 1755 <sup>(77)</sup>; Quinta da Boca da Lapa, em 1756 <sup>(78)</sup>; e ainda Quinta de D. Francisco de Noronha, junto ao Convento dos Capuchos, em 1759 <sup>(79)</sup>.

Tais quintas deveriam ter sido esplendorosas, como se deduz não só da classe social que nelas fazia aposento, porventura temporário, nalguns casos, mas permanente, noutras — o duque regedor, D. Pedro de Lafões, o duque de Cadaval, os condes de Vale de Reis, famílias Noronha, Távora, Tenório, Couceiro —, mas também pelos vestígios que algumas apresentam, ainda hoje, dessa ostentação.

Grande seria o bulício quotidiano nessas propriedades, nas quais assistiam muitos parentes dos seus titulares <sup>(80)</sup>, e elevado número de criados, domésticos e assalariados rurais, ocupados na exploração do solo.

A freguesia estava também pontilhada de grande cópia de casais, conquanto o relato do cura somente indique os de Santa Cruz <sup>(81)</sup> e, sem lhe definir rigorosamente o estatuto, o do Carapito <sup>(82)</sup>. Mas os livros da paróquia revelam que existiam outros na altura em que o P. Vieira escrevia a sua *Memória* e por ele próprio nomeados nos

<sup>(70)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 23.

<sup>(71)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, Cf. nota 28.

<sup>(72)</sup> Ob. cit., p. 491.

<sup>(73)</sup> Cf. notas 61 e 69.

<sup>(74)</sup> A. N. T. T., Livro 4 de Óbitos da Freguesia de Vialonga, f. 24 v.

<sup>(75)</sup> A. N. T. T., Livro 4 de Óbitos da Freguesia de Vialonga, f. 59 v.

<sup>(76)</sup> A. N. T. T., Livro 4 de Óbitos da Freguesia de Vialonga, f. 61 v. Em 27 de Novembro de 1756, será mencionado o Casal dos Caniços (Livro 4 de Óbitos, f. 74 r.) e, em Março de 1760, o «lugar dos Caniços» (Livro 4 de Óbitos, f. 119 r.).

<sup>(77)</sup> ANTT, Livro 4 de Óbitos da Freguesia de Vialonga, f. 60 v.

<sup>(78)</sup> Cf. nota 66.

<sup>(79)</sup> A. N. T. T., Livro 4 de Óbitos da Freguesia de Vialonga, f. 99 r. Crê-se seja a Quinta de Miraflores, ou do Caldas.

<sup>(80)</sup> Como ressalta dos assentos lançados nos livros paroquiais.

<sup>(81)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte II, 7.

<sup>(82)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 23. Em 21 de Julho de 1746, num assento de baptizado, atribui-se o Casal do Carapito ao termo de Alverca (Livro 5 de Baptizados, f. 7 r.), mas, num registo de 9 de Setembro de 1756 (Livro 4 de Óbitos, f. 71 v.), ao de Vialonga.

assentos feitos nos ditos livros: Agueira, Barqueiros, Carriça, Concelos, Curral, Espregal, Estanques, Monte, Murrais, Pilotas, dos quais ainda permanecem alguns e outros, ao menos, como referências toponímicas.

Perguntando, como foi, acerca dos produtos da terra que os moradores recolhiam em maior grau, disse o pároco serem trigo, milho, cevada, uvas, «ou delas o fruto», isto é, «vinho» e frutas, laranjas doces e limas <sup>(83)</sup>, estas em pequena quantidade, limões e outras frutas de caroço, além de abundância de figos <sup>(84)</sup>. Estranha-se que não referisse as explorações hortícolas, em que mais tarde a zona se especializaria.

O trabalho agrícola era a ocupação da maior parte do povo. Das 305 famílias contadas pelo P. Vieira, elevado seria o número de bracais, mas não poucos os lavradores, privilegiados desde D. João I <sup>(85)</sup>, caseiros, rendeiros e demais empregadores, guardadores de gado mado <sup>(86)</sup>, moleiros.

Além desta multidão dedicada ao trato da terra, havia também alguns artífices, e outros profissionais, de cuja existência uma vez ainda se toma conhecimento pelos assentos da paróquia.

Ali se encontram registados pedreiros, sapateiros, barbeiros, alfaiates, tendeiros e até um pescador e um barqueiro.

A exploração da pedreira do conde de Vale de Reis, junto aos Casais de Santa Cruz, possibilitaria a aplicação de alguns braços na obtenção da fina pedra lioz de várias cores que o cura menciona <sup>(87)</sup>.

Aparecem ainda indivíduos com outras diversificadas profissões: um médico, um boticário, um cirurgião, um «homem de negócios» de Lisboa, em vilegiatura em Vialonga e várias categorias de eclesiásticos. Quanto às actividades femininas, excluindo, naturalmente, o trabalho campestre, só são mencionadas as escravas, as criadas, as parteiras e as amas (dos párocos e dos enjeitados do Hospital Real).

As classes altas e as que com elas privavam serviam a magistratura <sup>(88)</sup>, a Igreja e o Exército. Estes cargos eram a maior parte das vezes desempenhados pela nobreza com título. Tais eram o regedor das Justiças, da Casa da Suplicação, erudito e dissonante músico, duque de Lafões, D. Pedro, parente dos soberanos, por ser filho primogénito de um filho legitimado do rei D. Pedro II; o 4.º duque de Cadaval, 6.º marquês de Ferreira e 7.º de Tentugal, cavaleiro professor da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício; o conde de Vale de Reis, capitão de Cavalaria de Alcântara; um cavaleiro professor da Ordem de Cristo e alferes reformado de Cavalaria, criado do duque; um capitão, também cavaleiro do hábito de Cristo; um alferes da «Ordem Santa»; vários outros oficiais «de Cavalos» <sup>(89)</sup>.

A *Memória* perspectiva genealógicas e reflecte a delimitação entre as classes sociais.

<sup>(83)</sup> A laranja lima é completamente desprovida de acidez.

<sup>(84)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 15.

<sup>(85)</sup> Cf. nota 11.

<sup>(86)</sup> Há uma referência ao «criado» de um «cabreiro» da Boca da Lapa (A. N. T. T., Livro 4 de Óbitos, da Freguesia de Vialonga, f. 93 r.).

<sup>(87)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte II, 7.

<sup>(88)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 13: «desembargador Filipe de Abranches».

<sup>(89)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 13: «Francisco Machado, casado com D. Brígida, que dizem ser capitão de Cavalos, em Chaves».

Ao registar os nomes dos paroquianos com elevados lugares na hierarquia social, sobretudo titulados, utilizava sempre formas cerimoniais de nomeação: *Excelentíssimo* ou *Dom*, para nobres e fidalgos; *Dono* ou *Excelentíssima Dona*, para as mulheres das famílias distintas. Noutros casos, são os títulos profissionais prestigiados usados como forma de nomeação. Os mesmos nomes transparecem dos lançamentos escritos pelo P. Vieira nos livros da paróquia.

Uma relevante forma de oponência social é a indicação, nos assentos, de certos predicativos, como: *escravo* (negro, pardo ou mulato, escravo filho de escravo ou de pais gentios), *enjeitado*, *medicante*, *pobre mendicante*. Outra categoria muito significativa neste aspecto é a de *passageiro*. Estes *passageiros* eram, no geral, mendigos que a morte colhia nos caminhos, nos palheiros, no recolhimento. As pessoas com alguma nomeada, quando de visita na freguesia, *assistiam em casa de ou eram hóspedes*.

A população dispunha de hospital <sup>(90)</sup> ou, melhor dizendo, de hospício, onde os peregrinos necessitados eram recolhidos, recebiam agasalho e, muitas vezes, exopravam.

Estas instituições resultavam da efectivação de actos piedosos de particulares ou de associações religiosas, como as confrarias e irmandades.

O hospital de Vialonga, em 1758, era sustentado («reparado») pela Mesa da Irmandade das Almas, estabelecida na Igreja de Nossa Senhora da Assunção, e não possuía quaisquer outros rendimentos <sup>(91)</sup>. A resposta do cura é clara quanto à sua acção: «para o agasalho dos sobreddos» [pobres mendicantes].

A função propriamente hospitalar de tratamento das enfermidades estava fora da sua alçada. Das inúmeras doenças daquela época, poucos casos há explícitos quanto à moléstia que ocasionava a morte: tísica <sup>(92)</sup> e dor de baço <sup>(93)</sup>, acidentes de trabalho («couces de um cavalo») <sup>(94)</sup>. Noutros, é referida a «morte repentina» ou imensas situações em que não eram ministrados alguns dos Sacramentos «por o estado da doença o não permitir». Havia ainda os que eram encontrados mortos — expostos ou mendigos, quase sempre.

Mas não deixou o P. Vieira, na sua resposta, de mencionar um padecimento muito contumaz e importuno — a dor de pedra, a cujo tratamento era favorável a água do Casal do Carapito <sup>(95)</sup>.

O escriba da *Memória* esclarece também que, raspando a pedra em que fora talhada a imagem da Senhora Santa Eulália, obtinha o ermitão um unguento com o qual várias pessoas experimentavam melhoras nos seus padecimentos, sendo muito apropriado para sanar verrugas <sup>(96)</sup>.

<sup>(90)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 11.

<sup>(91)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 11.

<sup>(92)</sup> A. N. T. T., Livro 4 de Óbitos, da Freguesia de Vialonga, f. 71 v. Em 27 de Setembro de 1756, morreu tísico José Bragança, criado do «Duque Regedor», residente na Quinta de Alpriate.

<sup>(93)</sup> A. N. T. T., Livro 4 de Óbitos, da Freguesia de Vialonga, f. 112 v. «Deu sinais de dor de baço».

<sup>(94)</sup> A. N. T. T., Livro 6 de Óbitos, da Freguesia de Vialonga, f. 16 r.

<sup>(95)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 23. Cf. nota 82. Dor de pedra corresponde a cólica renal com litíase.

<sup>(96)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 14. As excrescências cutâneas chamadas *verrugas* também eram por todo o lado tratadas com rezas especiais.

A fonte onde aparecera milagrosamente a imagem da mártir teria, sem dúvida, alguma virtude — por *Fonte da Santa* era conhecida <sup>(107)</sup> —, mas o cura não comentou este ponto.

O manancial corria ainda abundante e de boa qualidade, quando Lino de Macedo o conheceu e lhe trasladou a dedicatória epigráfica <sup>(108)</sup>, gravada a mando de Filipe da Gama, cinco anos depois de escrita a *Memória*.

A inscrição, lapidada numa fina cartela encimada por coroa de rosas e pela cruz de Cristo e circundada de volutas, ainda se encontra implantada no local originário, se bem que o bloco onde se incrustava haja sofrido modernamente alguma depreciação.

A epígrafe consagrou a versão tradicional do aparecimento da imagem, já aflo-rada pelo P. Vieira, no seu escrito:

[...] e se diz aparecera em uma fonte [...] <sup>(109)</sup>.

O literato setecentista, Filipe José da Gama, censor régio pelo Desembargo do Paço, da Secretaria do Estado do Reino, da Academia Real da História, da Academia dos Arcades de Roma e de outras sociedades literárias contemporâneas <sup>(110)</sup>, decidiu perpetuar a lenda em língua latina, que lhe era familiar. E porque a insculptura votiva não tem sido transliterada com todo o rigor, de novo aqui se publica:

D. EVLALIAE EMERITENS  
VET M.  
IMAGO SACRA  
IN SACELLO HVIVS PAGI COLLOCATA  
OLIM IN HOC FONTE  
DIVINITVS APPARVIT  
RES IGITVR MEMORIA DIGNA  
VSQVE AB ANTIQVISSIMIS TEMPORIBVS  
TRADITA  
NULLIS TAMEN CELEBRATA MONUMENTIS  
IN OBLIVIONEM NE QVANDO ABIBET  
GRATI ANIMI CAUSA  
ET VT EIVSDEM V. ET M.  
SOSPITAE AC PATRONAE SVAE  
CVLTVS ET GLORIA EXPLENDE SEPET  
PHILIPPVS JOSEPHVS GAMAE

<sup>(107)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 14: «[...] fonte que se chama da Santa [...]». A nascente continua ainda hoje a ser denominada por *Fonte da Santa*. Situa-se na quinta com o mesmo nome, onde se formou um pequeno aglomerado de casas arrabaldinas de Santa Eulália.

<sup>(108)</sup> LINO DE MACEDO, *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*, Vila Franca de Xira, 1893, pp. 339-340.

<sup>(109)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 14.

<sup>(110)</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XII, Lisboa, s. d., pp. 109-110.

H. L. P.  
ET AETERNITATE DEDICAVIT  
ANNO A. A. CHRISTO NATO  
M DCC LXIII

A emérita Santa Eulália, virgem e mártir, aparecera, naquela fonte, dentro dum relicário, tendo sido ali colocada por obra divina. Dessa tradição, vinda de remotíssimas eras, deveria permanecer memória condigna. Para isso e para que se mantivesse o culto em glória da padroeira, o devoto doador lhe dedicava, para toda a eternidade, aquela lembrança epigráfica, no ano de 1763 após o nascimento de Cristo.

### 3.5. O terramoto de 1755

O quesito de 26 da primeira parte do Interrogatório tinha em vista conhecer os efeitos do terramoto do 1.º de Novembro na região:

Se padeceu alguma ruína no terramoto de 1755, e em quê, e se está reparada?

O cura de Vialonga não forneceu qualquer notícia sobre esta questão, procedimento que, aliás, adoptou noutros passos, aos quais, pressupõe-se, deveria responder negativamente.

É difícil, todavia, perceber este silêncio em relação ao Terramoto. Todos os lugares da freguesia terão ficado ilesos? Na Granja de Alprate, «a um quarto de légua pequena» <sup>(111)</sup>, registaram-se avultados estragos: ruína parte da torre da Igreja de São Sebastião e das habitações ficaram algumas inabitáveis <sup>(112)</sup>.

Nas outras freguesias mais próximas fora muito sentida a calamidade. Unhos, Zambujal, São Julião do Tojal, Póvoa de Santo Adrião e Frielas — as povoações que o prior avistava do terreno da sua igreja <sup>(113)</sup> — sofreram avultados danos.

A pergunta era, todavia, demasiado importante para que o pároco deliberadamente a ignorasse. Não terá, pois, causado quaisquer prejuízos em Vialonga o sismo de 1 de Novembro, já que não impressionou o autor da *Memória*. Parece até que o grande cataclismo nem sequer perturbou a vida religiosa normal dos paroquianos. O P. Vieira baptizou e pôs os santos óleos, nesse mesmo dia, a Francisco, nascido na Verdelha, sendo o padrinho natural do Cabo e a madrinha, da Verdelha <sup>(114)</sup>.

Até ao meado do mês de Novembro, não celebrou o pároco qualquer outro baptizado, mas, no dia 15, pôs os santos óleos a «José que, por causa do tremor de terra que houve, foi baptizado em casa» <sup>(115)</sup>.

<sup>(111)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 4.

<sup>(112)</sup> MARIA MICAELA SOARES, «A Granja de Alprate nas *Memórias Paroquiais* de 1758», *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*, n.º 3, Vila Franca de Xira, 1989.

<sup>(113)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 4.

<sup>(114)</sup> A. N. T. T., *Livro 5 de Baptizados*, da Freguesia de Vialonga, f. 107 v.

<sup>(115)</sup> A. N. T. T., *Livro 5 de Baptizados* da Freguesia de Vialonga, f. 107 v.

Nada reza o assento sobre a residência dos pais desta criança e tão-só a sua naturalidade que não era nenhum lugar da freguesia. Por outro lado, terá a cerimónia do dia 1 decorrido antes das nove horas da manhã e, por isso, toda aquela normalidade?

Verdade seja que, nesse mesmo dia 1, o prior procedeu também ao enterramento de uma menor, residente na Quinta do Serpa <sup>(116)</sup>, não sendo provável que os dois actos coincidissem na hora.

Muito interessante é, contudo, o lançamento, exarado no dia 20 desse mesmo mês, acerca do falecimento de D. Maria Fonseca, viúva de Manuel António Machado que, «por causa do Terramoto», se finara «em casa de Filipe Nunes da Cunha, que demorado estava nas casas de D. António da Silveira» <sup>(117)</sup>. Porque pousaria D. Maria Fonseca nas casas de D. António da Silveira, ou seja, na sua quinta, sita em Vialonga, segundo um outro registo do mesmo livro <sup>(118)</sup>? Será que acompanhara Filipe Nunes da Cunha, em fuga de outro lugar, por temor do Terramoto?

É provável que assim fosse, porquanto, em 20 de Dezembro seguinte, novo assento vem pôr em evidência a procura de Vialonga pelos foragidos ao sismo. O cura enterrou Nazário, escravo, que, «por ocasião do terramoto, se retirou a esta freguesia, porém freguês de Santa Maria Maior da cidade de Lisboa» <sup>(119)</sup>.

Torna-se plausível, deste modo, o desinteresse do prior na resposta ao quesito 26.

Mas uma prova documental existe de que, ao menos, a paróquia nada sofreu com o cataclismo. Trata-se de uma provisão de D. José feita ao juiz e oficiais das três irmandades da Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Vialonga <sup>(120)</sup>. Ali se explica que o templo «não caíra nem experimentara ruína no terramoto do ano de mil setecentos cinquenta e cinco» <sup>(121)</sup>.

Nada mais foi possível apurar, até agora, sobre as consequências do abalo de 1755, na freguesia de Vialonga.

### 3.6 Religião

Deixou o cura Vieira uma relação assaz extensa dos monumentos religiosos da freguesia, alguns dos quais foram desaparecendo no decurso destes dois séculos. Certo é, contudo, que já então dois deles se encontravam arruinados, porventura pela sua antiguidade — uma ermida, na Boca da Lapa, da invocação do Espírito Santo e outra, de Santa Maria Madalena, no Morgado <sup>(122)</sup>.

<sup>(116)</sup> A. N. T. T., *Livro 4 de Óbitos* da Freguesia de Vialonga, f. 59 v.

<sup>(117)</sup> Id. ib., f. 60 v.

<sup>(118)</sup> Id. ib., f. 62 r.

<sup>(119)</sup> Id. ib., ff. 63 r. - 63 v.

<sup>(120)</sup> A. N. T. T., *Chancelaria de D. José I*, L.º 6, ff. 92 r. - 93 r. Este documento será estudado no capítulo seguinte.

<sup>(121)</sup> Id. ib., f. 92 v.

<sup>(122)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 6, 10, 13.

### 3.6.1 A Igreja de Nossa Senhora da Assunção

A igreja paroquial estava, como está, dentro do lugar de Vialonga, sendo seu orago Nossa Senhora da Assunção. Templo de uma só nave, possuía cinco altares: o mor, da padroeira e os de São Miguel, Santa Ana, Nossa Senhora do Rosário e São José, sendo colaterais ao arco triunfal o de São Miguel e o da Senhora do Rosário <sup>(123)</sup> e distribuindo-se os restantes ao longo das paredes do comprimento. No corpo da igreja, existia ainda uma capela da Ordem Terceira de São Francisco <sup>(124)</sup> e, na sacristia, um altar com um crucifixo <sup>(125)</sup>.

Pena foi que o pároco não tivesse feito alusão à capela baptismal, «renascentista, com abóboda conchada e pequeno altar de mármore, datado de 1535» <sup>(126)</sup>, nem ao retábulo seiscentista de talha dourada da capela-mor <sup>(127)</sup>, nem ao púlpito de mármore, com balaustrades. Tampouco referiu os painéis de azulejo da sacristia, da primeira metade do século. Bem se sabe que tal lhe não fora perguntado, mas certos autores de outras *Memórias* não deixaram de assinalar estes aspectos da arquitectura e da decoração das suas igrejas.

<sup>(123)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 6 e Adenda. O P. Vieira, por equívoco evidente, escreveu «Nossa Senhora da Assunção» por «Nossa Senhora do Rosário».

<sup>(124)</sup> É muito vasta a documentação coeva sobre a administração de capelas nesta igreja. Cham-se, entre vários, dois desses documentos, os mais antigos dos que se conhecem. Por contrato de 28 de Fevereiro de 1632, Vicente Amantes, procurador da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, ratificou um assento de 23 de Fevereiro de 1563, no qual ficara exarado que, segundo a vontade do fidalgo Simão de Matos, expressa no seu testamento, deveria ali instituir-se uma capela da invocação de Nossa Senhora das Neves (VITOR SERRÃO, «Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1659)», *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, n.º 90, 1.º e 2.º tomos, Lisboa, 1989, p. 93). Um alvará de D. João V, nomeia, em 2 de Agosto de 1710, Julião Lopes Farto administrador da capela que, na dita igreja, haviam instituído Estêvão Ares e sua mulher, Catarina Martins (Chancelaria de D. João V, L.º 31, f. 332 v.).

<sup>(125)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 6. Este belo crucifixo de marfim, indo-português, encontra-se ainda hoje no mesmo lugar.

<sup>(126)</sup> CARLOS DE AZEVEDO e ADRIANO DE GUSMÃO, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, vol. III, Lisboa, 1963, p. 86.

<sup>(127)</sup> Informa-me Fr. Agostinho de Santa Maria, no início de Setecentos, que, «no meio do retábulo da capela-mor, que é de talha dourada», se via uma muito airoso tribuna onde estava colocada a milagrosa imagem da padroeira, a qual, nos dias em que o Santíssimo estava manifesto naquele lugar, se deslocava para o meio do trono (FR. AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *Santário Mariano*, t. I, Lisboa, 1707, p. 454).



VIALONGA. Igreja de Nossa Senhora da Assunção.



Sete anos depois de o P.<sup>o</sup> Vieira ter escrito o texto, um já citado documento de D. José possibilita conhecer algo mais sobre a Igreja de Vialonga.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em seu nome e no das duas outras irmandades fabriqueiras<sup>(119)</sup>, pretendia da clemência régia a graça de mandar que fosse citada e ouvida nuns autos de execução que contra as três Mesas corriam<sup>(120)</sup>, pelas razões seguintes:

Sucedera que, «havendo necessidade de se edificar de novo a igreja paroquial da dita freguesia, por ser muito pequena»<sup>(121)</sup>, se tinham, a certa altura, comprometido todos os mesários a executarem a ampliação. Não dispondo da verba necessária para a concluir, Carlos Baptista Garvo, arquitecto da obra, lha emprestara, tomada a juro da mão de seu irmão, o padre Eusébio Baptista Garvo. Na escritura da dívida não ficara, porém, menção de que o dinheiro se destinava à conclusão da obra, ocultando-se também o facto de o empréstimo ser feito pelo próprio arquitecto.

Aconteceu que, «edificando ele a igreja, o fizera tão mal e com erros tão crassos de arquitectura que, dentro de um ano, se arruinara e caíra inteiramente por terra, sem haver terramoto nem outra causa intrínseca que causasse a ruína, senão somente a debilidade das paredes que não puderam suportar o peso da abóbada»<sup>(122)</sup>.

Fora, por isso, necessário que as irmandades e a freguesia refizessem à sua conta a nova igreja, que «custara muito cabedal», e fora edificada «segundo as regras da Arte e, por isso, não caíra nem experimentara ruína no terramoto do ano de 1755»<sup>(123)</sup>.

Com a deficiência da primeira construção e as despesas realizadas com a reedificação, sentiam-se os irmãos libertos da dívida, visto ter cessado o encargo «pela ruína da obra que o arquitecto governara e dirigira com aqueles intoleráveis erros que a vieram a arruinar»<sup>(124)</sup>.

Como o dito P.<sup>o</sup> Eusébio Garvo cedera a escritura do empréstimo de juro a Tomás da Silva Freire, que entretanto tinha casado com a viúva do arquitecto Carlos Baptista, o novo possuidor do título reclamara a liquidação do débito, executando as irmandades, as quais não foram citadas nem ouvidas no processo. Desejavam, pois, que dele lhes fosse dada vista para oporem embargos, o que, por impedimento judicial, lhes não fora facilitado. Por isso solicitavam ao rei que fosse a irmandade ouvida na execução com suspensão e nos próprios autos. O monarca, vista a conformidade do que apresentavam, concedeu a mercê, em 21 de Junho de 1765<sup>(125)</sup>.

<sup>(119)</sup> Cinco eram as irmandades instituídas na igreja: Santíssimo Sacramento, Almas, São José, Nossa Senhora do Rosário, Santa Ana, além da capela dos Terceiros (DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 7).

<sup>(120)</sup> A. N. T. T., *Chancelaria de D. José I*, L.º 6, ff. 92 e 93 r.

<sup>(121)</sup> Id., ib., f. 92 r. De notar que a reedificação do templo se terá ficado a dever à circunstância das suas acanhadas dimensões. Sobre este caso, cf. nota 34.

<sup>(122)</sup> Id., ib., f. 92 v.

<sup>(123)</sup> Id., ib., f. 92 v. Cf. nota 111.

<sup>(124)</sup> Id., ib., f. 92 v.

<sup>(125)</sup> Id., ib., f. 93 r.



VIALONGA. Igreja de Nossa Senhora da Assunção. Painel de azulejos da sacristia.

Foi inviável, até ao momento, conhecer o desfecho da desinteligência, mas a presente provisão origina algumas interrogações.

Em que data terá o arquitecto Garvo executado a sua obra de ampliação? E que terá ele mantido da traça da primitiva e pequena igreja?

Quanto à primeira questão, convém evocar uma outra provisão do mesmo monarca, lavrada em 11 de Novembro de 1752, pela qual fez saber ao corregedor José António Cobeiro que, despachando a petição dos fregueses, juizes e demais oficiais da Freguesia de Vialonga, interessados em «reedificar a igreja que se achava totalmente arruinada»<sup>(126)</sup>, nomeava um dos corregedores do Cível da cidade de Lisboa como ministro executor do termo, «pois de outra sorte resultava gravíssimo prejuízo, multiplicando-se as execuções em diferentes ministros».

Em 1752, portanto, mantinha-se o estado ruinoso da igreja, deixado pela construção do arquitecto Carlos Garvo e afirma-se que o desabamento fora completo.

Por outro lado, a reconstrução levada a efeito pelas três irmandades estava concluída antes de Novembro de 1755, visto ter resistido ao terramoto, como afirmavam os irmãos, na petição de 1765.

Em 1751 se terá realizado, por conseguinte, a ampliação de Garvo, que apenas resistiu um ano, ou seja até 1752. Entre esta data e 1755, decorreu a reconstrução definitiva, cuja solidez desafiou o terramoto.

A resposta à segunda interrogação é dada pelo estado actual do templo, onde se encontram vestígios renascentistas — na capela baptismal —, uma abóbada de berço — na sacristia — e vistosos elementos decorativos do século XVII, assim como da primeira metade de Setecentos<sup>(127)</sup>, o que explicará não ter sido a derrocada tão rasa como se afirmava nos dois documentos analisados.

<sup>(126)</sup> A. N. T. T., *Chancelaria de D. José I*, L.º 44, f. 381 v.

<sup>(127)</sup> CARLOS DE AZEVEDO e ADRIANO DE GUSMÃO, *ob. cit.*, pp. 86-87.

É imperioso, porém, confrontar estes elementos com a notícia do *Santário Mariano*<sup>(128)</sup>:

[...] A paróquia deste lugar é tão antiga que se não sabe dizer nada do seu princípio e dizem os oficiais que trabalharam na igreja nova, que se reedificou e foi de novo em o mesmo lugar há mais de vinte e cinco anos, que havia mais de trezentos que a outra era feita e também esta pode bem ser não fosse a primeira [...].

Assim sendo, a matriz de Vialonga que Fr. Agostinho e Carvalho da Costa conheciam teria sido reedificada cerca de 1680 e terá substituído a antiga ermida construída pelos moradores em 1390, segundo a tradição.

Terá sido então o templo seiscentista, tornado pequeno para as exigências do culto, que o arquitecto Garvo reformulou, cerca de 1751 e cuja ruína, mal passado um ano, originou a reconstrução anterior a 1755. É, assim, presumível que a actual paróquia de Vialonga seja a quarta versão do templo primitivo.

Seguindo o *Santário*, fica a saber-se mais que a miraculosa imagem de Nossa Senhora da Assunção era de madeira estofada e não correspondia à primeira figuração da padroeira que, devido aos estragos do tempo, fora suprimida do altar, haveria perto de quarenta anos, ou seja, à volta de 1665. Apesar disso, os moradores veneravam de igual modo as duas imagens da Senhora, às quais atribuíam grandes prodígios. A mais antiga peregrinava pelas casas dos enfermos e assistia, com milagrosos sucessos, às parturientes<sup>(129)</sup>.

### 3.6.2. Convento

«Se na freguesia existiam conventos, de que religiosos ou religiosas e quem eram seus padroeiros» — inquiria-se.

A isso respondeu o relator que, dos dois conventos instalados no distrito da freguesia, um era de «religiosos Capuchos de Santo António da Cidade» e outro, de «religiosas de São Francisco da Cidade», sendo Gonçalo Xavier de Alcáçova padroeiro do primeiro dos colégios<sup>(130)</sup>, e ao que ouvia dizer, a «rainha Nossa Senhora», do segundo. Apenas indicou a invocação do mosteiro das Claristas numa adenda ao texto<sup>(131)</sup>, não referindo nunca a dos Capuchos.

Carvalho da Costa anota, contudo, os dois oragos, nomeando Nossa Senhora do Amparo, para o dos frades. E não só alude à invocação desta Casa Nova da Capucha de Santo António e ao número de residentes — 16 frades —, mas também descreve a «fermosa imagem de vulto da Senhora», muito venerada pelos seus milagres. Conta ainda que na igreja daquele cenóbio existia um espinho da coroa do Senhor, com mais outras reliquias, e nela se conservava, «por constante tradição, o devoto crucifixo que foi diante do pai de Santo António, quando ia a padecer»<sup>(132)</sup>.

O P.<sup>o</sup> Vieira não deixou de mencionar a reliquia do espinho, com certa segurança,

<sup>(128)</sup> FR. AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *Santário Mariano*, t. I, Lisboa, 1707, p. 454.

<sup>(129)</sup> Id., ib., pp. 454-455.

<sup>(130)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 10. Era padroeiro do convento, como disse o P.<sup>o</sup> Vieira no seu escrito, Gonçalo Xavier de Alcáçova, que o recebeu de seu pai, Gonçalo da Costa de Meneses, herdeiro da Casa por morte dos sucessores directos (*Corografia Portuguesa*, t. III, p. 597).

<sup>(131)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Adenda.

<sup>(132)</sup> ANTONIO CARVALHO DA COSTA, *ob. cit.*, p. 396.

mas quanto ao crucifixo lançou a seguinte nota, donde transparece alguma incredulidade<sup>(133)</sup>:

[...] um crucifixo que dizem acompanhar ao pai de Santo António quando ia a enforcar.

O *Mapa de Portugal*, remetendo para a *Corografia Portuguesa* e para o *Santário Mariano*, não faz a mínima referência a qualquer destas devoções<sup>(134)</sup>.

Fr. Agostinho de Santa Maria, em boa verdade, também não, apesar do seu reconhecimento misticismo<sup>(135)</sup>, não sendo presumível que as duas piedosas lendas só tenham eclodido após a sua investigação. Carvalho da Costa, em 1712, aponta-as já com muita convicção.

Numa baixa, distante meio quilómetro do lugar da Verdelha, foi fundado por D. Pedro de Alcáçova Carneiro, conde, alcaide-mor e senhor da vila de Idanha-a-Nova e também vedor da Fazenda de el-rei D. João III, o Convento de Nossa Senhora do Amparo, e nele empossada uma pequena comunidade de recoleitos Capuchos, antes de meado do século XVI, exactamente em 1546<sup>(136)</sup>. Foi o recolhimento — já se disse — também identificado como Casa Nova, por ter sido um dos primeiros que em Portugal possuiu a Província de Santo António<sup>(137)</sup>.

Naquele lugar existira outrora uma casa de Observantes que a haviam deixado muito arruinada. O antigo edifício fora, por isso, «reformado»<sup>(138)</sup> pelo vedor<sup>(139)</sup> do Piedoso que, ao reedificá-lo, guardava a devoção de seu tio, Fernando de Alcáçova.

Fr. Agostinho deixou trasladada a inscrição de uma lápide que se encontrava na parte superior do alpendre da igreja, da qual constava a história da fundação<sup>(140)</sup>:

Este Convento, da Ordem de São Francisco da Província de Santo António, fundou e acabou D. Pedro de Alcáçova Carneiro, conde e senhor de Idanha-a-Nova do Conselho de Estado e vedor da Fazenda por mandado de D. Fernando de Alcáçova seu tio, irmão de sua mãe, que o perfilhou na hora da morte e nomeou por seu universal herdeiro. Ano de 1546.

O convento fora implantado em terrenos de ampla quinta do dito Pedro de Alcáçova.

<sup>(133)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Adenda.

<sup>(134)</sup> JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, *ob. cit.*, 2.ª ed., t. III, Lisboa, 1763, pp. 489-491.

<sup>(135)</sup> *Santário Mariano*, t. I, Lisboa, 1707, pp. 455-456.

<sup>(136)</sup> FR. AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *ob. cit.*, t. I, pp. 455-456. FR. FERNANDO DA SOLEDADE, *História Seráfica da Ordem de São Francisco na Província de Portugal*, t. IV, Lisboa, 1709, pp. 665-670; ANTONIO CARVALHO DA COSTA, *ob. cit.*, t. III, pp. 596-597; JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, *ob. cit.*, t. III, p. 490; AUGUSTO SOARES DE AZEVEDO BARROSA DE PINHO LEAL, *ob. cit.*, vol. X, pp. 294-295; LINO DE MACEDO, *ob. cit.*, pp. 336-337; FRANCISCO CÂNCIO, *Ribeirão, Monografia Ilustrada*, Lisboa, 1929, pp. 314-315; Id., *Ribeirão Histórico e Monumental*, Santarém, 1939, pp. 403-406; RUI PARREIRA, «Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira», *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*, n.º 1, Vila Franca de Xira, 1985, p. 112.

<sup>(137)</sup> Sobre este assunto, cf. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, nova edição, preparada e dirigida por DAMILÃO PERES, vol. I, Porto, 1967 pp. 333-334 e vol. II, Porto, 1968, pp. 146-151.

<sup>(138)</sup> FR. AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *ob. cit.*, t. I, p. 455.

<sup>(139)</sup> Pedro de Alcáçova Carneiro era filho de D. Brites de Alcáçova e de António Carneiro, capitão da ilha do Príncipe e secretário de D. João III (*Corografia Portuguesa*, t. III, Lisboa, 1712, p. 597).

<sup>(140)</sup> FR. AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *ob. cit.*, p. 455.

çova, que a tinha edificando em 1533, conforme constava de uma tarjeta, «obra de meio relevo», afixada num dos umbrais do portal que dava para a sala <sup>(140)</sup>.

No piso térreo, pode ainda ver-se uma sala de abóbada com nervuras e uma coluna de mármore com capitel decorado. Na face exterior sul, uma elegante fachada com duas janelas. Avulram ainda um majestoso portão de acesso, que ostenta a data de 1579; no interior do pátio, adalutrado por reconstruções recentes, um lago, cuja parede exterior é forrada de azulejos brancos e azuis, dispostos em losango e ali colocados no século passado; no remanescente do jardim, um outro lago com capela central muito curiosa. Esta quinta, que vem muitas vezes referenciada nos livros paroquiais da responsabilidade do P. Vieira, designada por «Quinta de D. Francisco de Noronha, junto ao Convento dos Capuchos» <sup>(141)</sup>, é hoje conhecida por Quinta do Caldas e foi adquirida aos condes de Mendia pelos antepassados dos actuais proprietários.

Depois de extintas as ordens religiosas, e após querela entre a condessa de Lousã, representante dos fundadores, e o Estado, passou o convento dos frades Capuchos, com sua igreja e cerca, para a posse de um morador na Verdelha, que profanou a igreja e desfigurou o conjunto <sup>(142)</sup>, o qual sofreu posteriormente outras modificações, pelo que raros vestígios permanecem e, tão-só, do século XVIII.

Na nota que deixou no final do seu texto, para corrigir o lapso acerca do «modo das igrejas», esclareceu o cura que a dos Capuchos tinha uma só nave, com dois altares colaterais — de São Francisco e de Santo António — e uma capela de Nossa Senhora do Rosário, que administrava D. Maria Leonor ou a casa de D. João Manuel da Costa <sup>(143)</sup>. Não relacionou, todavia, a devota imagem da mãe de Deus que era a invocação da casa. Nossa Senhora do Amparo prodigalizava maravilhas sem conta, testemunhadas pelos frades e pelas inúmeras memórias de cera que se viam na sua capela <sup>(144)</sup>, tendo alcançado grande notoriedade o feliz sucesso ocorrido com a nau em que seguia o venerável provincial da Ordem, Fr. João de Santo Tomás, no ano de 1700, a caminho de Roma, no auge de uma tempestade. Prometendo à Virgem a realização de uma festa, quando regressasse, logo a tormenta aplacou. O voto foi cumprido, festejando-se a Senhora, daí em diante, no dia 2 de Julho de cada ano <sup>(145)</sup>.

Colocada no meio do retábulo do altar-mor, era «de rica e soberana escultura e de tanta formosura» que tocava o coração de todos os que a olhavam <sup>(146)</sup>. De madeira estofada, com sete palmos de estatura, sustentando o Menino no braço esquerdo, havia-a talhado um «vignine escultor da mesma Província», quarenta anos antes de Fr. Agostinho a ter contemplado <sup>(147)</sup>. Possuía um riquíssimo manto guardado de pedraria e ostentava, na cabeça, um grande resplendor de prata dourada, como o seu divino Filho.

<sup>(140)</sup> Id., ib.

<sup>(141)</sup> Cf. notas 69 e 79.

<sup>(142)</sup> AUGUSTO SOARES DE AZEVEDO BARBOSA DE PINHO LEAL, *ob. cit.*, vol. X, p. 295.

<sup>(143)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Adenda.

<sup>(144)</sup> FR. AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *ob. cit.*, t. I, p. 455.

<sup>(145)</sup> Id., ib.

<sup>(146)</sup> Id., ib.

<sup>(147)</sup> Id., ib.

O segundo colégio da freguesia, também da Ordem de São Francisco, era intitulado Convento de Nossa Senhora dos Poderes, e o seu padroado, ao que o prior ouvia dizer, pertencia à «Rainha Nossa Senhora» <sup>(148)</sup>.

Fundara-o D. Brites de Castelo Branco, numa quinta que, em Vialonga, possuía seu pai, Heitor Mendes Valente, alcaide-mor de Terena <sup>(149)</sup>.

Algo repetitivas são as descrições dos vários estudos sobre a criação do mosteiro e baseadas, essencialmente, no *Hagiológico Lusitano*. Ao que sei, só Lino de Macedo transcreveu parte de um códice da Biblioteca Nacional de Lisboa que ao assunto se refere. Trata-se do «Livro que contém em si a fundação e rendas deste Convento de Nossa Senhora dos Poderes da Ordem de Santa Clara de Vila Longa, termo da cidade de Lisboa, no ano de 1621» <sup>(150)</sup>.

Foi a peça original <sup>(151)</sup> manuscrita em 1615, pela escritã do convento, soror Joana Evangelista, quando era abadesa da sobrinha da fundadora, madre Maria da Encarnação. Em 1621, foi encadernado o texto, ao qual se acrescentaram listas das religiosas que viveram no mosteiro, pelo menos até 24 de Outubro de 1681, data em que o provincial, Fr. Manuel de Santiago, taxou o número de freiras e educandas que ali poderiam ser sustentadas <sup>(152)</sup>.

A crónica, da responsabilidade da irmã Joana Evangelista, esclarece que a fundadora, D. Brites de Castelo Branco, fora dama da infanta D. Isabel (filha do Venturoso) e mulher de António da Silveira que, pelo casamento, recebeu a alcaidaria de Terena. Por falecimento do marido, recolheu-se a Vialonga, numa quinta de seu pai, onde, em 1562, instituiu um recolhimento <sup>(153)</sup>. Por bula de Gregório XIII, papa a partir de 1572, o convento que, desde 1563, dava obediência ao bispo de Lisboa, passou a dá-la à Província de Portugal. O pontífice «mandou e rogou ao senhor infante e cardeal D. Henrique que, naquele tempo, era protector de toda a Ordem de nosso serafico P.º São Francisco, admitisse o dito convento à sua protecção e amparo, para que nenhum inferior seu o pudessem encontrar, contradizer ou anexar, e assim ficou a fundação firme e segura» <sup>(154)</sup>.

<sup>(148)</sup> DOCUMENTO N.º 2, Parte I, 10 e Adenda.

<sup>(149)</sup> JORGE CARDOSO, *Hagiológico Lusitano*, t. I, Lisboa, 1632, p. 201 e t. II, Lisboa, 1639, p. 223; FR. AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *ob. cit.*, t. I, pp. 437-439; ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA, *ob. cit.*, t. III, p. 596; FR. FERNANDO DA SOLEDADE, *História Seráfica* [...], t. V, Lisboa, 1721, pp. 86-129; JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, *ob. cit.*, t. III, pp. 490-491; AUGUSTO SOARES DE AZEVEDO BARBOSA DE PINHO LEAL, *ob. cit.*, vol. X, pp. 321-322; LINO DE MACEDO, *ob. cit.*, pp. 337-339; FRANCISCO CÂNCIO, «As milagrosas Imagens do Convento de Nossa Senhora dos Poderes», *Ribeirão, Casos e Tradições*, vol. II, s. l., 1949, pp. 366-372; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, nova ed., preparada e anotada por DAMIÃO PERES, vol. II, Porto, 1968, p. 151; RUI PARREIRA, *ob. cit.*, p. 115.

<sup>(150)</sup> Cf. nota 68.

<sup>(151)</sup> B. N. L., RES. Cód. 8591, 61 ff. numeradas.

<sup>(152)</sup> Entre elas, contava-se uma supranumerária, soror Maria da Glória, cuja genealogia inspirou a D. Francisco Mascarenhas Henriques uma galante composição a que deu o título de *Conas maravilhosas e razões extraordinárias que sucederam para chegar a uma poder a muito esclarecida e endossada genealogia da senhora Maria da Glória, religiosa no Mosteiro de Vialonga* (B. N. L., RES. Cód. 6311, ff. 75 v.º - 89 r.º).

<sup>(153)</sup> DOCUMENTO N.º 3. Sobre este assunto, cf. JORGE CARDOSO, *Hagiológico Lusitano*, já citado e FR. AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *ob. cit.*

<sup>(154)</sup> B. N. L., RES. Cód. 8591, ff. 2 r.º - 2 v.º. Em 1590, professavam as monjas a regra de Santa Clara (FORTUNATO DE ALMEIDA, *ob. cit.*, p. 15).

D. Brites conseguiu ainda apoio da rainha D. Catarina, «que naquele tempo governava por el-rei D. Sebastião, seu neto» <sup>(155)</sup>, tendo-lhe lançado o hábito D. Marcos de Lisboa, depois bispo do Porto, religioso dos Recolectos de Santo António, sendo geral da Ordem o sucessor de Fr. André de Insua, «ao qual se não sabia o nome por ser das partes de Itália» <sup>(156)</sup>.

A excelente senhora, que ficou a chamar-se soror Brites de São Francisco, legou ao convento todos os bens de raiz que possuía. Todo o seu dinheiro e móveis, «que eram muitos» <sup>(157)</sup>, foi consumindo nas obras da construção, tendo contado ainda com a ajuda do infante D. Duarte, filho de D. Manuel, para a edificação da capela-mor. O dito benfeitor tinha-se constituído patrono do mosteiro, prometera dotação e fazê-lo muito sumptuoso, mas a morte «atallou a tudo» e, assim, D. Brites foi a sua única dotadora.

Na base do voto da ilustre dama esteve uma revelação celeste, a qual lhe representara, em sonhos e nas mãos de um anjo, o hábito franciscano <sup>(158)</sup>.

Era de tal modo despreendida das pompas terrenas que não deixou qualquer obrigação acerca de legados perpétuos, nem outros actos piedosos para si, desejando apenas que seu pai e descendentes ficassem sepultados no cruzeiro da capela-mor.

As religiosas, por seu alveldo, é que lhe faziam todos os anos, «passado o dia da memória dos defuntos», um solene ofício cantado de nove lições, com missa e responso. A insigne prelada, que foi abadesa durante vinte e nove anos, em sucessivas reeleições trienais, faleceu em 18 de Março de 1593.

Um aspecto interessante relativo a este convento tem sido o encarceramento da modestia dos seus recursos, o que terá provocado a decadência do edifício e a retirada das freiras para o vizinho Mosteiro de Nossa Senhora da Anunciada, do lugar de Suberra, também de monjas clarianas <sup>(159)</sup>.

A situação de ruína do imóvel seria completa quando, no terceiro quartel do século passado, o terreno foi arrematado em hasta pública <sup>(160)</sup>.

O falado manuscrito da escritã da comunidade obriga a reflectir sobre a decadência indigência do mosteiro. Diz a notícia <sup>(161)</sup> que a Casa, sem privilégios reais <sup>(162)</sup>, porque para a fundadora só os do Céu contavam, tinha conseguido certo acréscimo nos seus bens, através das muitas obras realizadas e das oficinas estabelecidas. Tudo devido aos favores do Céu e aos dotes das religiosas. Do próprio livro consta uma relação das rendas e foros anuais correspondentes aos bens com que a fundadora tinha dotado o recolhimento, de que tudo existiam títulos e escrituras no cartório. Esse dote incluía vastas propriedades em Terena — herdades, celeiros, hortas, olivais —, além da quinta onde fora instalado.

<sup>(155)</sup> Id., ib., f. 2 v.

<sup>(156)</sup> Id., ib.

<sup>(157)</sup> Id., ib., f. 3 r.

<sup>(158)</sup> «E isto contou por testemunho da própria fundadora, e se achava em bula crónica da ordem, que mandou fazer o R.º Fr.º Francisco de Góngora, sendo geral da ordem» (B. N. L., RES. Cód. 8591, f. 3 v.). Cf. FR. FRANCISCO GÓNGORA, *De Origine Semphice Religione Franciscana*, parte III, cap. 17.

<sup>(159)</sup> AUGUSTO SOARES DE AZEVEDO BARBOSA DE PINHO LEAL, *ob. cit.*, vol. X, pp. 321-322.

<sup>(160)</sup> Id., ib., p. 322.

<sup>(161)</sup> *Ob. cit.*, ff. 3 v.º - 4 r.

<sup>(162)</sup> Cf. nota 148.

Tinha o convento outros bens, provenientes dos dotes das madres, em Benavente, Barcarena, Sobral, Torres Vedras, Pêro Negro, Assiceira Grande, Milharado, Enxara do Bispo e outros lugares da Estremadura, incluindo a cidade de Lisboa e a própria freguesia de Vialonga, entre os quais se contavam um casal em «Santa Olávia» e terras junto aos seus próprios muros <sup>(163)</sup>. No pédo do mosteiro, funcionava uma atafona que aduzia considerável rendimento para o colégio <sup>(164)</sup>.

Disponha ainda de capitais a juro, de alguma propriedade urbana e de percentagens nos vinhos de Lisboa, no tabaco, na cabana do pescado do duque de Bragança <sup>(165)</sup>.

É curioso atentar no valor relativo da compra de juros à Câmara de Lisboa, feita pelas freiras de Vialonga, em 1619, por altura da vinda de Filipe III a Portugal <sup>(166)</sup> e, mesmo, na posição que ocupavam entre os seus pares nessa aquisição <sup>(167)</sup>.

Quanto à penúria das monjas <sup>(168)</sup> na sua ração alimentar <sup>(169)</sup>, convirá recordar aqui que, em tempo de Filipe o Grande, foi passado ao mosteiro um alvará para poderem matar uma rês em cada semana <sup>(170)</sup>, o que não reflecte indigência total.

O manuscrito de soror Maria Evangelista denuncia, ao invés, apreciável desafio no tocante à existência de viveres provenientes das rendas das propriedades conventuais, bem como à posse de elevadas somas em dinheiro.

Em 1615, o rendimento anual, em numérico, era de 506 660 réis, importância que não incluía as comendas das meninas que estavam por «causa educationis», visto não constituírem renda perpétua <sup>(171)</sup>.

Em cereal, receberam as freiras 23 moios e 24 alqueires, dos quais, é certo, entregaram uma pequena porção às recolhidas dotadas.

Verdade seja que, em 1632, durante o abastecimento de madre Maria da Encarnação e sendo provisor da Ordem Fr. João de São Bernardino, foi autorizada a venda das herdades do Alentejo, pelo preço de quatro mil cruzados em dinheiro de contado, verba que se aplicou, em parte, na aquisição de 8 moios e 40 alqueires de trigo, sendo o excedente constituído em rendimento.

No ano seguinte, foram alienadas umas casas sitas à Caldeiraria de Lisboa; em 1635, já com a madre Maria da Apresentação como abadesa, vendeu-se uma quinta para

<sup>(163)</sup> *Ob. cit.*, ff. 7 r.º - 10 r.

<sup>(164)</sup> *Ob. cit.*, f. 9 v.

<sup>(165)</sup> *Ob. cit.*, ff. 10 v.º - 11 v.

<sup>(166)</sup> EDUARDO FREIRE DE OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, t. II, Lisboa, 1885, pp. 489-492.

<sup>(167)</sup> JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal (1580-1640)*, vol. IV, Lisboa, 1979, p. 89.

<sup>(168)</sup> Que eram cerca de oitenta, em 1712 (ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA, *ob. cit.*, vol. III, p. 596).

Em 1681, tinha sido contado pelo provincial Fr. Manuel de Santiago o seguinte número de recolhidas (Cód. cit., f. 18 r.): 48 freiras professas; 2 noviças para fazerem profissão; 3 donzelas para entrarem em noviçado; 8 meninas que se criavam «causa educationis». Acrescenta a nota que a Casa estava taxada no número de 30 freiras, mas, com efeito, albergava muito mais gente, entre recolhidas, educandas, servidas da comunidade e assistentes religiosas.

<sup>(169)</sup> JORGE CARDOSO, *Hagiológico Lusitano* (opud FRANCISCO CÂNCIO, *Ribeirão, Casos e Tradições*, vol. II, s. l., 1949, pp. 367-368).

<sup>(170)</sup> A. N. T. T., *Chancelaria de Filipe III*, L.º I, f. 257.

<sup>(171)</sup> A. N. T. T., RES. Cód. 8591, F. 14 r.



acudir às obras do coro, do miradouro, do campanário dos sinos e das varandas». Pouco depois, desfaziam-se as freiras de umas «casas ao Chiado», em Lisboa, pelo montante de trinta e cinco mil réis, a «reito aberto»<sup>(172)</sup>. Parece, pois, que durante cerca de três quartos de século, terá sido considerável a opulência do mosteiro; a decadência iniciou-se-ia com as transferências patrimoniais feitas pela sobrinha da doadora, madre Maria da Encarnação, até que, em 1874, não restava do mosteiro pedra sobre pedra.

Dele remanesce, hoje, uma quadra contígua a um portal, adornado, na parte superior, por elegantes enlaxamentos de cantaria e encimado por uma cruz de ferro. Transposta a entrada, notam-se restos de uma nora e do tanque adjacente, além dos muros que, em tempo, circundavam todo o espaço.

O redactor da *Memória* alude de modo fugaz à igreja do mosteiro, indicando dois altares colaterais, dedicados um a São João Baptista e outro a São João Evangelista. A capela-mor presidia Nossa Senhora dos Poderes, a invocação da comunidade por vontade de Pio IV, que recusara a proposta de D. Brites, a qual desejava fosse Nossa Senhora da Encarnação<sup>(173)</sup>. Fr. Agostinho de Santa Maria tinha já explicado que, no do lado do Evangelho, estava São João Evangelista, em pintura a fresco<sup>(174)</sup>. No do lado da Epístola, também pintado a fresco, como, aliás, toda a capela<sup>(175)</sup>, existia uma representação da *Fuga para o Egipto*. Todo este lavor era de excelente mão<sup>(176)</sup>, acrescenta o mesmo autor, pelo que a igreja seria muito rica em pintura, alguma do pintor régio Bento Coelho da Silveira, a quem as freiras, constituídas em irmandade, terão mandado fazer um quadro também alusivo ao mistério do Desterro<sup>(177)</sup>.

Era muito milagrosa a imagem da padroeira e por ela nutriam grande devoção as gentes de Vialonga e populações vizinhas. Em igual plano estava a já aludida Senhora do Desterro, uma antiga pintura «pintada em pano» de Nossa Senhora do Rosário, na capela da quadra direita do coro, na varanda<sup>(178)</sup> e, ainda, Nossa Senhora do Presepio, em capela sua, na frontaria do coro, sobre as cadeiras das preladas<sup>(179)</sup>.

Um alvará de 20 de Fevereiro de 1717<sup>(180)</sup> concedeu a administração de uma capela instituída no mosteiro pela religiosa Maria Antónia de São João, que se sabe ter sido

(172) Id. *ib.*, ff. 26 v. - 27 v. *Venda a retro* é a que é efectuada com a condição de o vendedor poder desfazer o contrato, restituindo o preço recebido.

(173) FR. AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *ob. cit.*, p. 440.

(174) Id. *ib.*, p. 440.

(175) Que parece ter inicialmente estado na cabeceira de um cemitério com duas naveas para sepultura das religiosas.

(176) Id. *ib.*, p. 442.

(177) Id. *ib.*, p. 441. Bento Coelho da Silveira, pintor régio de óleo, por carta de 10 de Setembro de 1678, do regente D. Pedro, deixou uma obra muito vasta por todo o país e nas colónias, tendo executado dezasseis telas para a Igreja de São João Baptista, em Alhandra (MARILIA NUNES, «Um Pintor Seiscentista: Bento Coelho da Silveira», *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, n.º 87, 2.ª t., Lisboa, 1981, pp. 59-69).

(178) FR. AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *ob. cit.*, pp. 443-444.

(179) Id. *ib.*, pp. 444-446. Sobre as imagens do Convento de Nossa Senhora dos Poderes, cf. FRANCISCO CÂNCIO, «As Milagrosas Imagens do Convento de Nossa Senhora dos Poderes», *Ribeirão, Casos e Tradições*, vol. II, t. 1, 1949, pp. 366-372.

(180) A. N. T. T., *Chancelaria de D. João V*, L.º 47, ff. 366 r. - 366 v.

abadessa em finais do século XVII, e ali ter fundado o altar de Nossa Senhora do Rosário<sup>(181)</sup>. O interesse do registo está no facto de atribuir a invocação da capela a Nossa Senhora da Conceição, identificando-a, portanto, com a Senhora do Rosário.

### 3.6.3. Ermidas

O cura Vieira inventariou catorze ermidas<sup>(182)</sup>, anotando o aspecto ruinoso de duas delas: a que se dizia ter sido dedicada ao divino Espírito Santo, na Boca da Lapa, de que era senhorio Gonçalo Xavier de Alcáçova; e a de Santa Maria Madalena, no Morgado, pertencente a D. Antónia Resende, viúva de D. Alexandre.

Na Boca da Lapa, existia uma outra ermida, cuja invocação o cura não especificou, e era pertença de D. Maria Isabel, filha de João Rodrigues Carão.

No Morgado, havia mais duas, para além da de Santa Maria Madalena; uma, de São João Baptista, na quinta do P.º António Francisco Xavier, que vivia de suas fazendas<sup>(183)</sup>; outra, de Nossa Senhora da Conceição, na quinta de António Couceiro<sup>(184)</sup>.

Uma segunda ermida de São João Baptista estava sediada no termo da freguesia. Era na quinta do desembargador Filipe de Abranches, no lugar de Mogos.

Dentro do lugar de Vialonga, duas se levantavam: a de Nossa Senhora da Penha de França, de Francisco Machado, que diziam ser «capitão de Cavalos, em Chaves»; e a de Santo António, a qual fora de António Bravo da Gama e então pertencia aos herdeiros de João de Sousa de Sampaio, seu cunhado.

No Cabo, a de São Sebastião, anexa à freguesia, e que era do povo; no lugar de Santa Eulália, a que era consagrada à mártir do mesmo nome, também anexada e com os fregueses por senhorios; na Verdinha, na quinta de D. José Botelho, a de Nossa Senhora do Rosário.

Mas as de maior reputação eram, sem dúvida:

A de Santo António, na Quinta da Flamenga, de que era titular o conde de Vale de Reis, que tinha «Sacramento e todo o necessário para qualquer festividade»; João Baptista de Castro afirma ser aquela uma das ermidas mais nobres e asseadas que tinha visto, atribuindo-lhe como orago Nossa Senhora da Graça<sup>(185)</sup>.

Esta mesma Senhora é, porém, indicada pelo cura Vieira como invocação da ermida do duque de Cadaval, em Alfaroabeira, enquanto Baptista de Castro afirma sê-lo Nossa Senhora das Mercês<sup>(186)</sup>, merecendo maior credibilidade a notícia de Vieira.

Uma outra ermida notável era a de Nossa Senhora dos Prazeres, na quinta do duque de Lafões, em Alpriate.

(181) Cf. nota 178.

(182) DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 13. JOÃO BAPTISTA DE CASTRO (*ob. cit.*, p. 491) mencionou duas somente: a de Alfaroabeira e a da Flamenga; ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA (*ob. cit.*) não relacionou nenhuma.

(183) Cf. nota 25.

(184) A capela, cujas ruínas hoje se encontram no sítio chamado das Conchas poderá ter sido uma destas três invocações: Santa Maria Madalena, São João Baptista ou Nossa Senhora da Conceição, não tendo sido possível proceder à identificação exacta.

(185) JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, *ob. cit.*, p. 491.

(186) Id. *ib.*

Só num destes lugares se registavam romagens — no de Santa Eulália. Acudiam ali duas e, curiosamente, uma delas ocorria na segunda oitava do Espírito Santo, realizando-se a outra no dia da santa, a 13 de Dezembro<sup>(187)</sup>.

Os festejos nos três dias do Divino Paralelo incluíam feira; mas só na segunda oitava, coincidente com o terceiro dia, em que, simultaneamente, a santa era homenageada pelos seus devotos, havia verdadeiras transacções, em especial de gado.

Uma nota muito importante é a que respeita à distribuição de bodo em honra da santa, na data da sua festividade.

### 3.7. Figuras insígnies

Inquiria-se no número 18 da 1.ª parte do Interrogatório «se havia memória de que tivessem florescido, na freguesia, alguns homens insígnies, por virtudes, letras ou armas».

Respondeu o pároco que, conquanto natural de Lisboa — Freguesia de Nossa Senhora dos Mártires<sup>(188)</sup> — crescera na Verdinha aquele que veio a ser arcebispo de Braga, o venerável D. Fr. Bartolomeu dos Mártires<sup>(189)</sup>.

«Perfeita cópia dos prelados da primitiva Igreja, imortal crédito da hierarquia eclesiástica e sublime ornato da Religião Dominicana» — como o definiu o abade da Igreja de Santo António de Sever, Diogo Barbosa Machado<sup>(190)</sup>.

Foram seus pais Domingos Fernandes e Maria Correia, que residiram no lugar da Verdinha, em local até agora não identificado.

O autor da *Memória* afirma que, sobre a porta da casa onde habitava, teria o milagroso bispo colocado «uma cruz de azulejo», executada por suas próprias mãos<sup>(191)</sup>. Nada resta hoje de tal cruz, nem sequer a lembrança do ilustre azulejador.

Diz o prior de Vialonga constar ao lugar que o virtuoso prelado obrara um milagre, quando era ainda menino<sup>(192)</sup>. A ingenuidade e o ruralismo da lenda merece relevo especial, razão por que aqui fica sumariada<sup>(193)</sup>.

Sendo criança, sua mãe recomendara à sua guarda uma galinha com pintos. Para obter a que se desencaminhassem, o menino atou-os uns aos outros, tendo sido logo arrebatados por um corvo. Ao verificar o facto, ordenou ao predador que lhes devolvesse, ao que a ave prontamente terá obedecido.

Acrescenta mais o P.º Vieira que este caso andava na memória dos moradores do lugar, tradição que, lamentavelmente, se perdeu de todo. Ninguém já para a recordar, nem qualquer outro prodígio da piedosa criança.

(187) Ocorrendo a festa em Dezembro, como expressamente relata o texto do cura, a celeste homenagem era Santa Eulália de Mérida, de cujos feitos há notícia desde o século IV (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. X, Lisboa, s. d., p. 633).

(188) Onde foi baptizado em Maio de 1514 (FORTUNATO DE ALMEIDA, *ob. cit.*, p. 599).

(189) DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 18.

(190) DIOGO BARBOSA MACHADO, *Biblioteca Lusitana*, t. I, Lisboa, p. 464.

(191) DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 18.

(192) Ensinia DIOGO BARBOSA MACHADO (*ob. cit.*, p. 464) que a criança nascera com uma cruz relevada no mão direita, florida com quatro flores-de-lis, semelhante a do escudo de armas da Ordem dos Pregadores, o que constituiria antecipado sinal da sua escolha religiosa.

(193) DOCUMENTO N.º 2, Parte 1, 18.

O consagrado orador e autor de obras sacras tornou-se notado no Concílio de Trento, onde «fez uma eloquentíssima invectiva cheia de doutrina e zelo cristão contra o fausto e vaidades com que viviam alguns prelados e outros eclesiásticos»<sup>(194)</sup> — refere o seu principal biógrafo e apurado estilista que foi Fr. Luís de Sousa. Faleceu em 16 de Julho de 1590, aureolado de santidade<sup>(195)</sup>.

### NOTA FINAL

Se estes desgarrados apontamentos puseram em evidência algumas marcas do viver setecentista de Vialonga, nos domínios económico, social e religioso, terá valido a pena compendiá-los, porque, como repetia Martins Sarmiento, «o passado está mais perto de nós do que geralmente se imagina»<sup>(196)</sup>.

(194) FR. LUÍS DE SOUSA, *Vida do Arcebispo*, com prefácio e notas de AGOSTINHO DA SILVA, Lisboa, 1977. A 1.ª edição da obra foi executada em Viana do Castelo, em 1619, e custada pela mesma cidade.

(195) FORTUNATO DE ALMEIDA, *ob. cit.*, p. 600.

(196) F. MARTINS SARMENTO, «A Arte Mística no Noroeste da Hispânia», *Portugalia*, t. I, n.º 1, Porto, 1906, p. 3.





ANTIGUIDADES DO MODERNO CONCELHO  
DE VILA FRANCA DE XIRA

*Lino de Macedo*

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

FICHA TÉCNICA

Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira (2.ª ed.)  
Autor: Lino de Macedo  
Coleção Património Local/ Edições do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, n.º 2.  
Propriedade: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.  
Coordenação: Clara Fayão Camacho com a colaboração de Graça Nunes.  
Capa: Ivone Ralha. Utilizou fotografia datada de 15 de Agosto de 1897, representando ruas de Vila Franca de Xira.  
Arranjo gráfico: Ivone Ralha.  
Revisão: Graça Nunes.  
Composição e Impressão: Ramos, Afonso & Moita, Lda., Rua Voz do Operário, 5-A, 1100 Lisboa.  
Tiragem: 2000 exemplares.  
Depósito Legal: 56 396/92.  
Data Impressão: Junho de 1992.

ANTIGUIDADES DO MODERNO CONCELHO  
DE VILA FRANCA DE XIRA

Lino de Macedo

ÍNDICE

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO                                  | 31 |
| PRÓLOGO À PRIMEIRA EDIÇÃO                   | 7  |
| VILA FRANCA ANTIGA E ACTUAL                 | 9  |
| CONSTÂNCIA E ROMANOS EM VILA FRANCA DE XIRA | 21 |
| CONSTÂNCIA                                  | 23 |
| O CONVENTO DE SANTO ANTONIO                 | 25 |
| SACRARIAS                                   | 27 |
| A JOÃO DOS MONTES                           | 31 |
| ALVERCA                                     | 33 |
| ALVAROZ                                     | 35 |
| ALVERCA                                     | 37 |
| VIALONGA                                    | 39 |
| VILAFRANCOENSES RUAIS                       | 41 |

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Tem a seguinte inscrição do lado direito:

ESTA ERMIDA MANDOV FAZER  
DONA ANTONIA PEREIRA  
A SVA CVSTA MVLHER O FOI DE  
VALENTIM PEREIRA DE BARROS.

Lado esquerdo:

CAPITÃO MOR DE VILA FRANQVA  
NA HERA DE 1644 ANNOS  
TEM MISSA QVOTIDIANA

Na freguesia de Alverca existiram dois conventos.

Um de carmelitas calçados, situado ao N. da vila numa espaçosa alameda. Deste já não existem vestígios. Perto deste convento fazia-se uma feira franca nos dias 15, 16 e 17 de Junho, que tinha grandes privilégios dados por D. João V. Havia então grandes festejos a Nossa Senhora do Carmo, vindo um cirio de Lisboa.

Tudo acabou.

Era padroeiro deste mosteiro José Salema Cabral e Paiva, pai de Pedro de Paiva, instituidor do morgado de Alfarrobeira. A capela-mor do mosteiro tinha sido fundada por D. Mariana de Paiva, mulher de D. António de Melo e filha do mencionado António de Paiva.

O outro convento era de franciscanos mendicantes, da reforma de Santo António e denominava-se de Nossa Senhora dos Anjos.

O templo era esplêndido, tendo altares de mosaico e ornamentações de subido valor. Numa capela, à direita do altar-mor, via-se o jazigo dos Vilhenas e dos Manuéis.

Actualmente a igreja e o convento são uns montões de ruínas que o rapazio aproveita para as suas correrias dominicais.

Foi neste convento que se recolheu numeroso povo das freguesias limítrofes por ocasião da invasão francesa.

Em 1834 ou 1835, o Duque da Terceira mandou desmanchar o convento e a igreja para fim que ignoramos.

VIALONGA

Querem alguns que o primitivo nome desta povoação fosse *Vila Longa* que, com o correr dos tempos, se converteu em *Via Longa*. Não duvidamos que assim sucedesse, porque o nome de *Vila Longa* lhe é aplicável. E povoação duma só rua, mas de quase um quilómetro de comprimento.

Mas, sendo assim, como se chamaria *Via Longa* nos primeiros tempos da sua existência, quando ainda não era uma *vila longa*, pois que não podemos admitir que a povoação se formasse de um só *jacto*.

Ignoramo-lo.

Vialonga fica situada a 16 quilómetros de Lisboa; o orago da freguesia é Nossa Senhora da Assunção. A povoação é muito fértil, principalmente em hortaliças que exporta para a Praça da Figueira.

Antigamente era o povo que apresentava o cura da freguesia com o rendimento de 150\$000 réis anuais.

Em 1390 ainda Vialonga não era paróquia, o que parece indicar que a povoação nesta época não era muito longa. Pouco depois desta época, porém, os seus habitantes construíram uma ermida e pediram licença ao então bispo de Lisboa, D. João Anes, para terem nela um capelão que lhes dissesse missa e administrasse os sacramentos, porque a sua matriz era, e foi por muito tempo, a igreja de Santo André de Lisboa, que lhes ficava a 18 quilómetros de distância.



O prelado acedeu ao pedido, mas com a condição de não prejudicarem os direitos paroquiais do prior de Santo André. Estes direitos, porém, é que prejudicavam o povo de Vialonga, que se via forçado a pagar a dois padres.

Em 1440 tornou este povo a representar ao seu prelado, fazendo-lhe ver os grandes vexames que sofria, por ter a igreja matriz a tão grande distância. Era então governador do cabido, em *sede vacante*, por estar desterrado, o arcebispo D. Pedro de Noronha. O cabido concedeu-lhe um cura para a ermida, mas com a restrição de só receber metade dos rendimentos paroquiais, entregando a outra metade ao prior de Santo André, que ficou com o direito de apresentação do pároco.

O prior de Santo André, que via os seus emolumentos cortados e que pouco se importava com a comodidade dos povos, opôs-se à decisão do cabido, dando lugar a demorada demanda. Por fim venceu, como era de justiça, o povo, que ficou com o direito de apresentar o seu pároco, sendo este apenas obrigado a dar ao de Santo André 8\$000 réis anuais.

Tornando-se autónoma, a freguesia, o primeiro cuidado dos paroquianos foi a ampliação da ermida, que converteram na matriz que ainda hoje existe.

Tinha esta freguesia dois conventos, dos quais poucos vestígios já hoje nos restam.

No lugar de Verdelha estava situado o mosteiro de Nossa Senhora do Amparo, um dos primeiros que teve a *recoleta* província de Santo António, e que por este motivo se denominava *Casa Nova*.

Foi fundado em 1550 pelo primeiro conde de Idanha a Nova, o célebre Pedro d'Alcáçova Carneiro, vedor da fazenda del-rei D. João III, pela grande devoção que seu tio D. Fernando d'Alcáçova tinha dedicado à Ordem dos Capuchos de Santo António.

Antigamente tinha este mosteiro pertencido aos observantes que o abandonaram por motivos que ignoramos, de modo que o edifício estava arruinado quando o conde dele tomou conta.

O outro mosteiro denominava-se de Nossa Senhora dos Poderes.

«Fundou o dito convento a sr.<sup>a</sup> D. Brites de Castelo Branco, dama da infanta D. Isabel, e mulher de António da Silva, alcaide-mor da vila de Terena, por seu falecimento se recolheu a esta terra em uma quinta de seu pai Heitor Mendes de Castelo Branco, na qual fundou o dito convento, impetrando para este efeito breve do Papa, o qual era naquele tempo Gregório terciadécimo, como consta de sua própria bula, e nela mesma mandou, e rogou ao infante e cardeal D. Henrique, que naquele tempo era protector de toda a ordem de nosso seráfico padre S. Francisco, admitisse este dito convento a sua protecção e amparo, para que nenhum inferior seu a pudesse encontrar; contradizer, ou vexar, e assim ficou a fundação firme e segura; foi também fundando o dito convento com licença da sereníssima rainha D. Constância, que naquele tempo governava por el-rei D. Sebastião, seu neto, e foi a fundação deste convento em o ano de mil quinhentos e sessenta e dois, e a dita fundadora D. Brites de Castelo Branco lhe lançou o hábito D. Marcos, bispo do Porto e religioso da ordem de nosso seráfico padre S. Francisco dos Recoletos de Santo António, sendo geral da ordem e sucessor do reverendíssimo padre frei André da Insula, ao qual se não sabe o nome por ser das partes de Itália. A dita sr.<sup>a</sup> se chamou depois que tomou o hábito Soror Brites de S. Francisco. Todos os bens que tinha de raiz dotou ao dito convento como adiante se dirá: o dinheiro que tinha e todos os seus móveis, que eram muitos, foi gastando nas obras, para as quais teve também ajuda de D. Duarte, filho do infante D. Duarte, o qual lhe deu ajuda para fazer a capela-mor do dito convento, e que tinha prometido à dita fundadora de o tomar a sua conta para o dotar, e fazer muito sumptuoso; porém, a morte atalhou a tudo, e por ela não deixou nada ao dito convento, e assim só a sr.<sup>a</sup> D. Brites foi a fundadora e dotadora dos bens que tinha; não deixou nenhuma

Ainda há pouco anos se podia ler sobre o alpendre do convento a seguinte inscrição:

*Este convento, da Ordem de S. Francisco, da província de Santo António, fundou e acabou D. Pedro d'Alcáçova, Carneiro, conde e senhor da Idanha a Nova, do conselho de estado, e vedor da fazenda, por mandado de D. Fernando d'Alcáçova, seu tio, irmão de sua mãe, que o perfilhou na hora da morte, e o nomeou por seu universal herdeiro.*

Ano de 1546.

Foi este fidalgo, diz Pinho Leal, senhor de todas as aldeias circunferentes e nomeadamente da aldeia, da Verdelha, onde fundou em 1533 uma boa quinta, que depois passou (no princípio do século XVIII) para Diogo de Sousa e Vasconcelos e sua mulher D. Mécia Maria de Távora. A data da fundação desta propriedade consta duma tarjeta que está em uma das ombreiras do portal que vai para a sala nobre.

Este Diogo de Sousa e Vasconcelos e sua mulher D. Mécia Maria de Távora foram os progenitores dos condes e depois marqueses de Castel Melhor.

No século passado eram padroeiros do mosteiro os filhos de Gonçalo da Costa Meneses, herdeiros da casa de D. António d'Alcáçova, descendente do fundador.

No tempo dos frades faziam estes a festa de Nossa Senhora do Amparo, no dia da Visitação de Nossa Senhora, a 2 de Julho.

Extintas em 1834 as ordens religiosas foi este mais um edifício condenado a desaparecer; devorado pelas aves de rapina, chamadas *liberais*. A falecida condessa da Lousã ainda requereu a posse do mosteiro, como representante dos fundadores; mas o governo desatendeu-a e tratou de vender em praça a igreja, o mosteiro e a cerca. Foi tudo comprado por Francisco Mocho, que habita parte do edifício e converteu a outra parte em curral de gado.

A este e outros factos comparáveis chamam alguns *progresso*; nós chamamos *vandalismo*.

obrigação ao convento de lugares perpétuos, nem de missas, só o cruzeiro da capela-mor que fica abaixo dela tomou para sepultura de seu pai e descendentes, na qual estão os que tenham falecido. As religiosas por sua vontade lhe fizeram em cada um ano passado o dia da memória dos defuntos um ofício cantado de nove lições muito solene com sua missa, e repouso cantado; foi abadessa no dito convento a dita fundadora, vinte e nove anos, relegendo aos prelados cada três anos, viveu sempre santamente e assim acabou; faleceu a dezoito de Março em uma véspera de S. José, na era de mil quinhentos e noventa e três; está sepultada em coro debaixo das religiosas em o dito convento.

O princípio da fundação do dito convento foi por revelação do céu, e o hábito de que se vestiu a dita fundadora viu de noite em sonhos em mãos de um anjo, e era o de nosso seráfico padre S. Francisco, e isto constou por testemunho da própria fundadora, e se achará em uma crónica da ordem que mandou fazer o reverendo padre frei Francisco Gonzaga, sendo geral da ordem; não tem este convento privilégios reais, porque a dita fundadora só os do céu procurou, e com eles se foi a casa aumentando, e esta em o estado da religião, e observância, que Deus conservou, e se acrescentou muito nas obras que se fizeram e oficinas que se acrescentaram com dotes de religiosas que se foram tomando, e com outros se foram acrescentando as vendas do convento.»

Querem alguns escritores que nascesse na freguesia de Vialonga, no lugar de Verdelha, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. É errônea esta suposição. Os pais de Fr. Bartolomeu dos Mártires, Domingos Fernandes e Mécia Correia, é que eram naturais de Verdelha. Pelo menos assim no-lo diz Fr. Luis de Sousa na vida do arcebispo, Fr. Bartolomeu dos Mártires nasceu em Lisboa.

Perto do lugar de Santa Eulália e numa quinta desta denominação, existe uma fonte abundantíssima de boa água, que tem por cima da bica a seguinte inscrição latina:

D. EULALIAE EMERITENS  
V. ETM.  
IMAGINE SACRA  
IN SACELLO HUIUS PACI COLLOCATA  
OLIM IN HOC FONTE  
DIVINITUS APPARUIT  
RES IGITUR MEMORIA DIGNA  
USQUE AB ANTIQUISSIMIS TEMPORI  
BUS TRAMITA  
NULIS TAMEM ELEGRAFA MONSMEN  
BUS TRADITA  
NULIS TAMEM CELEBRATA MONSMEN  
GRATI ANIMI CAUSA  
ET EIUSDEM V. E. E. M.  
SOSPITRE AC PAISONAE SUAE  
CULTUS GLORIA EXPLENDE  
SERET.  
PHILIPPUS JOSEPHUS GAMA  
H. L. P.  
ÆTEMITATI DEDICAVIT  
ANNO A CHRISTO NATO  
MDCCLIII

Perto desta fonte existe ainda hoje uma capela em ruínas onde por muitos anos foi venerada a imagem de Santa Eulália, a que a inscrição se refere.

#### VILAFRANQUENSES ILUSTRES

Debaixo da epigrafe de *Vilafranguenses illustres* vamos dar uma notícia resumida de todos os indivíduos, naturais do concelho de Vila Franca, que por qualquer forma se tornassem notáveis. É natural que nesta relação se dêem muitas omissões; mas não podemos fazer mais nem melhor.

#### AFONSO DE ALBUQUERQUE

Não se pode compreender toda a grandeza de génio deste gigantesco português sem passarmos uma a uma as páginas da história dessa Índia sonhada em Sagres pelo infante D. Henrique e convertida numa evidência pelas naus de Vasco da Gama. Precisamos de mergulhar o espírito nessa série medonha de latrocínios, de roubos, de assassinatos, de devassidões, que os nossos foram praticar a esse misterioso país do ouro, dos aromas e das pedrarias deslumbrantes, para recuarmos verdadeiramente surpreendidos pela grandeza desse homem, que foi mais do que um gigante e pouco menos do que um semideus.

O que o torna verdadeiramente grande perante a nossa consciência, o que nos deslumbra, nos surpreende e nos comove, não são todas as suas façanhas de Goa, de Malaca e de Ormuz, como a lucidez do seu espírito, a largueza da sua administração e a honradez do seu carácter.

## V. COMPLEMENTOS AO TRABALHO



## EDIFICADO DO MONTEIRO-MOR

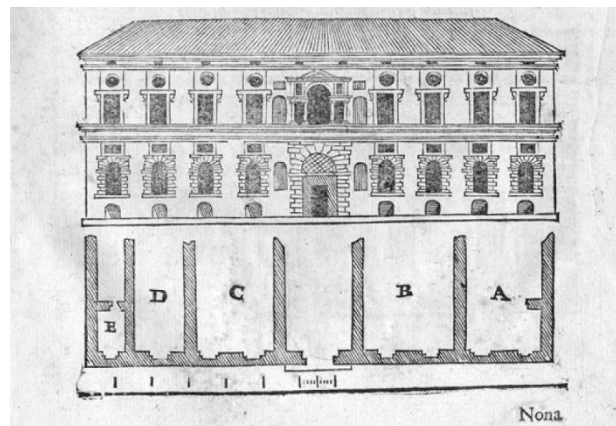


Figura 1: Sebastiano Serlio, *L'Architettura di Sebastiano Serlio Bolognese*, Livro VII, p. 157.

Num dos casos, Serlio apresenta em confronto um edifício medieval e um edifício renascentista, mostrando a regularidade – e a regularização – que o ultimo exemplo, classicista, empreende na fachada e na organização internas dos espaços e respectiva hierarquia, dando o mote para uma quantidade impressionante de projectos que adoptam esta configuração axializada, mesmo que com uma construção mais humilde e simplificada.

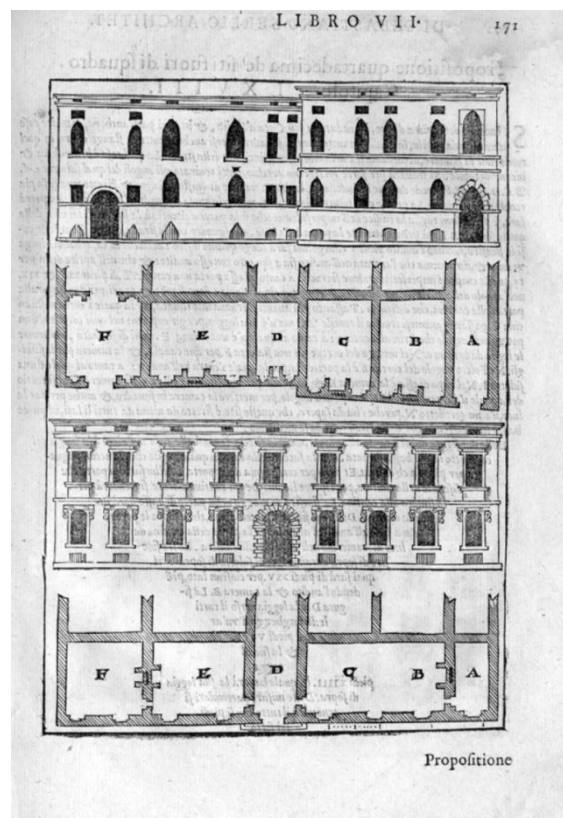
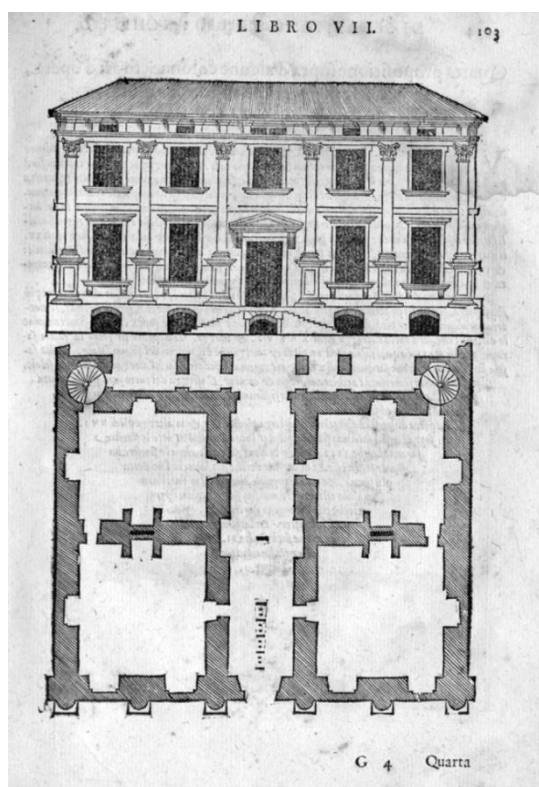


Figura 2: Sebastiano Serlio, *L'Architettura di Sebastiano Serlio Bolognese*, Livro VII, p. 171.

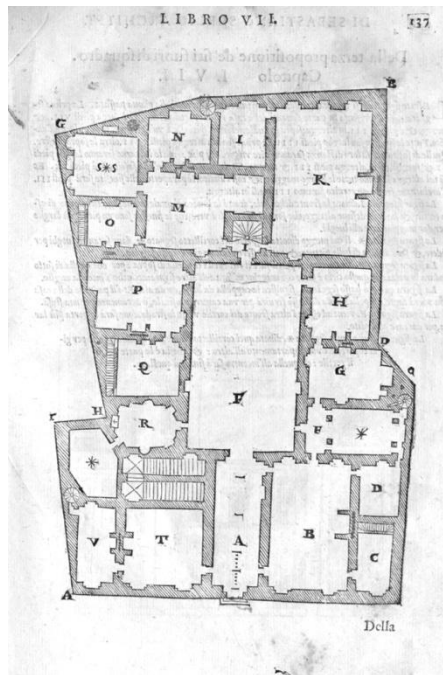
A consequência são edifícios domésticos solarengos ou apalaçados, como os que desenhou enquanto propostas, e enquanto demonstração de uma racionalidade de traçado e de hierarquização dos respectivos interiores.



**Figura 3:** Serlio, *L'Architettura di Sebastiano Serlio Bolognese*, Livro VII, p . 139.



**Figura 4:** Serlio, *L'Architettura di Sebastiano Serlio Bolognese*, Livro VII, p . 103



**Figura 5:** Serlio, *L'Architettura di Sebastiano Serlio Bolognese*, Livro VII, p . 137

Os mais notáveis exemplos deste tipo de versão simplificada oriunda dos ensinamentos de Serlio, são os palácios “casarões” de tipo “chão”, como o palácio dos Duques de Aveiro em Azeitão e o notável Palácio Tancos, situado a meia-encosta do castelo em Lisboa, impondo-se a toda a cidade na freguesia de S. Cristóvão, sobre o Chão do Loureiro.



**Figura 6:** dos Duques de Aveiro, Azeitão (c. 1550-1600). Fachada principal. Fonte: (DGEMN/SIPA).



**Figura 7:** Palácio dos Duques de Aveiro, Azeitão (c. 1550-1600). Fachada posterior. Fonte: (DGEMN/SIPA).

O primeiro - Palácio dos Duques de Aveiro- foi edificado a partir de meados do século XVI encontrando-se decididamente concluída cerca de 1619, e corresponde a um modelo serliano e de arquitectura chã. Apesar de possuir uma dominante planimétrica em “U”, este é ainda discreto e encontra-se longe dos modelos de solares e casas rurais que adoptam por princípio este traçado director de base. Creio que foram acrescentos vários que acentuaram essa percepção do conjunto edificado.



**Figura 8:** Palácio Tancos, Lisboa. Fachada principal. Fonte: (DGEMN/SIPA).

O outro exemplo, de carácter plenamente urbano, é uma adaptação de uma residência antiga de cerca de 1539, que foi completamente remodelada nos finais do século XVII, provavelmente com a traça do arquitecto João Antunes<sup>1</sup>. Não mostra nenhum esquema planimétrico regular tendo em conta o forte declive em que assenta, e que teve que

<sup>1</sup> É de 1697 o contrato da obra celebrado entre D. Luís Manoel de Noronha, Conde de Atalaia e os pedreiros Domingos da Silva, Manuel Antunes, José Carvalho, Manuel Francisco e João Antunes (1643-1712). Cf. SIPA, ficha PT031106380194.

acompanhar, casando-se com ele. A regularidade é, apenas, introduzida na organização do interior e das suas divisões.

Como se percebe, existe uma matriz de casas apalaçadas ou de solares, que coincidem com algumas das soluções, quer ao nível das fachadas, quer ao nível das plantas térreas e do andar nobre que se encontra na generalidade dos solares e casa rurais da zona de Lisboa e envolvente. A herança de Serlio terá sido das mais perduráveis e, provavelmente, em algumas iniciativas do tempo D. João V.

No reinado de D. João V, porém, já a maior parte dos edifícios de residência rural com algum relevo, receberam renovações. *“Quase todas as habitações que se prezavam – diz João V. Caldas - tiveram as suas alterações e melhoramentos durante o século XVIII. Primeiro porque uma melhoria financeira do país provocada principalmente pelas remessas de ouro e diamantes do Brasil, ainda que não acompanhada de igual melhoria de estruturas económicas de base, havia de se reflectir directamente na corte, nos brasileiros de torna viagem e nas camadas ligadas ao tráfico com a colónia. Indirectamente reflectir-se-ia também noutros grupos sociais”*<sup>2</sup>. Estas alterações não eram de molde a reconfigurar o edifício segundo géneros de planimetria e grande ornato que estabelecessem um gosto plenamente barroco. A “tradição estrutural ou tectónica era ainda a da “arquitectura chã” (conforme comunicação oral de Paulo Pereira). A decoração podia actualizar os edifícios apenas através de apontamentos, sobretudo nas cantarias, que agora surgem com frontões curvos e contracurvados, acentuados por remates também em frontão, com óculos ovais e formas de lavor da pedra mais rebuscadas.

Mas o modelo encontrava-se estabilizado. A “casa comprida”, conforme a define Carlos de Azevedo, vai ser generalizada na zona suburbana e rural de Lisboa. que é a zona “saloia” por excelência. E um dos exemplos mais acabados desse modelo encontrava-se, precisamente, às portas da cidade, no seu eixo norte, ao Campo Grande: o Palácio Pimenta.

A tradição conta que a sua construção se ficou a dever ao próprio rei para instalar a sua amante Madre Paula, datando de entre 1744 e 1747. Importa realçar que se trata de uma casa nobre, mas situada nos limites da cidade (ou mesmo fora dela), com uma componente de Quinta de Recreio, incluindo um jardim formal e área de produção agrícola, a qual se manteve até à urbanização dos terrenos do Campo Grande em pleno século XX.

---

<sup>2</sup> CALDAS, João Vieira, *Casa Rural nos arredores de Lisboa*; op. cit. , p 35.





**Figura 9:** Palácio da Quinta do Pimenta, Campo Grande, Lisboa

Naturalmente que se trata de um exemplar erudito, Embora não se conheça o arquitecto, percebe-se que o seu desenho, como casa grande, obedeceu a um primor ao nível dos arranjos dos vãos e remates de qualidade superior, facilitada pela proximidade da cidade e da mão-de-obra disponível. Mas o formato de “casa comprida” agilizada, é muito evidente. Jogando, curiosamente, no seu posicionamento, com o mais antigo Palácio dos Condes de Vimioso, no mesmo extremo norte do Campo Grande.



**Figura 10:** Palácio dos Condes de Vimioso, Campo Grande, Lisboa

Este palácio contém, por sua vez, os elementos mais característicos da arquitectura palaciana, de quinta, característica da “arquitectura chã”, com uma fachada discreta, axializada, deitando para um pátio, e as fachadas restantes sem qualquer artifício decorativo. Num e noutro palácio, sintetiza-se a essência das casas rurais e palacetes suburbanos de Lisboa, que irão influenciar as fases finais das obras na Quinta do Monteiro-Mor em Alpriate.

No caso concreto de projecto, as acções projectuais que vêm no âmbito de Projectar com o Lugar – Proposta de Intervenção na Quinta do Monteiro-Mor, Granja de Alpriate, têm por base e fundamento as análises efectuadas na relação com o Lugar. Numa primeira abordagem, procede-se à análise fenomenológica do Lugar, em complemento com as análises Geométrica, Morfológica e Espacial e por último a análise do contexto do Lugar (cultural e histórica).



69



70

**Figura 11:** Fotografia de uma das salas de Alhambra.

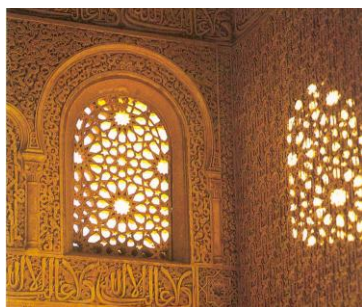
**Figura 12:** Fotografia de Alhambra.

Alhambra permanece como um exemplo atípico da arte muçulmana em seus últimos estágios europeus. Localizada numa colina rochosa nas margens do rio Darro, foi o seu palácio, fortaleza e residência dos sultões do Reino de Granada (Andaluzia, Espanha), entre os séculos XIII e XIV.

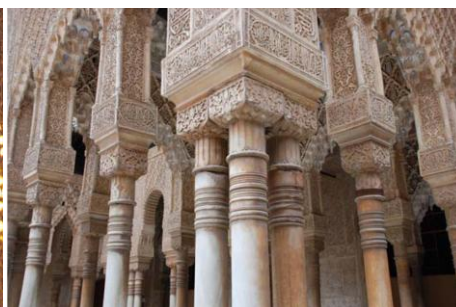
Fazendo parte do *Património Mundial da Unesco* este complexo, conhecido pela sua dotada arquitectura islâmica, é hoje em dia das principais atracções turísticas de Espanha.

Em essência, Alhambra é um Lugar de sentidos e de sentimentos. É evidente a poética que se encontra nos seus espaços. Não é apenas, a beleza arquitectónica islâmica, apreendida através da visão - repleta de ritmo, mostrando força, riqueza e poder - que reconhece a exacta identidade do lugar, mas também todos os outros elementos inatingíveis à primeira vista como: o som que o elemento água pode proporcionar, o odor que vem dos vários jardins plantados com rosas, laranjeiras e murta, o calor do ambiente que se sente nos espaços repletos de luz, “pintados” de tons vibrantes de azuis, vermelhos e dourados já debotados pelo sol.

Todo este cenário - constituído por áreas arborizadas, jardins, pomares, tanques, lagos, cascatas e espelhos de água - faz parte de uma recriação movida por temas como: “o jardim do Éden” ou “paraíso na terra”.



71



72

**Figura 13:** A Penumbra de Alhambra. **Figura 14:** Ritmos de Alhambra.



**Figura 15:** Cento de documentação e Informação, Palácio de Belém, Carrilho da Graça, arquitectos, fonte: <http://d-arco.blogspot.pt>

**Arquitetos:** [Carrilho da Graça Arquitectos](#)

**Ano:** 2002

**Área construída:** 14200 m<sup>2</sup>

**Tipo de projeto:** [Institucional](#)

**Status:** [Construído](#)

**Materialidade:** Concreto e Vidro

**Estrutura:** Concreto e Concreto

“A intervenção consiste basicamente na introdução de mais uma plataforma de terra, hoje construída de uma maneira mais complexa e sofisticada que as anteriores. esta plataforma interessa sobretudo como plano de referência num espaço cartesiano. O nível a que se constrói esta plataforma e os seus limites geométricos introduzem uma ordem de diálogo. As suas medidas foram-se fixando e permitindo a pouco e pouco a aceitação do programa e a sua perfeita ligação ao existente. A pequena escala no exterior e a ressonância do palácio no interior. A terra para além de suporte é matéria de construção, com a água, a pedra, o aço e o vidro a limitá-la.

A massa de terra sob a plataforma de relva é escavada e construída de dentro para fora. O carácter destes espaços interiores vai-se deduzindo a partir dos espaços do palácio.”<sup>3</sup>

A forma como a intervenção é resultante de uma relação muito próxima com as pré-existências, faz deste projecto uma das referências ao meu trabalho, no que diz respeito ao tema “Projectar com o Lugar”.

---

<sup>3</sup> GIOVANA Fernandes, *Centro de Documentação e Informação, Palácio de Belém Carrilho da Graça Arquitectos*, 12 Mar 2012. ArchDaily. Accessed 27 Jan 2013. <<http://www.archdaily.com.br/37199>>



**Figura 16:** Casa das Mudas, Paulo David, fonte: <http://www.archdaily.com>

Colaboradores: **Luis Spranger, Luz Ramalho, Susanne Selders, Dirk Mayer, Inês Rocha, Patrícia Faria, Rodolfo Reis, Filipa Tomaz, Sílvia Arriegas, Escritório Associado para o Auditório Projeto Telmo Cruz, Maximina Almeida, Pedro Soares**

Colaboradores: **Hugo Alves, Bárbara Silva, Luis Monteiro, Alexandre Batista**

Arquitecto Paisagista: **João Nunes, Proap**

Engenheiro Estrutural: **Miguel Villar, Betar**

Edifício de Serviços: **Fernando Sousa Pereira, José Galvão Teles, Marta Azevedo, Betar**

Estágio: **Técnicas Consultores Telmo Cruz**

Acústica: **Fernando Palma Ruivo, António Meirelles, Certiprojecto**

Prevenção Contra Incêndio e Segurança: **António Matias**

Móveis: **Paulo David, Susanne Selders**

Gestão Site: **Prima-Consulgal**

Surveyors Quantidade: **Santos Moreira, RFD**

Cliente: **Sociedade de Desenvolvimento da Ponta do Oeste, Vice-Presidencia Governo Regional da Madeira**

Empresa de Construção: **Luis Marques, Concreto Plano**

Esta intervenção que reúne toda uma estrutura de espaços museológicos e de percursos que convidam a cidade de Funchal a participar numa experiência sensitiva ligada à arte contemporânea. A intervenção associa a dinâmica de uma casa da cultura com a relação do Lugar com a paisagem marítima.

A Casa das Mudas ao localizar-se no pico linear de uma alta falésia, que termina abruptamente com o mar, vem contrariar a imperturbável “massa montanhosa”, interligando-se com a topografia acentuada numa perfeita relação com o lugar.

Quando se está neste complexo museológico, o sujeito é quase obrigado a parar e contemplar, fazendo uma leitura lenta da paisagem circundante, de verticalidade em relação à montanha e horizontalidade para com o mar.





**Figura 17 e Figura 18:** Centro Hípico de Jaguariúna, Ramos de Azevedo e Domiziano Rossi. Fonte: [centrohipicodejaguariuna.blogspot.com](http://centrohipicodejaguariuna.blogspot.com).

O centro hípico de Jaguariúna é um centro destinado a amantes de tauromaquia, construído em meio rural, ocupando o total de 1700 m<sup>2</sup> de terreno, compreende espaços de lazer, restauração, alojamento, treinamentos, ensinamento, entre outros.



**Figura 19:** Centro Hípico da costa do Estoril, fonte: <http://www.centrohipico.pt>

Instalações: Picadeiro coberto, Picadeiros descobertos, Pátios e Sala de Arreios, Boxes, Padocks, etc.



## VI – MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

A presente memória descritiva e justificativa diz respeito à proposta de intervenção na Quinta do Monteiro-Mor e sua envolvente mais próxima.

## 1. OBJECTO

O objecto de intervenção consiste na recuperação e revitalização de uma quinta tardo-renascentista e barroca, começada em finais do século XVII. Este espaço compreende, pré-existências construídas, nomeadamente o Palácio e anexo dos serviçais, e uma área de plantio e de tauromaquia ladeada por muros datados da mesma época.

## 2. LOCALIZAÇÃO

A quinta do Monteiro-Mor situa-se nos campos da Lezíria do Rio Tejo, pertencendo ao concelho de Vila Franca de Xira, freguesia de Vialonga, povoamento de Granja de Alpriate, dado o nome pela Ribeira de Alpriate, “companheira” da quinta. O Acesso à Quinta do Monteiro-Mor faz-se através de um caminho secundário de terra batida, dado pelo nome de Rua do Monteiro-Mor, que atravessa os campos agrícolas da Lezíria do Tejo e que acompanha o canal da ribeira. A quinta encontra-se no ponto de apartamento da ribeira com o caminho.

## 3. CONTEXTO HISTÓRICO

A quinta, proveniente do século XVII, foi construída para ser uma típica propriedade senhorial destinada para: ser um importante ponto de comércio (através do rio trancão), para as actividades agrícolas e para a prática de tauromaquia. O Palácio pensa-se que poderá ser proveniente do ano 1694 e continuado a edificar, em diferentes estilos, até 1835.

## 4. SITUAÇÃO ACTUAL

Actualmente do palácio, apenas restam sinais de uma grandeza que se adivinha. Percebe-se ainda, que o acesso se fazia por uma escadaria dupla, simétrica, com patamar ao centro, onde se abria o nobre portal. A quinta possui ainda os vestígios de um aqueduto e de um cais onde atracavam os barcos vindos de Lisboa, através do rio Trancão. Interpretando os sinais, conclui-se que o conjunto possuía, para além do palácio, uma zona de cultivo com nora e fonte, uma área onde se guardava o gado, lagares e casario que servia de alojamento aos criados. Nas paredes interiores, alguns azulejos setecentistas, de figuração geométrica, resistiram ao tempo.<sup>i</sup>

## 5. EDIFÍCIOS PRÉ-EXISTENTES

O palácio do Monteiro-Mor, estando orientado a Noroeste e Sudeste, com a sua fachada para Noroeste, faz eixo com a quinta de encontro e contacto com a ribeira de Alpriate e com a extensa Lezíria horizontal, voltando o seu tardo para topografia mais acentuada.

O Palácio inscreve-se como um edifício de acentuada axialidade que coroa e marca a entrada da quinta. É um edifício concebido a partir duma ordem geométrica definida por

um eixo de simetria principal, em função do qual são organizados as entidades volumétricas e espaciais mais importantes da quinta. No entanto, os espaços posteriores apresentarem outra organização, díspar da principal, (estruturada por um eixo secundário), que provem da existência de construções anteriores (com formato de L, invertido), que são: o terraço do lado direito que se apoia sobre uma galeria com abóbadas de nervuras e o terraço de trás que se apoia sobre duas galerias com abóbadas de berço.

A casa é constituída por dois pisos, o piso térreo mais destinado a serviços e, o piso superior considerado como o piso nobre. As plantas e os alçados do palácio do Monteiro-Mor apresentam um evidente racionalismo, simetria e proporção no seu desenho arquitectónico depurado de qualquer ornamento, as suas formas assentam muito nas dimensões do quadrado e na proporção áurea.

Do mesmo modo, a pré-existência preparada para o casario dos serviçais é constituída por dois pisos, mas com pés-direitos muito menos generosos, e áreas mais modestas. Este volume apresenta uma forma paralelepípedica regrada através das proporções espaciais provenientes do palácio (como volume principal).

Esta antiga residência guarda ainda alguma da sua identidade histórica, arquitectónica e cultural. Apesar do seu estado avançado de ruína. Actualmente do edifício original do palácio, apenas restam a maior parte da sua estrutura de pilares, algumas paredes e algumas cantarias. Os pavimentos bem como as coberturas colapsaram, deixando á vista alguns vestígios do interior da residência. Os espaços interiores bem como as fachadas estão a ser apropriados por vegetação espontânea.

## 6. ENVOLVENTE

Toda a envolvente é marcada pela bela paisagem de Lezíria, repleta de campos horizontais de uma só cota.

Para além da quinta do Monteiro-Mor (intra-muros) constituída pelo Palácio, o Casario dos serviçais, o aqueduto, taques, vestígios de uma fonte, nora e poço, o lugar do Monteiro-Mor é composto por uma imensa praça de touros separada por um eixo central, proveniente do palácio que nos conduz para o antigo cais ribeirinho ladeado por dois frontões simétricos (que já não existem hoje em dia).

## 7. PROGRAMA FUNCIONAL E ESPACIAL

Decorrendo da necessidade de reabilitar a quinta do Monteiro-Mor, como património, devolvendo este lugar à população, é preciso um programa funcional que interprete o carácter do lugar, pela sua singularidade e que, ao mesmo tempo, proporcione actividade, expressividade, movimento e dinamismo ao lugar para que possa ser um “ponto vivo” por entre uma envolvente disfuncional.

Deste modo, é-lhe atribuído a denominação programática de *Centro terapêutico e de ensino de medicinas alternativas (hipoterapia e hidroterapia)*, especialmente destinado ao tratamento de cidadãos física ou mentalmente deficientes.

Esta unidade terapêutica deverá, portanto, obedecer a um programa funcional que inclui uma abrangente dimensão social - englobando, por exemplo, áreas de educação, formação e integração – uma dimensão assistencial e profissional.

A formação será uma das áreas relevantes deste projecto: profissionais de saúde encontram no centro excelentes condições para a sua aprendizagem e treino, num ambiente ideal e adaptado ao bom exercício assistencial. Existem no programa áreas de salas de aula, auditório, laboratórios e espaços polivalentes, tudo visando uma metodologia interprofissional e pluridisciplinar exemplar.

Nos aspectos de natureza social destaca-se, desde logo, uma orientação para a interacção e integração das famílias, com os doentes e comunidade em geral. Todos os espaços de passeio, comuns, de recreio e de prazer, foram também pensados, tendo em conta uma verdadeira filosofia de solidariedade social, que assenta numa vertente positiva de usufruto dos espaços contemplativos da quinta.

O espaço terapêutico trata-se de uma unidade que visa fundamentalmente fazer beneficiar os utentes portadores de défices, incapacidades e limitações, de programas de reabilitação validados cientificamente como é o caso, do programa hipoterapêutico e hidroterapêutico, principais no plano.

Estas formas de terapia fazem parte de um conjunto de unidades integradas no ramo da Medicina Física e de Reabilitação, mais propriamente, fazendo parte de uma vertente alternativa ou complementar do tratamento. A hidroterapia e a hipoterapia partem de uma ideia não só de componente terapêutica como também de uma interdependência com a memória do Lugar do Monteiro-Mor (como quinta de cavalos numa relação muito franca com o elemento água).

Todos os espaços constituintes do centro terapêutico, dado os fins a que se destinam, são destituídos de quaisquer barreiras arquitectónicas, muito pelo contrário, todo o projecto visa privilegiar as acessibilidades dos utentes portadores de incapacidades. Por meio de um elevador – estrategicamente localizado e centralizado – pela opção quase geral de fixar todos os espaços num único plano horizontal ou, quando isso não acontece, então possibilitar o acesso por rampas ou por meio mecânico (elevador). Em idêntica situação se apresentam todos os espaços por fim a serem utilizados por estes cidadãos portadores de deficiências, como são exemplo: as instalações sanitárias, balneários, vestiários, tanques de natação, espaço de sauna, espaço de massagem, etc.

As áreas destinadas à implementação dos programas terapêuticos em que frequentarão os utentes são:

- Gabinetes médicos generalizados;
- Ginásio polivalente para a prática desportiva e fortalecimento muscular e respectivas salas de apoio;
- Salas de massagens terapêuticas;

- Hidroterapia (piscina de água fria, tanque de marcha/água tépida, tanque de água quente, saunas e banhos turcos, salas de hidromassagem, jacuzzi, a jacto) e respectivas salas de apoio;
- Hipoterapia (picadeiro coberto, picadeiro descoberto, boxes, padoks, sala de arneios, loja) e respectivas salas de apoio.

No entanto, esta unidade, não é tão-somente uma unidade de tratamento. Antes de tudo exige uma atitude de diagnóstico. Por essa razão, e funcionalmente, existem os *Gabinetes de Primeira Consulta*, destinados a conferir a primeira admissão dos utentes ao Centro. Nesses espaços fazem-se os primeiros diagnósticos e os encaminhamentos para os diferentes tratamentos.

No que se refere a áreas destinadas à implementação dos programas de ensino e formação profissional em que frequentarão formandos e formadores são:

- Salas de aula cada uma com 19 lugares, num total de 13 salas de aula;
- 4 laboratórios e respectivas salas de apoio;
- Secretaria;
- Espaços de convívio e recepção.

Contando também com a biblioteca e o auditório com uma lotação prevista de 143 lugares. A reabilitação e ampliação da *Casa dos Caseiros* (pré-existência da quinta) possibilita a implementação do núcleo principal de formação profissional e de ensino, que alberga o conjunto das salas de aula, dois dos laboratórios, espaço de convívio, pátio, recepção e acessos para os restantes laboratórios.

Por espaços de inter-acção social tem-se um conjunto de unidades caracterizadas por serem de utilização comum a todos os que vierem a frequentar ou a visitar o centro. Estas áreas adoptam, na sua generalidade, posições centrais no projecto ou então, que se destacam pelo seu volume ou altura (Mirante – ver figura x).

Esses espaços de inter-acção social são:

- Mirante (com acesso pelo estacionamento);
- Área de convívio com bar e esplanada (localizado no Palácio do Monteiro-Mor);
- Biblioteca e respectivas salas de apoio;
- Auditório (quando existem conferências, formações abertas ao público em geral, etc)
- Casa de Chá;
- Ginásio polivalente (com possibilidade de utilização para o público em geral) e respectivas salas de apoio;
- Todos os espaços exteriores, de recreio e prazer;
- Espaço exterior do cais com frontões.

A regeneração do cais da ribeira de Apriate e seus frontões, responde a uma importante necessidade de recuperar o espírito do Lugar. A relação com o elemento água (ribeira), formalizada na construção do cais e seus frontões – a eixo preciso com o palácio do Monteiro-Mor – possibilita a existência de outro espaço de Inter-acção Social importante na aproximação à Quinta (extramuros). Os próprios frontões podem tomar funções como: café, pequena sala expositiva, loja, espaço de apoio a desportos náuticos (como canoagem, etc).



A residência do Monteiro-Mor – peça de maior importância no projecto, dado o seu grande valor histórico e arquitectónico, dado a sua centralidade - é determinado como entrada e saída da quinta, admitindo nos seus espaços programas mais gerais, comuns a toda a unidade. Este núcleo principal deve interagir adequadamente segundo um modelo operativo racional que tenha por objectivo principal garantir o ideal e um funcionamento de todo o Centro, assim como garantir o estabelecimento de relações fundamentais e sinergias com o exterior.

Este núcleo primordial a todo o plano, alberga os espaços de:

- Recepção central.
- Farmácia.
- Área de convívio com Bar e esplanada.
- Núcleo de acesso central (elevador e escadas).
- Gabinetes de primeira consulta.
- Sala de administração.
- Sala de Reunião.
- Gabinete do Director.

## **B. OBJECTIVOS DO PROJECTO**

O projecto de intervenção da quinta do Monteiro-Mor pretende a criação de um Lugar que interaja com a envolvente, de um lugar que pertença de novo à sociedade, de um Lugar que consiga uma boa articulação entre pré-existências e novas construções, de um lugar que abarque um programa inovador, adaptado, com qualidade arquitectónica e paisagista.

Para isso, foi necessário:

### **Requalificação da envolvente:**

- Melhoramento do acesso até à quinta, que actualmente é assegurado por um caminho de terra. Através do projecto este acesso seria alargado, com passeios para peões e asfaltado.
- Requalificação da zona ribeirinha, frente à quinta. Com a construção de uma baía de retenção de água, para seu usufruto e possivelmente para a prática de desportos náuticos.
- Requalificação do cais e frontões ribeirinhos, como instalações que possam acolher zonas de cafetaria, de apoio a desportos náuticos que possam existir, zonas de descanso.
- Construção de um passeio pedonal, frente ao à casa principal, até ao cais. Possuidor de uma estereotomia geometrizada a partir de orientações provenientes da arquitectura pré-existente.
- Requalificação do limite murado da praça de touros para eventuais passeios a cavalo ao ar livre.
- Construção de um parque de estacionamento com capacidade para 85 veículos e dois de emergência. A partir do parque existe um trajeto para o mirante, criado intuitivamente, a partir da própria experiência no local.

### **Intervenção nas pré-existências:**

Casa dos serviços:

- Reabilitação das paredes estruturantes exteriores e pavimentos e demolição das divisões interiores, já muito degradadas.
- Ampliação da estrutura existente de 740m<sup>2</sup> para 1100m<sup>2</sup> de implantação.
- Adaptação do espaço para uma estrutura com salas de aula e laboratórios.

#### Casa Principal:

- Reabilitação das estruturas ainda existentes, possíveis de ser reabilitadas, nomeadamente: pilares, paredes laterais, vãos, galerias laterais e posterior com os seus tectos abobadados.
- Reconstrução da arquitectura original da casa com materiais mais leves que comunicam com a ruína deixando que ela mantenha o seu carácter histórico.
- adaptação do espaço às funções de carácter receptivo, logístico e administrativo: cafetaria/bar com esplanada, repção com sala de apoio, farmácia, gabinetes de primeira consulta, administração com sala de reuniões, gabinete do administrador com sala de estar.
- Transformar o salão principal da casa como palco principal de inter-relação entre arquitectura de permanência e arquitectura de transformação. Neste espaço, de pátio com lanternim, existiria uma comunicação entre a ruína e a nova construção, sem que para isso se confundam ou que choque.

#### Novas Construções:

- Projectar novas estruturas que se adequem ao programa funcional: *Centro terapêutico e de ensino de medicinas alternativas (hipoterapia e hidroterapia).*
- Projectar novas estruturas que se organizam em função das pré-existências e características originais da quinta de recreio.
- As novas estruturas desempenhariam funções de: educação, formação, integração social e medicina alternativa.

## 9. METODOLOGIA DO PROJECTO

Numa primeira instância, o trabalho aborda um estudo sobre a posição do Lugar em Ruína da Quinta do Monteiro Mor, na noção de conceitos como o Lugar e o Não-Lugar, referindo a fenomenologia na Arquitectura como método indispensável na percepção do Lugar. Numa aproximação tipológica, abordam-se as especificidades da quinta de recreio (Vilegiatura Portuguesa) e a presença da arquitectura renascentista nas quintas de recreio.

De seguida, o trabalho desenvolve a adaptação do projecto ao Lugar de Granja de Alprate, trabalhando diferentes escalas, entre as quais, a escala estratégica e territorial que tenta adaptar o projecto ao território de Granja de Alprate fazendo a interligação com a ribeira, o aglomerado populacional mais próximo, as características do campo e do território. Passando para uma escala intermédia onde se valoriza as pré-existências da própria quinta, integrando novas estruturas como resposta a um novo programa adaptado às condições do

lugar. Por último, adopta-se uma escala mais aproximada, que actua no particular mostrando o detalhe de um todo que exige coerência entre as diversas escalas.

Como método de trabalho, fora sempre usado, nas várias escalas, o desenho perspectico e a construção tridimensional em maquete.

## 1 □. IDEIA

### **Os eixos e os pátios**

Para garantir uma unidade formal e espacial do todo, o projecto serve-se dos eixos principais que regem a constituição da casa principal, para distribuir todas as outras extensões do projecto.

Estas linhas imaginarias, tomam forma no espaço a partir de vários elementos singulares – transmissores de valor e criadores de ambientes - tais como: os pátios negativos (enterrados), o Pátio-Ninfeu (centro), o lanternim que coroa o salão principal do palácio, o cais da ribeira de Alpriate e a Casa de Chá.

### **Ritmo:**

No projecto do Monteiro-Mor, os ritmos presentes em alguns elementos (guardas, lanternim, fenestranções, estereotomia do pavimento etc.), tiveram por base a composição musical. Toda a matéria pertencente a uma determinada composição, é uma nota (som, melodia), e a ausência desta matéria - ou sua transparência - surge como a pausa da melodia. Metaforicamente, estes elementos surgem na arquitectura como música sobre a qual existe uma combinação de sons e de silêncios, seus componentes.

### **O “entre”**

É importante referir que a intervenção no Lugar do Monteiro-Mor tem por base a noção de “continuidade histórica”, referindo-se ao velho (tradicional) e ao novo (contemporâneo), como dois mundos que se tentam unir num todo único. Cada um aparece sem se confundir mas dialogam sem conflito.

### **A recuperação do espírito do Lugar**

É importante manter e recuperar o significado daquele Lugar. A partir dessa ideia tentou-se resgatar alguns princípios do passado, tais como: a relação muito franca que se tinha com a ribeira de Alpriate e que se perdeu, a actividade hípica que fazia parte da essência do lugar, os espaços ajardinados e os pomares, os espaços destinados ao culto da natureza, a presença da água não só como elemento poético e místico mas também funcional.

## 1 1 . ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL E FUNCIONAL

### **Piso 0 (cota 5m):**

Casa Principal - Recepção geral, sala de apoio à recepção, farmácia, Café/bar, I.S. Públicas, acessos por elevador e escadas.

Núcleo escolar - secretaria, I.S públicas, sala do pessoal auxiliar, sala do pessoal docente, recepção, espaço polivalente com pátio, salas de aula, laboratório, arrumos, acessos por escadas e rampa.

Núcleo clinica – gabinetes médicos, I.S. públicas, sala pessoal auxiliar e docente.

Núcleo hipoterapia - picadeiro ao ar livre, padocks, boxes, sala de alimentação, sala pessoal docente, arrumos, sala de arreios, picadeiro coberto, recepção, loja, sala de instrução, cacifos, balneários F e M, e I.S F e M.

Núcleo de hidroterapia – recepção I.S públicas, vestiários F e M, balneários F e M, I.S F e M, salas de hidromassagem, sala de repouso, espaço sauna, espaço piscina quente, espaço piscina tépida, espaço piscina fria, arrumos, espaço massagem a jacto, espaço criptoterapia, espaço jacuzzi, casa das maquinas.

Espaços comuns – casa de chá, percurso pela pérola, jardins geométricos, jardins com vegetação de grande porte, pomares, lago, tanques, etc.

#### **Piso -1 :**

Casa principal- acessos por elevador e escadas.

Núcleo escolar – laboratórios, arrumos, pátio, acesso por escada, e elevador.

Núcleo clinica – espaço de massagens terapêuticas, recepção, I.S públicas, pátio, acesso por escadas, elevador e rampa.

Espaços comuns – Biblioteca, auditório, I.S. públicas.

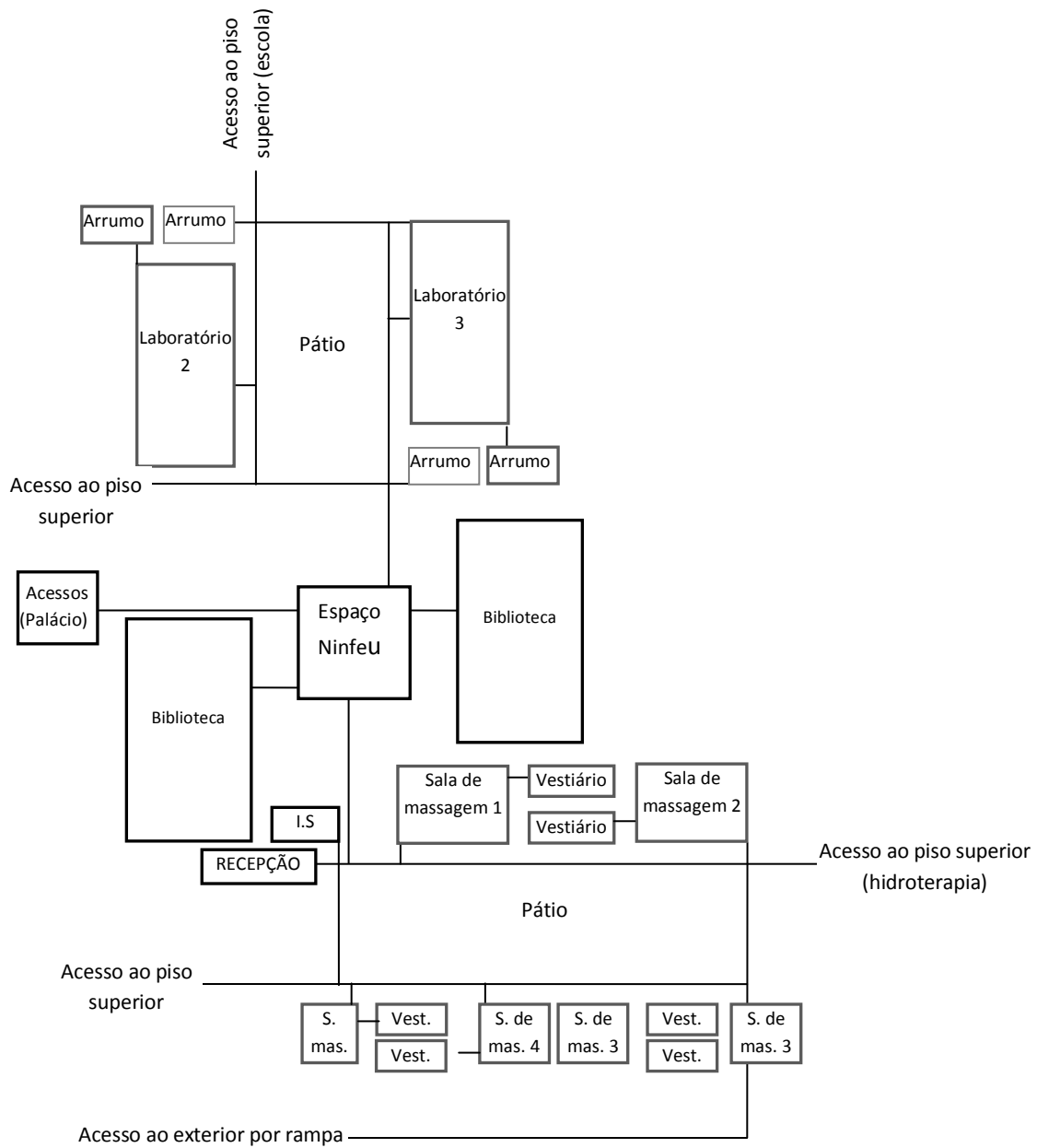
#### **Piso 1 :**

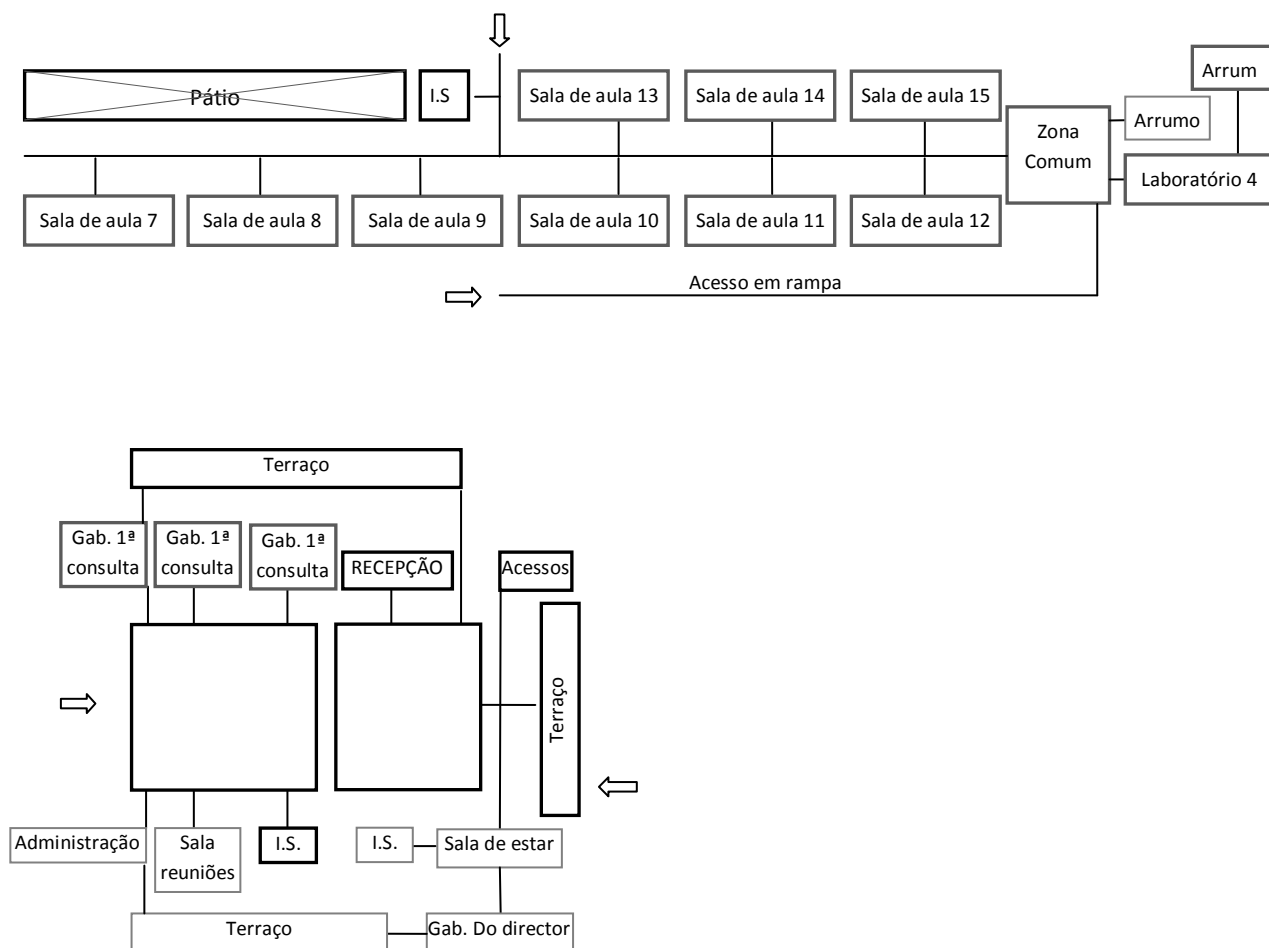
Casa Princpal – piso1: Gabinetes Médicos de primeira consulta, segunda recepção, administração, sala de reuniões, I.S. Públicas, gabinete do director, sala de estrar privada, I.S. privada, acessos por elevador e escadas.

Núcleo escolar- salas de aula, laboratório, I.S. públicas, acessos por escada e rampa.Núcleo hidroterapia – espaço mirante, acesso por escadas e caminho vindo da zona de estacionamento.



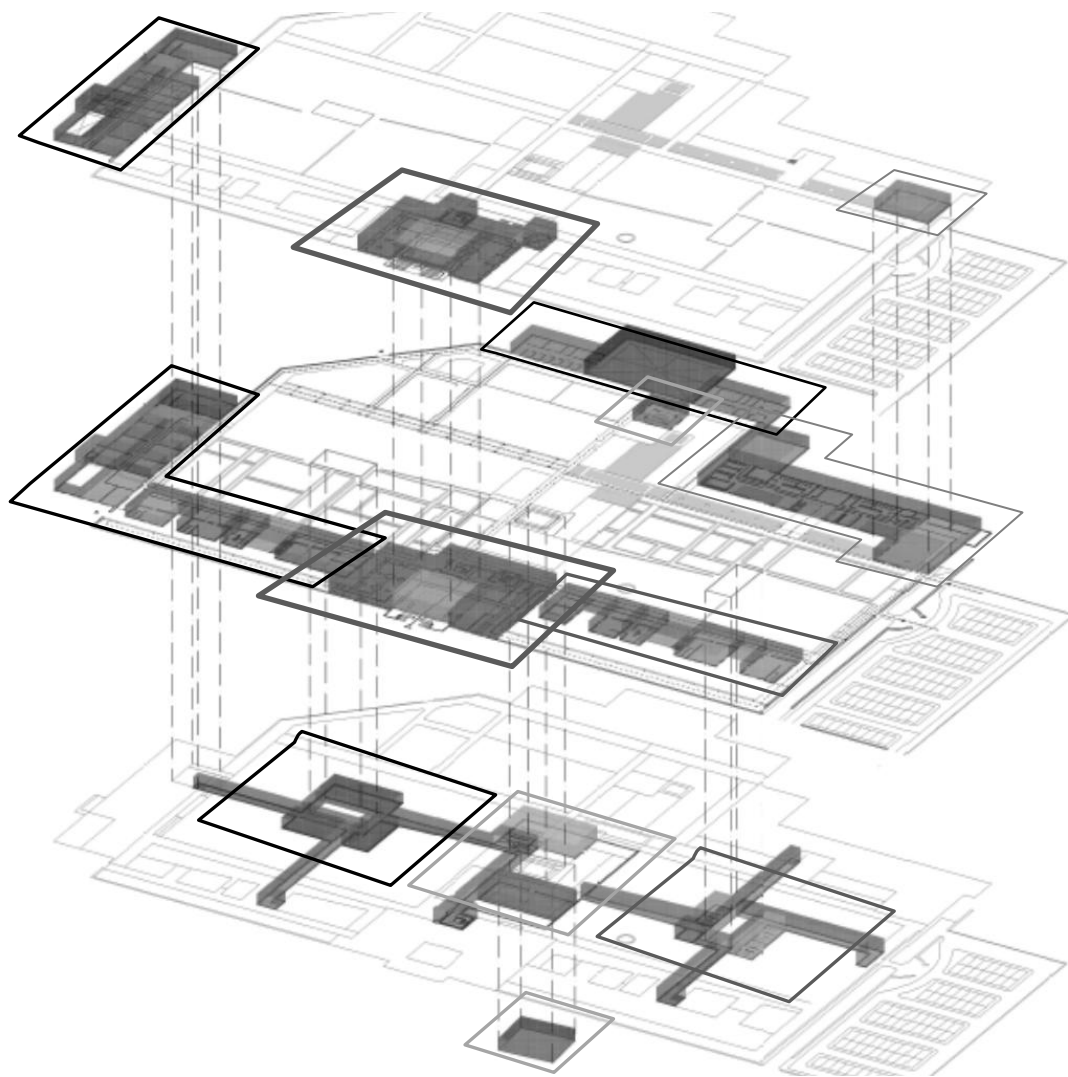






Legenda:

- ☐ Zonas de acesso ao público em geral
- ☐ Zonas de acesso apenas a utentes
- ☐ Zonas de acesso apenas a trabalhadores.



Legenda:

- ☐ Casa Principal
- ☐ Núcleo Escolar
- ☐ Núcleo clínica
- ☐ Zonas comuns
- ☐ Núcleo hipoterapia
- ☐ Núcleo hidroterapia

## 1 1.5 ÁREAS ÚTEIS

| Casa Principal                     |                              |       |                              |
|------------------------------------|------------------------------|-------|------------------------------|
| Espaço                             | A.Unit.<br>(m <sup>2</sup> ) | Quant | A.Total<br>(m <sup>2</sup> ) |
| Pátio                              | 214                          | 1     | 214                          |
| Farmácia                           | 78                           | 1     | 78                           |
| Arrumo                             | 22                           | 1     | 22                           |
| Bar                                | 11                           | 1     | 11                           |
| Preparação                         | 23                           | 1     | 23                           |
| I.S                                | 13                           | 2     | 26                           |
| Sala de apoio                      | 22                           | 1     | 22                           |
| Gab. Méd.1                         | 27                           | 1     | 27                           |
| Gab. Méd.2                         | 29                           | 1     | 29                           |
| Gab.Méd.3                          | 32                           | 1     | 32                           |
| Gad. Direct.                       | 25                           | 1     | 25                           |
| Sala estar                         | 14                           | 1     | 14                           |
| I.S F                              | 11                           | 1     | 11                           |
| I.S M                              | 8                            | 1     | 8                            |
| I.S. D                             | 5                            | 1     | 5                            |
| I.S. Privada                       | 9                            | 1     | 9                            |
| Sala de Reuniões                   | 21                           | 1     | 21                           |
| Administração                      | 59                           | 1     | 59                           |
|                                    |                              |       |                              |
| Acessos verticais                  | 45                           | 3     | 135                          |
|                                    |                              |       |                              |
| Área bruta de construção (piso0)   |                              |       | 940m <sup>2</sup>            |
| Área bruta de construção (piso1)   |                              |       | 710m <sup>2</sup>            |
| Área bruta de construção (piso -1) |                              |       | 45m <sup>2</sup>             |
| Área bruta de construção total     |                              |       | 1695m <sup>2</sup>           |

| Núcleo Clínica                     |                              |       |                              |
|------------------------------------|------------------------------|-------|------------------------------|
| Espaço                             | A.Unit.<br>(m <sup>2</sup> ) | Quant | A.Total<br>(m <sup>2</sup> ) |
| Gab. 1                             | 41                           | 1     | 41                           |
| Gab. 2                             | 46                           | 1     | 46                           |
| Gab. 3                             | 38                           | 1     | 38                           |
| Gab. 4                             | 60                           | 1     | 60                           |
| Sala pessoal                       | 67                           | 1     | 67                           |
| I.S                                | 19                           | 2     | 38                           |
| Sala massagem 1/2                  | 18                           | 2     | 36                           |
| Sala massagem 3/4                  | 15                           | 2     | 30                           |
| Sala massagem 5                    | 17                           | 1     | 17                           |
| Sala massagem 6                    | 14                           | 1     | 14                           |
| I.S                                | 23                           | 1     | 23                           |
| pátio                              | 84                           | 1     | 84                           |
| Acessos verticais                  | 100,2                        | 1     | 100,2                        |
| Área bruta de construção (piso0)   |                              |       | 741 m <sup>2</sup>           |
| Área bruta de construção (piso -1) |                              |       | 765 m <sup>2</sup>           |
| Área bruta de construção total     |                              |       | 1506m <sup>2</sup>           |

| Núcleo Escolar                     |                              |       |                              |
|------------------------------------|------------------------------|-------|------------------------------|
| Espaço                             | A.Unit.<br>(m <sup>2</sup> ) | Quant | A.Total<br>(m <sup>2</sup> ) |
| Secretaria                         | 154                          | 1     | 154                          |
| I.S F                              | 20                           | 1     | 20                           |
| I.S. M                             | 18                           | 1     | 18                           |
| Sala pessoal 1                     | 51                           | 1     | 51                           |
| Sala pessoal 2                     | 44                           | 1     | 44                           |
| Sala polivalente                   | 136                          | 1     | 136                          |
| Salas de aula                      | 58                           | 13    | 753                          |
| Espaço comum                       | 102                          | 2     | 204                          |
| Laboratórios 1/2                   | 114                          | 2     | 228                          |
| Arrumo1                            | 7                            | 1     | 7                            |
| Arrumo2                            | 12                           | 1     | 12                           |
| Laboratórios 3 4                   | 79                           | 2     | 158                          |
| Arrumo 3                           | 4,4                          | 2     | 8,8                          |
| Arrumo 4                           | 10                           | 2     | 20                           |
| Pátio                              | 87                           | 1     | 87                           |
| Acessos verticais                  | 50                           | 1     | 50                           |
| Área bruta de construção (piso0)   |                              |       | 1769m <sup>2</sup>           |
| Área bruta de construção (piso1)   |                              |       | 955m <sup>2</sup>            |
| Área bruta de construção (piso -1) |                              |       | 690m <sup>2</sup>            |
| Área bruta de construção total     |                              |       | 3414m <sup>2</sup>           |

| Núcleo hipoterapia               |                              |       |                              |
|----------------------------------|------------------------------|-------|------------------------------|
| Espaço                           | A.Unit.<br>(m <sup>2</sup> ) | Quant | A.Total<br>(m <sup>2</sup> ) |
| Sala alimentação                 | 11                           | 1     | 11                           |
| Sala pessoal                     | 34                           | 1     | 34                           |
| Arrumo 1                         | 3                            | 1     | 3                            |
| Arrumo 2                         | 5                            | 1     | 5                            |
| Sala de Arreio                   | 37                           | 1     | 37                           |
| Box                              | 8                            | 6     | 48                           |
| Picadeiro Coberto                | 627                          | 1     | 627                          |
| Recepção                         | 11                           | 1     | 11                           |
| Sala de Instrução                | 29                           | 1     | 29                           |
| Cacifos                          | 9                            | 2     | 18                           |
| Loja                             | 33                           | 1     | 33                           |
| Balneário                        | 21                           | 2     | 42                           |
| I.S.                             | 16                           | 2     | 32                           |
|                                  |                              |       |                              |
| Área bruta de construção (piso0) |                              |       | 1106m <sup>2</sup>           |
| Área bruta de construção total   |                              |       | 1106m <sup>2</sup>           |

| Ginásio                          |                              |       |                              |
|----------------------------------|------------------------------|-------|------------------------------|
| Espaço                           | A.Unit.<br>(m <sup>2</sup> ) | Quant | A.Total<br>(m <sup>2</sup> ) |
| Ginásio                          | 178                          | 1     | 178                          |
| Recepção                         | 20                           | 1     | 20                           |
| Arrumo 1                         | 25                           | 1     | 25                           |
| Arrumo 2                         | 3                            | 1     | 3                            |
| Arrumo 3                         | 5                            | 1     | 5                            |
|                                  |                              |       |                              |
| Área bruta de construção (piso0) |                              |       | 254m <sup>2</sup>            |
| Área bruta de construção total   |                              |       | 254m <sup>2</sup>            |

| Núcleo hidróterapia               |                              |       |                              |
|-----------------------------------|------------------------------|-------|------------------------------|
| Espaço                            | A.Unit.<br>(m <sup>2</sup> ) | Quant | A.Total<br>(m <sup>2</sup> ) |
| Sala hidromassagem                | 8                            | 2     | 16                           |
| Arrumo 1 e 2                      | 4                            | 2     | 8                            |
| Sala repouso                      | 11                           | 1     | 11                           |
| Sauna                             | 29                           | 1     | 29                           |
| Balneários                        | 31                           | 2     | 62                           |
| I.S                               | 35                           | 2     | 70                           |
| Vestiários                        | 42                           | 2     | 84                           |
| Esp. Piscina quente               | 121                          | 1     | 121                          |
| Recepção                          | 42                           | 1     | 42                           |
| I.S.P                             | 9                            | 2     | 18                           |
| Arrumo 3 e 4                      | 6                            | 2     | 12                           |
| Esp. Piscina tépida               | 91                           | 1     | 91                           |
| Esp. criptóterapia                | 11                           | 1     | 11                           |
| Terapia a jacto                   | 9                            | 2     | 18                           |
| Jacuzzi                           | 21                           | 1     | 21                           |
| Esp. Piscina fria                 | 248                          | 1     | 248                          |
| Sala máq.                         | 19                           | 1     | 19                           |
| Arrumo 5                          | 9                            | 1     | 9                            |
| Mirante                           | 44                           | 1     | 44                           |
|                                   |                              |       |                              |
| Área bruta de construção (piso0)  |                              |       | 1367m <sup>2</sup>           |
| Área bruta de construção (piso 1) |                              |       | 44 m <sup>2</sup>            |
| Área bruta de construção total    |                              |       | 1411m <sup>2</sup>           |

| Espaços comuns                    |                              |       |                              |
|-----------------------------------|------------------------------|-------|------------------------------|
| Espaço                            | A.Unit.<br>(m <sup>2</sup> ) | Quant | A.Total<br>(m <sup>2</sup> ) |
| Biblioteca                        | 223                          | 1     | 223                          |
| Auditório                         | 222                          | 1     | 222                          |
| I.S                               | 14                           | 2     | 28                           |
| Ninfeu                            | 197                          | 1     | 197                          |
|                                   |                              |       |                              |
| Área bruta de construção (piso-1) |                              |       | 1271m <sup>2</sup>           |
| Área bruta de construção total    |                              |       | 1271m <sup>2</sup>           |

| Casa de Chá                      |                              |       |                              |
|----------------------------------|------------------------------|-------|------------------------------|
| Espaço                           | A.Unit.<br>(m <sup>2</sup> ) | Quant | A.Total<br>(m <sup>2</sup> ) |
| Casa de chá                      | 104                          | 1     | 104                          |
|                                  |                              |       |                              |
| Área bruta de construção (piso0) |                              |       | 104m <sup>2</sup>            |
| Área bruta de construção total   |                              |       | 104m <sup>2</sup>            |

| Arranjos exteriores            |  |  |                      |
|--------------------------------|--|--|----------------------|
|                                |  |  |                      |
| Área bruta de construção total |  |  | 24.669m <sup>2</sup> |



## 12. ESTIMATIVA DE CUSTOS

Reabilitação – 1000€/m<sup>2</sup>

Construção nova acima do solo – 800€/m<sup>2</sup>

Arranjos exteriores - 100€/m<sup>2</sup>

Estimativa de custos = Área Bruta de Construção X Custo/m<sup>2</sup>

### 12.1. Estimativa de custos para a Reabilitação da casa principal

Área Bruta de Construção = 1695m<sup>2</sup>

Custo/m<sup>2</sup> = 1 000€/m<sup>2</sup>

Custo total = 1 695 000 €

### 12.2. Estimativa de custos para a Construção Nova

Área Bruta de Construção = 9066<sup>2</sup>

Custo/m<sup>2</sup> = 800€/m<sup>2</sup>

Custo total = 7 252 800 €

### 12.3. Estimativa de custos para a Arranjos exteriores

Área Bruta de Construção = 24.669 m<sup>2</sup>

Custo/m<sup>2</sup> = 100€/m<sup>2</sup>

Custo total = 2 466 900 €

### 12.4. Estimativa de custos para a realização da totalidade do projecto da Quinta do Monteiro-Mor.

1 695 000 € + 7 252 800 € + 2 466 900 € = 8 950 266 9 €

Custo total da obra= 8 950 266 9 €

## 13. FRUIÇÃO DO ESPAÇO ARQUITECTÓNICO

O acesso à quinta faz-se a partir de um extenso percurso que acompanha o curso da ribeira de Alprate. Ao longo desse percurso o sentimento é de relação com a natureza, que nos traz calma, silêncio, desafogo, paz e tranquilidade. À medida que vamos caminhando temos o vislumbre da primeira estrutura edificada da quinta - o núcleo escolar, adaptado à pré-existência, anteriormente, casa dos serviços. Neste ponto sentimos que estamos perante a entrada de qualquer coisa que queremos descobrir, e a própria mudança de pavimento nos convida a prosseguir. À nossa direita, conseguimos já perceber os telhados em zinco pontiagudos que coroam os frontões e que demarcam a presença de um cais.

Chegando ao centro deste percurso pavimentado sentimos que estamos perante a extensão de um eixo imaginário que nos obriga a rodar sobre nós mesmos e contemplar a imensa

fachada horizontal da casa principal da quinta. Nota-se na própria fachada a passagem do tempo, como que de um depósito de sedimentos se tratasse, a ruína está bem marcada pela sua cor original e a nova construção seduz-nos pela reconstrução simplista que faz da arquitectura original. Ao atravessa a escadaria simétrica da casa, entramos e somos abraçados por um pátio de duplo pé direito, coroado por um lanternim que permite que a luz entre, controlada pelas suas palas metálicas.

Neste espaço referente à casa, encontramos a recepção geral, a farmácia, o café/bar com esplanada. No piso superior, designado por “piso nobre”, encontramos, a administração, sala de reuniões, gabinete do director, gabinetes de primeira consulta, etc.

A partir daqui distribui-se os restantes espaços e núcleos do programa. Atravessando a galeria de abóbada de nervura, temos acesso ao núcleo da clinica, desenhado a partir do conceito de ritmo nas fenestranças. Atravessando a galeria de abobadas de aresta, temos acesso ao núcleo escolar.

Atravessando a galeria de abobadas de berço, acedemos aos extensos jardins geométricos, pomares e arquitecturas de prazer característicos da quinta de recreio. Nestes espaços o sentimento é de pura integração com a paisagem, sente-se o diálogo entre Homem e Natureza em analogia com Arquitectura e Paisagem, como se de um só corpo se tratasse.

O comprido pórtico que divide os dois jardins parte da casa principal num percurso até ao núcleo de hipoterapia. A meio, notamos que um conjunto de espaços formando cheios e vazios, abaixo do horizonte, se parece com a organização de um jardim formal, e que, uma incrível estrutura em rampa nos convida a perambular até ao piso inferior. Neste piso, a espiritualidade do elemento água é contemplado a partir do iluminado ninfeu e, o que se ouve é o som da cascata que cai no pátio maior, junto à biblioteca. A partir desse piso acede-se aos espaços que encerram os dois pátios, que entre eles formam um eixo perpendicular ao pórtico.

Perto do núcleo de hipoterapia podemos relaxar na casa de chá, com vista para o lago e para o jardim de grande porte, o sentimento é de introspecção.

No núcleo de hipoterapia, existe uma importante actividade com os cavalos e utentes portadores de deficiências. O telhado em zinco do picadeiro coberto é uma estrutura que se eleva e que se afirma no conjunto.

O núcleo de hidróterapia assemelha-se a uma casa de fresco, pela sua relação muito franca com a água e com o aqueduto. O seu mirante aparece no projecto pela importância da experiência vivida no local, ao vislumbrar o imenso horizonte, ao por do sol, naquele ponto específico. A projecção da água sobre a cara inferior do aqueduto, faz dele um ser divino. A luz líquida que flutua através do vento e que entra num espaço interior de hidroterapia faz dele um espaço sagrado dentro de um mundo quotidiano.

#### 1 4. MATERIALIDADES

Mandem-se os materiais originais das pré-existências. E na reconstrução de elementos arquitectónicos já destruídos, utiliza-se materiais mais contemporâneos e mais leves.

Os pavimentos são na sua grande maioria cerâmicos com tonalidade clara.

As guardas e palas são em zinco, e as coberturas das pré-existências também. A utilização de elementos em zinco faz a diferença em relação à arquitectura original da quinta.

Nas novas arquitecturas obteve-se pela construção em alvenaria de tijolo pintado de branco, para dar uma tonalidade mais neutra.

---

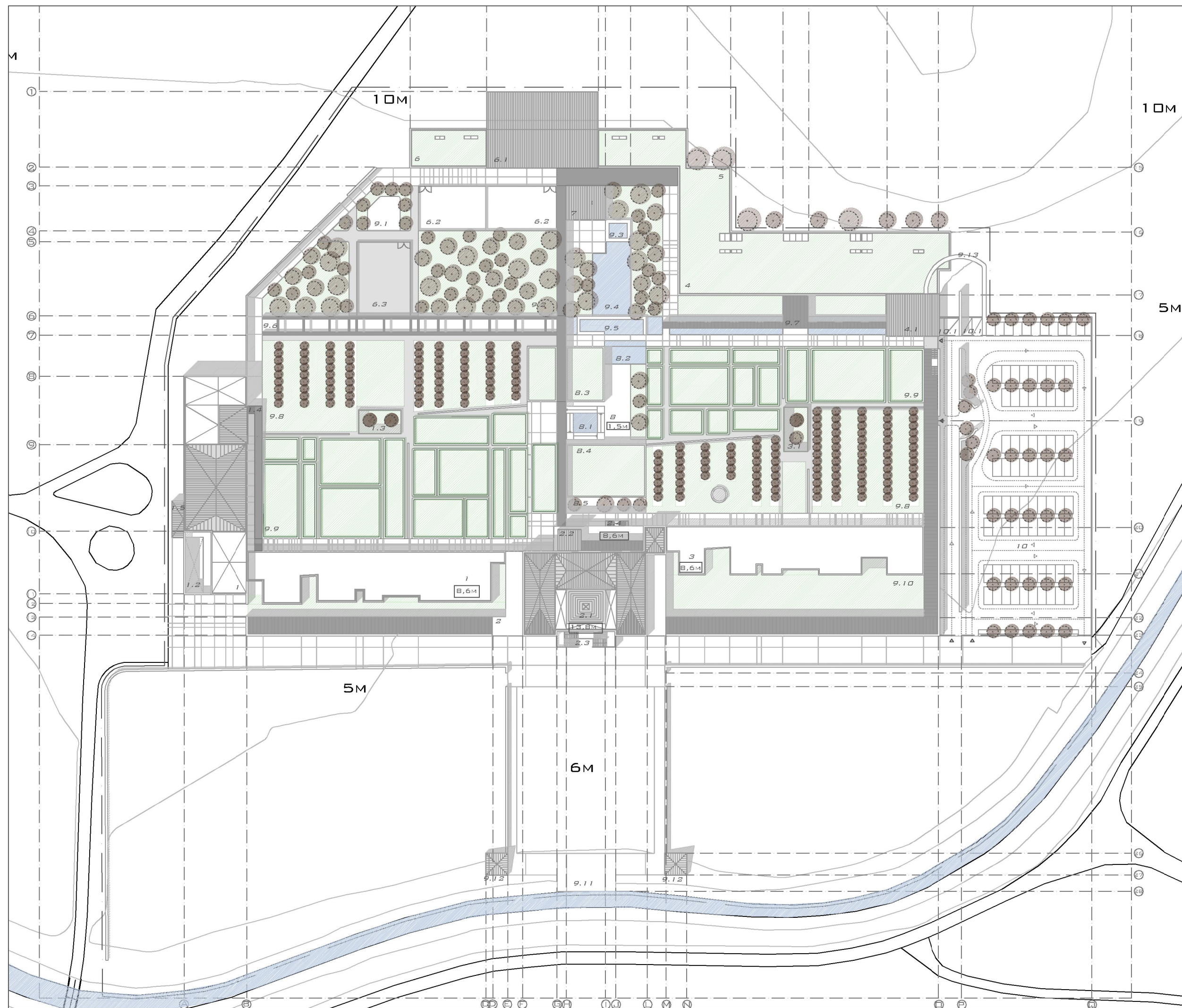
## VII- PEÇAS DESENHADAS

|                             |                                 |
|-----------------------------|---------------------------------|
| A3 01 Planta de Localização | Escala 1.5000                   |
| A3 02 Planta de Implantação | Escala 1.500 (reduzida)         |
| A3 03 Planta piso 0         | Escala 1.200 (reduzida)         |
| A3 04 Planta piso 1         | Escala 1.200 (reduzida)         |
| A3 05 Planta -1             | Escala 1.200 (reduzida)         |
| A3 06 Cortes A, B, C,D      | Escala 1.500 (reduzida)         |
| A3 07 Cortes E,F,G          | Escala 1.200 (reduzida)         |
| A3 08 Cortes H,I            | Escala 1.200 (reduzida)         |
| A3 09 Planta A + cortes     | Escala 1.100 e 1.50 (reduzidas) |
| A3 10 Planta B              | Escala 1.100 (reduzida)         |
| A3 11 Corte J, L,M          | Escala 1.50 e 1.20 (reduzida)   |
| A3 12 Cortes N,O,P          | Escala 1.100 (reduzida)         |
| A3 13 Planta C + corte Q    | Escala 1.100 (reduzida)         |
| A3 14 Cortes R,S            | Escala 1.100 (reduzidas)        |





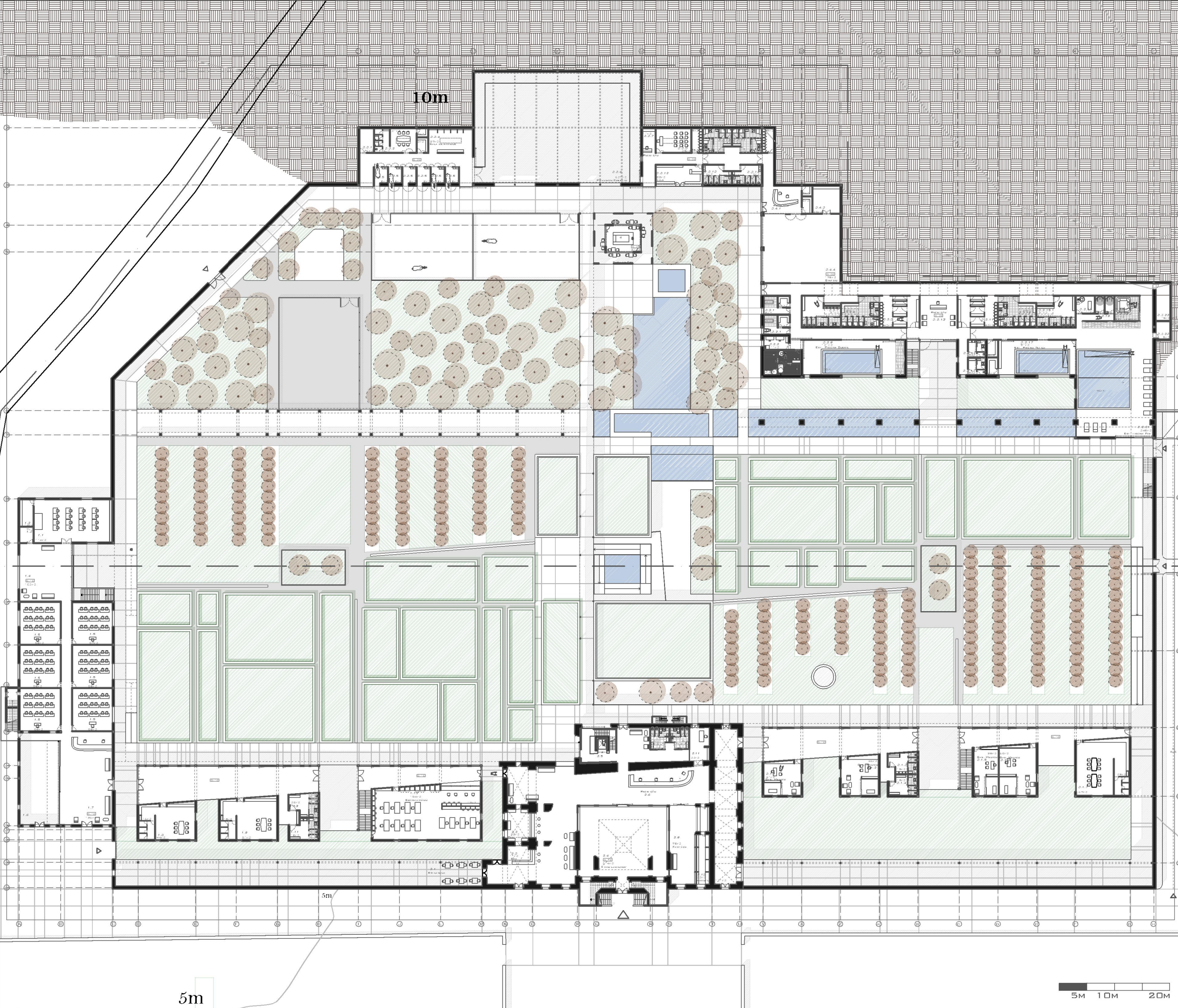




- Legenda:**
- 1. Escola
  - 1.1 escola
  - 1.2 Pátio escola
  - 1.3 Pátio laboratórios
  - 1.4 rampa de acesso ao piso superior
  - 1.5 escadas de acesso ao piso superior
  - 2. Casa principal
  - 2.1 Lanternim
  - 2.2 Volume acessos verticais
  - 2.3 Escadaria principal
  - 2.4 Escadaria secundária (segundo eixo)
  - 3. Clínica
  - 3.1 Pátio das massagens terapêuticas
  - 4 Hidroterapia
  - 4.1 Mirante
  - 5. Ginásio
  - 6. Hipoterapia
  - 6.1 Picadeiro coberto
  - 6.2 *Padoks*
  - 6.3 Picadeiro
  - 7. Casa de Chá
  - 8. Espaço comum
  - 8.1 Lago ninfeu
  - 8.2 Cascata
  - 8.3 Biblioteca
  - 8.4 Auditório
  - 8.5 Pátio Auditório
  - 9. Espaços exteriores
  - 9.1 Praça picadeiro
  - 9.2 Mata (árvores de grande porte)
  - 9.3 Tanque 1
  - 9.4 Lago
  - 9.5 Tanque 2
  - 9.6 Pérola
  - 9.7 Aqueduto
  - 9.8 Plantação Pumares
  - 9.9 Toponímia (com vegetação de pequeno porte no interior)
  - 9.10 Espaço verde (Relva)
  - 9.11 Cais de Alprate
  - 9.12 Torreões (de utilização facultativa)
  - 9.13 acesso pedonal para o mirante
  - 10. Parque de estacionamento (para 85 lugares)
  - 10.1 lugares reservados
  - Limite da intervenção
  - Edifícios propostos
  - Zonas Verdes
  - Zonas de água

|                                      |  |
|--------------------------------------|--|
| FACULDADE DE ARQUITECTURA-UTL        |  |
| Projecto Final de Mestrado Integrado |  |
| ORIENTADOR:                          |  |
| Amílcar de Gil e Pires               |  |
| ORIENTANDA:                          |  |
| Nídia Anacleto Brígida               |  |
| LOCALIZAÇÃO                          | Centro Terapêutico e de ensino de medicinas Alternativas |
|                                      | ESCALA   |
| DESIGNAÇÃO                           | Granja de Alprate  |
|                                      | 1:1000   |
| Planta de Implantação                | DATA   |
|                                      | Março 2013   |
| FOLHA                                |  |





**Legenda:**

- 1. Escola
- 1.1 Laboratório polivalente
- 1.2 Arrumo de Laboratório
- 1.3 Arrumo de Limpeza
- 1.4 Espaço de convívio
- 1.5 Sala de aula
- 1.6 Pátio
- 1.7 átrio/recepção
- 1.8 Sala Pessoal
- 1.9 Sala Professores
- 1.10 I.S homens
- 1.11 I.S Senhoras
- 1.12 secretariado
- 2. Palácio
- 2.1 Esplanada bar
- 2.2 Cozinha bar
- 2.3 Bar
- 2.4 Pátio coberto
- 2.5 acessos verticais
- 2.6 recepção
- 2.7 I.S Homens
- 2.8 I.S Senhoras
- 2.9 Farmácia
- 2.10 arrumos
- 3. Clínica
- 3.1 Clínica
- 3.1.1 Gabinete Médico 1
- 3.1.2 Gabinete Médico 2
- 3.1.3 I.S Homens
- 3.1.4 I.S Senhoras
- 3.1.5 Gabine Médico 3
- 3.1.6 Gabinete Médico 4
- 3.1.7 Sala Pessoal
- 3.2 Hidroterapia
- 3.2.1 esp. hidromassagem
- 3.2.2 Sala de repouso
- 3.2.3 arrumo
- 3.2.4 Esp. sauna
- 3.2.5 esp. banho turco
- 3.2.6 Balneário masculino
- 3.2.7 I.S. Masculino
- 3.2.8 vestiários masculinos
- 3.2.9 esp. piscina quente
- 3.2.10 recepção
- 3.2.11 vestiário feminino
- 3.2.12 I.S masculino público
- 3.2.13 I.S Feminino público
- 3.2.14 arrumo
- 3.2.15 I.S Senhoras
- 3.2.16 Balneário Senhoras
- 3.2.17 Esp. Piscina tépida
- 3.2.18 Esp. Crioterapia
- 3.2.19 Esp. hidromassagem a jacto.
- 3.2.20 esp. Jacuzzi
- 3.2.21 esp. piscina fria
- 3.2.22 sala técnica
- 3.2.23 Arrumo de limpeza
- 3.3 Hipoterapia
- 3.3.1 Sala alimentação
- 3.3.2 sala pessoal
- 3.3.3 arrumo
- 3.3.4 sala de arneiros
- 3.3.5 box
- 3.3.6 picadeiro coberto
- 3.3.7 recepção
- 3.3.8 sala de instrução
- 3.3.9 sala de cacifos
- 3.3.10 Balneário Feminino
- 3.3.11 Balneário Masculino
- 3.3.12 Loja
- 3.3.13 I.S Feminina
- 3.3.14 I.S Masculina
- 3.4 Ginásio
- 3.4.1 Recepção
- 3.4.2 Arrumos
- 3.4.3 Arrumos ginásio
- 3.4.4. Ginásio
- 4 Casa de Chá

— Limite da intervenção

■ Edifícios propostos

■ Zonas Verdes

■ Zonas de água

**FACULDADE DE ARQUITECTURA-UTL**

Projecto Final de Mestrado Integrado

**ORIENTADOR:**

Amílcar de Gil e Pires

**ORIENTANDA:**

Nídia Anacleto Brígida

**C**entro Terapeutico e de ensino de medicinas Alternativas

LOCALIZAÇÃO

ESCALA

Granja de Alpriate

DESIGNAÇÃO

DATA

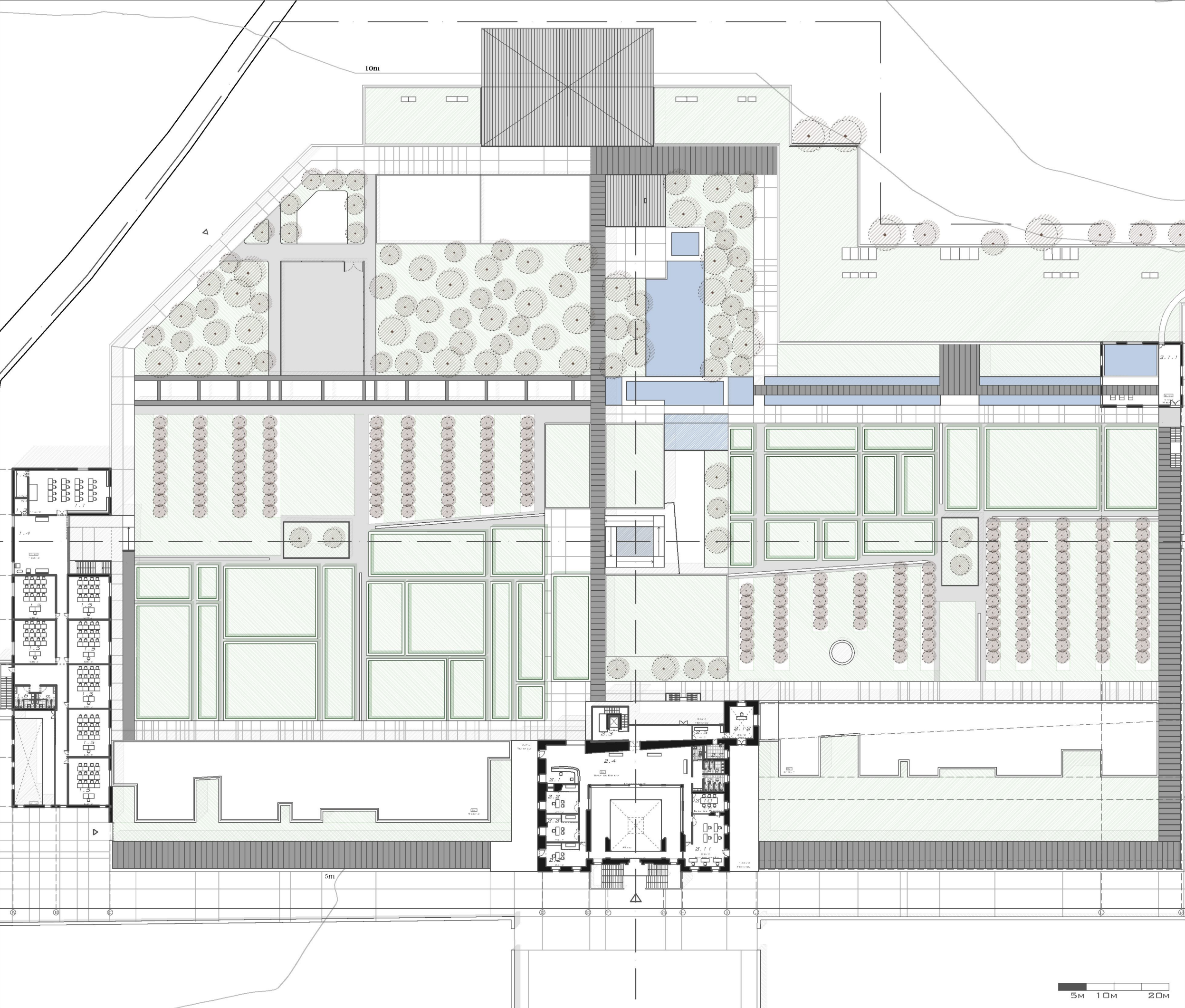
Planta Piso 0

Março 2013

FOLHA

3





- LEGENDA:
1. ESCOLA
- 1.1 LABORATÓRIO POLIVALENTE
  - 1.2 ARRUM. DE LABORATÓRIO
  - 1.3 ARRUM. DE LIMPEZA
  - 1.4 ESPAÇO DE CONVÍVIO
  - 1.5 SALA DE AULA
  - 1.6 I.S. HOMENS
  - 1.7 I.S. SENHORAS

2. PALÁCIO
- 2.1 RECEPÇÃO
  - 2.2 GABINETES MÉDICOS
  - 2.3 ACESSOS VERTICAIS
  - 2.4 SALA DE ESPERA
  - 2.5 SALA DE ESTAR
  - 2.6 I.S. DEFICIENTES
  - 2.7 I.S. DIRECTOR
  - 2.8 I.S. HOMENS
  - 2.9 I.S. SENHORAS
  - 2.10 SALA DE REUNIÕES
  - 2.11 ADMINISTRAÇÃO
  - 2.12 GABINETE DO DIRECTOR.

3. CLÍNICA
- 3.1 HIDROTERAPIA
  - 3.1.1 MIRANTE

— Limite da intervenção

Edifícios propostos

Zonas Verdes

Zonas de água

FACULDADE DE ARQUITECTURA-UTL

Projecto Final de Mestrado Integrado

ORIENTADOR:

Amílcar de Gil e Pires

ORIENTANDA:

Nídia Anacleto Brígida

Centro Terapêutico e de ensino de medicina Alternativas

LOCALIZAÇÃO

Granja de Alpriate

DESIGNAÇÃO

Planta piso 1



ESCALA

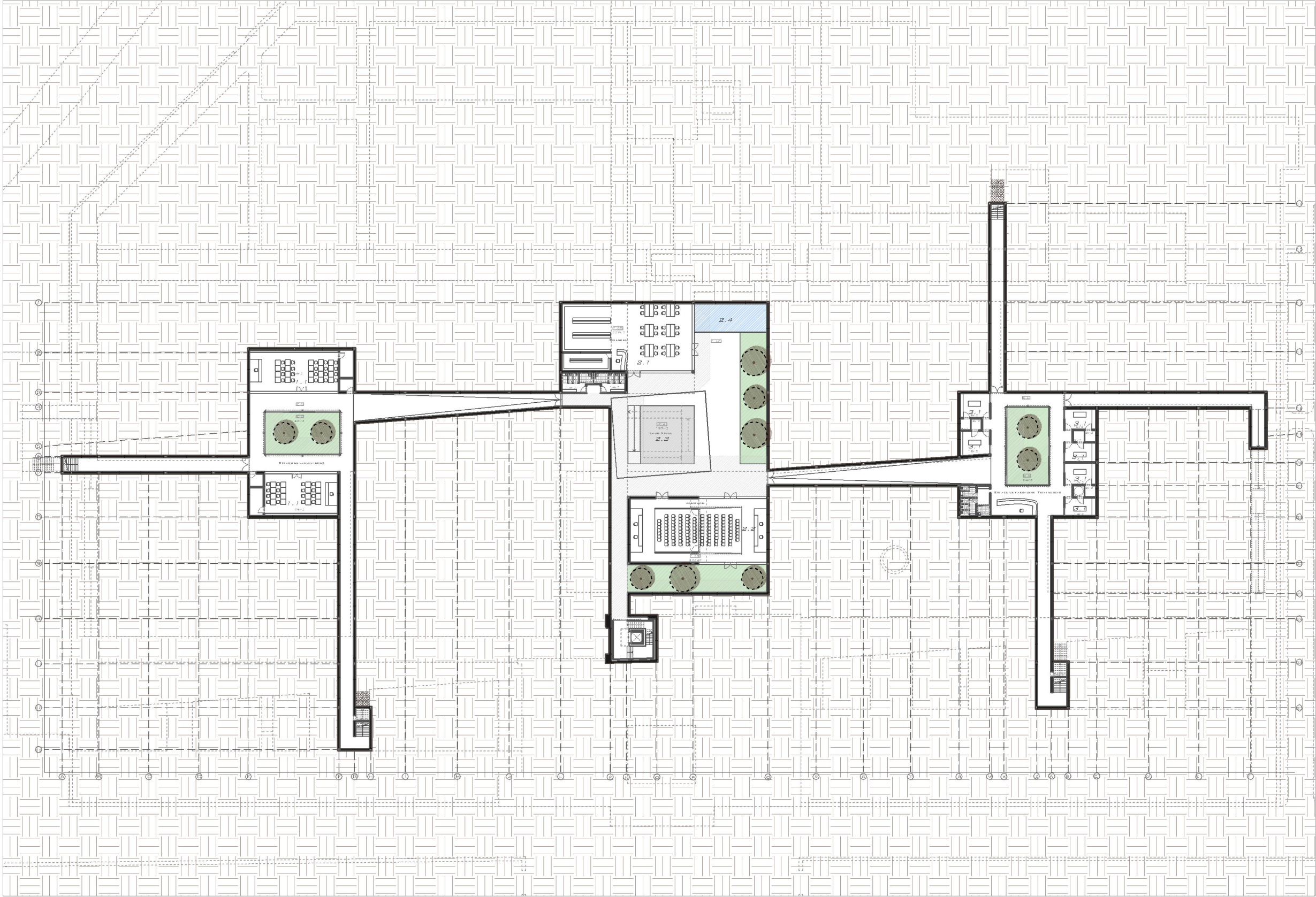
DATA



FOLHA

4

5M 10M 20M





- Legenda:**
- 1. Escola
  - 1.1 Laboratório polivalente
  - 2. Espaço comum
  - 2.1 Biblioteca
  - 2.2 Auditório
  - 2.3 Ninfeu
  - 2.4 Cascata
  - 3. Clínica
  - 3.1 Espaços de massagens terapêuticas
-  Zonas Verdes
-  Zonas de água

FACULDADE DE  
ARQUITECTURA-UTL  
Projecto Final de Mestrado Integrado

ORIENTADOR:  
Amílcar de Gil e Pires

ORIENTANDA:  
Nídia Anacleto Brígida

 Centro Terapêutico e de ensino  
de medicinas Alternativas

LOCALIZAÇÃO  
Granja de Alpriate

DESIGNAÇÃO  
Planta piso -1



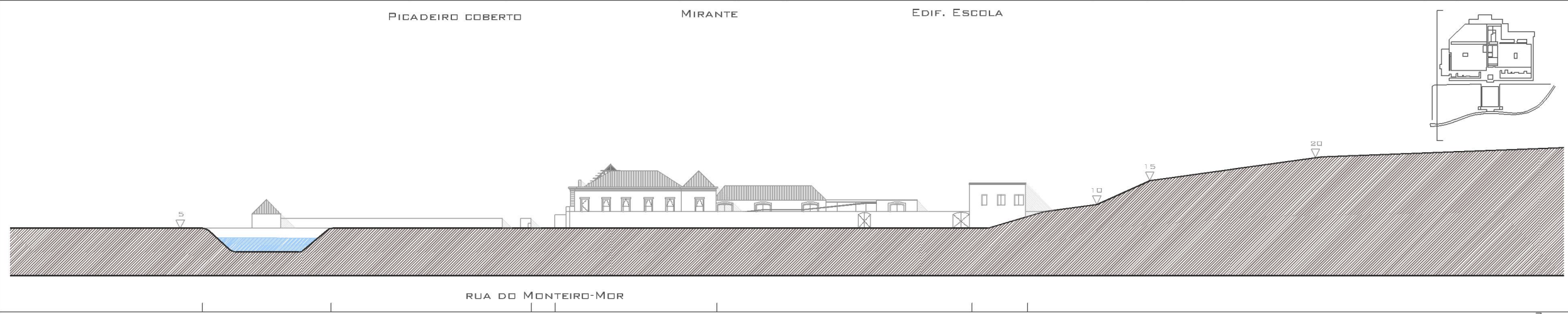
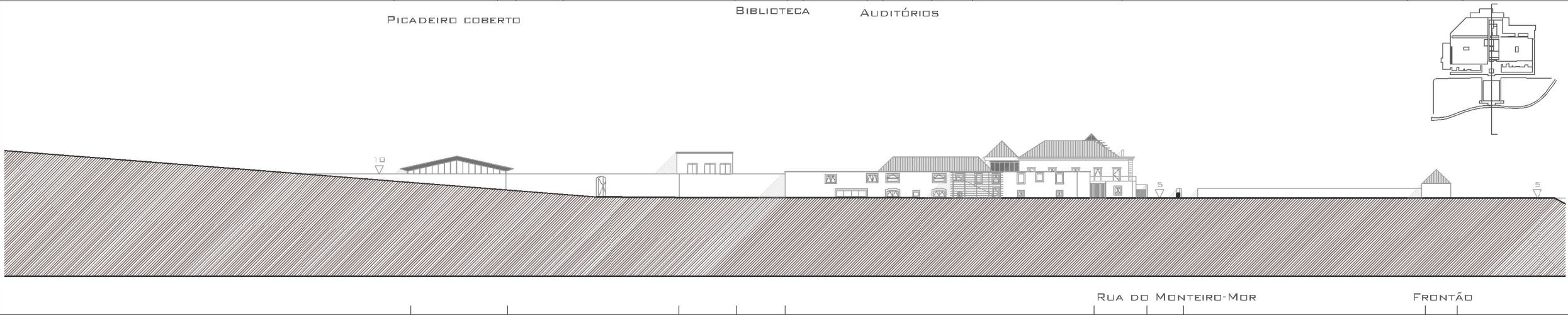
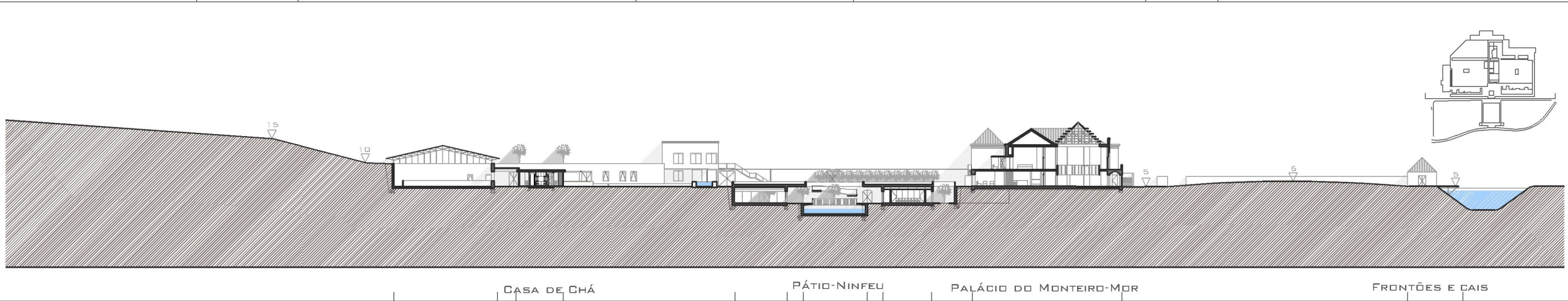
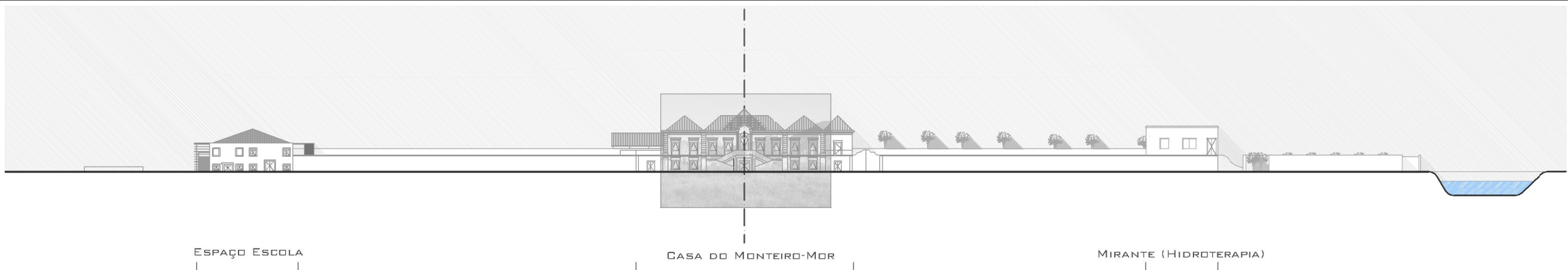
ESCALA

DATA

FOLHA

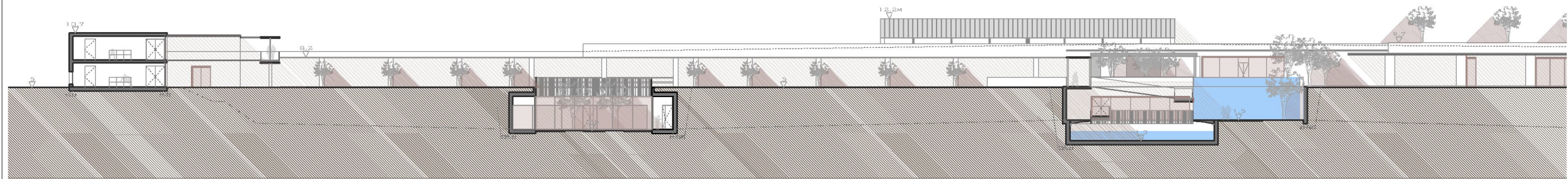
5



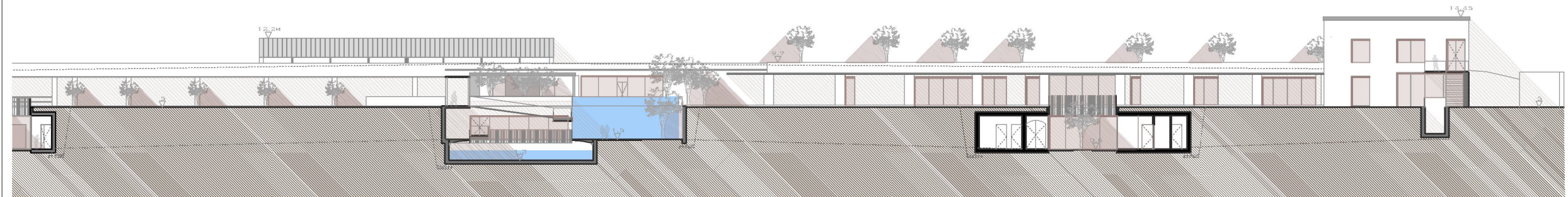
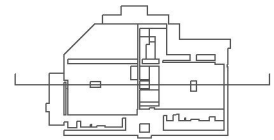


|  |        |
|--|--------|
| FACULDADE DE ARQUITECTURA-UTL                            |        |
| Projecto Final de Mestrado Integrado                     |        |
| ORIENTADOR:  |        |
| Amílcar de Gil e Pires                                   |        |
| ORIENTANDA:  |        |
| Nidia Anacleto Brigida                                   |        |
| Centro Terapeutico e de ensino de medicinas Alternativas |        |
| LOCALIZAÇÃO  | ESCALA |
| Granja de Alpriate                                       | 1:1000 |
| DESIGNAÇÃO   | DATA   |
| Cortes A,B,C,D   | FOLHA  |
| 6  |        |





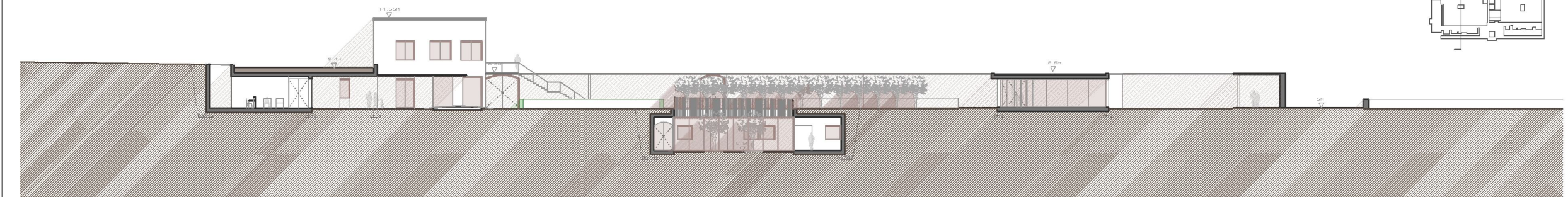
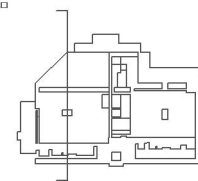
EDIFÍCIO ESCOLA    RAMPA DE ACESSO AO PISO SUPERIOR    ESPAÇO LABORATÓRIOS    NINFEU    CASCATAS



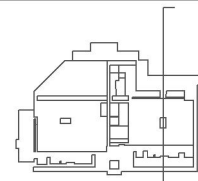
JARDIM FORMAL CONSTRUÍDO    ESPAÇO MASSAGENS TERAPÊUTICAS    MIRANTE



PERCURSO COBERTO    RUA DO MONTEIRO-MOR    ESPAÇO ESCOLA    LABORATÓRIO    PÉROLA    PICADEIRO    PRAÇA PICADEIRO

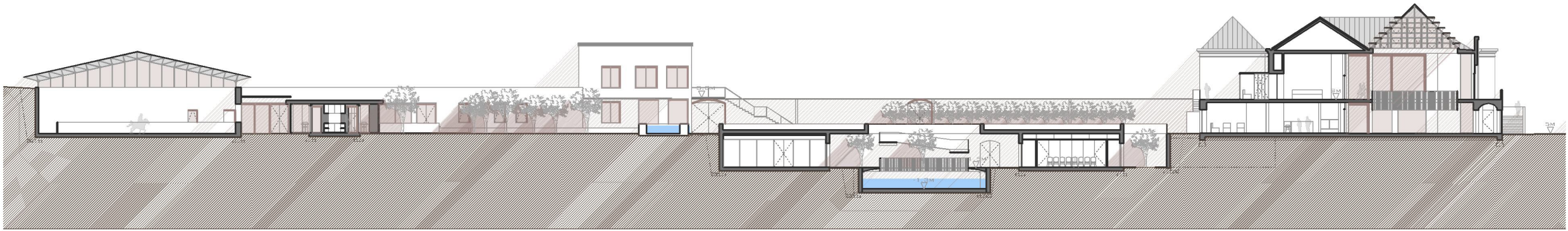


ESPAÇO HIDROTERÁPIA    AQUEDUTO    ESPAÇO MASSAGEM TERAPÊUTICA    ESPAÇO CLÍNICA    PERCURSO COBERTO    RUA DO MONTEIRO-MOR    PRAÇA DE TOURS

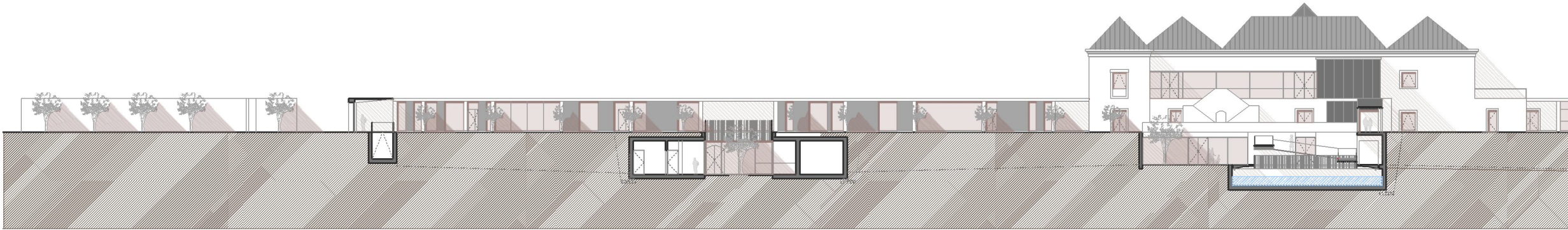
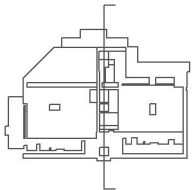


|  |            |
|--|------------|
| FACULDADE DE ARQUITECTURA-UTL                            |            |
| Projecto Final de Mestrado Integrado                     |            |
| ORIENTADOR:  |            |
| Âmilcar de Gil e Pires                                   |            |
| ORIENTANDA:  |            |
| Nidia Anacleto Brigida                                   |            |
| Centro Terapeutico e de ensino de medicinas Alternativas |            |
| LOCALIZAÇÃO  | ESCALA     |
| Granja de Alpriate                                       | 1:500      |
| DESIGNAÇÃO   | DATA       |
| Cortes E, F, G,  | Março 2013 |
|  | FOLHA      |

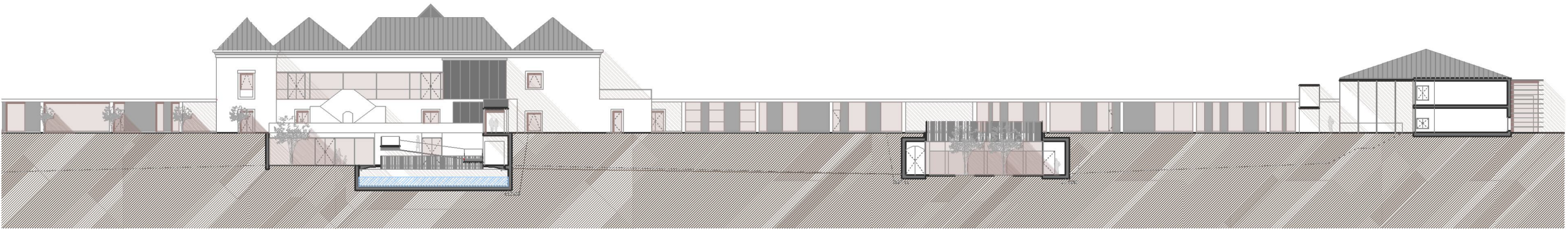




PICADEIRO COBERTO      CASA DE CHÁ      BIBLIOTECA      NINFEU      AUDITÓRIO      PALÁCIO



ACESSO POR RAMPA      ESPAÇO MASSAGENS TERAPEUTICAS      NINFEU      ESPAÇO ESCOLA

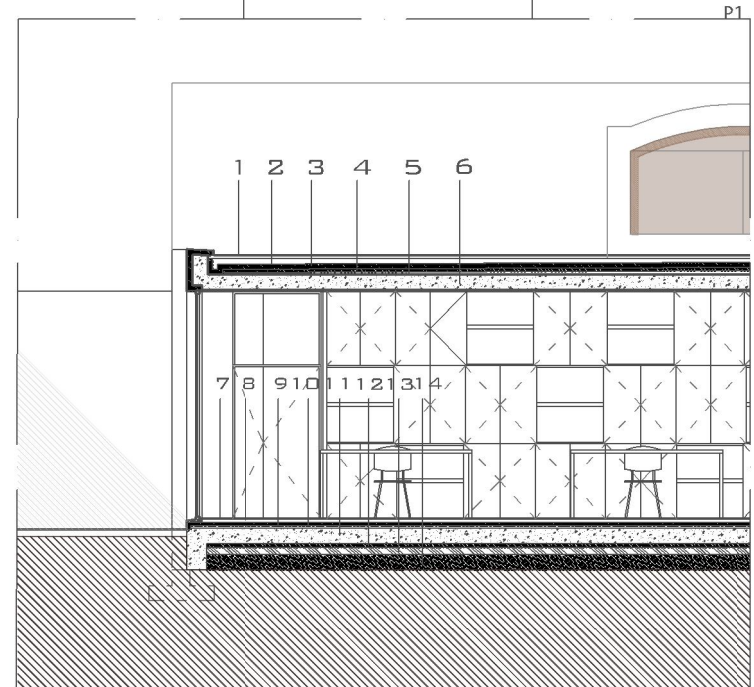
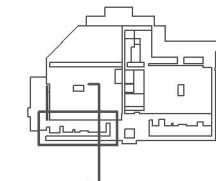
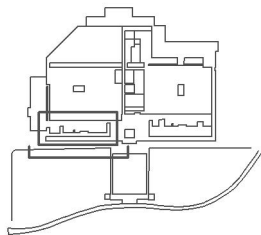
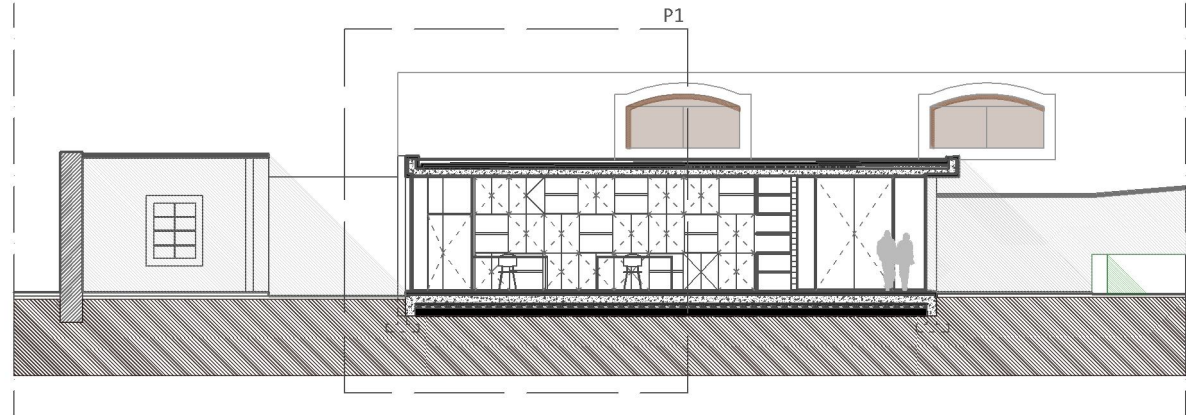
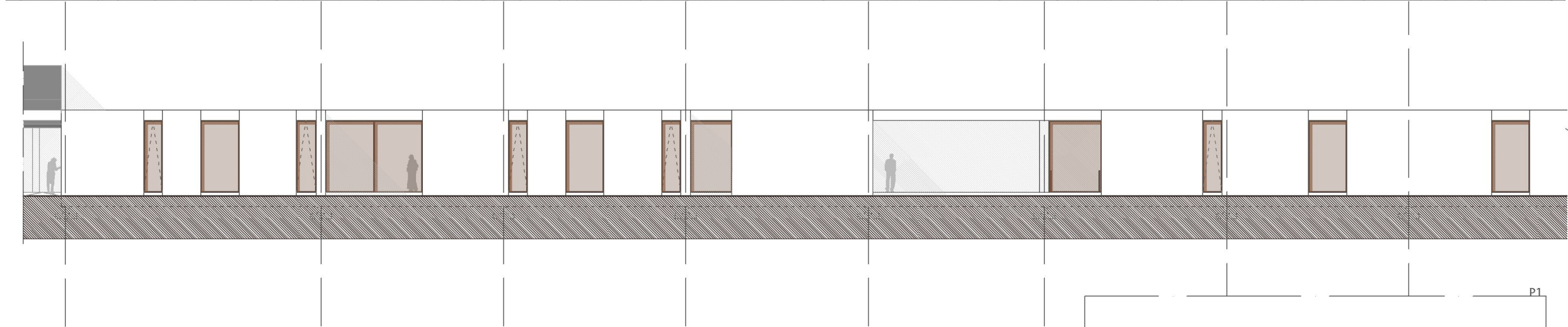
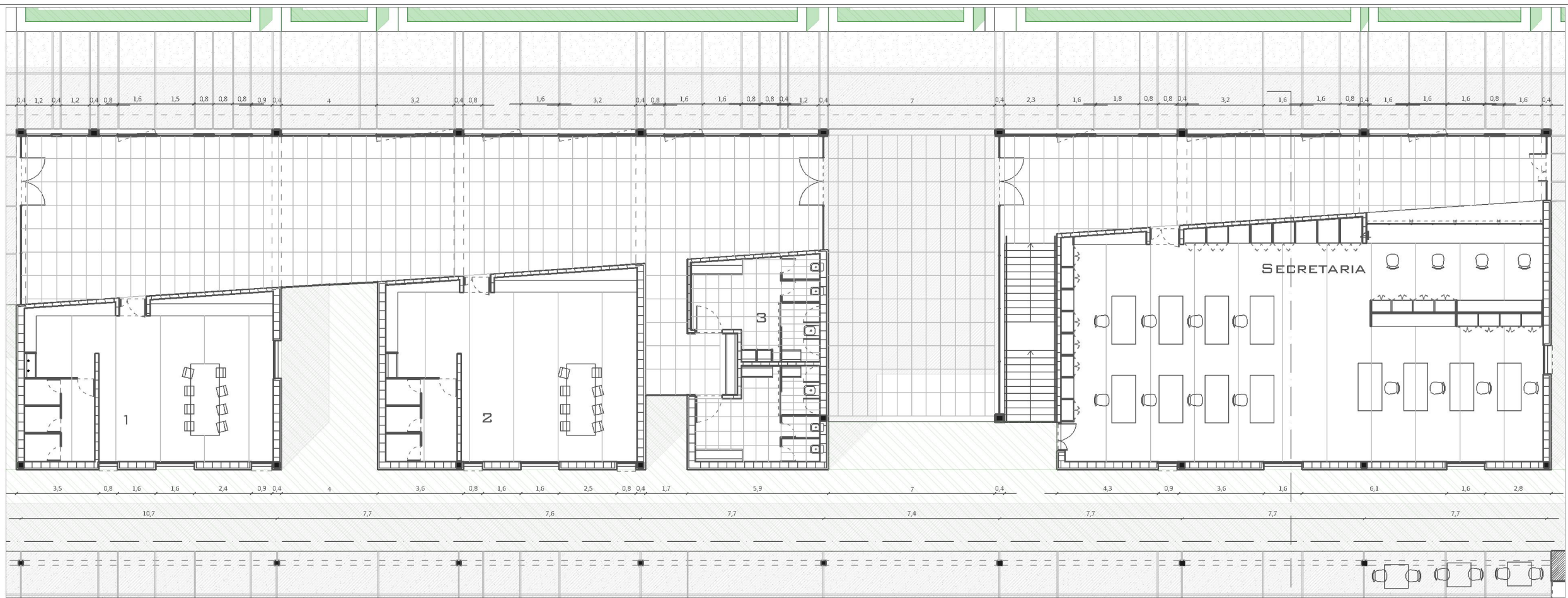


ESPAÇO LABORATÓRIOS      ESPAÇO ESCOLA



|  |            |
|--|------------|
| FACULDADE DE ARQUITECTURA-UTL                            |            |
| Projecto Final de Mestrado Integrado                     |            |
| ORIENTADOR:  |            |
| Amílcar de Gil e Pires                                   |            |
| ORIENTANDA:  |            |
| Nídia Anacleto Brígida                                   |            |
| CENTRO TERAPÊUTICO E DE ENSINO DE MEDICINAS ALTERNATIVAS | ESCALA     |
|  | 1:500      |
| LOCALIZAÇÃO  | DATA       |
|  | Março 2024 |
| FOLHA  |            |
| Cortes H, I  |            |





- Legenda:
- 1. Sala pessoal auxiliar
  - 2. Sala de professores
  - 3. Wc públicos
  - 4. Secretaria

- Legenda de Materiais:
- 1- Lajetas de betão armado
  - 2- Filtro
  - 3- Isolamento Térmico exterior de 6cm
  - 4- Membrana betuminosa (barreira de vapor)
  - 5- Camada de regularização
  - 6- Laje de betão com 20 cm de espessura
  - 7- Acabamento de Pavimento cerâmico
  - 8- Camada de regularização
  - 9- Isolamento Térmico de 6cm
  - 10- Membrana betuminosa (barreira de vapor)
  - 10- Camada de assentamento de areia
  - 11- Laje de betão com 20 cm de espessura
  - 12- Betão de Limpeza
  - 13- Enrocamento grosso
  - 14- Camada de terra compacta

Enrocamento grosso

Cobertura de Zinco

Alvenaria de Pedra existente

Pedra existente

Betão

Terra Compacta

Pavimento cerâmico

Alvenaria de tijolo

Pavimento de Linóleo

FACULDADE DE  
ARQUITECTURA-UTL  
Projecto Final de Mestrado Integrado

ORIENTADOR:

Amílcar de Gil e Pires

ORIENTANDA:

Nidia Anacleto Brígida

Centro Terapeutico e de ensino  
de medicinas Alternativas

LOCALIZAÇÃO

Granja de Alpriate

DESIGNAÇÃO

Planta Piso 0



ESCALA

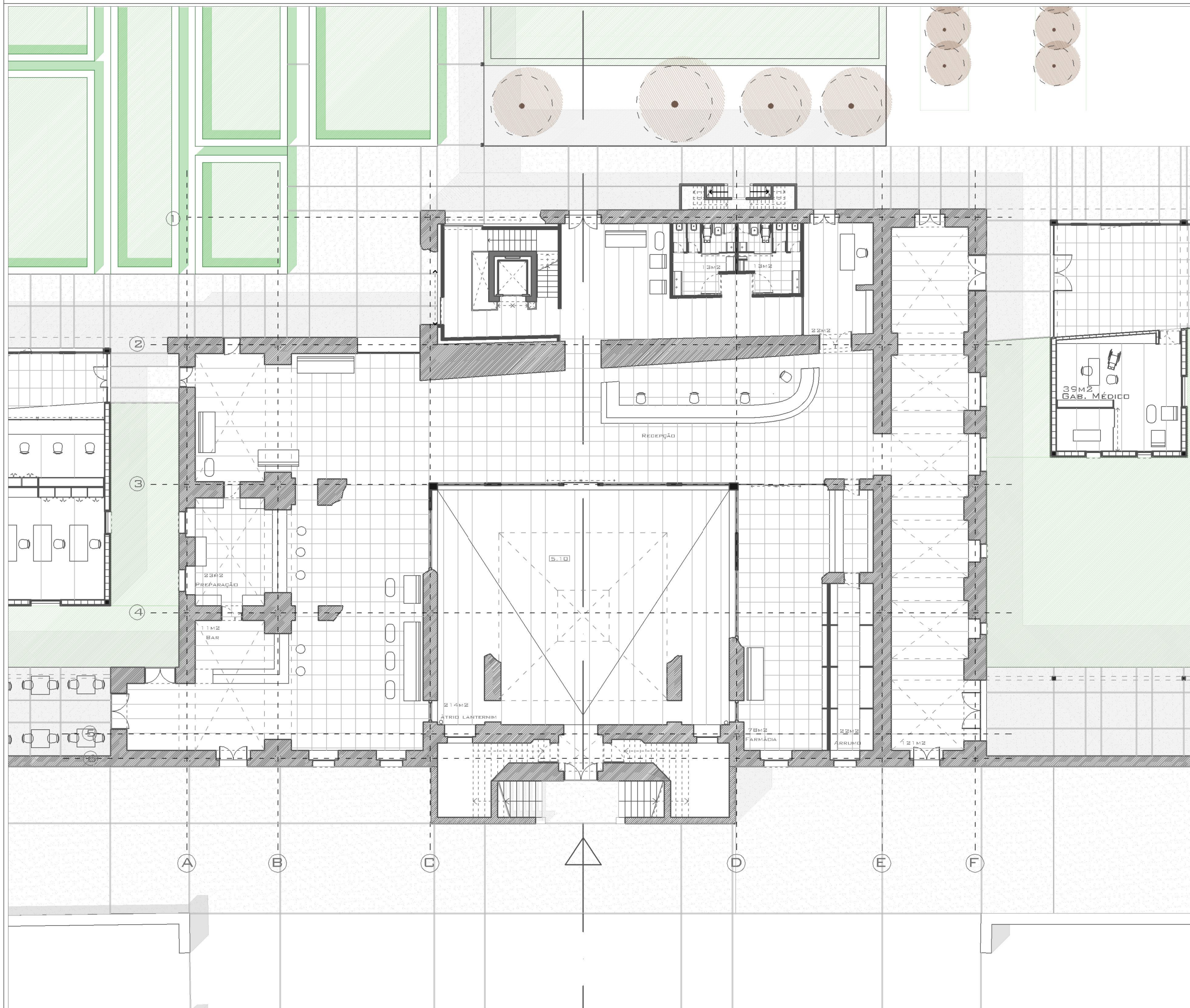
1:200, 1:100

DATA

Março 2013

FOLHA





Legenda:

- Enrocamento grosso
- Cobertura de Zinco
- Alvenaria de Pedra existente
- Pedra existente
- Betão
- Terra Compacta
- Pavimento ceramico

FACULDADE DE  
ARQUITECTURA-UTL  
Projecto Final de Mestrado Integrado

ORIENTADOR:

Amílcar de Gil e Pires

ORIENTANDA:

Nídia Anacleto Brígida

Centro Terapeutico e de ensino  
de medicinas Alternativas

LOCALIZAÇÃO

Granja de Alpriate

DESIGNAÇÃO

Planta Piso 0 casa principal,

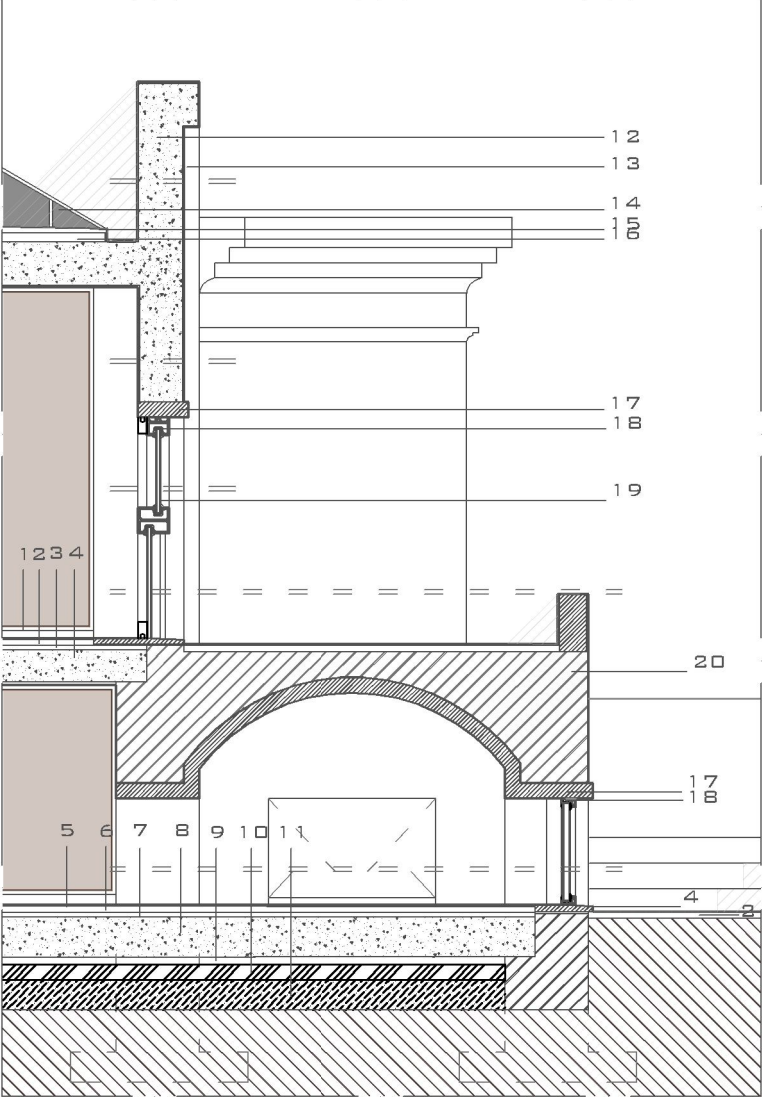
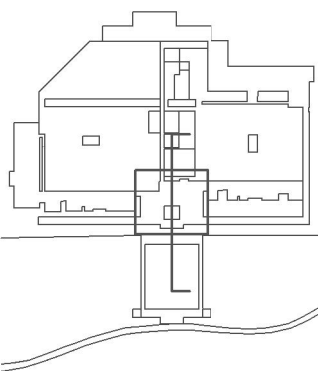
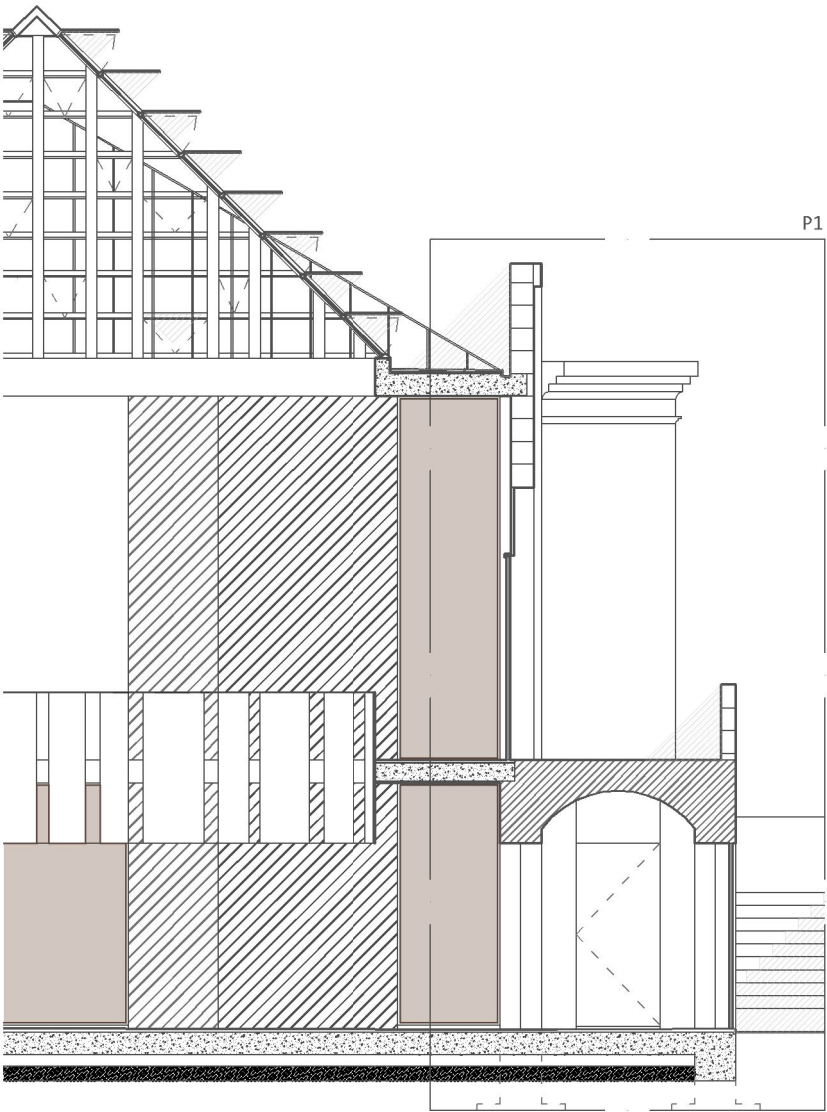
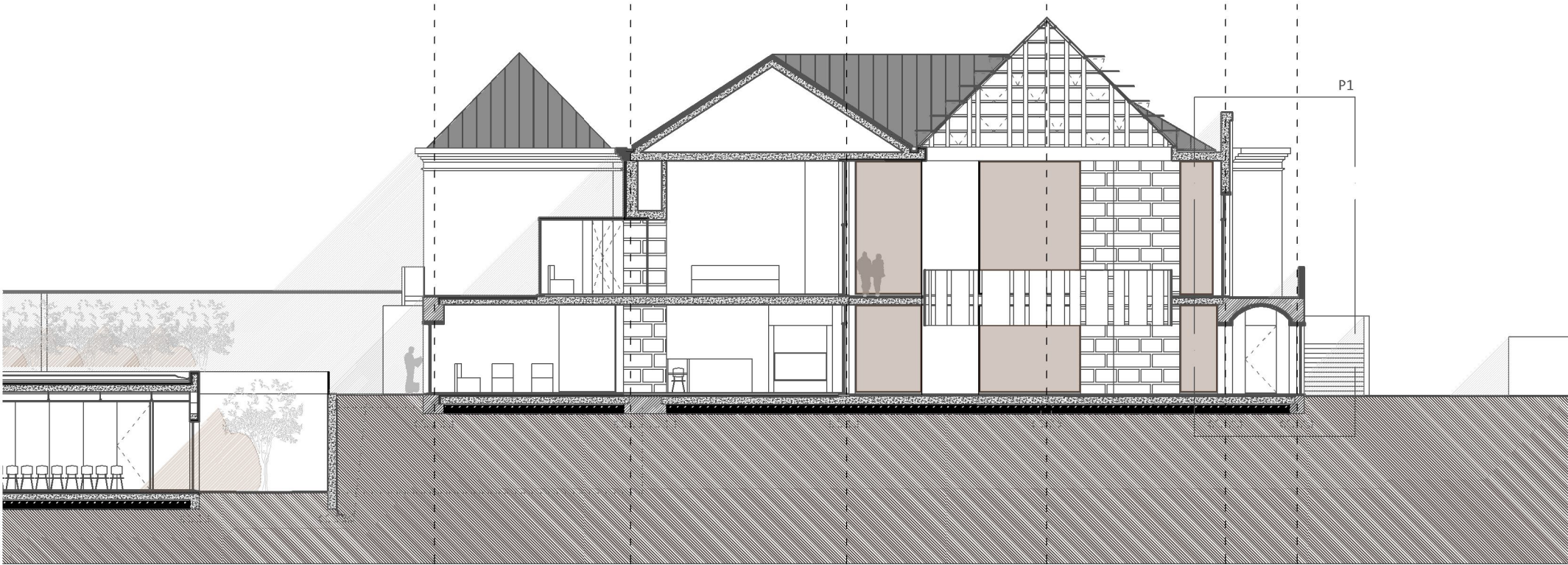


ESCALA  
1:100

DATA  
Março 2013

FOLHA



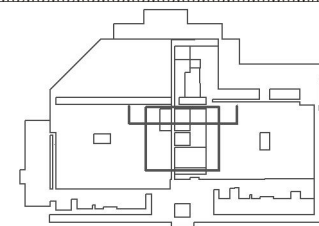
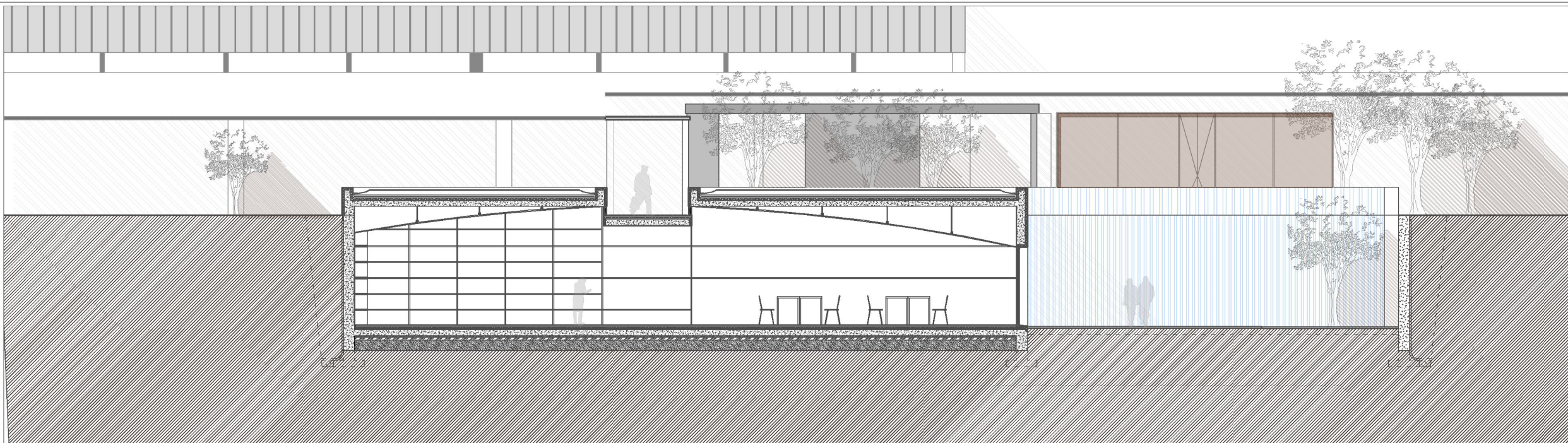


- Legenda:
- 1- Camada de acabamento ceramico
  - 2- Camada de fixação
  - 3- Camada de regularização
  - 4- soleira de pedra
  - 5- Camada de acabamento ceramico
  - 6- Camada de fixação
  - 7- Camada de regularização
  - 8- Laje de betão com 20 cm de espessura
  - 9- Betão de limpeza
  - 10- Enrocamento grosso
  - 11- Terra compacta
  - 12- Platibanda de betão
  - 13- Reboco de consolidação
  - 14- Cobertura de zinco
  - 15- Lajetas de betão armado
  - 16- Camada de regularização
  - 17- Travessa superior em pedra
  - 18- Caixilho de aluminio TECHNAL, tipo porta de correr
  - 19- Vidro duplo
  - 20- Alvenaria de Pedra existente
  - 21- Pavimento exterior



- Enrocamento grosso
- Cobertura de Zinco
- Alvenaria de Pedra existente
- Pedra existente
- Betão
- Terra Compacta
- Pavimento ceramico

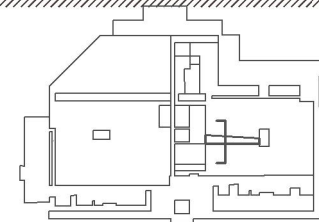
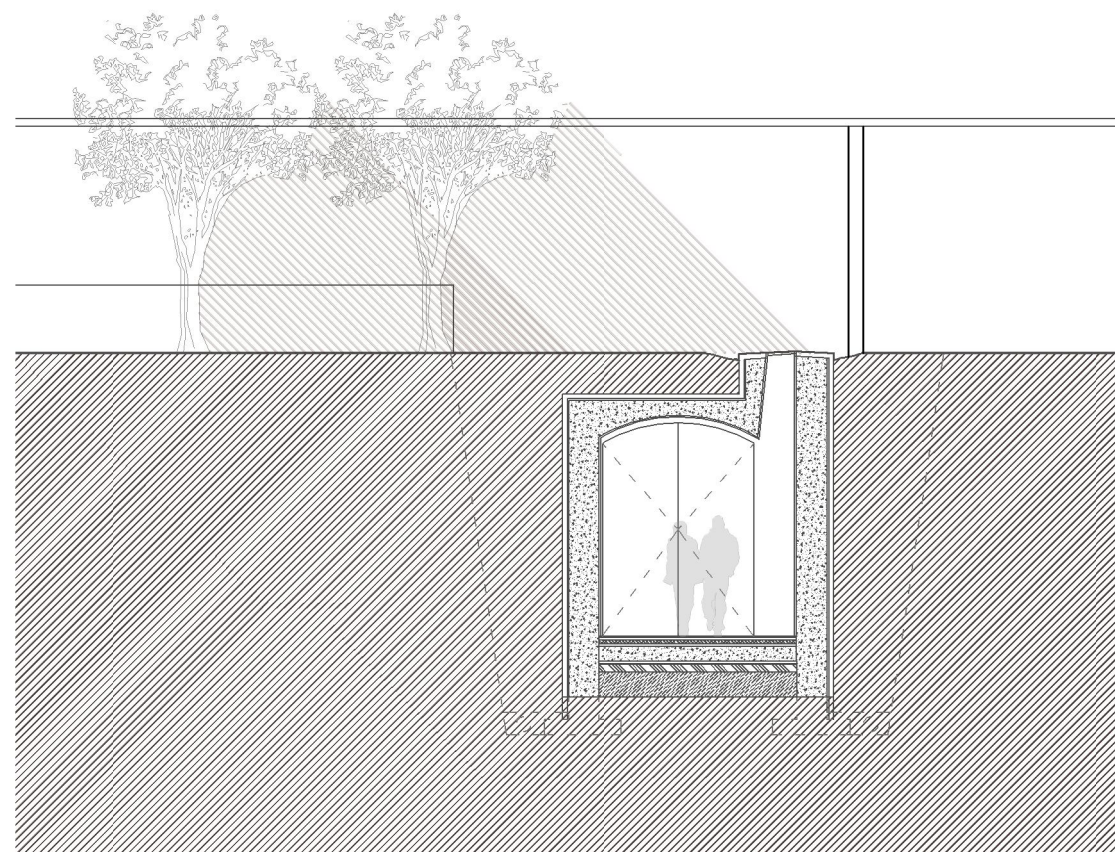
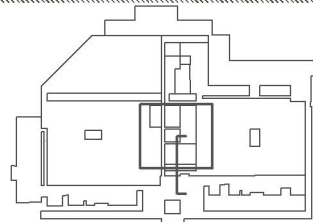
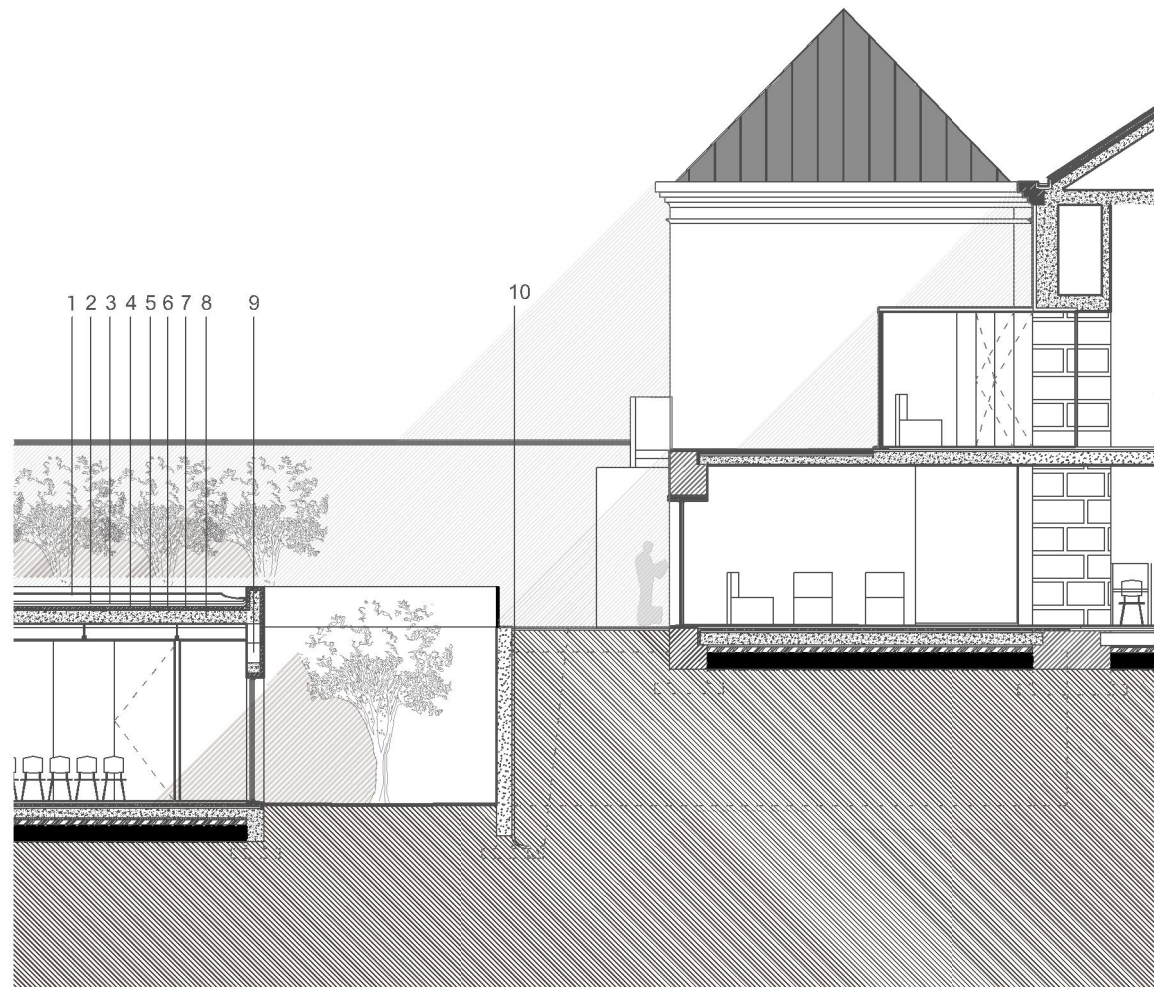
|  |                  |
|--|------------------|
| FACULDADE DE ARQUITECTURA-UTL                            |                  |
| Projecto Final de Mestrado Integrado                     |                  |
| ORIENTADOR:  |                  |
| Amílcar de Gil e Pires                                   |                  |
| ORIENTANDA:  |                  |
| Nidia Anacleto Brigida                                   |                  |
| Centro Terapeutico e de ensino de medicinas Alternativas |                  |
| LOCALIZAÇÃO  | ESCALA 1:50,1:20 |
| Granja de Alpriate                                       | DATA Março 2013  |
| DESIGNAÇÃO   | FOLHA            |
| cutre M  | 1 1              |





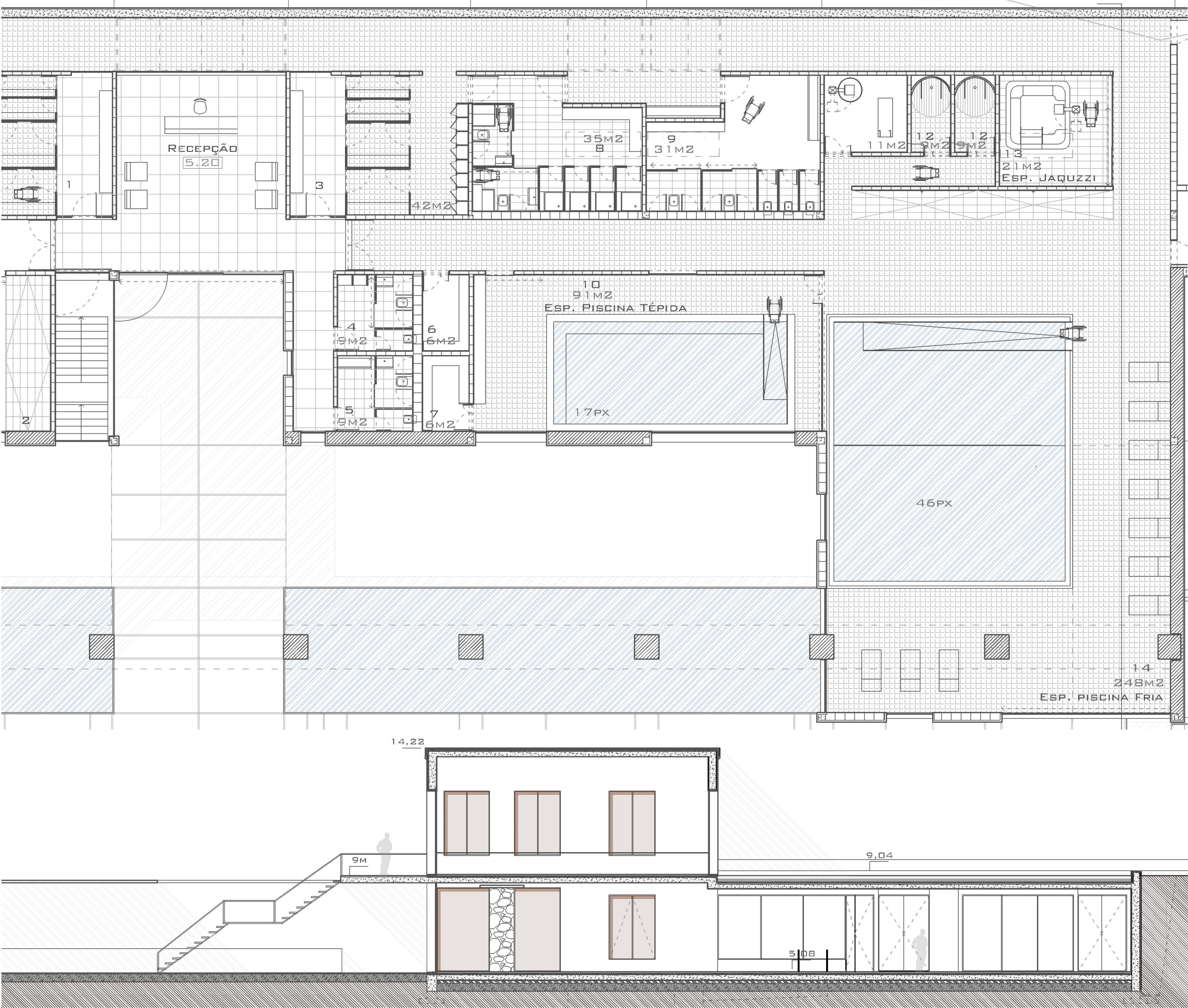
Legenda de materias  
 1- Camada vegetal  
 2- Camada filtrante  
 3- camada de drenagem  
 4- camada protectora  
 5- Imp. da cobertura  
 6- Isolamento térmico  
 7- Camada de compensação  
 8- Laje de betão com 20 cm de espessura  
 9- Alvenaria de tijolo  
 10- Membrana impermeável e membrana de drenagem com filtro

-  Placa de gesso cartonado
-  Enrocamento grosso
-  Cobertura de Zinco
-  Alvenaria de Pedra existente
-  Pedra existente
-  Betão
-  Terra Compacta
-  Pavimento ceramico



|  |            |
|--|------------|
| FACULDADE DE ARQUITECTURA-UTL                            |            |
| Projecto Final de Mestrado Integrado                     |            |
| ORIENTADOR:  |            |
| Amílcar de Gil e Pires                                   |            |
| ORIENTANDA:  |            |
| Nídia Anacleto Brigida                                   |            |
| Centro Terapeutico e de ensino de medicinas Alternativas |            |
| LOCALIZAÇÃO  | ESCALA     |
| Granja de Alpriate                                       | 1 : 1 0 0  |
| DESIGNAÇÃO   | DATA       |
| Corte N, O, P  | Março 2013 |
|  | FOLHA      |





- Legenda:
- 1- Vestiário masculino
  - 2- Espaço piscina quente
  - 3- vestiário feminino
  - 4- I.S masculino
  - 5- I.S feminino
  - 6- Arrumo
  - 7- Arrumo
  - 8- Baneário feminino
  - 9- I.S feminino
  - 10- Espaço piscina tépida
  - 11- Espaço crioterapia
  - 12- Espaço hidromassagem a jacto
  - 13- Espaço Jacuzzi
  - 14- Espaço piscina fria

- Enrocamento grosso
- Cobertura de Zinco
- Alvenaria de Pedra existente
- Pedra existente
- Betão
- Terra Compacta
- Pavimento ceramico
- Pavimento impermeabilizante

FACULDADE DE  
ARQUITECTURA-UTL  
Projecto Final de Mestrado Integrado

ORIENTADOR:  
Amílcar de Góes Pereira

ORIENTANDA:  
Nídia Anacleto Brígida

Centro Terapeutico e de ensino  
de medicinas Alternativas

LOCALIZAÇÃO  
Granja de Alprate

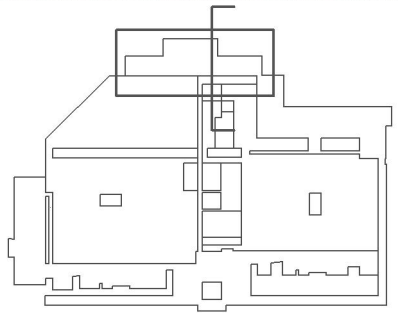
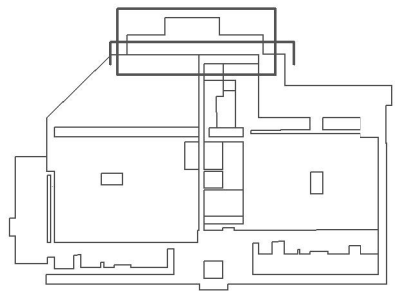
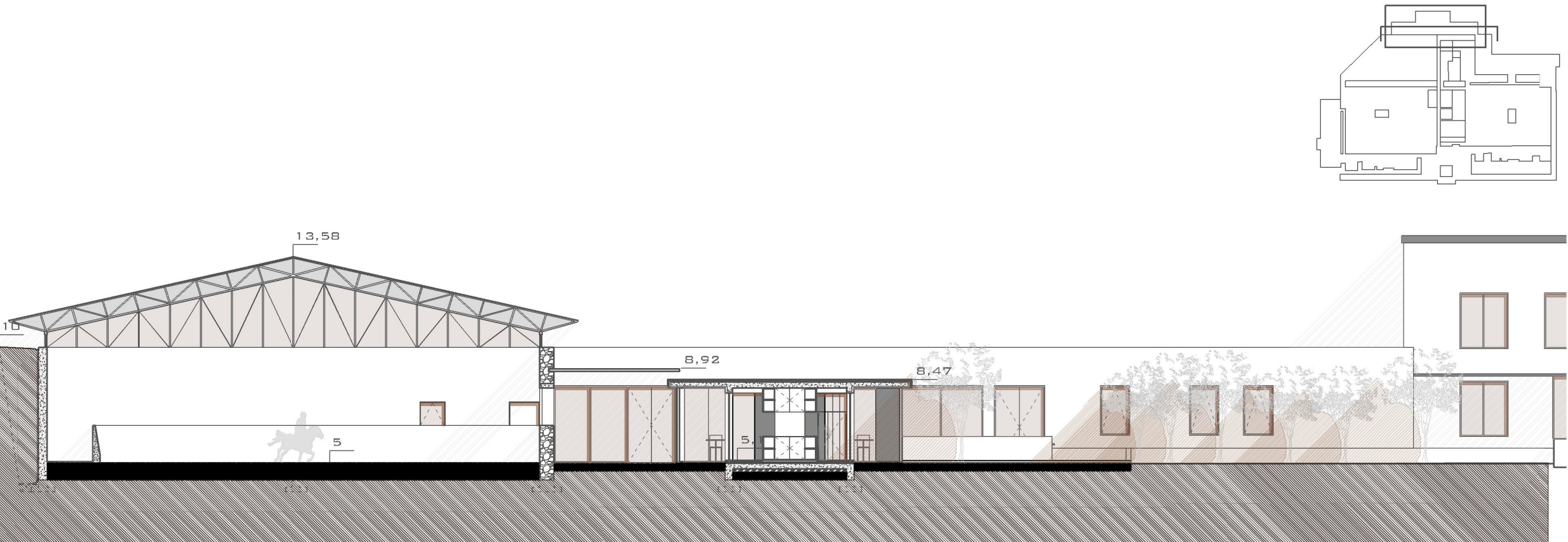
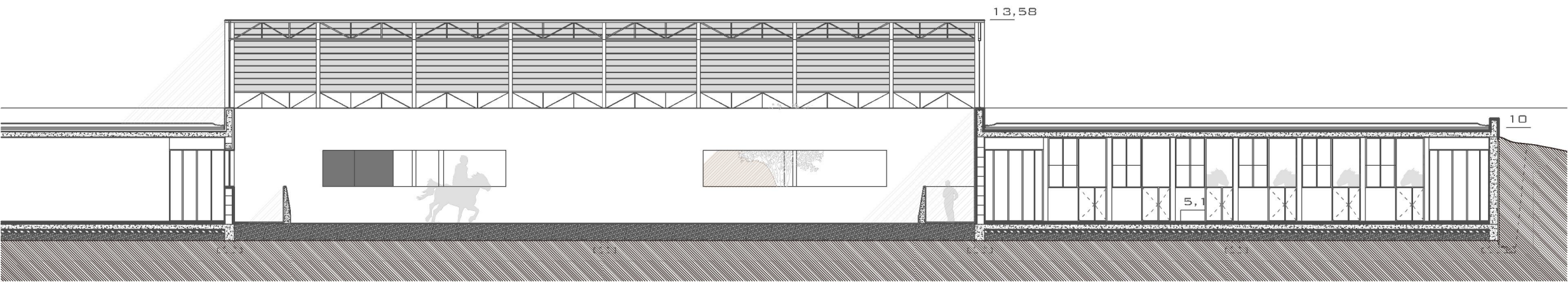
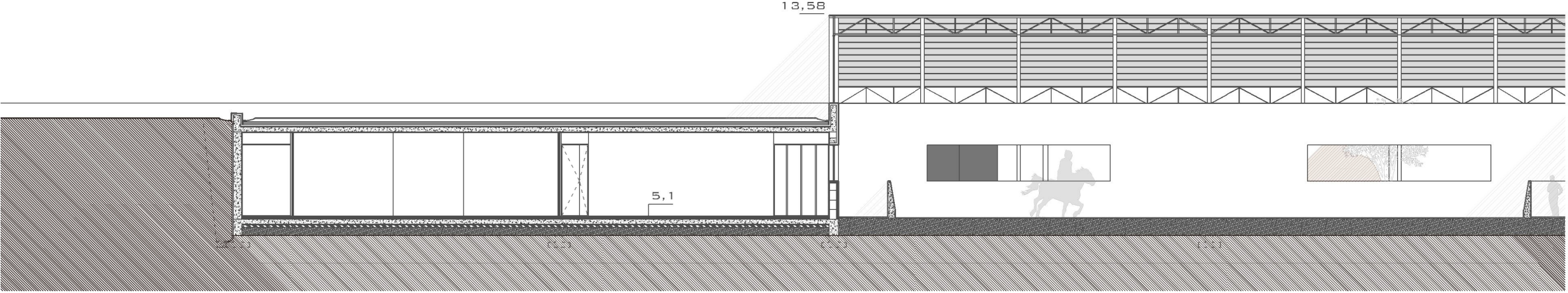
DESIGNAÇÃO  
Plantas e corte Q  
Instalações Hipoterapia



ESCALA  
1 : 1 0 0

DATA  
Março 2013  
FOLHA





- Legenda:
- Enrocamento grosso
  - Cobertura de Zinco
  - Alvenaria de Pedra existente
  - Pedra existente
  - Betão
  - Terra Compacta
  - Pavimento ceramico

|  |            |
|--|------------|
| FACULDADE DE ARQUITECTURA-UTL                            |            |
| Projecto Final de Mestrado Integrado                     |            |
| ORIENTADOR:  |            |
| Amílcar de Gil e Pires                                   |            |
| ORIENTANDA:  |            |
| Nídia Anacleto Brígida                                   |            |
| Centro Terapeutico e de ensino de medicinas Alternativas |            |
| LOCALIZAÇÃO  | ESCALA     |
|  | 1 : 1 0 0  |
| Granja de Alpriate                                       | DATA       |
| DESIGNAÇÃO   | Março 2013 |
| Cortes intalações Hipoterapia R,S                        | FOLHA      |
|  | 1 4        |